



Instituto Federal Catarinense  
Programa de Pós-graduação em Educação  
*Campus Camboriú*

**VIVIANE PAULA SALINI MIRANDOLA**

**CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
(IFC)**

Camboriú

2021

**VIVIANE PAULA SALINI MIRANDOLA**

**CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
(IFC)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Camboriú, para a obtenção do título de Mestre em Educação.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Idorlene da Silva Hoepers, Doutora em Educação.

Camboriú

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática do ICMC/USP, cedido ao IFC e  
adaptado pela CTI - Araquari e pelas bibliotecas do Campus de Araquari e Concórdia.

M672c      Mirandola, Viviane Paula Salini  
                 Condições de acessibilidade e inclusão das pessoas  
                 com deficiência nas bibliotecas do Instituto Federal  
                 Catarinense (IFC) / Viviane Paula Salini Mirandola;  
                 orientadora Idorlene da Silva Hoepers. -- Camboriú,  
                 2021.  
                 251 p.

                 Dissertação (mestrado) - Instituto Federal  
                 Catarinense, campus Camboriú, Programa de Pós-Graduação  
                 Stricto Sensu em Educação, Camboriú, 2021.

                 Inclui referências.

                 1. Educação. 2. Inclusão. 3. Acessibilidade. 4.  
                 Bibliotecas. 5. Instituto Federal Catarinense. I.  
                 Hoepers, Idorlene da Silva. II. Instituto Federal  
                 Catarinense. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em  
                 Educação. III. Título.

**VIVIANE PAULA SALINI MIRANDOLA**

**CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
(IFC)**

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo curso de Mestrado em Educação do Instituto Federal Catarinense – *Campus Camboriú*.

Camboriú (SC), 27 de outubro de 2021

*autenticação eletrônica na folha de assinaturas*

Profª. Idorlene da Silva Hoepers, Drª.

Orientadora e presidente da banca examinadora  
Instituto Federal Catarinense - *campus* Camboriú

**BANCA EXAMINADORA**

*autenticação eletrônica na folha de assinaturas*

Prof. Marco Antônio Melo Franco, Dr.

Universidade Federal de Ouro Preto

*autenticação eletrônica na folha de assinaturas*

Prof. Rogério Sousa Pires, Dr.

Instituto Federal Catarinense

*autenticação eletrônica na folha de assinaturas*

Profª. Francini Scheid Martins, Drª. (suplente)

Instituto Federal Catarinense

Camboriú

2021

À Ana Clara e à Maria Fernanda, filhas amadas, que me fazem acreditar e lutar por um mundo  
melhor.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto Federal Catarinense (IFC) pela vaga no Programa de Pós-Graduação em Educação e pela oportunidade que me foi oferecida de afastamento para qualificação, o que muito contribuiu para o desenvolvimento de meus estudos.

Aos colegas que trabalham na biblioteca do IFC - *Campus Araquari*, que, além de me incentivarem a participar desta empreitada, assumiram as minhas funções profissionais durante o meu afastamento para qualificação.

Aos colegas de todas as bibliotecas, por dedicarem tempo e contribuir com o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação do IFC, pelos desafios propostos, pelos conhecimentos compartilhados e por se constituírem em lentes de aumento que ajudam a enxergar o mundo.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação, pelos ricos momentos de convívio, de debate e pelas parcerias que, apesar do distanciamento social, mantiveram-se e foram fundamentais nesta caminhada; especialmente à Tati, companheira de viagem, que me ensinou a amar ainda mais a história.

À Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC), pelo recebimento de bolsa no Programa de Bolsas do Estado de Santa Catarina (UNIEDU).

Aos professores Dr. Marco Antônio Melo Franco, Dr. Rogério Sousa Pires, Dra. Francini Scheid Martins, Dra. Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva e Dr. Antônio Cavalcante de Almeida, por aceitarem o convite para compor as bancas de qualificação e de defesa e, assim, participar deste meu percurso, dedicando tempo e contribuindo enormemente para que esta pesquisa se constituísse.

À minha querida orientadora, professora Dra. Idorlene da Silva Hoepers, por acreditar no meu projeto, por sempre me lembrar que, apesar do contexto, das adversidades, dos imprevistos da vida, é preciso manter a calma, fazer uma coisa de cada vez e ir em frente. Obrigada pelo tom de voz manso, sereno e carinhoso; sempre acreditei que orientadores não tivessem este tom de voz.

Aos meus familiares, em especial ao meu pai, que partiu durante esta minha caminhada, e à minha mãe, que sempre me incentivou a estudar.

Ao principal responsável pelo meu ingresso nesta jornada, meu marido. Obrigada pelo incentivo, pela parceria, por me fazer acreditar em mim. À Ana Clara, filha querida, que precisou, ao mesmo tempo, aprender a dividir minha atenção com o mestrado e com a irmã.

Obrigada por compreender minhas ausências, por encher meus livros com recadinhos carinhosos. À Maria Fernanda, que, embora eu ainda não soubesse, me acompanhava antes mesmo do ingresso neste Programa e que, desde as primeiras mamadas, dividiu o meu colo com livros. Aos três, a minha gratidão, a minha admiração e o meu amor. Esta é mais uma de nossas conquistas.

Não nos damos conta, de fato, de que a literatura e os saberes humanísticos, a cultura e a educação constituem o líquido amniótico ideal no qual podem se desenvolver vigorosamente as ideias de democracia, liberdade, justiça, laicidade, igualdade, direito à crítica, tolerância, solidariedade e bem comum (ORDINE, 2016, p.23).

Não podemos confundir investimento nas pessoas com assistencialismo ou caridade cristã. Trata-se de uma estratégia destinada a afastar ou reduzir o caráter anômalo da biblioteca, garantindo-lhe, como retorno, plausibilidade e, por consequência, a sua permanência [...] (BRAYNER, 2018, p. 260).



## RESUMO

As recentes pesquisas realizadas em programas de Pós-Graduação *stricto sensu* têm mostrado que, nas bibliotecas, a acessibilidade, em suas várias dimensões, às pessoas com deficiência ainda é questão pouco contemplada. Diante disso, esta pesquisa, vinculada à linha de pesquisa Processos Educativos e Inclusão, tem como objetivo analisar como o conjunto de bibliotecas do Instituto Federal Catarinense (IFC) tem se organizado para oferecer condições de acessibilidade e garantir inclusão às pessoas com deficiência. O campo da pesquisa foi as 17 bibliotecas que compõem o Sistema Integrado de Bibliotecas do IFC (SIBI – IFC). A abordagem metodológica configura-se como qualitativa e quantitativa, incluindo elementos descritivos, interpretativos, bibliográficos e documentais. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados dois questionários semiestruturados, respondidos virtualmente por meio da ferramenta *Google Forms*. O questionário 1 foi encaminhado aos 62 profissionais que trabalham nas bibliotecas do IFC e respondido por 31 participantes. O questionário 2 foi enviado para o *e-mail* institucional de cada biblioteca, com a sugestão de que fosse respondido pelo responsável da unidade. Das 17 bibliotecas que compõem o SIBI, 14 responderam ao questionário. As bases teóricas que fundamentam este estudo estão assim organizadas: ao abordarmos a cultura, buscando conceituá-la no intuito de compreender sua influência na construção de instituições sociais como as bibliotecas, dentre os autores em que buscamos embasamento estão Cuche (1999), Geertz (2008) e Canclini (2008); autores como Milanesi (1985), Martins (2002), Maroto (2012), Barbier (2018) e Brayner (2018) fundamentam a discussão em torno da história e da função social das bibliotecas. Para sustentar o texto que trata da forma como as pessoas com deficiência são concebidas pela sociedade ao longo da história, nos amparamos em Vigotski (2011), Mazzotta (2011), Bianchetti e Freire (2012), Jannuzzi (2012), entre outros, enquanto Sasaki (2005), Skliar (2006), Diniz (2012), Fabris e Lopes (2013) e Mantoan (2015) estão entre os que referenciam a discussão a respeito da acessibilidade e da inclusão da pessoa com deficiência. Mazzoni *et al* (2001), Pupo (2010) e Stroparo (2018) são alguns dos autores que tratam da acessibilidade mais especificamente no *locus* da biblioteca. Além disso, documentos como a Lei nº 10.098/2000, a Lei nº 13.146/2015 e a NBR 9050/2020 embasam a análise em torno da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas do IFC. A análise de dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, descrita em Franco (2008) e Bardin (2011). Como resultado da pesquisa, evidenciamos que, tanto nas “vozes” dos participantes, quanto nos resultados dos dados quantitativos que espelham os critérios de acessibilidades atendidos ou não pelas bibliotecas do

IFC, são explicitadas precárias condições de acessibilidade em todas as dimensões. Os dados revelam que a dimensão da acessibilidade mais deficitária é a instrumental, seguida da acessibilidade comunicacional. Já a acessibilidade atitudinal é a mais presente e resulta da empatia dos profissionais que atuam nas bibliotecas. Destaca-se a evidência de demanda por formação na área de acessibilidade por parte dos participantes da pesquisa, fato que pode estar relacionado ao desconhecimento de questões vinculadas à acessibilidade e à invisibilidade da pessoa com deficiência por parte destes participantes. Apesar da realidade revelada, as bibliotecas têm, especialmente desde o ano de 2019, realizado alguns movimentos no sentido de promover a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência em seus serviços. Assim, esta pesquisa conclui que a acessibilidade às pessoas com deficiência nas bibliotecas do IFC é deficitária, o que interfere negativamente nos processos de inclusão das pessoas com deficiência no âmbito institucional.

**Palavras-chave:** Educação. Cultura. Inclusão. Acessibilidade. Bibliotecas do Instituto Federal Catarinense.

## ABSTRACT

Recent researches on accessibility carried out in *sensu stricto* postgraduate programs have shown that, in libraries, accessibility, in its various dimensions, for people with disabilities is still an issue that has been addressed poorly. Therefore, this research - linked to the research line Educational Processes and Inclusion - aims to analyze how the set of libraries of the Federal Institute of Santa Catarina (IFC) has been organized to offer conditions of accessibility and inclusion for people with disabilities. The research field consisted of 17 libraries that make up the IFC Integrated Library System (SIBI - IFC). The methodological approach is characterized as qualitative and quantitative, including descriptive, interpretive, bibliographic and documental elements. As data collection instruments, two questionnaires were used, answered virtually through the Google Forms tool. Questionnaire 1 was sent to 62 professionals working in IFC libraries and answered by 31 participants. Questionnaire 2 was sent to the institutional e-mail of each library, with the suggestion that it be answered by the person responsible for the unit. Of the 17 libraries that make up the SIBI, 14 responded to the questionnaire. The theoretical basis that support this study is organized as follows: when we approach culture, seeking to conceptualize it in order to understand its influence on the construction of social institutions such as libraries, the authors on which we seek foundation are Cuche (1999), Geertz (2008) and Canclini (2008); while authors such as Milanese (1985), Martins (2002), Maroto (2012), Barbier (2018) and Brayner (2018) base the discussion on the history and social function of libraries. To support the text that deals with how people with disabilities are conceived by society throughout history, we rely on Vigotski (2011), Mazzotta (2011), Bianchetti and Freire (2012), Jannuzzi (2012), among others, while Sasaki (2005), Skliar (2006), Diniz (2012), Fabris and Lopes (2013) and Mantoan (2015) are among those who reference the discussion about accessibility and inclusion of people with disabilities. Mazzoni (2001), Pupo (2010) and Stroparo (2018) are some of the authors who deal with accessibility more specifically at the library locus. In addition, documents such as the Brazilian law No. 10,098 / 2000, No. 13,146 / 2015 and NBR 9050/2020 support the analysis around accessibility and inclusion of people with disabilities in IFC libraries. Data analysis was performed through content analysis, which can be assessed in full in Franco (2008) and Bardin (2011). As a result of the research, we evidenced that, both in the “voices” of the participants, and in the results of the quantitative data that reflect the accessibility criteria met or not by the IFC libraries, precarious accessibility conditions are explained in all dimensions. The data reveal that the most deficient dimension of accessibility is the instrumental, followed by communicational

accessibility. Attitudinal accessibility, on the other hand, is the most present and results from the empathy of professionals working in libraries. The evidence of demand for training in the area of accessibility on the part of the research participants stands out, a fact that may be related to the lack of knowledge of issues related to accessibility and the invisibility of people with disabilities on the part of these participants. Despite the reality revealed, libraries have, especially since the year 2019, some moves made to promote accessibility and inclusion of people with disabilities in their services. Thus, this research concludes that accessibility for people with disabilities in IFC libraries is deficient, which negatively interferes in the processes of inclusion of people with disabilities in the institutional scope.

**Keywords:** Education. Culture. Inclusion. Accessibility. Libraries of the Instituto Federal Catarinense.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisas selecionadas para comporem o estado da arte .....	61
Quadro 2 - Acervo físico atual e previsão de expansão até 2023 conforme PDI .....	127
Quadro 3 - Caracterização dos participantes que responderam ao questionário .....	141
Quadro 4 - Quantitativo e percentuais de respondentes do questionário 1 .....	143
Quadro 5 - Tempo de trabalho no IFC e na biblioteca .....	145
Quadro 6 - Acessibilidade no estacionamento da biblioteca .....	158
Quadro 7 - Acessibilidade nos banheiros das ou que atendem as bibliotecas .....	163
Quadro 8 - Acessibilidade no acesso à biblioteca .....	165
Quadro 9 - Acessibilidade no espaço interno da biblioteca .....	166
Quadro 10 - Acessibilidade comunicacional .....	168
Quadro 11 - Tecnologias que integram os serviços das bibliotecas .....	174
Quadro 12 - Censo Interno do IFC (novembro/2020) - Percentual de discentes, técnicos administrativos e docentes com deficiência .....	190
Quadro 13 - Ações previstas para as bibliotecas do IFC, segundo o Plano de Ação para Acessibilidade 2018 .....	202
Quadro 14 - Índices de acessibilidade das bibliotecas do IFC .....	212

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Transporte urbano coletivo acessível que atende aos <i>campi</i> do IFC .....	157
Gráfico 2 - Conhecimento dos participantes acerca da NBR 9050/2020 .....	159
Gráfico 3 - Acessibilidade no entorno da biblioteca .....	162
Gráfico 4 - Acessibilidade nos bebedouros das ou que atendem às bibliotecas .....	164
Gráfico 5 - Acessibilidade nos balcões de atendimento das bibliotecas .....	167
Gráfico 6 - Disponibilização de <i>softwares</i> específicos para auxiliar as pessoas com deficiência .....	176
Gráfico 7 - Forma como os <i>softwares</i> específicos para auxiliar as pessoas com deficiência na busca informacional são disponibilizados nas bibliotecas .....	177
Gráfico 8 - A acessibilidade contemplada no regulamento das bibliotecas .....	178
Gráfico 9 - Número de discentes que apresentam fatores de necessidades específicas .....	189
Gráfico 10 - Conhecimento de que no <i>campus</i> em que atua há pessoas com deficiência .....	191

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Recursos relacionados à infraestrutura disponíveis nas escolas de ensino fundamental segundo a dependência administrativa – Brasil – 2019.....	124
Figura 2 - Distribuição dos campi do IFC .....	126

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Os potenciais participantes da pesquisa .....	30
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BDTD	Banco de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CEFETS	Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
Censup	Censo da Educação Superior
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CFTICG	Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-Guia
CNRTA	Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IFRO	Instituto Federal de Rondônia
IFs	Institutos Federais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
MEC	Ministério da Educação
NAPNEs	Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
NBR	Norma Brasileira
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
NEGES	Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade
NuBi	Núcleo Bilíngue Libras-Língua Portuguesa do IFC
NUPE	Núcleo de Atendimento Pedagógico
PAR	Plano de Ação Articulada



PCDs	Pessoas com Deficiência
PDC	Política de Desenvolvimento de Coleções
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
RFEPCT	Rede Federal de Educação Científica Profissional e Tecnológica
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SIBI	Sistema Integrado de Bibliotecas
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
W3C	<i>World Wide Web Consortium</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>24</b>
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
1.1.1	<b>Tipo de Pesquisa.....</b>	<b>29</b>
1.1.2	<b>Os potenciais participantes da pesquisa.....</b>	<b>30</b>
1.1.3	<b>Instrumentos de Coleta de Dados.....</b>	<b>34</b>
1.1.4	<b>Análise dos Dados.....</b>	<b>38</b>
<b>2</b>	<b>O CONCEITO DE CULTURA E A CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA NA PERSPECTIVA HISTÓRICA: FUNDAMENTOS NECESSÁRIOS PARA COMPREENDER A ATUALIDADE.....</b>	<b>40</b>
2.1	O PERCURSO HISTÓRICO DAS BIBLIOTECAS.....	43
2.2	BIBLIOTECAS NA ATUALIDADE: OLHARES A PARTIR DAS POSSIBILIDADES DE NOVAS CONFIGURAÇÃO.....	51
<b>3</b>	<b>ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NAS BIBLIOTECAS: O QUE DIZEM AS PESQUISAS RECENTES REALIZADAS NOS PROGRAMAS <i>STRICTO SENSU</i>: ESTADO DA ARTE.....</b>	<b>59</b>
3.1	OS DESCRITORES, A RECUPERAÇÃO E A SELEÇÃO DAS PRODUÇÕES.....	59
3.2	COMO FORAM REALIZADAS E O QUE DIZEM AS PESQUISAS.....	65
3.3	CONVERGÊNCIAS ENTRE AS PRODUÇÕES ANALISADAS.....	82
<b>4</b>	<b>ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: HISTÓRIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONCEITOS.....</b>	<b>85</b>
4.1	DEFICIÊNCIA: CONCEITO E SIGNIFICADO.....	91
4.2	O SENTIDO DA INCLUSÃO SOB DIVERSOS OLHARES.....	98
4.3	ACESSIBILIDADE: CONCEITOS E DIMENSÕES.....	105
4.3.1	<b>Acessibilidade arquitetônica.....</b>	<b>112</b>
4.3.2	<b>Acessibilidade comunicacional.....</b>	<b>113</b>
4.3.3	<b>Acessibilidade instrumental.....</b>	<b>114</b>
4.3.4	<b>A acessibilidade metodológica.....</b>	<b>116</b>
4.3.5	<b>Acessibilidade programática.....</b>	<b>117</b>
4.3.6	<b>Acessibilidade atitudinal.....</b>	<b>117</b>

<b>5</b>	<b>A FORMAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO FEDERAL SOCIALMENTE REFERENCIADO.....</b>	<b>119</b>
5.1	O IFC E SUAS BIBLIOTECAS.....	125
5.2	CARACTERIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DO IFC.....	133
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>140</b>
6.1	CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	140
6.2	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO PELAS “VOZES” DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	146
6.3	DIMENSÕES DA ACESSIBILIDADE.....	155
6.3.1	<b>Acessibilidade nos transportes.....</b>	<b>156</b>
6.3.2	<b>Arquitetônica.....</b>	<b>159</b>
6.3.3	<b>Comunicacional.....</b>	<b>168</b>
6.3.4	<b>Metodológica.....</b>	<b>170</b>
6.3.5	<b>Instrumental.....</b>	<b>173</b>
6.3.6	<b>Programática.....</b>	<b>178</b>
6.3.7	<b>Atitudinal.....</b>	<b>185</b>
6.4	(IN)VISIBILIDADE.....	187
6.5	(DES)CONHECIMENTO.....	194
6.5.1	<b>Demanda por formação.....</b>	<b>204</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>209</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>217</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>234</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>248</b>

## **REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO DE INCLUSÃO: REVISITANDO MEMÓRIAS**

A escolha da temática desta pesquisa não surgiu ao acaso ou como resposta de cumprimento a um protocolo acadêmico, ela está diretamente ligada às experiências vividas por mim, em minha vida e na minha atuação como auxiliar de biblioteca do Instituto Federal Catarinense (IFC). Após o percurso da pesquisa, e refletindo sobre os porquês que me levaram a ela, percebo que este trabalho surgiu de duas perguntas iniciais: “Será que só eu estou preocupada e incomodada com a forma como a biblioteca se relaciona com as pessoas com deficiência ou meus colegas de outras bibliotecas também? Quais são as condições de acessibilidade da biblioteca em que trabalho e das demais bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas do IFC?” Para melhor apresentação de questões que suscitaram a elaboração desta pesquisa, descrevo, a seguir, alguns fatos.

Passei a fazer parte do grupo de servidores efetivos do IFC em 11/02/2015, assumindo o cargo de auxiliar de biblioteca no *campus* Santa Rosa do Sul. Naquele período, a biblioteca do *campus* Santa Rosa do Sul contava com quantitativo suficiente de servidores para o desenvolvimento dos serviços prestados pela biblioteca e, devido ao fato de ser licenciada em Pedagogia, fui convidada para atuar junto à equipe pedagógica, tendo como uma das principais funções acompanhar um aluno do Ensino Médio Integrado que possuía laudo de discalculia e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade.

No segundo semestre, com o intuito de trabalhar mais próxima à família, fui removida para o *campus* São Francisco do Sul, onde, além de auxiliar de biblioteca, desempenhava a função de Coordenadora de Comunicação, fato que fazia com que estivesse constantemente visitando a comunidade, em especial as escolas de São Francisco do Sul, para divulgar a instituição.

Neste processo de visita às escolas e à comunidade do município de São Francisco Sul, a conversa com o familiar de um adolescente com paralisia cerebral desencadeou algumas inquietações a respeito dos processos de inclusão da pessoa com deficiência no IFC. Naquela experiência, o familiar do interessado em ingressar no IFC como discente questionou sobre as formas oferecidas para o ingresso de pessoas com deficiência. Informei que os editais previam condições especiais para a realização da prova aos que comprovassem a necessidade. O familiar argumentou que as adequações propostas pelos editais não eram suficientes, já que isso não

garantiria a condição de realização da prova, dada a deficiência do candidato à vaga. Portanto, a prova, independente das condições oferecidas para sua realização, seria um mecanismo de exclusão. Argumentou ainda que, naquele momento, o interessado à vaga estudava em uma escola cujas condições de acessibilidade arquitetônicas eram extremamente limitadas, assim como a existência de equipe pedagógica de apoio, condições contrárias às do *campus* São Francisco do Sul. Como mãe, pedagoga e servidora de uma instituição que em sua missão se compromete com a inclusão social, fiquei extremamente sensibilizada e inquieta com a situação.

Naquele período, visitei por algumas vezes uma das escolas municipais vizinhas ao *campus*, divulguei a existência de computadores no espaço da biblioteca e, desta forma, vários alunos que residiam no entorno passaram a frequentar a biblioteca para, principalmente, utilizar os computadores em suas pesquisas escolares. Relato isso porque tenho convicção de que minha iniciativa colaborou com o processo de inclusão digital de alunos que não tinham equipamentos ou acesso à internet em suas casas e aproximou a biblioteca da comunidade. Embora muitas pessoas entendam que as bibliotecas do IFC devem atuar exclusivamente com quem possui vínculo oficializado à instituição, como alunos e servidores, minha convicção é de que elas fazem parte de uma instituição pública e que têm grande potencial para atuar na inclusão de todos, inclusive das pessoas com deficiência.

No ano de 2017, com o lançamento dos editais de seleção para ingresso nos cursos de nível médio, técnico e superior (IFC, 2017b), o IFC passou a oferecer reserva de vagas para ingresso de pessoas com deficiência. Assim, surgiram algumas indagações: o IFC estava preparado para receber pessoas com deficiência? Qual a formação dos servidores para prestar serviços a este público? Como as bibliotecas estavam atendendo às pessoas com deficiência que estudavam no IFC e como atenderiam aos novos alunos com deficiência, já que, com a reserva de vaga para pessoa com deficiência, havia a probabilidade de que o número de ingressantes com deficiência aumentasse.

Outra experiência que influenciou o interesse pelo objeto de estudo aqui proposto foi vivida no *campus* Araquari, no ano de 2017, quando, desempenhando a função de auxiliar de biblioteca, várias vezes solicitei a um aluno que falasse em tom de voz mais moderado, pois estava atrapalhando os demais alunos. Isso aconteceu até o momento em que outro aluno que estava nas dependências da biblioteca alertou que o colega em questão era autista e, por isso, agia de tal forma. Ou seja, minha postura profissional foi inadequada e excludente. Frustrada com minha ação, outras perguntas emergiram, dentre elas: qual a formação dos servidores para atender a essas demandas e por que os servidores da biblioteca não sabiam quem eram os alunos

com deficiência que frequentavam o *campus* e a biblioteca?

Em janeiro do ano de 2019, ao perceber que alguns integrantes da equipe de atendimento educacional especializado (AEE) do *campus* Araquari estavam visitando a biblioteca, acompanhados de um aluno, dirigi-me a eles para dar as boas-vindas e para me colocar à disposição. Fui informada, então, que estavam apresentando a biblioteca para um aluno ingressante, que o aluno era autista e que, por gostar muito da biblioteca e frequentá-la em momentos de crise, já que é um ambiente mais tranquilo e silencioso, sua turma seria transferida para o mesmo prédio onde está localizada a biblioteca. Fiquei me perguntando o que teria acontecido se naquele momento eu estivesse realizando outra atividade e não tivesse me dirigido a eles, será que teria recebido esta informação ou saberia que aquele aluno precisava de atendimento especial somente quando ele se dirigisse à biblioteca e eu percebesse sua necessidade ou alguém, como no caso do aluno que estava falando em tom de voz mais alto, me orientasse?

Assim, reconhecendo a importância da informação, compartilhei-a com os colegas do setor, a fim de informar que, em alguns momentos, o aluno poderia necessitar de atendimento diferenciado. Nos primeiros dias letivos, a equipe da biblioteca procurou estabelecer uma relação de confiança com o aluno. Essa relação ocorreu por meio de pequenas atitudes, como: após saber que o aluno tinha receio em tomar água diretamente no bebedouro e, como o bebedouro que ele costumava usar ficava ao lado da biblioteca, disponibilizamos um copo para seu uso exclusivo. Desta forma, diariamente o aluno buscava o copo, conversava com os atendentes e, aos poucos, a relação de confiança foi se estabelecendo. Outra medida adotada foi orientá-lo para que, nas situações em que houvesse número elevado de pessoas usando a biblioteca e considerando que não há salas de estudo individuais ou com isolamento acústico, pudesse usar a sala administrativa, ocupando qualquer cadeira disponível e, assim, ficar em ambiente mais silencioso.

Em virtude de minhas inquietações a respeito do atendimento da biblioteca à pessoa com deficiência e após, informalmente, tomar conhecimento de que a equipe do setor de AEE havia realizado mapeamento de todos os alunos com deficiência ingressantes naquele ano, solicitei autorização para participar da reunião realizada entre a AEE e os professores dos alunos com deficiência. Posteriormente, compartilhei com os servidores da biblioteca as informações sobre quais alunos ingressantes precisariam de atendimento especial e quais seriam as principais especificidades deste atendimento. Assim, surgiu o interesse em estudar a temática aqui proposta, o que me levou a pesquisar sobre as condições de acessibilidade e inclusão da pessoa

com deficiência nas bibliotecas que compõem o SIBI do IFC.

No ano de 2020, com a pesquisa em desenvolvimento, por meio do aprofundamento teórico, fui instigada a refletir sobre os processos de exclusão vivenciados não somente pelas pessoas com deficiência, mas por todas as pessoas que em determinadas circunstâncias são vítimas de processos e ações excludentes. Em meio a um contexto pandêmico e com um bebê de aproximadamente cinco meses, precisei realizar a renovação de minha carteira de habilitação. Dirigi-me a uma autoescola e, lá chegando, precisei deixar o carrinho de bebê na rua, pois o acesso era realizado por escadas. Fui informada de que havia uma rampa nos fundos da edificação, para onde me dirigi e cheguei à entrada acessível após percorrer um caminho com cascalho. No topo da rampa, deparei-me com dois vasos de plantas que impossibilitavam a passagem. Retornei até a janela mais próxima e solicitei a gentileza de retirarem o obstáculo, fui prontamente atendida e, assim, consegui ter acesso ao serviço que buscava.

Após alguns dias, fui à clínica médica realizar o exame para a renovação da carteira de habilitação, mas, desta vez, fui com meu bebê no colo, pois imaginei que, por questões de acessibilidade, o uso do carrinho poderia ser um empecilho, fato que comprovei ao chegar no local. Aguardei aproximadamente meia hora na fila de triagem, depois fui atendida e informada de que, por estar com criança no colo, teria preferência no atendimento. Não demorou muito e fui chamada pelo médico. Ele, um senhor que aparentava ter mais de 70 anos de idade, não me disse bom dia. Suas primeiras palavras foram: “Quem vai segurar a criança?” Respondi, sorridente: “Eu”. Acreditei que estivesse brincando. Sabia, por experiência, que o exame médico é simples e, basicamente, restringe-se a um exame ocular, algo plenamente possível de ser feito com uma criança no colo. Aliás, tinha visitado minha oftalmologista alguns dias antes, também acompanhada de meu bebê.

Ao ouvir minha resposta, o médico franziu a testa e disse: “Não. Exame médico é exame médico. Você deveria ter trazido alguém para segurar a criança”. Fiquei paralisada, sem reação, e aqueles milésimos de segundo pareceram uma eternidade. Porém, uma mulher, vestida com um jaleco branco, provavelmente uma médica, entrou na sala e falou: “aqui doutor, deixa que eu faço, ela pode, sim, segurar o bebê. Deixa ela com o bebê e eu faço o exame. Ela pode fazer, sim”. Ela me alcançou um guardanapo de papel, pediu para tapar um olho e ler as letras que eram projetadas na parede, em seguida pediu para repetir o mesmo procedimento com o outro olho. Depois, solicitou que fizesse movimentos com os punhos das mãos, um depois do outro, para finalizar me orientou a permanecer em pé e dobrar os joelhos e, então, informou que o exame estava concluído. Não sei quantos minutos isso durou, mas foram poucos, não mais do

que cinco.

Carimbando um documento e o estendendo para que o médico assinasse, carinhosamente brincou: “Esses homens não sabem que as mães são polvos”. O médico, agora sentado em sua cadeira, com a testa ainda mais franzida, falou algo que não consegui ouvir, e ela então respondeu: “Pandemia, doutor. Não tem com quem deixar as crianças e tem que fazer o exame”. Gentilmente, ela me conduziu até a saída e se despediu. Ele? Não sei, não ouvi nada vindo dele e não quis olhá-lo. Não nos despedimos, mas também não havíamos nos cumprimentado.

Eu estava trêmula. Naquela madrugada, havia lido sobre acessibilidade e inclusão e fiquei estarecida com a minha atitude. Por que me calei, se eu sabia que ele não podia fazer aquilo comigo? Por que não falei a ele que estava cometendo um ato discriminatório? Por que não disse que ser mãe e ter um bebê nos braços não me impedia de fazer qualquer coisa. Deveria ter perguntado a ele sobre o que jurou no momento em que colou grau, qual era o seu comprometimento com a sua profissão e com as pessoas. Perguntado se compreendia o significado de empatia, de alteridade. A minha maior indignação não foi com a atitude dele, foi com a minha inércia. Por que fiquei calada?

Ao sair da clínica, quando pagava o estacionamento, a pessoa que me atendeu percebeu que eu estava nervosa, comentei com ela o ocorrido e ela relatou que eu não era a primeira pessoa a passar por esta situação. Então, lembrei que enquanto eu estava na recepção da clínica uma mulher vestida com um jaleco branco havia passado por mim. Concluí que ela sabia que eu passaria por tal situação e entrou na sala para evitar que eu saísse de lá sem fazer o exame. Ou seja, eu tive sorte. E é isso que algumas pessoas têm: sorte. Sorte de encontrar alguém que dê uma ajudinha. Mas não é disso que nossa sociedade precisa. Precisamos de profissionalismo, de cumprimento das legislações, de empatia, de alteridade e de inclusão social.

Por fim, percebi naquele momento que, mesmo com conhecimento a respeito do que estava acontecendo, não tive forças para reagir. Contudo, ganhei mais forças para conduzir esta pesquisa, porque, apesar de serem a acessibilidade e a inclusão temas já muito debatidos e pautados, ficou ainda mais clara a importância de retomar esta discussão e, principalmente, intensificar este debate em múltiplos espaços. É nestas memórias, e tantas outras aqui não relatadas, que esta pesquisa surgiu e desenvolve-se: na inquietação e na busca por contribuir com processos e serviços acessíveis e inclusivos.



## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da humanidade é impulsionado fortemente pelo conhecimento que o homem adquire ao longo do tempo, o que impele a reconstrução dos próprios conhecimentos, das culturas, dos sistemas simbólicos e das relações sociais. Neste movimento cíclico, a socialização dos saberes historicamente construídos faz-se fundamental e as bibliotecas, sejam elas físicas ou virtuais, constituem-se em uma das fontes que atuam na organização e na disseminação de determinados tipos de conhecimento, de forma a contribuir com a universalização dos saberes e com os processos de evolução social e cultural.

As bibliotecas são instituições que carregam heranças históricas e culturais intimamente ligadas à exclusão de grupos sociais (BATTLES, 2003). Legados que também contribuem para que, por vezes, elas ainda permaneçam no imaginário ou na realidade como espaço de silêncio, de elitismo (BRAYNER, 2018). A atuação inclusiva ou excludente das bibliotecas é reflexo de uma série de variáveis, como da postura dos profissionais que atuam na organização e na disseminação dos serviços e das informações, formas pelas quais definem quem deve permanecer do lado de fora ou entrar na biblioteca. Porém, não é lícito escolher a quem atender (PUPO, 2006, p. 11).

Portanto, os acúmulos históricos e culturais influenciam na solidificação de uma representação simbólica da biblioteca como local excludente, ratificada, muitas vezes, na forma como os profissionais que nela atuam concebem a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência e na maneira como as próprias pessoas com deficiência reconhecem a biblioteca. Contudo, dadas as novas organizações e demandas sociais em que nas últimas décadas, especialmente a partir de 1990, a inclusão das pessoas com deficiência tem sido amplamente pautada nos mais diferentes espaços sociais (MANTOAN, 2015), as bibliotecas são desafiadas a olhar para a temática da inclusão de forma a contemplá-la.

Neste sentido, para além de atender aos preceitos da norma jurídica quanto à acessibilidade e à inclusão da pessoa com deficiência, as bibliotecas são instigadas a conceber a acessibilidade como uma forma de proporcionar inclusão, reconhecendo os direitos sociais histórica e culturalmente construídos. Isso exige uma nova organização, um novo fazer voltado a acompanhar os movimentos desenhados pela sociedade. Embora no atual sistema social a inclusão possa ter um viés excludente, constituindo-se em uma in/exclusão (FABRIS; LOPES, 2013), atender aos preceitos, aos critérios da acessibilidade, é um mínimo desejável para promover a inclusão das pessoas com deficiência.

Fomentar a cultura da acessibilidade voltada a tornar as informações disponíveis a

todos é uma urgência das bibliotecas e, entre os desafios desta instituição, está o de proclamar a ideia de que a liberdade intelectual e o acesso às fontes de informação são essenciais ao exercício da cidadania (IFLA, 2000). Assim, compreender as bibliotecas como um dos espaços de apoio ao desenvolvimento e à divulgação do conhecimento, bem como um local de convivência, de cultura, de lazer, de integração, de socialização e inclusão, é o ponto de partida para repensar a acessibilidade e a inclusão em seus espaços de forma a assegurar o exercício de cidadania.

Discutir a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência no *locus* das bibliotecas do IFC exige compreender, em primeiro lugar, as bases que as sustentam, o próprio IFC. Assim, destacamos que esta é uma instituição comprometida com a inclusão (PACHECO, 2011), com a oferta de educação pública federal, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada e, dentre os demais aspectos, em sua missão se compromete com a inclusão social.

Portanto, as bibliotecas do IFC, campo de estudo desta pesquisa, estão estruturadas em uma instituição comprometida com a inclusão social. Desta forma, e fundamentando-nos na perspectiva de que assim como as pessoas são histórica e culturalmente situadas, as instituições também o são e as bibliotecas, seguindo a missão do IFC, têm o desafio de atuar articuladamente, para promover a inclusão das pessoas.

Por meio da Resolução nº. 007 do Conselho Superior/2014 (Consuper), as bibliotecas do IFC, atualmente 17, passaram a ser coordenadas pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI), que é vinculado à Pró-Reitoria de Ensino e coordenado por bibliotecário do quadro de servidores do IFC, indicado para a função pelo Reitor. O Regimento Interno do SIBI define que, entre as finalidades das bibliotecas, está a de proporcionar o acesso à informação, disposta em diversos suportes e mídias, de forma a contemplar as ações e atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para mais, têm o objetivo de oferecer ambiente adequado a atividades de leitura, favorecendo as relações interpessoais, promovendo o exercício da cidadania, incentivando a pesquisa e contribuindo com a democratização do acesso ao conhecimento (IFC, 2019h).

Compreendemos que o desafio enfrentado pelas bibliotecas de atender aos seus objetivos é ampliado quando ponderamos que, apesar de situadas em uma instituição que se propõe inclusiva, elas carregam em seu gene traços da forma como se estruturaram e se relacionaram com as pessoas no decorrer da história. Além disso, estão erigidas em uma sociedade desigual, o que favorece aos processos de in/exclusão (FABRIS; LOPES, 2013) e à solidificação de desigualdades justas, por meio das quais é legitimada a exclusão de grupos específicos (DUBET, 2014). Portanto, apesar de situarmo-nos em uma sociedade organizada a partir de um sistema democrático, em que um dos pressupostos básicos é o de que todos tenham

acesso aos conhecimentos e às informações (BRASIL, 1988), interagir com todas as pessoas é um desafio imposto às bibliotecas, pois elas precisam romper com uma essência social, histórica e culturalmente excludente.

No exercício de compreender o atual cenário da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas, por meio do desenvolvimento do estado da arte percebemos que, dados os baixos índices de atendimento, propostas acessíveis são embrionárias nas bibliotecas, o que influencia diretamente nos processos de inclusão das pessoas com deficiência nestes ambientes. Além disso, com mais ênfase na região sul do Brasil, são escassas as pesquisas que abordam a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas e não há estudos com esta temática desenvolvidos no âmbito das bibliotecas do IFC. Também são poucas as pesquisas que ouvem a todos os profissionais que atuam nas bibliotecas, pois, geralmente, voltam-se ao bibliotecário. Neste sentido, esta pesquisa justifica-se, além das motivações apresentadas no texto que antecedeu esta introdução, pela necessidade de discutir estas questões, ouvindo as “vozes” de todos os que trabalham nas bibliotecas do IFC.

Para tanto, traçamos como objetivo geral **analisar como o conjunto de bibliotecas do IFC tem se organizado para oferecer condições de acessibilidade e garantir inclusão às pessoas com deficiência**. Os objetivos específicos são: 1. **discutir aspectos históricos e a função social das bibliotecas, em diálogo com autores e pesquisas que abordam a temática**; 2. **conceituar deficiência, inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência à luz de autores e a partir de marcos legais nacionais, internacionais e de documentos do IFC**; 3. **diagnosticar as condições de acessibilidade das bibliotecas do Instituto Federal Catarinense, a partir das disposições da Norma de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos (NBR 9050/2020)** e 4. **identificar as percepções dos profissionais que atuam nas bibliotecas sobre as condições de acessibilidade e de inclusão oferecidas pela rede de bibliotecas do IFC a pessoas com deficiência**.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEPSH) do IFC, cuja aprovação ocorreu de acordo com o parecer de nº 24676619.7.0000.8049 (ANEXO A). Cabe destacar que, embora tendências contemporâneas apontem para uma atuação virtual das bibliotecas, no IFC as atividades ocorrem, precipuamente, por meio dos espaços físicos e em atividades presenciais. Por isso, esta pesquisa tem como foco analisar como o conjunto de bibliotecas do IFC tem se organizado para oferecer condições de acessibilidade e garantir inclusão às pessoas com deficiência, especialmente em relação aos espaços físicos e

aos serviços oferecidos presencialmente.

Em relação a algumas escolhas que permeiam a construção deste texto, destacamos que, comumente, as pessoas que utilizam as bibliotecas são identificadas como usuários, contudo, para Corrêa (2014), este termo explicita uma unilateralidade, em que as pessoas usam os serviços e os espaços sem, no entanto, participarem dos processos. Assim, por entendermos a biblioteca como instituição que vai além de um local de uso, mas como uma possibilidade de interlocução e de participação, e concordando com Corrêa (2014), optamos, neste texto, pelo uso do termo “interagente”. Esta forma de nomear as pessoas corrobora com a ideia sob a qual concebemos as bibliotecas: um local de autonomia, de interatividade, seja entre pessoas, seja entre pessoas e saberes, um espaço de troca, de comunicação e de expressão.

Outro aspecto a ser apontado diz respeito à acessibilidade do texto, pois, no intuito de torná-lo acessível, um dos documentos consultados e que determinou nossas escolhas foi o Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (2017). Neste documento, é especificado que algumas barreiras podem ser impostas às pessoas cegas quando as imagens, as tabelas e os gráficos não são descritos ou não possuem texto alternativo (SALTON *et al*, 2017). Assim, após vários ensaios relacionados, especialmente à forma de apresentação da análise de dados, seção que possui ampla quantidade de dados quantitativos e qualitativos, decidimos apresentar algumas informações em formato de quadro, tabelas e gráficos e descrevê-las no corpo do texto ou por meio de texto alternativo.

Esta decisão é fundamentada no fato de que, pela sistematização das informações em tabelas, gráficos e outros, os leitores que enxergam teriam acesso a informações compiladas, o que facilita a leitura do texto e os que fazem uso de leitores de tela teriam acesso por meio do texto alternativos. Notas de rodapé dificultam a compreensão de quem faz uso de leitores de tela, já que a leitura da nota fica desvinculada do texto que a originou (SOUSA, 2016). Por isso, a inexistência de notas de rodapé também está relacionada ao objetivo de tornar o texto acessível.

Quanto à organização, esta pesquisa está dividida em 7 seções. Após esta introdução, na seção 2, com fundamentação em autores como Cuche (1999), Geertz (2008) e Canclini (2008), conceituamos cultura e discorremos a respeito de como ela perpassa a construção de instituições sociais como a biblioteca. Por meio de uma contextualização histórica, apresentamos algumas das principais bibliotecas da história da humanidade, como as bibliotecas foram constituídas e se apresentam na atualidade, discussão fundamentada em autores como Milanesi (1985), Martins (2002), Maroto (2012), Barbier (2018) e Brayner

(2018).

Na seção 3, a partir de pesquisas realizadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e do Catálogo de Teses e Dissertações, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), apresentamos o estado da arte, constituído pela análise de 16 dissertações e 1 tese. Esta seção, além de apresentar um panorama a respeito do que as pesquisas realizadas em *stricto sensu* apontam sobre a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas, contribui para o aprofundamento do referencial teórico a respeito da temática, pois os autores, a exemplo de Stroparo (2018), muito contribuem neste aspecto.

Na seção 4, a partir da teoria histórico cultural de Vigotski (2011), abordamos a história das pessoas com deficiência, fundamentados em Mazzotta (2011), Bianchetti e Freire (2012), Jannuzzi (2012) e a forma como a sociedade tem compreendido as pessoas com deficiência (2005), Skliar (2006), Diniz (2012) e Mantoan (2015). Ainda, compreendendo a importância dos termos “deficiência”, “inclusão” e “acessibilidade”, à luz de autores como Mazzoni *et al* (2001), Pupo (2010), Fabris e Lopes (2013), discutimos estes termos apoiados em documentos legais, como a Lei nº 10.098/2000, a Lei nº 13.146/2015 e a NBR 9050/2020. Nesta seção, também discutimos, em diálogo com autores como Tavares (2007) e Bersch (2017), as 5 dimensões da acessibilidade apresentadas por Sasaki (2005).

Na seção 5, é contemplada, com o auxílio de Frigotto (2018) e Pacheco (2011; 2015), a formação da Rede Federal de Educação Científica Profissional e Tecnológica (RFEPCT), uma proposta de educação pública que possibilitou a interiorização da educação federal e a criação dos Institutos Federais (IFs). Nesta seção, também abordamos as bibliotecas do IFC, tendo como um dos documentos de referência o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFC (PDI, 2019-2023) e o Relatório de Gestão 2018 do SIBI, este último se constitui como fonte para a caracterização de nosso campo de estudo, as bibliotecas do IFC.

A seção 6 é dedicada à análise de dados, a qual foi realizada por meio da análise de conteúdo fundamentada em Franco (2008) e Bardin (2011). Nesta seção, os dados são analisados em diálogo com os autores que fundamentam, ao longo do texto, a discussão da temática aqui proposta. Na seção 7 são tecidas as considerações finais.

Na sequência deste texto, são apresentados os procedimentos metodológicos pelos quais esta pesquisa foi estruturada.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foram redesenhados a partir das condições adversas impostas no decorrer da pesquisa, oriundas da situação pandêmica decorrente do Coronavírus. Situação que conduziu a novas escolhas relacionadas, por exemplo, às ferramentas de coletas de dados e à delimitação dos participantes da pesquisa, aspectos que serão apresentados na sequência.

### 1.1.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa, em função de suas características, configura-se como qualitativa e quantitativa, incluindo elementos descritivos, interpretativos, bibliográficos e documentais. Como instrumentos de coleta de dados, fizemos uso de dois questionários semiestruturados.

Stake (2011) corrobora com a opção metodológica desta pesquisa, ao abordar a multiplicidade de características da pesquisa qualitativa, enfatizando que

Não existe uma única forma de pensamento qualitativo, mas uma enorme coleção de formas: ele é interpretativo, baseado em experiências, situacional e humanístico. Cada pesquisador fará isso de maneira diferente, mas quase todos trabalharão muito na interpretação [...]. Todas as pesquisas exigem interpretações e, na realidade, o comportamento humano exige interpretações a cada minuto. Mas a pesquisa interpretativa é a investigação que depende muito da definição e da redefinição dos observadores sobre os significados daquilo que veem e ouvem (STAKE, 2011, p. 41 - 46).

Os pesquisadores que valorizam os aspectos qualitativos dos fenômenos, a complexidade da vida humana e evidenciam os significados da vida social, dedicam-se à análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações. Por isso, é fundamental dar atenção “[...] à compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais ou, então, dos vínculos indissociáveis das ações particulares com contexto social em que estas se dão” (CHIZZOTTI, 2017, p. 96),

Em relação à pesquisa bibliográfica, Stake (2011) afirma que ela se constitui não apenas de periódicos, mas de diversas fontes, impressas ou não, sugerindo a busca em dissertações, relatórios governamentais e institucionais, palestras e conferências, como meio para obter uma melhor compreensão das informações disponíveis nas diferentes fontes. Deste modo, o desenvolvimento do levantamento bibliográfico foi fundamental para a compreensão das “teias” que constituem o objeto de estudo e, ao mesmo tempo, forneceu suporte para a coleta

e a análise dos dados.

Fachin (2014, p. 121) evidencia a magnitude da pesquisa bibliográfica afirmando que

Todo tipo de estudo deve, primeiramente, ter o apoio e o respaldo da pesquisa bibliográfica, mesmo que esse se baseie em outro tipo de pesquisa, seja de campo, de laboratório, documental ou outra, pois a pesquisa bibliográfica tanto pode conduzir um estudo em si mesmo quanto constituir-se em uma pesquisa preparatória para outro tipo de pesquisa

Da mesma forma, o estudo documental da instituição e da legislação vigente, que abordam a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência, estruturou-se como alicerce na construção dos fundamentos epistemológicos que nos orientaram para que pudéssemos atingir os objetivos desta pesquisa.

### 1.1.2 Os potenciais participantes da pesquisa

Os potenciais participantes da pesquisa foram todos os profissionais que trabalham nas bibliotecas do IFC. Assim, conforme a Tabela 1, convidamos a participar da pesquisa 62 pessoas. A existência de 17 bibliotecas para 15 *campi* ocorre em função de que o *campus* Rio do Sul dispõe de três bibliotecas, sendo: uma na Unidade Sede, uma na Unidade Tecnológica e outra na Unidade Urbana. Para a elaboração dessa tabela, foram enviados *e-mails* para cada biblioteca, solicitando o nome dos profissionais que atuam neste espaço. Em seguida, buscamos no Portal de Transparência a especificação do cargo de origem de cada servidor, porque acreditamos que esta informação contribui para compreendermos melhor como estão estruturadas as equipes das bibliotecas.

Tabela 1 - Os potenciais participantes da pesquisa

Nº de Bibliotecas	Função													
	Biblioteca	Administrador	Assistente de alunos	Assistente em administração	Auxiliar de biblioteca	Auxiliar de limpeza	Auxiliar em administração	Bibliotecário	Cozinheiro	Estagiário	Lancheiro	Lavadeiro	Técnico em assuntos educacionais	Total
1	Abelardo Luz												1	1
2	Araquari				1			2	2	2				7
3	Blumenau				2		1	1						4

Nº de Bibliotecas	Função	Administrador	Assistente de alunos	Assistente em administração	Auxiliar de biblioteca	Auxiliar de limpeza	Auxiliar em administração	Bibliotecário	Cozinheiro	Estagiário	Lancheiro	Lavadeiro	Técnico em assuntos educacionais	Total
	Biblioteca													
4	Brusque		1	1				1						3
5	Camboriú			1	3			2		2				8
6	Concórdia				1			3		1	1			6
7	Fraiburgo				2			1						3
8	Ibirama	1		1	1			1						4
9	Luzerna			2	1			1						4
10	Rio do Sul Sede				2			1						3
11	Rio do Sul Urbana				1			1						2
12	Rio do Sul Tecnológica									1				1
13	Santa Rosa do Sul					2						1		3
14	São Bento do Sul				1			1		1				3
15	São Francisco do Sul				2			1						3
16	Sombrio					1		1				1		3
17	Videira				3			1						4
<b>Total</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>62</b>

Fonte: elaborada pelas autoras para fins de pesquisa, por meio de consulta, via *e-mail*, realizada a cada biblioteca

Por meio destas informações, percebemos que alguns profissionais foram deslocados de suas funções de origem e passaram a atuar nas bibliotecas, como é o caso de auxiliares de limpeza, de cozinheiros, de lancheiros e de lavadeiros. A análise dos cargos dos profissionais que atuam nas bibliotecas sugere a pouca aproximação entre a formação técnica exigida para os cargos aos quais se deu o ingresso no serviço público com temas como a função social, os objetivos das bibliotecas, a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência nestes espaços. Contudo, esta pode ser, também, uma questão que perpassa a formação inicial dos bibliotecários e dos auxiliares de bibliotecas, porque, embora no processo seletivo para ingresso no serviço público federal bibliotecários e auxiliares de biblioteca prestam prova que avalia conhecimentos relacionados às bibliotecas, não há garantia de que estas temáticas sejam abordadas na formação inicial.

Dado que o maior percentual de potenciais participantes desta pesquisa refere-se aos bibliotecários e aos auxiliares de biblioteca, debruçamo-nos na procura por documentos que



especifiquem a formação mínima e as atribuições dos cargos. A Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Em suas especificações, registra que a profissão de bibliotecário é permitida aos “[...] Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas” (BRASIL, 1962). Na Lei são apresentadas as atribuições do bibliotecário:

a) o ensino de Biblioteconomia; b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação; c) administração e direção de bibliotecas; d) a organização e direção dos serviços de documentação; e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência (BRASIL, 1962).

Além desta lei, a Resolução nº 42/2002 do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) trata do Código de Ética Profissional do Bibliotecário, documento que tem como objetivo “[...] fixar normas de conduta para as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades profissionais em Biblioteconomia” (CFB, 2002, p. 1). Conforme este Código, em relação aos interagentes, o bibliotecário observará as seguintes questões

[...] a) aplicar todo zelo e recursos ao seu alcance no atendimento ao público, não se recusando a prestar assistência profissional, salvo por relevante motivo; b) tratar os usuários e clientes com respeito e urbanidade; c) orientar a técnica da pesquisa e a normalização do trabalho intelectual de acordo com suas competências (CFB, 2002, p. 2).

Na busca por compreender quais são as atribuições dos bibliotecários no IFC, fomos orientados pela Direção de Gestão de Pessoas da instituição a consultar o edital de concurso público para o cargo de técnicos administrativos do IFC, de nº 259/2013. Nele é especificado que, para o exercício da atividade, o bibliotecário deve possuir curso superior em biblioteconomia ou ciências da informação, além de registro no CFB. Em relação às atribuições, o edital define que ao bibliotecário cabe

Disponibilizar informação; gerenciar unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação; tratar tecnicamente e desenvolver recursos informacionais; disseminar informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolver estudos e pesquisas; promover difusão cultural; desenvolver ações educativas; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional; Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa

e extensão (IFC, 2013, p. 21).

Por meio dos documentos apresentados, percebemos que a atuação do bibliotecário é ampla e, além dos processos de disponibilização de informações, contempla a gestão da biblioteca. O Código de Ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação aborda a importância de que os bibliotecários atuem de forma a gerir as bibliotecas para que elas atendam à diversidade. Neste sentido, deve ser garantido o direito de acesso à informação, assim como serviços equitativos a todos, independente da “[...] idade, nacionalidade, crença política, condição física ou mental, gênero, descendência, educação, renda, condição migratória ou de asilo, situação matrimonial, origem, raça, religião e orientação sexual” (IFLA, 2012, p. 3). Este Código também aborda a missão do bibliotecário especificando que

A missão principal dos bibliotecários e outros profissionais da informação é assegurar o acesso à informação para todos no sentido de seu desenvolvimento pessoal e educacional, enriquecimento cultural, lazer, atividade econômica, participação informada e reforço da democracia (IFLA, 2012, p. 2).

Assim, a atuação do bibliotecário, para ser articulada à missão ora referenciada, requer conhecimentos relacionados à acessibilidade e à inclusão da pessoa com deficiência, empatia e alteridade. No entanto, estas não são exigências relacionadas exclusivamente aos bibliotecários, dizem respeito a todos que trabalham nas bibliotecas.

Em relação aos auxiliares de biblioteca, o edital nº 259/2013 define como exigência mínima de titulação a conclusão do ensino fundamental, o que sugere que, apesar de realizarem prova para atuar especificamente nas bibliotecas, estes profissionais, comumente, não possuem em sua formação inicial estudos relativos a bibliotecas, o que pode sugerir a necessidade de atenção à formação continuada. Neste edital é estabelecido que as atribuições da função de auxiliares de biblioteca consistem em

Atuar no tratamento, recuperação e disseminação da informação e executar atividades especializadas e administrativas relacionadas à rotina da biblioteca e de unidades ou centros de documentação ou informação, quer no atendimento ao usuário, quer na administração do acervo, ou na manutenção de bancos de dados. Colaborar no controle e na conservação de equipamentos. Realizar manutenção do acervo. Elaborar e executar projetos de incentivo à leitura e colaborar no desenvolvimento do trabalho no ambiente de tecnologia. Utilizar recursos de informática. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional. Auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (IFC, 2013, p. 27).

Consideramos que a formação mínima exigida para a posse do cargo não corresponde às atribuições especificadas pelo edital, pois o ensino fundamental não representa a

complementaridade da educação básica. Ao instituir que não é necessária sequer a educação básica para o desempenho da atividade de auxiliar de biblioteca, é desconsiderada a importância desta etapa da educação. Isso também vai na contramão do que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da educação ao definir a educação básica como obrigatória e de direito subjetivo (BRASIL, 1996). Ademais, acreditamos que atividades como a elaboração e execução de projetos de incentivo à leitura em bibliotecas, que atendem desde a educação básica à pós-graduação *stricto sensu*, carecem de profissionais com formação superior ao ensino fundamental.

Faz-se importante registrar que o Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018 (BRASIL, 2018c), que trata da extinção de cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica, extinguiu o cargo de auxiliar de biblioteca. Portanto, no futuro, no âmbito da rede federal, estes profissionais serão substituídos por outros que não prestarão concurso para atuar especificamente em bibliotecas, mas que atuarão em distintos setores, como é o caso do cargo de assistente em administração.

Por meio desta constatação, acreditamos que há a tendência ascendente de que, entre os profissionais que atuam na biblioteca, somente os bibliotecários terão contempladas em sua formação básica e/ou nos processos seletivos para ocupar cargo público temáticas a respeito das bibliotecas. Os demais profissionais tendem a ser servidores da carreira técnico-administrativa, que podem exercer funções em distintos setores, com níveis de formação que vai da básica à superior, contudo sem a obrigatoriedade de ter em seu currículo a abordagem de temas relacionados às bibliotecas. Nesta perspectiva, evidencia-se a importância da formação continuada voltada à abordagem de temáticas que envolvam, além da capacitação técnica, discussões em torno dos objetivos e da missão das bibliotecas.

Como afirma Chizzotti (2017, p. 104), “O resultado final da pesquisa não será fruto de um trabalho meramente individual, mas de uma tarefa coletiva, gestada em muitas microdecisões, que a transformam em uma obra coletiva”. Assim, após realizada esta breve caracterização dos potenciais participantes e, portanto, colaboradores desta pesquisa, na sequência abordaremos o percurso da coleta de dados.

### **1.1.3 Instrumentos de Coleta de Dados**

Como instrumento de coleta de dados, optamos pelo uso de questionários semiestruturados. Esta escolha justifica-se, pois, conforme Stakes (2011, p. 112): “A vantagem

é que eles podem ser obtidos de uma grande quantidade de entrevistados”. Além disso, os *campi* do IFC localizam-se em uma amplitude geográfica que abrange todo o território do estado de Santa Catarina, tornando a avaliação *in loco* mais complexa e dispendiosa. Outro fator preponderante foi a situação pandêmica vivenciada no período de desenvolvimento da pesquisa, especialmente no período de coleta de dados, em que a imposição do isolamento social inviabilizou a visita às bibliotecas. Assim, para aplicação dos questionários semiestruturados definimos a utilização da ferramenta *Google Forms*. Essa ferramenta é eficiente por possibilitar à aplicação dos instrumentos de coleta de dados maior praticidade, agilidade e economicidade. Proporciona, ainda, flexibilidade em relação à disponibilidade de tempo dos participantes, que poderão escolher o momento e o local que julgarem mais adequados para responderem, além de garantir a privacidade e o anonimato. Sobre a privacidade, Stake (2011) defende que os limites da privacidade devem ser considerados e respeitados pelo pesquisador.

A opção pela realização de dois questionários semiestruturados, questionário 1 e questionário 2, ocorreu a partir do delineamento dos objetivos da pesquisa. Além disso, visou tornar mais prática a participação dos respondentes, por meio de questionários mais concisos. Caso contrário, com um único questionário extenso, o respondente poderia desmotivar-se a participar. Esta escolha justifica-se, também, por acreditarmos não haver a necessidade de que todos que trabalham na biblioteca respondessem questões referentes à acessibilidade, compreendidas na NBR 9050/2020, foco do questionário 2, que contempla, principalmente, questões antropométricas e de cunho quantitativo.

Portanto, convidamos **todos os que trabalham na biblioteca a responder o questionário 1. Já o questionário 2, foi enviado para o e-mail institucional de cada biblioteca e respondido pelo responsável da própria biblioteca.** O Regimento do SIBI define que a responsabilidade técnica pela biblioteca cabe ao bibliotecário e quando o organograma do *campus* contemplar o cargo de coordenação de biblioteca ele será ocupado exclusivamente por bibliotecário (IFC, 2019h). Contudo, de acordo com a Tabela 1, evidenciamos que, enquanto algumas bibliotecas não têm bibliotecário, outras têm mais de um e, por isso, sugerimos que o questionário fosse respondido pelo responsável, independentemente de ser bibliotecário ou não.

A partir destes delineamentos, o questionário 1 (APÊNDICE A) foi elaborado com o objetivo de identificar as percepções dos profissionais que atuam nas bibliotecas sobre as condições de acessibilidade e de inclusão oferecidas pela rede de bibliotecas do IFC a pessoas com deficiência. Este questionário foi estruturado com 40 questões, algumas abertas e outras fechadas. O questionário 2 (APÊNDICE B) teve como base atender ao objetivo de diagnosticar

as condições de acessibilidade das bibliotecas do IFC, a partir das disposições da NBR 9050/2020. Portanto, para a elaboração deste questionário realizamos o estudo da norma, tarefa árdua, pois o documento é complexo, o que exigiu inúmeras retomadas do texto. Compreendendo a importância e reconhecendo a contribuição de estudos já realizados nesta área, a partir do levantamento do Estado da Arte, identificamos que Carvalho (2016), Gentil Junior (2016) e Silveira (2015) desenvolveram em suas pesquisas questionários voltados à compreensão dos indicadores de acessibilidade nas bibliotecas que pesquisaram.

Por isso, a elaboração do questionário 2 também conta com embasamento nos materiais desenvolvidos pelos autores supracitados. Contudo, diferentemente destes que elaboraram o instrumento de coleta de dados separando em seções de acordo com as diversas dimensões da acessibilidade (SASSAKI, 2005), procuramos organizar o questionário 2 com foco em cada ambiente, evitando que o respondente fosse induzido a retomar, inúmeras vezes, a análise de diferentes aspectos de um mesmo espaço ou ambiente. Este questionário foi organizado com 29 perguntas, algumas abertas e outras fechadas.

Como forma de validação dos instrumentos de coleta de dados, os questionários foram submetidos a pré-teste em uma das bibliotecas do IFC. A escolha da biblioteca em que foi realizado o pré-teste levou em conta o fato de que, após contato telefônico, a bibliotecária responsável se mostrou receptiva em participar. O questionário 1 foi enviado para o *e-mail* de cada um dos 4 servidores da biblioteca. Os endereços de *e-mails* foram consultados no site da biblioteca. Dos 4 servidores, 3 participaram do pré-teste, contribuindo para que realizássemos uma avaliação do instrumento de coleta de dados. O questionário 2 foi encaminhado para o *e-mail* institucional da biblioteca e respondido pela bibliotecária. Na realização do pré-teste do questionário 2, a bibliotecária não respondeu a várias perguntas, argumentando que, como as bibliotecas estavam fechadas em função da situação pandêmica ocasionada pelo Coronavírus, algumas questões, especialmente em relação às especificidades antropométricas, para serem respondidas, exigiam que o respondente estivesse *in loco*. Contudo, a Banca que compôs o Exame de Qualificação desta pesquisa julgou que o questionário estava adequado e que o fato de não conseguir responder sugeria o desconhecimento a respeito das questões abordadas. Assim, comprovou-se a validação dos instrumentos de coleta de dados.

A coleta de dados ocorreu entre o dia 17 de fevereiro de 2021 e 30 de abril de 2021. O questionário 1 foi enviado a todos que trabalham nas bibliotecas do IFC, no dia 17 de fevereiro de 2021. Para fazer o levantamento de quais eram os servidores e seus respectivos contatos de *e-mail*, enviamos, em 09 de fevereiro de 2021, para o *e-mail* institucional de cada uma das 17 bibliotecas do IFC mensagem, solicitando o nome dos servidores e dos estagiários

que compõem o quadro de pessoal e seus respectivos endereços de *e-mail* ou, na ausência deste, contato telefônico. O resultado destes dados deu origem à Tabela 1.

A mensagem encaminhada por meio de *e-mail*, na data de 17 de fevereiro de 2021, a todos os servidores que trabalham nas bibliotecas, continha texto de apresentação, convite para participar da pesquisa, respondendo ao questionário 1, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Participação em Atividades de Pesquisa e Termo de Anuência. Neste primeiro contato, informamos que o questionário aceitaria respostas até o dia 03 de março de 2021, contudo, após esta data enviamos mais dois *e-mails* aos que não haviam respondido o questionário 1 e encerramos a coleta dos dados deste instrumento em 31 de março de 2021, com a participação de 50% dos convidados, ou seja, 31 pessoas.

Julgamos adequado aguardar o término da coleta de dados do questionário 1 para então encaminharmos o questionário 2 às bibliotecas. Assim, o questionário 2 foi encaminhado e respondido entre os dias 09 de março de 2021 e 30 de abril de 2021. Durante este período, foram encaminhadas 3 mensagens para o *e-mail* de cada uma das bibliotecas que fazem parte do SIBI do IFC, a primeira convidando para participar da segunda etapa da pesquisa e as outras lembrando sobre o prazo de término do período de participação.

Assim, das 17 bibliotecas convidadas a responder o questionário 2, recebemos 15 respostas. Porém, uma biblioteca respondeu duas vezes, provavelmente por erro de comunicação entre os servidores da unidade, pois o convite deixava claro que deveria ser respondido apenas um questionário por biblioteca e sugeria que fosse respondido pelo responsável de cada biblioteca. Percebemos que a biblioteca que enviou em duplicidade teve um questionário respondido por bibliotecário e outro respondido por auxiliar de biblioteca.

Como forma de padronização e definição prévia de analisar um questionário por biblioteca, optamos por descartar um dos questionários que estava representando uma das bibliotecas em duplicidade. Como critério de descarte, consideramos a data de resposta, definindo que manteríamos o questionário respondido com maior brevidade após o convite para participação da pesquisa. Este critério levou a excluir as respostas do auxiliar de biblioteca. Portanto, das 17 bibliotecas convidadas a participarem, 14 foram as bibliotecas que responderam ao questionário 2.

Cabe registrar que das três bibliotecas que não responderam ao questionário 2, duas não têm bibliotecário. A ausência de bibliotecários pode ser observada pela Tabela 1. Isso vai de encontro à Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998, que define a obrigatoriedade de um profissional da biblioteconomia para gerir a biblioteca. Nos dois questionários, todos os que acessaram a pesquisa concordaram em participar, ou seja, não houve casos em que os

formulários foram acessados, mas não foram respondidos por não haver concordância em participar da pesquisa.

Após a finalização da coleta de dados, as respostas foram organizadas por meio de tabulação e agrupamento e armazenadas em um disco rígido externo. Em relação ao sigilo e à confidencialidade sobre a identidade dos participantes, nos questionários 1 e 2, respectivamente, adotamos como sigla para representar a cada participante a letra “R” (**R**espondente) e a letra “B” (**B**iblioteca) seguidas de um algarismo arábico. O critério estabelecido para definir qual sigla corresponde a cada participante ou a cada biblioteca foi a ordem de respostas apresentada pelo *Google Forms*, que organiza os dados conforme a data e o horário em que as respostas foram submetidas. Desta forma, o primeiro participante que respondeu ao questionário 1 será identificado como R1 e o último como R31. Seguindo a mesma lógica, no questionário 2, a primeira resposta será identificada como B1 e a última como B14.

#### **1.1.4 Análise dos Dados**

Para a análise de dados, após tabulação das informações obtidas por meio dos questionários, fizemos uso da análise de conteúdo fundamentada em Franco (2008) e Bardin (2011). As categorias de análise de dados foram definidas por meio do movimento de interação com os dados coletados, uma vez que, conforme Bardin (2011), a técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e aos objetivos pretendidos necessita ser reinventada a cada momento. Na mesma perspectiva, Franco (2008, p. 26) apresenta a ideia de que “[...] o investigador tem seu próprio processo de decodificação e por meio dele analisa, infere e elabora interpretações acerca do processo de codificação do produto”. Ou seja, a partir do contato e prévia análise dos dados foi possível definir as categorias, verificar as inferências e realizar a análise de conteúdo.

Triviños (2013) defende que o processo de triangulação visa englobar amplamente a descrição, a explicação e o entendimento do objeto de estudo, enfatizando que o objeto é permeado por significado cultural, histórico e social, além da importância e necessidade de observar os processos e produtos centrados no participante da pesquisa. Concordando com o autor, na análise de dados cotejamos não apenas os dados adquiridos nos questionários, mas também as informações obtidas nos estudos dos diversos documentos e bibliografias consultados.

Salientamos que, como já descrito na parte inicial desta introdução, visando agregar acessibilidade ao texto e democratizar o acesso à informação, os gráficos e quadros, quando

viável, tiveram seu conteúdo descrito no corpo do texto desta dissertação. Em alguns casos, como no da Tabela 1 e da Figura 2, utilizamos a ferramenta “texto alternativo” do programa de edições de texto Word. Esta ferramenta possibilita que, com uso de programas leitores de tela, seja possível acessar a descrição do conteúdo.



## **2 O CONCEITO DE CULTURA E A CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA NA PERSPECTIVA HISTÓRICA: FUNDAMENTOS NECESSÁRIOS PARA COMPREENDER A ATUALIDADE**

Ao nos propormos o exercício de compreender a construção histórica das bibliotecas, seja na perspectiva mais geral ou no âmbito do IFC, somos impelidos a realizar uma interpretação ampla a respeito de como os seres humanos constroem as instituições sociais. Consideramos que uma das formas de caracterizar, compreender ou explicar nosso estilo de vida, nossas crenças, costumes, hábitos e práticas sociais se dá por meio da compreensão da nossa cultura. Neste sentido, propomo-nos a refletir sobre o conceito de cultura e como ela permeia o processo de construção das instituições sociais, mais especificamente das bibliotecas.

Denys Cuche (1999) aborda a evolução cultural como aspecto indissociável à evolução humana, afirmando que

O homem é essencialmente um ser de cultura. O longo processo de hominização, começado há mais ou menos quinze milhões de anos, consistiu fundamentalmente na passagem de uma adaptação genética ao meio ambiente natural a uma adaptação cultural. Ao longo desta evolução, que resulta no *Homo sapiens*, o primeiro homem, houve uma formidável regressão dos instintos “substituídos” progressivamente pela cultura [...] A cultura permite ao homem não somente de adaptar-se ao seu meio, mas também adaptar esse meio ao próprio homem (CUCHE, 1999, p. 10).

Somos, portanto, à medida que evoluímos cultural e historicamente, seres históricos culturais. Os comportamentos humanos, uma vez que a noção de cultura se aplica unicamente ao que é humano, são orientados pela concepção cultural social. “A noção de cultura se revela então o instrumento adequado para acabar com as explicações naturalizantes do comportamento humano” (CUCHE, 1999, p. 11). A cultura de um povo pode ser transformada de várias formas, como por meio da aculturação, que é a fusão de culturas e promove a modificação de uma cultura em detrimento de outra.

Muitos costumes nasceram, não de qualquer necessidade interna ou acidente favorável, mas apenas da vontade de não permanecer atrasados em relação a um grupo vizinho que submetia a um uso preciso um domínio em que nem sequer se havia sonhado estabelecer leis. Por conseguinte, a diversidade das culturas humanas não nos deve induzir a uma observação fragmentária ou fragmentada (LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 3).

Os empréstimos culturais também são formas de alteração, evolução, disseminação e polarização das culturas. A generalização da concepção de cultura homogênea constitui-se em

equivoco, dado que a humanidade é resultado do processo cumulativo das experiências de gerações e povos distintos que, na trajetória histórica, impulsionaram a evolução do homem e da sociedade.

A cultura não é adquirida ou difundida por ser uma norma e sim por fazer parte do processo sócio-histórico no qual estamos inseridos. A cultura da humanidade é, dessa forma, a representação da cultura dos povos primitivos. Para Cucche (1999), é importante considerar a abordagem de Franz Boas, defensor da ideia de que a organização social é determinada mais pela cultura do que pelo espaço físico e que a cultura é um dos principais elementos que estabelece diferenças entre os povos, contrariando a supremacia configurada às raças como responsáveis pelas diferenças entre as sociedades. “[...] não há diferença de "natureza" (biológica) entre primitivos e civilizados, somente diferenças de cultura, adquiridas e logo, não inatas” (CUCHE, 1999, p. 41). Boas (2004), por meio do relativismo cultural, enfatiza a particularidade de cada cultura, destacando a importância do respeito, da valorização e da tolerância às distintas culturas, salientando que cada cultura possui sua relevância, não havendo superioridade cultural e não havendo em um povo ou em uma sociedade uma única cultura, mas a associação de culturas.

Lévi-Strauss contribui com a ideia de que as culturas se sobrepõem às raças por meio da seguinte consideração:

Existem muito mais culturas humanas do que raças humanas, pois que enquanto umas se contam por milhares, as outras contam-se pelas unidades; duas culturas elaboradas por homens pertencentes a uma mesma raça podem diferir tanto ou mais que duas culturas provenientes de grupos racialmente afastados (LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 1).

Geertz (2008) amplia as ideias de cultura até aqui apresentadas, defendendo um conceito semiótico que considera não apenas o ser e suas leis, mas o ser e os significados que suas relações e ações produzem. Para ele “[...] o homem é uma animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu [...]” (GEERTZ, 2008, p. 4). Na atual estrutura social, a reconstrução dos signos, a exemplo das artes, faz com que passem a ser substancialmente subordinados ao capital. As novas formas de organização, que passaram de comunidades rurais isoladas para grandes centros urbanos, impulsionam a criação simbólica híbrida. A cultura urbana é protagonizada pelas novas tecnologias (CANCLINI, 2008).

Conforme a conceituação de cultura apresentada, é possível concluir que até mesmo as necessidades básicas dos indivíduos são interpretadas distintamente em diferentes culturas e que o comportamento humano é resultado de processo cumulativo de experiências. Os sistemas

simbólicos contribuem na construção e na caracterização da cultura. Nesta acepção, a abordagem semiótica, processo que diz respeito à construção de significado dos símbolos, relacionada à evolução cultural e social, remete à reflexão sobre a influência simbólica de instituições sociais, de modo que nosso foco volta-se à simbologia que perpassa a história e a atuação das bibliotecas, além dos símbolos atribuídos ao longo da história às pessoas com deficiência, tarefa que nos propomos a abordar na seção 4 e para a qual contaremos com a perspectiva de Vigotski (2011) e a teoria histórico-cultural.

Barbier (2018, p. 21), abordando a teoria das transferências culturais, afirma que a biblioteca é “[...] um espaço que garante a definição e a ordenação de um determinado *corpus* textual [...]”. Os materiais podem estar ali simplesmente para serem armazenados, sem a intenção de que haja a interação com o leitor. Numa outra lógica, podem ter sido selecionados a partir de ideias, ideologias, princípios e objetivos que visam “moldar” os indivíduos. Ou seja, a biblioteca pode representar a perpetuação por meio da intencional transferência de um modelo cultural. E isso se dá não apenas nos conteúdos oferecidos, mas também na forma de sua organização e de sua atuação, desde a estruturação de seus espaços físicos ao atendimento básico. Cabe ressaltar que consideramos como atendimento básico os serviços de empréstimo e devolução de materiais.

A biblioteca é uma instituição representativa e plena de poderes, constituída a partir de determinados projetos sociais e culturais, de forma que sua atuação espelha os objetivos pelos quais foi erigida, destinada à manutenção do poder ou, contrariamente, sendo o mecanismo de instrumentalização para a tomada de consciência e luta. Assim, contribui nos processos de inclusão e exclusão social. “Toda biblioteca dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhe cabe na sociedade de seu tempo” (BRAYNER, 2018, p. 267).

Para Targino (2010, p. 44), cultura e biblioteca são organismos sociais e a biblioteca constitui-se como uma instituição social e cultural. “[...] é objetivo primordial de toda e qualquer biblioteca a preservação e a disseminação dos valores da formação cultural nacional.” Esse autor ressalta que o conceito de cultura a que se refere quando trata da relação entre biblioteca e sociedade, entre biblioteca e preservação cultural, nada tem a ver com a noção de cultura erudita, que costuma separar letrados de não letrados, mas a cultura que representa as crenças, artes, costumes e outras formas nas quais as pessoas, as sociedades se organizam e criam suas identidades.

Atualmente, em nossa cultura, consideramos indispensável a existência de bibliotecas públicas, escolares, universitárias, comunitárias entre outras. Para tanto, há, a exemplo da Lei

nº 12.244/2010 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, marcos legais que determinam a existência desta instituição. Contudo, especialmente no Brasil, a biblioteca com as portas abertas a todos é uma instituição jovem, o que julgamos ser reflexo de uma cultura fundamentada numa concepção dualista que pressupunha erudição aos homens abastados e ignorância às mulheres e todos os de pouca posse. Para melhor discutir estes aspectos, apresentamos a seguir algumas considerações a respeito da constituição histórica das bibliotecas, partindo de um breve panorama da antiguidade.

## 2.1 O PERCURSO HISTÓRICO DAS BIBLIOTECAS

Ao olhar para nosso objeto de estudo, com o objetivo de analisar como o conjunto de bibliotecas do IFC tem se organizado para oferecer condições de acessibilidade e garantir inclusão às pessoas com deficiência, percebemos a necessidade de reconhecer o percurso histórico das bibliotecas. Consideramos fundamental compreender o porquê da forma como as bibliotecas se apresentam atualmente e, neste movimento, buscamos pista sobre como se deu, ao longo da história, a relação da biblioteca com a acessibilidade e a inclusão das pessoas. Para tanto, partimos do surgimento das diversas formas de registro utilizadas pelo homem, chegando à palavra escrita e ao livro.

Em aproximadamente 5.500 antes de Cristo, a pictografia era a forma utilizada pelos humanos para registro e manifestação (MAROTO, 2012). A escrita, sistema simbólico que visa representar pensamentos, linguagens e ações por meio de códigos, e a criação do livro, perpassam pela utilização de vários materiais: das pedras à argila, às tábuas de cera e ardósia, ao papiro, ao pergaminho, ao papel e, hoje, às diversas formas realizadas em meios digitais e eletrônicos. Assim, as bibliotecas também perpassaram por diversas fases em que seus acervos foram compostos por distintos materiais.

Entre as principais bibliotecas da antiguidade, Santos (2012) apresenta a biblioteca de Nínive, que pertenceu ao Rei Assurbanípal II, que era composta por placas de argila e foi descoberta no ano de 1.845. A Biblioteca de Pérgamo, localizada na Ásia Menor, reuniu grande número de eruditos e literatos e chegou a possuir 200 mil volumes, compostos por papiro e pergaminho. A biblioteca de Alexandria, provavelmente a mais citada entre as bibliotecas da antiguidade, chegou a possuir 700.000 rolos de papiro (MAROTO, 2012) e consagrou-se na história por sua contribuição às ciências, por episódios relacionados a incêndios que acabaram

por extingui-la e, principalmente, pelo seu vasto acervo.

Criada e ampliada durante o reinado de Ptolomeu I, Sóter e seus sucessores (305 a 221 a.C.) [...] Além das obras adquiridas, e aquelas produzidas pelos gramáticos, filósofos, cientistas e demais pensadores citados, a Biblioteca de Alexandria foi considerada a mais célebre pelo valor dos manuscritos de Sófocles, Eurípedes, Ésquilo e outros que foram tomados emprestados do governo ateniense por Ptolomeu III [...] Da mesma forma procedeu junto aos portos egípcios, mandando revistar todos os barcos em busca desses materiais, que quando encontrados eram retidos e devolvidos só depois que deles fossem feitas cópias (MAROTO, 2012, p. 33 - 34).

Segundo historiadores, embora haja discordância, o fim da Biblioteca de Alexandria ocorreu em função de crenças religiosas. Em 391 depois de Cristo, o bispo Teófilo teria comandado a destruição da biblioteca de Alexandria (BARBIER, 2018). Além das questões religiosas, vários outros fatores ocasionaram o fim das bibliotecas da antiguidade: a qualidade dos materiais, como o papiro, que era extremamente inflamável, frágil e vulnerável em relação aos insetos e às influências da natureza e do tempo, e as questões políticas. A extinção das bibliotecas por questões políticas estava relacionada às disputas por domínio de povos e territórios, de modo que as guerras causaram irreparáveis danos. As questões religiosas influenciaram nos processos de destruição de acervos das bibliotecas não apenas na antiguidade, mas na idade média e na modernidade, à medida que a censura condenava à destruição todos os materiais que apresentavam distintas concepções àquelas da doutrina vigente.

Para Martins (2002), as bibliotecas monacais, as particulares e as universitárias prevaleceram na Idade Média. As bibliotecas monacais, formadas nos mosteiros, ao esconderem muitos títulos, contribuíram para a preservação de manuscritos; as particulares pertenciam, em sua maioria, a reis ou pessoas com grande influência social e financeira. As universitárias, por sua vez, surgiram no século XIII, possibilitando a expansão e a difusão do conhecimento. Contudo, é preciso lembrar que nesse período a universidade era espaço mais seletivo que na atualidade e a biblioteca constituía-se em lugar sagrado, com livros acorrentados: havia a exigência de roupas específicas para frequentá-la e era proibida a entrada de criados, analfabetos e crianças.

No Brasil, a disseminação das bibliotecas é algo recente e ainda precária. O primeiro livro inserido em solo brasileiro foi “[...] o que o franciscano Henrique de Coimbra abriu sobre um altar improvisado no Ilhéu da Coroa Vermelha de Porto Seguro, para com ele celebrar a primeira missa, em 26 de abril de 1500 [...]” (FONSECA, 1979, p. 16). Logo, podemos constatar que este primeiro exemplar simbolizava a religião que se responsabilizaria pela

catequização, pacificação dos que aqui viviam. Assim, por aproximadamente três séculos, as bibliotecas que existiam no Brasil eram de ordens religiosas e estavam ligadas a fins educativos. Para Milanesi (1985, p. 27) “[...] a liberdade de investigação não foi uma prática nos três primeiros séculos de colonização. Aliás, ela não é uma característica da Companhia de Jesus”. Maroto (2012) afirma que as bibliotecas conventuais eram constituídas por doações ou aquisições, mas não esclarece de onde provinham os recursos para as obras adquiridas.

Aqui, abrimos um parêntese para registrar que a 4ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (IPL, 2016, p. 130) aponta que “Livros religiosos (principalmente a bíblia), seguem sendo os tipos mais lidos pelos brasileiros, independente do fato de estarem estudando ou não, embora os estudantes tenham contato com tipos de materiais mais variados que os não estudantes [...]”. Isso conduz à hipótese de que a influência dos processos de colonização e da longa atuação da igreja na educação escolar influenciem também nas atuais escolhas de leitura.

No século XVIII, o Marquês de Pombal instituiu várias reformas e, dentre elas, expulsou os jesuítas do Brasil. Desta forma, uma nova fase histórica se impõe às bibliotecas: muitas ficaram esquecidas.

Um exemplo: umas tiveram suas coleções confiscadas, saqueadas e vendidas como papel velho; outras foram corroídas pelos insetos e destruídas pela falta de conservação. A Biblioteca do Convento de Salvador, além de ter seu acervo confiscado e destruído, sua suntuosa sala ficou também abandonada até o início do século XIX, onde, após ser restaurada, foi instalada, em 1811, a Biblioteca Pública da Bahia, a primeira do Brasil (MAROTO, 2012, p. 46).

Nesse período, os livros tinham pouco valor para a maioria das pessoas que viviam na colônia, muito provavelmente, em função do elevado número de analfabetos, ou seja, do contingente de excluídos. A exclusão da grande massa populacional dos processos educacionais era, à época, vista como um processo natural, uma vez que não havia preocupação por parte do Estado em mudar tal cenário, porque, naquele momento histórico, um povo que soubesse ler e escrever não condizia com as demandas do sistema operante. Os que possuíam condições financeiras estudavam no exterior e, dentre os que aqui viviam, poucos tinham acesso à aprendizagem da leitura e da escrita. Para Cury (2002), o analfabetismo culmina em muitas outras formas de exclusão, limitando as condições de acesso a direitos básicos. O acesso à educação escolar é uma das dimensões fundantes da cidadania, que contribui para a diminuição das desigualdades e das discriminações. Neste sentido, o acesso a instituições como bibliotecas é uma das formas de contribuir para processos educativos mais significativos.

Em 1808, a Corte Portuguesa trouxe de Portugal para o Brasil obras da Biblioteca Real.

Este acervo constituiu a Real Biblioteca do Rio de Janeiro, fundada em 1810. Com isso, o Brasil passou a superar o fato de possuir somente bibliotecas conventuais e particulares. Mais tarde, o nome da biblioteca mudou de Biblioteca Real para Biblioteca Imperial e Pública da Corte e, em 1876, Biblioteca Nacional. Apesar de ser pública, não teve de imediato seu o acesso liberado, portanto, não era acessível. Segundo Castro (2000, p. 45), somente no ano de 1814 deixou de ser uso exclusivo de estudiosos ou dos que “[...] obtinham consentimento régio [...]” e passou a ser aberta à população.

Contudo, é fundamental lembrar que os números relacionados ao analfabetismo não foram alterados tão cedo, o maior percentual da população era analfabeto e, além disso, a escravidão no Brasil “deixou de existir” em 13 de maio de 1888. Como grande parcela da população era composta de escravos e estes não tinham acesso às bibliotecas, é possível inferir que, no cenário geral, eram poucos os que frequentavam o espaço, ou seja, sua atuação centrava-se em princípios de exclusão de todos os que não correspondiam às elites intelectuais. Da suposta chegada do primeiro livro à constituição das primeiras bibliotecas acessíveis/abertas à sociedade há uma longa distância, talvez ainda não superada. Para Brito (2014, p. 10), a constituição histórica da biblioteca está alinhada à uma pequena parcela das pessoas,

[...] exatamente aquela que sempre deteve o poder político, econômico e cultural. Mesmo que aberta a todos, a biblioteca tomava suas decisões e organizava-se de tal modo que somente grupos de pessoas conformados por uma ordem cultural determinada e afeitos a ela podiam efetivamente usufruir de seus serviços. A maioria da gente – fosse por falta de instrução, fosse por falta de identidade, fosse até pela dificuldade objetiva de acesso – não se incluía (e ainda não se inclui) no público usuário (BRITO, 2014, p. 10).

A busca pelo controle das instituições como forma de manter o controle social e o poder monárquico, ditatorial, oligárquico - a depender do período histórico -, talvez tenha embasado ou ainda embase a forma elitizada como as bibliotecas eram e são constituídas. Os períodos da colonização e do império vividos no Brasil foram marcados pela proibição de produção e pelo controle fiscalizatório de materiais adquiridos fora do país, havendo institucionalização da censura à aquisição e posse de materiais impressos:

De 1563 a 1768, a impressão e a seleção dos livros destinados ao abastecimento e a ampliação dos acervos das bibliotecas dos conventos eram submetidas a três censuras: Santo Ofício e Ordinário, pela Igreja Católica, e na mesa do Desembargo do Paço, pelo poder civil. Essas censuras suprimiam as obras consideradas obscenas, aquelas consideradas ofensivas à monarquia, à moral e à própria religião católica. [...] Após a expulsão da Companhia de Jesus [...] em 1768, o Marquês de Pombal unificou as três censuras em vigor no país, através da criação da Real Mesa Censória. [...] Em 1787, a rainha d. Maria I reformou, mais uma vez os mecanismos de censura, criando a Real

Mesa da Comissão geral para Exame e Censura dos Livros, que vigorou até 1794, quando foram restabelecidos o Santo Ofício, o Ordinário e a Mesa do Desembargo do Poço (MAROTO, 2012, *passim*).

A proibição de impressão e de livre comércio de livros, imposta no período colonial, influenciou diretamente na constituição dos acervos das bibliotecas conventuais e particulares e, além da censura aos conteúdos, somente após a chegada da Corte Portuguesa a imprensa passou a existir no Brasil. A partir de 1808, os materiais passaram a ser editados em solo brasileiro, porém, sob a censura anteriormente instalada pela legislação portuguesa. Nesta perspectiva, Milanesi, (1985, p. 29) afirma que “[...] a imprensa no Brasil nasceu depois da censura”. Isso evidencia que antes de haver elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da leitura, do livro e da biblioteca, houve a institucionalização da censura”. O cuidado dedicado a legislar sobre o uso da tipografia e o que poderia ou não ser importado e editado precede a própria produção e provém da intenção de controle de ideologias e de pensamentos revolucionários, bem como do comércio livreiro.

Com isso, para a constituição das bibliotecas particulares, ao viajarem para outros países, os interessados em obras, geralmente os intelectuais, traziam clandestinamente livros que constituíram seus acervos pessoais (MAROTO, 2012). A descoberta de bibliotecas e de obras consideradas de conteúdo censurável fez com que muitos fossem identificados como criminosos e levados, inclusive, a condenações. Para Milanesi (1985), os Inconfidentes de Vila Rica e Tiradentes são exemplos de que a posse de obras proibidas se tornava mais um fator de incriminação. Tiradentes possuía a Coleção de Leis Constitucionais dos Estados Unidos. É importante registrar que Inconfidência Mineira foi uma revolta da elite mineira, motivada pela cobrança de impostos e cotas de ouro impostas pela Coroa Portuguesa. O que ressaltamos aqui é que, por fazerem parte da classe de elite, as pessoas que deram corpo ao movimento tinham possibilidades de viajar e, assim, ter acesso e adquirir livros.

Após a independência do Brasil, a imprensa ganhou espaço e impressos como jornais, folhetos, livros e demais materiais tornaram-se presentes no território brasileiro. Milanesi (1985) sustenta que a partir deste período a censura foi atenuada, mas devemos lembrar que em períodos seguintes foi mantido o controle das obras importadas e editadas no Brasil. A esse respeito, cabe avançar na linha do tempo e refletir sobre a censura a livros, músicas e cinema no período da ditadura militar. Conforme Reimão (2015), com o Estado Novo (1937 a 1945), a censura foi exercida arbitrariamente, por quem tivesse autoridade.

Ainda nos primeiros anos da década de 60, faltavam critérios para estabelecer o que dava às obras caráter subversivo, sem estruturação de um sistema único de censura. Embora a



Polícia Federal atuasse com legitimidade desde 1946, militares exerciam tal papel e isso gerava conflito de poderes. A Constituição Federal (CF) de 1968 oficializou a centralização da censura como atividade do governo federal. Como forma de organização, o governo estruturou o Serviço de Censura e Diversões Públicas, ligado ao Departamento Nacional de Segurança Pública. O Ato Institucional número 5 tornou mais rígida a censura, ao passo que a CF de 1988 “pôs fim” a esta prática.

Este Ato Institucional é conhecido como um dos mais “duros” atos institucionais. Foi decretado em 13 de dezembro de 1968, período em que o Brasil estava em regime ditatorial, sob o governo do general Arthur da Costa e Silva. Por meio deste documento, tornou-se possível a cassação de mandatos e de direitos políticos, ao mesmo tempo em que foram intensificadas a censura e a violência, típicas em regimes ditatoriais. Para Reimão (2015), a coerção e a repressão aplicadas à cultura no período de ditadura no Brasil resultaram em prejuízos à cidadania.

Retomando a perspectiva histórica temporal, as bibliotecas passam a ganhar mais espaço no século XIX, pois além das que eram ligadas às práticas educativas e estavam instaladas nestes locais, as bibliotecas públicas estaduais foram, aos poucos, estruturadas no país. Mesmo no início do século XX, embora a produção literária no Brasil já fosse intensa e as bibliotecas escolares, universitárias, públicas estaduais e/ou municipais já figurassem em alguns locais, o analfabetismo ainda era preponderante em relação aos alfabetizados, a escola não era benefício de muitos. Nesta realidade, com a predominância da falta de acesso à educação e à cultura letrada, com o surgimento do rádio e da televisão, prevalecia a tradição oral em detrimento da escrita e leitora (MILANESI, 1985). Por outro lado, também no início do século XX, a atuação de bibliotecas populares, fruto da ação e da organização civil, as transformou em espaços de luta e de democratização social, atuando na inclusão das pessoas alijadas da cultura letrada.

Refletir sobre a representação envolta em bibliotecas que têm em sua missão apoiar a luta pela democracia pelo acesso à cultura e ao conhecimento e as que, contrariamente, buscam, por meio do controle dos acervos, dos conteúdos e da forma como se relacionam com as pessoas, perpetuar processos excludentes, impele-nos a olhar para nossa realidade e procurar entender as subjetividades e intencionalidades que embasam as bibliotecas que nos cercam e as que constituem nosso objeto de estudo. Em qual projeto social estas bibliotecas estão fundadas? Esta reflexão também nos leva a indagar qual a noção de inclusão e de exclusão de cada biblioteca, dado que cada qual tem seus objetivos e entre eles está o de especificar quais pessoas são bem-vindas a seus espaços, realizando, portanto, uma definição prévia de quem serão os

incluídos e de quem serão os excluídos de seus espaços e de seus serviços.

De forma geral, apesar da “[...] brutal violência com os livros na Primeira e na Segunda Guerra Mundial [...]” (BATTLES, 2003, p. 157), a partir do século XX, nas bibliotecas, é iniciada a intensificação do acesso à informação e ao conhecimento acumulado, fator indispensável numa sociedade industrializada e competitiva, em promissor desenvolvimento e que se amplia com a revolução industrial, em que a biblioteca passa de um espaço “museu” para um local que oferece serviço ao público. Em muitos países, a partir das demandas da revolução industrial, as bibliotecas contribuíram, por exemplo, para a diminuição do analfabetismo. Contudo, à época, o mesmo não pôde ser percebido no Brasil pois, embora o país fosse grande produtor de livros, mantinha elevadas taxas de analfabetismo e significativo distanciamento entre a população e as bibliotecas, fossem estas públicas, escolares ou outras. Este afastamento ainda perpassa a atualidade, pois, para a maioria dos brasileiros, a biblioteca é, simbolicamente, um espaço de elite, de regras e de silêncio, não é lugar do povo (BRAYNER, 2018). Conforme o autor, tal percepção é reflexo do tardio, ineficiente e descontínuo desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o livro, para a leitura e para as bibliotecas.

A constatação de Brayner (2018) denuncia uma realidade em que as bibliotecas ainda são instituições ou espaços de pouca proximidade com a maioria das pessoas. Os ambientes escolares, que deveriam ser estimuladores do uso das bibliotecas, nem sempre disponibilizam acesso a elas, seja pela ausência de bibliotecas ou pela precariedade das que existem e, assim, como um círculo vicioso, as pessoas não são estimuladas a frequentar bibliotecas e são, direta ou indiretamente, excluídas destes espaços.

Como nosso foco de pesquisa se relaciona à acessibilidade e à inclusão da pessoa com deficiência, durante a pesquisa bibliográfica sobre aspectos históricos das bibliotecas, direcionamos nosso olhar para os dois termos: acessibilidade e inclusão. Contudo, por meio das bibliografias consultadas, inferimos que na história das bibliotecas houve um empenho significativo para assegurar o controle dos espaços e de suas obras, a vigilância permanente e, portanto, o acesso restrito. Neste sentido, as bibliotecas têm em sua história a marca da exclusão, porque as correntes que por longa data prendiam os livros, trancavam também as portas para as mulheres, para os escravos, para os de baixa casta (DUBET, 2014), para os nascidos e condenados a morrerem “descalços”. Os termos “acesso” e “acessível” dizem respeito à possibilidade de entrar ou não na biblioteca e em nada se relacionam à acessibilidade a pessoas com deficiência.

Sobre poder acessar ou não a biblioteca, em Battles (2003) encontramos a história de um negro que queria ler, mas não podia entrar na biblioteca, pois ela era local de brancos.

Contudo, a história relata que um negro poderia retirar um livro a mando de um branco e, sob este pretexto, que o interessado assume os riscos para ter acesso aos livros desejados. Em outras passagens de sua obra, Battles (2003) também trata da exclusão das mulheres que em determinados contextos históricos não tinham permissão para ler e, quando puderam fazê-lo, deveria ser com o intuito de aprenderem a rezar.

Constatamos que nas bibliografias consultadas, nos períodos da antiguidade, da idade média e mesmo da modernidade, não há menção à pessoa com deficiência, ficando claro que esta é uma questão emergente da pós-modernidade. Para Stroparo (2018, p. 171), “[...] até a década de 1990, dificilmente encontrávamos pessoas com deficiência transitando nas bibliotecas universitárias. Todavia, essa situação vem se alterando e, logo, faz-se necessário sinalizar que o acesso de estudantes com deficiência na universidade tem aumentado.”

A atuação da biblioteca é conduzida de acordo com os modelos de sociedade existentes. Logo, em cada período histórico (mundo primitivo, período escravista, período feudal, produção capitalista) a atuação das bibliotecas se deu de acordo com o sistema estabelecido. A acessibilidade da pessoa com deficiência passa a ser pautada pela biblioteca seguindo a forma como as pessoas com deficiências são concebidas pela sociedade em geral. O movimento de inclusão da pessoa com deficiência - emergente na década de 1990 - intensifica esta discussão no âmbito das bibliotecas.

É a partir da emergência de culturas inclusivas que as pessoas com deficiência passam a ocupar espaços públicos como os das bibliotecas. A garantia do direito à educação significa também a possibilidade de que as pessoas com deficiência frequentem as instituições educacionais e, desta forma, as suas bibliotecas. No entanto, apesar dos anos decorridos, desde a década de 1990 à atualidade, com o Estado da Arte realizado a fim de identificar pesquisas que versem sobre a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas, constatamos que a acessibilidade, como uma das formas de promover a inclusão da pessoa com deficiência, ainda consiste em ideia embrionária nas bibliotecas. Brayner (2018), ao tratar da biblioteca na atualidade, lança um desafio de que as bibliotecas valorizem os corpos abjetos, esclarecendo que se refere às pessoas com deficiência, aos negros aos gays, aos maltrapilhos e malcheirosos. “Essas figuras, embora ocupem o interior e os arredores da biblioteca universitária brasileiras, são, costumeiramente, invisibilizadas por nossas práticas pasteurizadas” (BRAYNER, 2018, p. 259).

Como exemplo da lentidão com a qual as bibliotecas têm se organizado para atender as mudanças sociais, culturais e inclusivas podemos citar a prática de impedir o acesso direto ao acervo. Ainda no século XX, tivemos a possibilidade de experimentar tal modelo de

atendimento que, ao ser superado, passou a oferecer possibilidades de autonomia. Para Martins (2002, p. 328), este sistema, o de livre acesso ao acervo “[...] consiste em dar aos leitores a possibilidade de escolher [...]”. Possibilidade que ainda não é concedida a todos, dado que para pessoas com deficiência continuam a existir barreiras que as separam do acervo.

Contudo, a nova forma como as bibliotecas vêm se organizando pode contribuir para que as pessoas com deficiência tenham acesso aos seus serviços e aos seus conteúdos, já que as bibliotecas virtuais, também chamadas de bibliotecas digitais, aliadas às tecnologias, podem contribuir com a quebra de barreiras. No entanto, há que se ter clareza de que nem todas as pessoas têm acesso e condições para utilizar as bibliotecas virtuais. Assim, a partir desta nova emergência, surgem novos grupos de excluídos, como os analfabetos informacionais ou os que não têm condições econômicas que possibilite estrutura para acesso a conteúdos digitais. Neste contexto, defendemos a atuação de uma biblioteca híbrida: que atue fisicamente e digitalmente, aspectos que podem contribuir com a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência e das demais pessoas.

## 2.2 BIBLIOTECAS NA ATUALIDADE: OLHARES A PARTIR DAS POSSIBILIDADES DE NOVAS CONFIGURAÇÕES

As bibliotecas configuram-se de acordo com as demandas e a evolução histórica, cultural, econômica e demais aspectos que impulsionam as mudanças sociais. Como uma instituição fundamentalmente social, a biblioteca está sujeita às mudanças que afetam a sociedade (TARGINO, 2010). É acompanhando este movimento que as bibliotecas precisam ser adaptadas aos novos anseios como, por exemplo, a informação de forma rápida e econômica, oferecida, na atualidade, por meio de conteúdos digitais, aspecto pelo qual emerge a biblioteca virtual. Esta estrutura propõe novas perspectivas em relação à acessibilidade e à inclusão de todas as pessoas. Neste contexto, as bibliotecas, com o crescente desenvolvimento e uso de tecnologia, passam a proporcionar mais condições de acesso às pessoas que não querem ou não podem se deslocar até os espaços físicos.

Com a revolução industrial, a disseminação da informação passou a ser um dos aspectos necessários para o desenvolvimento econômico social. Assim, o direito e a necessidade de acesso à informação são aspectos que permeiam a atual estrutura social. Para Pereira, (2018, p. 76), a sociedade da informação “[...] é composta, sobretudo, por informação em todos os meios e sentidos, em todos os lugares e de todas as formas. Tudo gira em torno da informação, trabalho, pesquisa, saúde, vida social, enfim, as pessoas estão mais atreladas à informação do

que em qualquer outro momento.”

O paradigma da sociedade industrial é agora substituído pelo paradigma da sociedade pós-industrial “[...] cujo eixo da economia é a produção, distribuição e difusão da informação e do conhecimento, gerando novo setor do sistema produtivo, o quaternário” (TARGINO, 2010, p. 40). Assim, o acesso universal à informação, apesar de ser entendido como um direito das sociedades democráticas, por vezes está mais voltado à manutenção e desenvolvimento do sistema econômico do que à emancipação das pessoas. Neste contexto, muitas informações são manipuladas ou, embora disponíveis remotamente, requerem conhecimentos prévios e, especialmente, formação crítica para o seu acesso.

Se por um lado o acesso à informação é um direito de todos, a forma como as informações têm sido propagadas e direcionadas às pessoas, às classes ou aos grupos sociais é também foco de análise de autores como Brito (2014), que afirma que o fascínio pela tecnologia pode esconder a banalização do conhecimento. A massiva produção e a disseminação da informação não têm contribuído para a superação da alienação. A pseudoinformação e a vulgarização do conhecimento causam riscos às sociedades. O uso de fontes de informação digitais e o acesso à internet podem causar a impressão de conexão com o mundo da informação e uma falsa inclusão e participação social. Há que se cuidar com as informações instantâneas, com a análise rasa e com as conclusões precipitadas.

É também nas formas contemporâneas de socialização da informação, aparentemente fundamentada em processos democráticos, que podem estar alicerçadas formas de precarização da vida. Para Brito (2014), a massificação da produção e difusão da informação não fará com que o analfabetismo, várias vezes citado nas páginas anteriores, deixe de existir. Ao contrário, talvez, tome outras formas, como um alfabetismo pragmático, o que está em consonância com o processo de acumulação flexível do capital.

É nesta perspectiva que as bibliotecas se fazem importantes: na disponibilização de informações referenciadas e na orientação ao acesso e à recuperação das informações. Há alguns anos, ao buscar informações confiáveis, uma das opções era recorrer às bibliotecas, realidade transformada na atualidade, em que a *web* pode oferecer informações de baixa qualidade, mas que tem sido a forma mais comum de busca. É justamente a qualidade das informações disponíveis na *web* que pode contribuir para a existência e o fortalecimento das bibliotecas (CUNHA, 2010), porque, independente da forma como se configuram, virtuais ou físicas, as bibliotecas devem primar pela disponibilização de informação e conteúdos referenciados.

Os conhecimentos culturais e científicos construídos e acumulados pela humanidade

já não estão mais escondidos nos mosteiros, ou acorrentados em bibliotecas acessíveis a quem correspondesse ao padrão de normalidade em que a cor da pele, o gênero, a condição econômica, a posição social eram as barreiras que impediam a entrada em seus espaços. Ao contrário, muitos conteúdos estão disponíveis gratuitamente em plataformas digitais, mas, por vezes, inacessíveis às pessoas que não têm orientação, equipamentos ou que possuem outras limitações. Daí a importância de que as bibliotecas atuem em várias frentes: na disseminação de conteúdos digitais e físicos referenciados e, ao mesmo tempo, na oferta de espaço e serviços que permitam a interação entre as pessoas e a recuperação dos conteúdos, sejam estes digitais ou não. É preciso que busquem “[...] afastar-se tanto do elitismo próprio da ordem dominante como do populismo simplório de reprodução do óbvio” (BRITO, 2014, p. 15), atuando na inclusão de todas as pessoas.

Para Stroparo (2018), a nova configuração das bibliotecas coloca em pauta a acessibilidade do acervo digital. Na perspectiva das bibliotecas virtuais, o conceito de biblioteca é ampliado e as bibliotecas virtuais, pela potencialidade de proporcionar e promover a interação de forma a auxiliar também nos processos inclusivos, são desafiadas a uma nova concepção de acessibilidade e inclusão. A partir da evolução social e dadas as evoluções tecnológicas que impulsionam a oferta de serviços por meio das plataformas digitais, as bibliotecas virtuais são uma tendência ascendente e também uma necessidade social. Contudo, registramos que, como Targino (2010, p. 46), não acreditamos que esta nova forma de oferta e de acesso à informação tornar-se-á exclusiva e, portanto, substituirá por completo os espaços físicos, porque

[...] as inovações tecnológicas não se contrapõem àquelas em uso, mas a complementam. E mais, ao lado das BV, sobreviverão bibliotecas tradicionais e bibliotecas ação cultural. Assim, quando nos perguntam se as bibliotecas físicas ainda existirão, respondemos sem titubear: “Sim, persistirão”, porque a diversificação de culturas, de países e de povos é um fenômeno que persistirá.

A experiência vivida na pandemia, desencadeada no ano de 2020, em decorrência do Coronavírus, em que o isolamento social impôs, por exemplo, o desenvolvimento de atividades escolares em formato *online*, desencadeou discussões acerca da importância da convivência física, da escola como espaço físico de desenvolvimento e de construção do conhecimento (IFC, 2020b). Assim, acreditamos que a biblioteca física permanecerá a oferecer serviços e um deles poderá ser a oferta de estrutura para acessar os conteúdos digitais, incluindo neste conjunto seus próprios conteúdos digitais e, desta forma, promover a inclusão daqueles que não dispõem de condições estruturais ou necessitam de apoio para isso. Desta forma, a acessibilidade e a inclusão dos interagentes precisam ser pensadas e efetivadas, tanto nos meios digitais como nos

espaços físicos e nos seus serviços presenciais.

O Manifesto da IFLA sobre a internet, disponível na página institucional, declara que “O livre acesso à Internet, oferecido pelas bibliotecas e serviços de informação, contribui para que as comunidades e os indivíduos atinjam a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento [...]” (IFLA, 2002), o que se constitui como aspecto inclusivo. A oferta de acesso à informação por meio de acesso à internet é, segundo este manifesto, uma das responsabilidades das bibliotecas e a remoção das barreiras de acesso à informação por meio da internet contribui para a promoção da liberdade intelectual e da democracia.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2019), que abordou o acesso à internet e à televisão e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal, revela que

A Internet era utilizada em 82,7% dos domicílios do País em 2019, um aumento de 3,6 pontos percentuais (p.p.) em relação a 2018. O crescimento mais acelerado da utilização da Internet nos domicílios da área rural contribuiu para reduzir a grande diferença em relação aos da área urbana (IBGE, 2019, p. 5).

Esta pesquisa demonstra que cerca de 20% dos domicílios não possuem acesso à internet. Os principais motivos são a falta de interesse em acessar a internet, o custo financeiro do serviço e a falta de conhecimento para acessar. Para Targino (2010, p. 46)

Aliada à marginalização educacional, social, cultural, econômica de parcelas significativas da população brasileira, há, agora, os analfabetos digitais ou os excluídos digitais, representados por todos aqueles que continuam fora do circuito informacional. E não são poucos.

Desta forma, fica evidente que as bibliotecas têm o desafio de se consolidarem como locais que ofereçam serviços digitais, que, em seus espaços físicos, disponham de estrutura para que seus serviços e todo o conteúdo disponível digitalmente seja acessado, proporcionando, assim, a inclusão dos que não possuem tais acessos. Portanto, um dos desafios das bibliotecas físicas está em oferecer espaços, equipamentos e orientação para que as pessoas, de acordo com suas necessidades, encontrem no âmbito das bibliotecas um local que as auxilie a experimentar e participar do mundo digital.

Assim, uma nova configuração e uma nova gama de serviços é sugerida às bibliotecas, entre eles está o letramento informacional, aspecto fundamental para promover a inclusão na sociedade da informação. Esta realidade é também a do SIBI do IFC, que, com a percepção da necessidade de estruturação e ampliação de oferta de serviços digitais em suas bibliotecas, têm

direcionado crescente atenção na implantação, por exemplo, de acervo digital.

Assim, ao abordarmos a inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas, temos ciência de que os serviços e os espaços físicos, tanto quanto os digitais, merecem ser cotejados. A garantia de acessibilidade e inclusão, tanto na biblioteca física, como na biblioteca digital, precisa ser entendida como direito constitucional, como condição mínima de civilidade e de dignidade, pois “A acessibilidade, desde o conceito simplista de eliminação de barreiras arquitetônicas ao abrangente a todos os aspectos da vida em sociedade, se estabelece como um meio para a inclusão social das pessoas com deficiência” (ANTUNES, 2017, p. 36).

Contudo, nesta pesquisa, nosso foco está centrado nas condições de acessibilidade e inclusão que acontecem mais especificamente nos espaços físicos das bibliotecas. Por isso, não contemplamos, por exemplo, uma análise das condições de acessibilidade dos *sites* das bibliotecas, mas consideramos esta uma temática de extrema relevância e que pode ser contemplada em estudos a serem desenvolvidos.

A adequação ou a implantação da acessibilidade nas bibliotecas tem fundamentação em normas jurídicas e ambas se constituem como direito assegurado. Porém, conforme identificado no Estado da Arte, apresentado na seção 3, a força da lei não tem conseguido assegurar tais direitos. O atendimento de critérios de acessibilidade nas bibliotecas está, também, ligado às políticas públicas que visam à acessibilidade nos acervos e atuam, assim, no incentivo ao livro, à leitura e às próprias bibliotecas se adaptarem às pessoas com deficiência.

Segundo Brayner (2018, p. 94, grifo nosso), as bibliotecas enfrentam vários problemas, entre eles,

[...] a **descontinuidade de políticas públicas** no Brasil, fortemente associadas ao espírito partidarista que impera em nossas estruturas de governo, bem como a **equivocos relacionados aos atributos da biblioteca**, aos modos de exercício da prática da leitura e, finalmente, à **incapacidade de gerir as diferenças regionais de nosso país continental**.

Estas questões contribuem para que a acessibilidade nas bibliotecas e em seus acervos sejam pouco cotejadas em políticas de Estado. Para Real (2019), de forma geral, a promoção da acessibilidade nos acervos se dá principalmente por meio de editais e planos isolados que visam contribuir para o desenvolvimento de acervos acessíveis. Porém, é preciso observar que há políticas que contemplam a acessibilidade dos acervos e, entre elas, está a Lei nº 13.146/2015, determinando que

Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de



acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofereçam sua produção também em formatos acessíveis (BRASIL, 2015).

Outro marco normativo diz respeito à Lei nº 13.696/2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita e nela a acessibilidade está articulada à democratização do acesso ao livro, determinando que o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) deverá “[...] viabilizar a inclusão de pessoas com deficiência, observadas as condições de acessibilidade e o disposto em acordos, convenções e tratados internacionais que visem a facilitar o acesso de pessoas com deficiência a obras literárias” (BRASIL, 2018a). Portanto, nos processos de aquisição de acervos, sejam físicos ou digitais, as bibliotecas precisam atentar-se aos editais e exigir o cumprimento das legislações, atuando, assim, no desenvolvimento da acessibilidade e na inclusão, por meio do desenvolvimento de acervos acessíveis.

Para Real (2019), a exemplo da atuação da Fundação Dorinha Nowill (instituição que há mais de 70 anos dedica-se à produção e distribuição de livros acessíveis a pessoas com deficiência), instituições não governamentais e sociedade civil assumem o compromisso com a promoção do livro, da leitura e das bibliotecas e da acessibilidade aos acervos e, conseqüentemente, o Estado se exime da responsabilidade, pois o próprio Estado

[...] para a formação de leitores no Brasil, não tem se ocupado, com grande intensidade, com o desenvolvimento de estratégias e ações voltadas para a leitura das pessoas com deficiência. Parece que esse público é parcialmente contemplado, quando são produzidos alguns (e não todos) livros acessíveis para pessoas com deficiência visual e/ou surdez – estratégia prevista em alguns editais (REAL, 2019, p. 115).

Para além das questões de acessibilidade, programas, projetos e editais específicos são proposições que não garantem abrangência e periodicidade no desenvolvimento e no fomento ao livro, à leitura e às bibliotecas. Muitas bibliotecas, sejam públicas, escolares, universitárias ou outras, recebem poucos incentivos financeiros, mantendo-se de doações, e atuando em estruturas cujos serviços não atendem às demandas e necessidades dos usuários. Essa realidade acaba por fortalecer o rótulo de que as bibliotecas são depósitos de livros e locais onde deve imperar o silêncio absoluto, frequentado exclusivamente por intelectuais ou, como atualmente designados, por *nerds*.

Como afirma Barbier (2018, p. 12, grifo do autor), “[...] as bibliotecas respondem a uma ou a necessidades ‘cotidianas’, quer se trate sempre de informação (nem tudo está na internet) ou de entretenimento [...], mas também de igualdade [...], portanto, de democracia, ou ainda de

identidade coletiva. Nesta acepção, as bibliotecas são aparelhos estratégicos na transferência ou na apropriação do conhecimento e constituem-se em locais de poder e de política. Battles (2003, p. 15) afirma que “Cada tipo de biblioteca incorpora uma certa concepção a respeito da natureza dos livros, na medida em que favorece determinadas funções sociais, culturais e místicas.” Portanto, a forma como são pensadas e efetivadas as políticas públicas brasileiras para a estruturação das bibliotecas espelham o ideário que permeia o projeto societário vigente.

A existência de programas isolados é insuficiente para assegurar a acessibilidade nos acervos, é necessária uma política nacional efetiva que tenha previsão orçamentária e fiscalização a respeito da aplicação das legislações já vigentes. Contudo, deve-se buscar o permanente desenvolvimento e manutenção das bibliotecas, tornando-as vivas, atuantes e acessíveis, oferecendo acervos, conteúdos, informações e espaços que dialoguem com uma perspectiva em que predomine a autonomia e a democracia no acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, tarefa árdua nestes tempos de obscurantismo cultural e científico.

Assim, após partirmos da abordagem do conceito de cultura, exercício no qual identificamos que a história das bibliotecas é construída com base nas culturas do povo e do tempo histórico em que elas são estruturadas, concluímos que a exclusão foi, ao longo da história, uma perspectiva preponderante nas bibliotecas. Não encontramos registro da relação entre a biblioteca e as pessoas com deficiência no decorrer da história das bibliotecas, seja da antiguidade, da idade média, ou da modernidade. Inferimos, no entanto, que a acessibilidade das pessoas com deficiência neste espaço temporal segue os movimentos da sociedade, ou seja, retrata a forma como a sociedade se relacionava com as pessoas com deficiência, aspectos que abordaremos na seção 4. Assim, as pessoas com deficiência passam a ser “vistas” nas bibliotecas a partir dos movimentos desencadeados em torno da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade.

Da argila ao papiro, ao pergaminho e a outros materiais, as bibliotecas chegam ao formato virtual, uma proposta inovadora alinhada às demandas atuais. Portanto, reconhecer o percurso histórico das bibliotecas nos proporciona subsídios epistemológicos que nos auxiliam a compreender melhor nosso objeto de estudo, pois elucidam que as bibliotecas não são instituições isoladas e, portanto, a forma como estão organizadas para oferecer condições de acessibilidade e garantir a inclusão das pessoas com deficiência fundam-se em questões culturais e históricas.

Contudo, apesar das novas formas virtuais de atuação das bibliotecas, os serviços e os espaços físicos carecem de avaliação em relação à inclusão das pessoas e, por isso, um dos aspectos a ser observado é a acessibilidade da pessoa com deficiência. Neste sentido, por meio

do Estado da Arte, que será apresentado na próxima seção, buscaremos compreender, a partir da perspectiva das pesquisas analisadas, como a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência têm sido contempladas nas bibliotecas.

### **3 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NAS BIBLIOTECAS: O QUE DIZEM AS PESQUISAS RECENTES REALIZADAS NOS PROGRAMAS STRICTO SENSU: ESTADO DA ARTE**

Este texto tem o objetivo de identificar pesquisas que versam a respeito de condições de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em bibliotecas. Optamos por restringir este levantamento e a posterior análise descritiva a pesquisas realizadas em programas de pós-graduação *stricto sensu*, dada a relevância da contribuição científica de dissertações e teses para a análise da temática em questão. Outro fator relevante é que os estudos são recentes e contemplam aproximações com a temática e a especificidade da pesquisa que desenvolvemos.

Para atingir tal propósito, duas bases de dados foram elencadas: a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e o Catálogo de Teses e Dissertações, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As duas bases foram escolhidas por serem importantes repositórios de teses e dissertações, as quais possibilitam tanto fácil acesso aos pesquisadores quanto a atualização do conhecimento gerado por pesquisas recentes no âmbito da pós-graduação. A pesquisa nestes repositórios ocorreu entre dezembro de 2019 e abril de 2020.

#### **3.1 OS DESCRITORES, A RECUPERAÇÃO E A SELEÇÃO DAS PRODUÇÕES**

Ao iniciarmos a pesquisa na BDTD, realizamos as buscas com os descritores “ACESSIBILIDADE” AND “BIBLIOTECA”. Obtivemos 1.262 resultados e, ao refinarmos com “Programa de pós-graduação em educação”, chegamos a 26 resultados, mas pela leitura dos títulos percebemos que as publicações não estavam relacionadas à nossa área de pesquisa. Em seguida, utilizamos os descritores “INCLUSÃO” AND “BIBLIOTECA”, obtivemos 8.260 resultados e, após refinar com “Programa de pós-graduação em educação”, reduzimos o número para 301 resultados, que traziam temáticas diversas, que não se referiam à inclusão em bibliotecas. Percebemos, então, que nos metadados da produção, ou seja, na descrição do local em que as produções estão arquivadas, há o termo “biblioteca”. Assim, concluímos que o sistema recuperava tais produções por elas apresentarem o termo “biblioteca”, fazendo referência à biblioteca em que a tese ou a dissertação está arquivada e não por se tratar do assunto/temática “biblioteca”, conforme exemplificamos a seguir:

**EGRESSOS DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO MUNICÍPIO DE OSÓRIO/RS.** 23/08/2013 87 f. Mestrado Profissional em INCLUSÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEEVALE, Novo Hamburgo Biblioteca Depositária: **Biblioteca** da Universidade Feevale - Campus II (CAPES, 2020, grifo nosso).

Deste modo, após analisar os títulos das produções que a BDTD apontava como resultado para os descritores informados, optamos por utilizar os descritores “INCLUSÃO” AND “BIBLIOTECA” AND “ACESSIBILIDADE” e obtivemos 268 resultados. Com o refinamento da pesquisa pela aplicação do filtro “Título”, chegamos a 4 resultados.

Destes 4 resultados, após a leitura dos títulos e dos resumos, descartamos 2 publicações por não terem relação direta com a temática de nossa pesquisa. Portanto, da pesquisa realizada na BDTD, foram selecionadas para leitura e análise a produção de Costa (2015) e de Pereira (2018). Estas duas produções também foram identificadas na pesquisa realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, o que nos levou, num primeiro ensaio, a organizar o Quadro 1 com base nas produções recuperadas exclusivamente na CAPES.

A partir da experiência com a busca na BDTD, observamos que a mesma situação se repetia no catálogo de teses e dissertações da CAPES, ou seja, com o uso dos descritores “ACESSIBILIDADE” AND “BIBLIOTECA” ou “INCLUSÃO” AND “BIBLIOTECA” eram recuperadas produções que não tinham relação com a acessibilidade e/ou com a inclusão em bibliotecas. Assim, ao utilizamos os descritores “INCLUSÃO” AND “BIBLIOTECA” AND “ACESSIBILIDADE”, recuperamos 441 produções. Após verificar que entre os títulos das produções recuperadas apenas algumas abordavam a acessibilidade e a inclusão em bibliotecas, optamos por analisar os títulos das 441 produções, já que o Banco de Teses e Dissertações da CAPES não possui a opção de filtro para buscar os descritores apenas no título das teses e dissertações, o que se apresenta como uma limitação do sistema para a busca e para a recuperação da informação.

Após realizada a análise dos títulos das 441 produções, identificamos 22 produções que apresentavam convergência à temática relativa à acessibilidade e à inclusão de pessoas com deficiência nas bibliotecas. Reiteramos que, entre estas 22 produções, estavam as 2 que haviam sido recuperadas a partir da pesquisa realizada na BDTD. Após a leitura dos resumos, buscamos selecionar apenas as produções que julgamos estarem mais próximas ao universo de nossa pesquisa, considerando, principalmente, o escopo, o *locus* e os participantes das pesquisas.

Após leitura e análise das produções, no momento de escrita deste texto (maio/2021), como forma de revisão da metodologia desenvolvida para chegar às produções, percorremos o caminho metodológico aqui apresentado e identificamos, na CAPES, a recente publicação da

dissertação de Barbosa (2020) e, na BDTD, a dissertação de Neves (2019), as quais foram lidas e analisadas e, assim, inseridas no grupo de trabalhos que compõem este estado da arte, totalizando 17 produções, que são apresentadas no Quadro 1. Portanto, a elaboração deste quadro conta com uma publicação recuperada da BDTD, pesquisa realizada por Neves (2019), e 16 produções recuperadas do Catálogo da CAPES.

Quadro 1 - Pesquisas selecionadas para comporem o estado da arte

Ano	Autor	Título	Nome do Programa	Instituição
2013	Carvalho, Carlos Ceza de	Políticas Públicas de Acessibilidade nas Instituições de Ensino: tecnologia assistiva na biblioteca do IFNMG Campus Januária	Mestrado em Educação Agrícola	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
2014	Stroparo, Eliane Maria	Políticas Inclusivas e Acessibilidade em Bibliotecas Universitárias: uma análise do Sistema de Bibliotecas (SIBI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Mestrado em Educação	Universidade Federal do Paraná
2014	Carcereri, Marilda de Fatima Antoniacomi	O cuidado bibliotecário na inclusão social de alunos com deficiência física no sistema de bibliotecas (SIBI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas	Universidade do Vale do Itajaí
2015	Silveira, Simoni Julia da	Diagnóstico de Acessibilidade nas Bibliotecas Públicas dos Municípios da Mesorregião Oeste de Minas Gerais	Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional	Instituto de Ensino Superior e Pesquisa
2015	*Costa, Michelle Karina Assunção	Inclusão e acessibilidade nas bibliotecas universitárias: a formação e atuação do bibliotecário	Mestrado em Ciência da Informação	Universidade Federal de Minas Gerais Escola de Ciência da Informação
2015	Almeida, Meriely Ferreira de	Acessibilidade Física em Bibliotecas da Rede Federal de Ensino: políticas públicas para pessoas com necessidades específicas	Mestrado em Políticas Públicas	Universidade de Mogi das Cruzes
2016	Tamashiro, Marcele do Nascimento Silva	Acessibilidade Arquitetônica sob o Prisma da Biblioteca Escolar do IFRJ – Campus Rio de Janeiro: a garantia da igualdade na diversidade	Mestrado Profissional em Biblioteconomia	Universidade Federal de Minas Gerais Escola de Ciência da Informação
2016	Carvalho, Marcia Saraiva	Para o Olhar de Quem não Pode Enxergar: recomendações para acessibilidade na biblioteca Centro de Tecnologia e Ciências da Faculdade de Tecnologia UERJ-Resende	Mestrado Profissional em Biblioteconomia	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
2016	Gentil Junior, Jorge Sebastiao	Formulação de Indicadores Qualitativos de Acessibilidade: o caso da Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense	Mestrado Profissional em Biblioteconomia	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Ano	Autor	Título	Nome do Programa	Instituição
2016	Sousa, Clemilda dos Santos	Mediações no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará na Perspectiva da Educação Inclusiva	Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Universidade Federal do Ceará
2017	Filgueiras, Sandra do Amparo Silva	Bibliotecas Universitárias Federais Brasileiras no Século XXI: capacitação de bibliotecários e os saberes que articulam boas práticas no atendimento aos usuários com deficiência	Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão	Universidade Federal Fluminense
2017	Carvalho, Edneia Maria de	Acessibilidade e Inclusão de Alunos Com Deficiência Física e/ou Mobilidade Reduzida: perspectivas de atuação da biblioteca escolar do Colégio Militar de Juiz De Fora	Mestrado Profissional em Biblioteconomia	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
2017	Antunes, Cleuza Diogo	Acessibilidade e Inclusão na Biblioteca do Instituto Federal de Rondônia	Mestrado Profissional em Educação Escolar	Universidade Federal de Rondônia
2018	Stroparo, Eliane Maria	Políticas Públicas de Inclusão e Indicadores de Acessibilidade: uma análise nas bibliotecas universitárias	Doutorado em Educação	Universidade Federal do Paraná
2018	*Pereira, Rodrigo Araújo de Sá	Políticas públicas de educação e informação para inclusão e acessibilidade: estudo realizado entre usuários com deficiência na Biblioteca do Instituto Federal da Paraíba - Campus Cabedelo	Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação	Universidade Federal da Paraíba
2019	**Neves, Dannemann Vargas Roberta	A biblioteca Central da UFJF: inclusão e acessibilidade	Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública	Universidade Federal de Juiz de Fora
2020	Barbosa, Erika Cristiny Brandao Ferreira	Inclusão Educacional: a acessibilidade dos usuários com deficiência visual e/ou motora da biblioteca do IFCE Campus Fortaleza	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir da pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do (IBICT)

\*Pesquisas recuperadas na BDTD e no Catálogo da CAPES

\*\*Pesquisa recuperada na BDTD

Conforme o Quadro 1, são 17 produções analisadas. Destas, 16 são dissertações e 1 refere-se à tese escrita por Stroparo (2018). Além de autora da tese, Eliane Maria Stroparo é autora de uma das dissertações relacionadas no Quadro 1. Isso evidencia que a produção da dissertação resultou em aprofundamento, que, com alguns redimensionamentos da temática e ampliação do objeto de estudo, levou ao desenvolvimento de uma nova pesquisa, a tese. Contudo, registra-se o escasso número de teses a respeito da temática, o que sugere um campo a ser explorado e aprofundado pelos pesquisadores, especialmente no campo da educação. Das 17 pesquisas, 9 são qualitativas e 8 são quantitativas, todas são pesquisas de

campo.

Todas as produções apresentadas no Quadro 1 tratam da acessibilidade de pessoas com deficiência nas bibliotecas. Do conjunto de pesquisas analisadas, emergem algumas categorias de abordagem, a saber: 1) políticas públicas voltadas à acessibilidade e à inclusão da pessoa com deficiência, objeto de estudo de Carvalho (2013), Stroparo (2014), Almeida (2015), Stroparo (2018) e Pereira (2018); 2) o cuidado e a formação do bibliotecário para atuar na promoção da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência, temas contemplados por Carcereri (2014), Costa (2015) e Filgueiras (2017); 3) a biblioteca como mediadora da construção do conhecimento, Sousa (2016).

Algumas das pesquisas dedicam-se a estudar a acessibilidade em bibliotecas com foco em deficiências específicas, como: deficiência visual, Carvalho (2016) e Barbosa (2020); deficiência física e/ou mobilidade reduzida, Carcereri (2014) Gentil Junior (2016) e Carvalho (2017). Outros pesquisadores, como Silveira (2015), Antunes (2017) e Neves (2019) contemplam aspectos gerais das bibliotecas, sem limitar a uma deficiência específica.

Cabe ressaltar que nosso foco diz respeito à acessibilidade e inclusão de todas as pessoas com deficiência nas bibliotecas, não restringindo nossa pesquisa a uma ou outra deficiência, como visual ou física. Mesmo assim, analisamos produções que limitaram os participantes da pesquisa a pessoas ou a um grupo de pessoas com uma deficiência específica, pois, na leitura dos textos pesquisados, percebemos que há contribuição para o debate.

A observância do Quadro 1 sugere que houve um delineamento ou recorte temporal em relação às datas das produções, já que compreendem o período de 2013 a 2020. Contudo, não utilizamos filtros que selecionassem período, programa ou quaisquer outras informações e as produções selecionadas foram as que os sistemas de buscas recuperaram a partir dos descritores apresentados e cuja seleção final se deu por meio da análise dos títulos e dos resumos dos textos. O ano de 2016 foi o que teve maior número de publicação de pesquisas relacionadas à temática. Pelas datas das pesquisas que emergiram a partir dos descritores utilizados, percebemos que as pesquisas sobre a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas, publicadas nas bases consultadas, são recentes.

É, também, evidente o escasso número de pesquisas realizadas na região sul, pois apenas Stroparo (2014; 2018) realizou sua dissertação e sua tese na Universidade Federal do Paraná e Carcereri (2014) na Universidade do Vale do Itajaí. O que sugere que há um campo a ser explorado, de forma a contribuir com o desenvolvimento de estudos que abordem a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas.

Historicamente, as bibliotecas possuem uma relação com o sistema educacional



(MAROTO, 2012). Porém, o desenvolvimento de dissertações e teses que abarcam a temática da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência não se restringem a programas de pós-graduação da área de educação. Entre as produções relacionadas no Quadro 1, é possível perceber uma diversidade de programas em que estas dissertações e tese foram produzidas: um Doutorado em Educação; um Mestrado em Educação Agrícola; um Mestrado em Educação; um Mestrado em Ciência da Informação; um Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública; um Mestrado em Políticas Públicas; um Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional; um Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão; um Mestrado Profissional em Educação Escolar; um Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica; um Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas; um Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior; um Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação e quatro dissertações produzidas no Mestrado Profissional em Biblioteconomia.

Outro aspecto a ser destacado é que, das 17 produções, apenas 2 foram desenvolvidas em universidades privadas. Tratam-se dos escritos de Carcereri (2014), o qual, apesar de produzir sua dissertação em programa de Pós-graduação *stricto sensu* de instituição privada, analisa o cuidado bibliotecário e a inclusão social de alunos com deficiência física no SIBI da Universidade Federal do Paraná (UFPR), uma universidade pública. Almeida (2015), por sua vez, também tem como escopo de seu estudo a acessibilidade física em bibliotecas da rede federal de ensino, embora tenha frequentado programa específico oferecido por instituição privada. As demais produções foram elaboradas em programas de Pós-graduação *stricto sensu* de instituições públicas: 13 nas universidades federais, uma no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará e uma no Instituto de Ensino Superior e Pesquisa. Isso evidencia que o debate a respeito da acessibilidade da pessoa com deficiência nas bibliotecas tem sido protagonizado nas instituições educacionais públicas, mais especificamente nas federais.

O *locus* das bibliotecas da rede federal é mais cotejado nas pesquisas sobre a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência. Isso porque, dos estudos elencados no Quadro 1, Silveira (2015) estuda a acessibilidade nas bibliotecas públicas dos municípios da mesorregião oeste de Minas Gerais e Carvalho (2016) tem seu foco voltado para a biblioteca do Centro de Tecnologia e Ciências da Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), *Campus* Resende. Portanto, das dezessete pesquisas analisadas, uma é realizada em bibliotecas públicas municipais e a outra em biblioteca de universidade estadual.

Entre a produções selecionadas, cinco têm como *locus* bibliotecas de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs): Carvalho (2013) estuda a biblioteca do

Instituto Federal Norte de Minas Gerais – *Campus* Januária; Tamashiro (2016), a do Instituto Federal do Rio de Janeiro – *Campus* Rio de Janeiro; Antunes (2017), a do Instituto Federal de Rondônia - *Campus* Ji-Paraná; Pereira (2018), a do Instituto Federal da Paraíba - *Campus* Cabedelo e Barbosa (2020), a do Instituto Federal Ceará – *Campus* Fortaleza. Esta constatação expressa que, apesar do incipiente número de teses e dissertações que abarcam em seu escopo a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas e considerando que os IFs são instituições ainda jovens, há significativo interesse por parte dos pesquisadores em estudar estes espaços. Este interesse pode ser justificado pelo fato de que os pesquisadores são servidores da instituição ou das próprias bibliotecas pesquisadas, a exemplo dos cinco pesquisadores que abordaram a acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas dos IFs aqui citados, o que converge com a nossa motivação para realizar esta pesquisa: estudar o próprio ambiente de trabalho. Portanto, constatamos que muitas pesquisas são constituídas a partir de interesses que surgem da prática profissional. Apesar de identificar várias pesquisas que têm como objeto de estudo a acessibilidade e a inclusão nos IFs, não identificamos estudos que abordem a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência, especificamente no IFC. Neste sentido, acreditamos que a pesquisa aqui desenvolvida ampliará o estado da arte sobre a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas dos IFs.

Após esta apresentação geral dos estudos, passaremos para uma análise descritiva das dissertações e tese que integram este estado da arte. Neste exercício, priorizaremos a descrição dos objetivos, dos métodos, dos instrumentos de coleta de dados, dos sujeitos envolvidos e das conclusões a que os autores chegaram.

### 3.2 COMO FORAM REALIZADAS E O QUE DIZEM AS PESQUISAS

Como forma de organização, a abordagem das pesquisas segue a data de publicação da produção, portanto, a mesma ordem apresentada no Quadro 1. O primeiro autor a ser abordado é Carlos Ceza de Carvalho (2013), que elaborou a dissertação intitulada “Políticas Públicas de Acessibilidade nas Instituições de Ensino: tecnologia assistiva na biblioteca do IFNMG *Campus* Januária”, desenvolvida no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. A pesquisa teve como objetivo geral “[...] avaliar os processos de políticas públicas de acessibilidade e tecnologia assistiva aos estudantes com deficiência e em que condições são oferecidas pela biblioteca do Campus Januária do IFNMG” (CARVALHO, 2013, p. 1). Caracterizada como qualitativa, de caráter exploratório, contou com levantamento

bibliográfico, observação direta e ficha perfil para reconhecer os sujeitos da pesquisa. Como forma de coleta de dados, utilizou entrevista semiestruturada. Os participantes da pesquisa foram 4 estudantes, alunos do ensino médio, técnico e superior, que possuem deficiência física, visual e múltipla. O autor aponta que utilizou como forma de seleção dos participantes aqueles “[...] conhecidos e percebidos no cotidiano da escola [...]” (CARVALHO, 2013, p. 63), já que não havia na instituição informações sobre quem eram as pessoas com deficiência matriculadas.

A seção “resultados da discussão” foi composta pelas seguintes categorias emergentes da análise dos dados: 1) inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular; 2) acessibilidade; 3) tecnologias assistivas; 4) O IFNMG – *Campus* Januária sua biblioteca e as condições para atender o estudante com deficiência; 5) conhecimento sobre dispositivos legais e legislação referente à educação inclusiva.

Como resultados da pesquisa concluiu que não há tecnologias assistivas nas bibliotecas, nem proposições e ações voltadas para inclusão da pessoa com deficiência em tais espaços. Os participantes da pesquisa evidenciaram que em suas trajetórias educativas não foram contemplados com acessibilidade e tecnologias assistivas. Destacaram ser importante que não somente na biblioteca, mas em toda a instituição sejam criadas condições de acessibilidade arquitetônica, de acesso aos serviços e equipamentos, bem como às atividades pedagógicas, entre outros. Além disso, o autor evidenciou que os alunos com deficiência que participaram da pesquisa carecem de conhecimento a respeito das legislações que asseguram a inclusão escolar das pessoas com deficiência.

As políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência são abordadas em todas as produções selecionadas neste estudo, por vezes constituem-se como tema central e, em outros casos, como forma de fundamentar a discussão proposta pelas produções. Por sua vez, políticas públicas de inclusão e acessibilidade é o tema da dissertação de Stroparo (2014) intitulada “Políticas Inclusivas e Acessibilidade em Bibliotecas Universitárias: uma Análise do Sistema de Bibliotecas (SIBI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)”. Como objetivo principal, buscou “Analisar o processo de acessibilidade nas bibliotecas universitárias fundamentado nas políticas nacionais de inclusão e acessibilidade no ensino superior” (STROPARO, 2014, p. 17). Para tanto, em seus objetivos específicos, centrou-se em verificar como o SIBI/UFPR tem atuado para promover a inclusão e a acessibilidade das pessoas com deficiência, direcionando especial atenção à análise das condições de acessibilidade e das políticas públicas de inclusão do SIBI. Sua pesquisa caracteriza-se como qualitativa, quantitativa e exploratória, com enfoque descritivo e documental. Como método de coleta de dados, utilizou entrevistas semiestruturadas

com perguntas abertas e fechadas e com observação não participante.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram os gestores das bibliotecas, também descritos pela autora como os chefes destes locais, e os alunos com deficiência matriculados no ano de 2013, em diferentes cursos da UFPR. Por meio de mapeamento feito pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), a pesquisadora identificou 51 alunos com deficiência. Com o uso de ferramenta estatística para amostragem, realizou o cálculo do tamanho da amostra, que resultou em 17 alunos a serem convidados para participar da pesquisa. Para a seleção dos gestores das bibliotecas, definiu como critério as condições logísticas e pesquisou 10 das 15 bibliotecas que integram o SIBI.

As análises foram realizadas por meio da análise de conteúdo de acordo com as seguintes categorias: 1) caracterização dos participantes; 2) acessibilidade física; 3) acessibilidade informacional; 4) acessibilidade atitudinal; 5) acessibilidade de serviços; 6) política institucional inclusiva para adequação do SIBI/UFPR. Entre as conclusões de sua pesquisa, apontou a falta de articulação para que as informações sobre os alunos com deficiência sejam compartilhadas na instituição, possibilitando, de forma antecipada, as condições necessárias para atendimento destas pessoas. Em relação ao espaço físico, das 10 bibliotecas pesquisadas, apenas 1 é considerada adequada em termos de acessibilidade para a pessoa com deficiência. Esta biblioteca possui, inclusive, tecnologias assistivas. Porém, os alunos que a frequentam desconhecem a existência das tecnologias, o que demonstra que a biblioteca precisa estabelecer comunicação com este público e apresentar os serviços e produtos pensados e adquiridos para estas pessoas.

Das demais bibliotecas – 4 consideradas parcialmente adequadas e 5 inadequadas – a sinalização foi o aspecto que mais deixou a desejar, segundo o ponto de vista dos gestores e dos alunos. Ausência de condições, como a falta de acervo em braille ou em áudio, são muitas vezes compensadas pela acessibilidade atitudinal, que é considerada adequada, dada a atuação atenciosa dos profissionais das bibliotecas. Porém, os bibliotecários evidenciaram não saberem como proceder no atendimento de pessoas com deficiência e relataram a necessidade de formação que contribua para o contexto profissional no qual atuam.

Carcereri (2014), assim como Stroparo (2014) também estudou o SIBI/UFPR, contudo seu foco foi direcionado para “O Cuidado Bibliotecário na Inclusão Social de Alunos com Deficiência Física no Sistema de Bibliotecas (Sibi) Da Universidade Federal Do Paraná (UFPR)”. O objetivo geral de sua pesquisa foi “[...] compreender a percepção do acadêmico com deficiência física sobre o ‘cuidado bibliotecário’ para a inclusão social no SiBi/UFPR” (CARCERERI, 2014, p. 16). Uma das limitações é de seu estudo é que desconsiderou, ainda

na etapa de seleção dos participantes, os alunos com deficiência que não estavam cadastrados no SIBI. Talvez fosse pertinente buscar saber por que estes alunos não tinham cadastro no SIBI, ou seja, não tinham interesse pela biblioteca.

A Pesquisa de Carcereri (2014, p. 67) “[...] caracteriza-se como teórico-prática, qualitativa e quantitativa, com base fenomenológica”. Os participantes da pesquisa foram alunos com deficiência física. A autora esclarece que a escolha por alunos com esta deficiência foi fundamentada no fato de que em relatório fornecido pelo NAPNE as pessoas com deficiência física compõem o grupo com maior número, 33 pessoas. Assim como Stroparo (2014), fez uso de ferramenta estatística e definiu o tamanho da amostra em 15 alunos convidados a participar da pesquisa.

O instrumento para coleta de dados foi um questionário semiestruturado, com perguntas objetivas e subjetivas (07), aplicado aos alunos com deficiência física nas dependências da UFPR. A compreensão dos dados foi desenvolvida com foco metodológico na hermenêutica fenomenológica. A partir da coleta de dados emergiram as categorias: a inclusão social e o cuidado bibliotecário. A discussão dos dados se deu de acordo com cada uma das questões respondidas pelos participantes, ou seja, na seção “compreensão dos dados” foi construída e desenvolvida seguindo a mesma ordem do questionário proposto, contemplando a descrição e análise das respostas.

A autora concluiu que os alunos com deficiência têm clareza do que é o “cuidado bibliotecário”, por ela definido como “[...] a competência profissional, pessoal, humanizada e acolhedora que o bibliotecário deve ter ao atender o usuário, levando em conta suas necessidades informacionais e estabelecendo uma relação cordial de afeto, respeito e amorosidade (CARCERERI, 2014, p. 7). Os alunos relatam haver, por parte dos bibliotecários e demais servidores da biblioteca, cuidado no atendimento e prestação de serviços, o que faz com que os alunos se sintam acolhidos. É também a ação dos profissionais que contribui para que, por exemplo, barreiras ao acesso e ao mobiliário sejam superadas. Constatou ainda que os participantes da pesquisa compreendem que a inclusão diz respeito a condições de igualdade a todas as pessoas e não somente às pessoas com deficiência.

O “Diagnóstico de Acessibilidade nas Bibliotecas Públicas dos Municípios da Mesorregião Oeste de Minas Gerais” é a pesquisa desenvolvida por Silveira (2015). A autora estrutura sua dissertação a partir de dois artigos e, dada esta organização, possui dois objetivos que se configuram como principais. No primeiro artigo, Silveira (2015) traçou como objetivo “[...] realizar um levantamento do perfil da população com deficiência dos municípios da Microrregião Industrial do Centro-Oeste de Minas Gerais através de dados do Instituto IBGE”

(Silveira, 2015, p. 35). Para tanto, utilizou como metodologia a recuperação de micro dados do próprio IBGE

Constatou que na maioria dos municípios prevalece a deficiência visual, seguida da deficiência motora e em terceiro lugar a deficiência auditiva. Concluiu que a maioria das pessoas com deficiência encontram-se em desvantagem e que, apesar das limitações financeiras de alguns municípios, adaptações como baixo ou nenhum custo, como instalação de sinalizações adequadas, o uso de *softwares* gratuitos, a aquisição de acervos em braille distribuídos gratuitamente e a conscientização dos profissionais para o atendimento das pessoas com deficiência são mudanças possíveis e necessárias para que as pessoas com deficiência tenham asseguradas a acessibilidade e a inclusão nas bibliotecas.

No segundo artigo, objetivou “[...] investigar as condições de acessibilidade das bibliotecas públicas da Mesorregião Oeste de Minas Gerais” (Silveira, 2015, p. 48). Este trata-se de um estudo descritivo exploratório, usando a metodologia quantitativa e qualitativa para identificar a acessibilidade nas bibliotecas públicas daquela região. Como forma de coletar as informações quantitativas, utilizou questionário/*checklist*, enviado por meio do aplicativo *Google Docs* e respondido por bibliotecários ou gestores das bibliotecas públicas. Os dados a respeito deste instrumento foram apresentados de acordo com as seis dimensões da acessibilidade propostas por Sasaki (2005): arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, programática e atitudinal. Outro instrumento de coleta de dados, mas que pretendeu buscar as informações qualitativas, foi o roteiro de observação acompanhado de diário de campo.

Com seu estudo, concluiu que, embora sejam percebidas ações para adequar os espaços de forma a torná-los acessíveis, prevalecem nas bibliotecas quadros não favoráveis à acessibilidade das pessoas com deficiência. Das 50 bibliotecas públicas da mesorregião Oeste de Minas Gerais, 44 participaram da pesquisa e, a partir dos dados coletados, ficou constatado que 41% das bibliotecas não possuem bibliotecários, as funções deste profissional são exercidas por servidores públicos remanejados. Para a autora, é fundamental que as bibliotecas tenham bibliotecários e que os gestores das bibliotecas protagonizem ações que levem à inclusão das pessoas com deficiência. Ressalta a importância de que o bibliotecário conheça as normas jurídicas, as tecnologias assistivas, participe de capacitação e estabeleça comunicação com demais setores e profissionais da própria instituição em que atua e de outras instituições, buscando socializar conhecimentos e práticas em prol da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência.

A dissertação de Costa (2015) tem como título “Inclusão e acessibilidade nas

bibliotecas universitárias: a formação e atuação do bibliotecário”. O objetivo principal de sua pesquisa é “Refletir sobre a educação formal e continuada do bibliotecário para a interação e atendimento aos usuários deficientes visando a inclusão e acessibilidade destes nos ambientes das bibliotecas universitárias” (COSTA, 2015, p. 20). A pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, além da pesquisa bibliográfica, teve como método de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Os participantes foram 8 bibliotecários e 3 alunos com deficiência. A pesquisadora justifica o fato de ter entrevistado 8 bibliotecários afirmando que a “[...] amostra dos bibliotecários aconteceu pelo ponto de saturação, quando novos entrevistados passaram a repetir os conteúdos, deixando de fornecer novos subsídios à pesquisa” (COSTA, 2015, p. 67). O número de alunos entrevistados foi definido em função da seleção de um aluno para cada uma das deficiências: auditiva, física e visual.

A autora elegeu 5 categorias para a discussão dos dados coletados: 1) presença de usuários com deficiência; 2) tecnologia e/ou serviço acessível à pessoa com deficiência; 3) formação profissional; 4) atuação do bibliotecário na sociedade inclusiva e 5) gestão da biblioteca universitária. Por meio das entrevistas realizadas com os alunos, concluiu que os usuários com deficiência não recebem condições iguais às pessoas sem deficiência, que no *locus* de sua pesquisa há falta de bibliotecários que realizem os serviços de referência de forma a contemplar as demandas das pessoas com deficiência. Aponta que o bibliotecário deve participar, por exemplo, de núcleos que atuem com os alunos com deficiência e, assim, conhecer esses alunos e procurar organizar os serviços e o espaço da biblioteca. A formação continuada dos bibliotecários, responsabilidade também da instituição em que eles atuam, precisa contemplar o conhecimento de legislações, de tecnologias assistivas, de forma a conhecer para poder contribuir com a autonomia dos alunos com deficiência. A autora sugere que os bibliotecários assumam uma nova postura, sejam mais proativos, dadas as novas demandas impostas às bibliotecas, e ressalta que o fato de não haver uma demanda imediata ou em grande número de pessoas com deficiência não é justificativa para que a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência fiquem relegadas a um segundo plano.

Almeida (2015) pesquisou a “Acessibilidade Física em Bibliotecas da Rede Federal de Ensino: políticas públicas para pessoas com necessidades específicas”. O objetivo da pesquisa foi “[...] propor recomendações para a implantação de acessibilidade física no interior da biblioteca do *Campus* São João del-Rei, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, mediante dados coletados nas diferentes etapas do estudo realizado” (ALMEIDA, 2015, p. 29). Seu estudo é qualitativo e quantitativo, do tipo transversal. Realizou pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Nesta última buscou

conhecer o Projeto Executivo do prédio em que está a biblioteca, analisando a planta baixa para propor recomendações que promovam a acessibilidade.

Também realizou coleta de dados por meio da aplicação de questionários sobre acessibilidade a bibliotecários atuantes na rede federal de ensino. Esta coleta de dados buscou analisar como a acessibilidade física vinha sendo implantada nas bibliotecas da rede federal, bem como as limitações encontradas no processo de implantação. Para tanto, enviou, via correio eletrônico, 20 questionários a bibliotecários vinculados à rede federal de educação e dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraíba e Rio Grande do Sul. Estes questionários tiveram o objetivo de saber dos bibliotecários qual “[...] a visão da teoria da acessibilidade e seus processos, e questionamentos sobre suas experiências na promoção da acessibilidade em bibliotecas que atuaram ou atuam” (ALMEIDA, 2015, p. 31). Para escolha dos bibliotecários que participaram estabeleceu, como critério de inclusão, os que atuavam na rede federal de educação e, como critério de exclusão, os “[...] que não faziam parte do quadro de servidores de instituições federais de ensino, e os que não quiseram participar de maneira voluntária da pesquisa ou que se recusaram assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (ALMEIDA, 2015, p. 32).

A partir do estudo, verificou que a acessibilidade em bibliotecas da rede federal de ensino é insatisfatória e, geralmente, não oferece igualdade de acesso a todos. Em suas considerações finais, destacou: a importância de que os profissionais das bibliotecas sejam preparados e capacitados para o atendimento das pessoas com deficiência; em muitas instituições as bibliotecas estão instaladas em prédios antigos e por isso demandam de mais ações de adaptação dos espaços; no caso dos Institutos Federais, destacam-se os espaços improvisados em que as bibliotecas funcionam; a formação acadêmica dos bibliotecários participantes não ofereceu disciplinas sobre a acessibilidade e eles apontam a necessidade de formação para atuar com as pessoas com deficiência; o arcabouço jurídico por si só não promove mudanças e não garante a acessibilidade, é fundamental a mudança de postura dos profissionais que atuam na biblioteca; a importância do bibliotecário estabelecer parcerias com outros setores ou outras instituições até mesmo na busca de apoio financeiro; a necessidade de que as bibliotecas saibam quem são as pessoas com deficiência e quais suas demandas. Destaca que, apesar das barreiras existentes, é possível perceber que as instituições da rede federal de educação estão preocupadas e trabalham em prol da acessibilidade da pessoa com deficiência.

Com foco na acessibilidade arquitetônica, Tamashiro (2016) elaborou a dissertação “Acessibilidade Arquitetônica sob o Prisma da Biblioteca Escolar do IFRJ – Campus Rio de Janeiro: a garantia da igualdade na diversidade”. O objetivo da pesquisa foi verificar se a



Biblioteca Professor Eurico de Oliveira Assis “[...] tem em sua estrutura acessibilidade arquitetônica para seus serviços e produtos, principalmente no que se refere ao cumprimento da missão e função desse espaço para com a comunidade interna e externa” (TAMASHIRO, 2016, p. 51). Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, é descritiva e exploratória. A pesquisadora utilizou como meios a pesquisa documental, a bibliográfica e a de campo. Como forma de apresentar os recursos organizacionais de seu objeto de pesquisa - a biblioteca – fez uso de indicadores elaborados pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar, da Universidade Federal de Minas Gerais. Os indicadores utilizados estavam relacionados ao espaço físico e categorizados em: acervo; computadores com acesso à internet; organização do acervo; serviços e atividades e pessoal. Para verificar a questão da acessibilidade arquitetônica, fez-se uso dos indicadores propostos por Gentil Junior (2016), autor que é abordado neste texto.

A autora revela que, por meio da pesquisa documental, são notórias as propostas dos dirigentes para a melhoria dos espaços de forma a atender as condições de acessibilidade. Contudo, por meio da pesquisa de campo verificou a necessidade de adequação dos espaços arquitetônicos de forma a atender as especificações da NBR 9050 não apenas da biblioteca, mas da instituição como um todo. Um dos fatores que contribui para esta deficiência na acessibilidade arquitetônica é o fato de muitas edificações terem sido construídas há muitos anos, em período que a acessibilidade ainda não era pautada e considerada um direito. Contudo, a autora afirma que, em havendo interesse, é possível implementar melhorias.

Carvalho (2016) elaborou a dissertação intitulada “Para o Olhar de Quem não Pode Enxergar: recomendações para acessibilidade na biblioteca Centro de Tecnologia e Ciências da Faculdade de Tecnologia UERJ-Resende”. O objetivo principal estava em “[...] apontar recomendações de adequação arquitetônica para acessibilidade para pessoas com deficiência visual para a Biblioteca Centro de Tecnologia e Ciências que atende a Faculdade de Tecnologia da UERJ – Resende” (CARVALHO, 2016, p. 42). A pesquisa tem como metodologia um estudo de caso e também pesquisa participante. Utilizou como meios de investigação a pesquisa bibliográfica, documental, a aplicação de questionário e a pesquisa de campo.

Ao identificar as adequações necessárias desta biblioteca, de forma a atender as recomendações da NBR 9050/2015, a autora apresenta recomendações que visam contribuir na melhora das condições identificadas. Destaca que a sinalização acessível da biblioteca e da instituição é um dos fatores mais precários. Por outro lado, esclarece que, em função do superdimensionamento da biblioteca pesquisada, as adequações a serem feitas para atender as recomendações de acessibilidade da NBR 9050 tendem a ser realizadas de forma mais prática e com facilidade. Sugere que, para uma maior efetividade, execução e financiamento, os

projetos que visem às adequações de acessibilidade sejam segmentados em projeto arquitetônico, projeto de mobiliário e projeto de sinalização e que, na medida do possível, seja contemplado o desenho universal.

Gentil Junior (2016), a partir de sua pesquisa, colaborou com o desenvolvimento de pesquisas citadas neste texto, porque, com embasamento na NBR 9050, desenvolveu um modelo de indicadores para a avaliação da acessibilidade arquitetônica em bibliotecas. Sua dissertação tem como título: “Formulação de Indicadores Qualitativos de Acessibilidade: o caso da Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense”. Por meio do desenvolvimento e aplicação do instrumento desenvolvido com os indicadores qualitativos, atendeu ao objetivo principal de sua dissertação, que era

avaliar as condições de acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiências físicas ou com mobilidade 18 reduzida, oferecidas pela Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo (BAU) da Universidade Federal Fluminense, para que sejam condizentes com a de um prédio modelar sugerindo melhorias na acessibilidade que visem à promoção da inclusão de usuários com deficiência física nas bibliotecas, com desenvolvimento de um instrumento para permitir a avaliação qualitativa por indicadores de acessibilidade física a partir das normas vigentes (GENTIL JUNIOR, 2016, p. 18).

Os meios para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa exploratória, que se propôs a explicar as condições de acessibilidade de seu objeto de estudo, foram a pesquisa documental, a bibliográfica e a de campo. O autor esclarece que a escolha pela biblioteca se deu em função de ser uma biblioteca que atende ao curso de arquitetura e, portanto, deveria ser adequada de forma a servir de exemplo e incentivo no desenvolvimento das atividades dos profissionais da arquitetura. As análises dos dados coletados por pesquisa bibliográfica e documental foram desenvolvidas por meio do método indutivo e, a dos dados de campo, pela análise do conteúdo do discurso, processo que se organizou a partir de duas categorias: acessibilidade arquitetônica e acessibilidade a mobiliário e equipamentos.

Por meio do instrumento desenvolvido e da avaliação da acessibilidade da biblioteca pesquisada, concluiu que há, no espaço pesquisado, diversas barreiras impostas às pessoas com deficiência física. Estas barreiras compreendem questões arquitetônicas e também relativas ao mobiliário e aos equipamentos. A eliminação das barreiras contribui para que o direito à educação seja assegurado, cabendo garantir não apenas o acesso, mas a permanência. Para isso, é responsabilidade do poder público fazer com que as legislações a respeito da acessibilidade sejam executadas. Já à biblioteca, cabe participar ativamente dos movimentos inclusivos da instituição e da sociedade. O bibliotecário tem a missão de contribuir neste processo e, para

tanto, precisa conhecer e colocar em prática a acessibilidade, processo que não pode ser realizado sem o reconhecimento das reais demandas e deficiências do espaço em que atua.

A dissertação de Sousa (2016) cujo título é “Mediações no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará na Perspectiva da Educação Inclusiva”, teve como *locus* o SIBI da Universidade Federal do Ceará Universidade Federal do Ceará. A pesquisa caracteriza-se como exploratória de abordagem qualitativa e para a coleta de dados fez uso da entrevista. Como objetivo, buscou “identificar desafios e possibilidades no acesso ao conhecimento acadêmico, para os discentes com deficiência e seus professores, tendo a Biblioteca Universitária como mediadora” (SANTOS, 2016, p. 21). Entre os objetivos específicos procurou desvendar a percepção dos participantes da pesquisa – alunos com deficiência e alguns de seus professores – sobre a biblioteca da universidade e como ela contribui ou impõe limites no acesso ao conhecimento.

O primeiro critério estabelecido para a escolha dos alunos foi selecionar os que fizessem uso dos serviços oferecidos para pessoas com deficiência visual pela Biblioteca Universitária e pela Secretaria de Acessibilidade da instituição. Após definir que 3 alunos com deficiência visual ou com baixa visão participariam da pesquisa, por meio de entrevistas realizadas com eles, procurou saber em quais disciplinas tinham mais dificuldade e, assim, definiu os docentes que participaram da pesquisa, 6 no total. Os docentes e alunos participaram da pesquisa por meio de entrevista semiestruturada, que foi o instrumento de coleta de dados utilizado.

Em sua pesquisa, evidenciou que nem todos os professores sabiam que a biblioteca oferece serviços como a digitalização de acervo, entre outros recursos, para as pessoas com deficiência, o que a autora caracteriza como um grande prejuízo para o processo pedagógico. Contudo, um dos apontamentos dos docentes foi que a bibliografia dos projetos de curso fosse tornada acessível antes mesmo de que o aluno precisasse, efetivamente, utilizá-la. Esta medida prévia, realizada por meio de *scanners* de livro, tornando o conteúdo digital, contribuiria para que não houvesse atraso no acesso do material. Para a pesquisadora, uma solução pode ser investir, por exemplo, em aquisições que contemplem acervos digitais e no desenvolvimento de repositórios institucionais. Ressalta que é imprescindível que a biblioteca dialogue, estabeleça parcerias com os setores da instituição, com a comunidade acadêmica, divulgue seus serviços, desenvolva uma política de acessibilidade e trabalho de orientação e de promoção de competência para a busca de informação, de forma a contribuir para que os direitos e a cidadania da pessoa com deficiência sejam efetivados.

Filgueiras (2017) escreveu a dissertação “Bibliotecas Universitárias Federais

Brasileiras no Século XXI: capacitação de bibliotecários e os saberes que articulam boas práticas no atendimento aos usuários com deficiência.” A pesquisa teve como objetivo

Propor uma Oficina de Capacitação para os bibliotecários que atuam em bibliotecas universitárias públicas, visando instruir os profissionais para a aquisição de conhecimentos, competência e habilidades no atendimento aos usuários com deficiência física, auditiva, motora, intelectual e mobilidade reduzida (FILGUEIRAS, 2017, p. 108).

A proposta de uma oficina foi fundamentada na compreensão de que o bibliotecário tem uma importante função social na socialização da informação. Sua pesquisa, de abordagem qualitativa e quantitativa, exploratória, contou com levantamento bibliográfico, documental e também se constituiu como pesquisa de campo. Os sujeitos da pesquisa são bibliotecários (376) das bibliotecas da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. O instrumento de coleta de dados para saber como os bibliotecários atuam e qual a sua formação sobre acessibilidade, foram aplicados dois tipos de questionários em momentos distintos.

O primeiro questionário foi entregue aos participantes no início e no fim de oficina proposta no II Encontro em Diversidade e Inclusão. O convite para participar da oficina foi enviado aos bibliotecários por *e-mail*. A expectativa era de que participassem da oficina 129 bibliotecários. Participaram 3 bibliotecários e 7 pessoas que não eram bibliotecários. A baixa procura pela oficina foi um dos motivos que levou a elaboração do segundo questionário, enviado por *e-mail* para as 74 bibliotecas das três instituições selecionadas. Dos 376 convidados aproximadamente 100 responderam ao segundo questionário.

Uma das contribuições da pesquisa é a sistematização de informações a respeito de instituições que desenvolvem ações voltadas à acessibilidade da pessoa com deficiência de forma a serem práticas motivadoras aos bibliotecários e demais pessoas. Além disso, apresenta um vasto levantamento de tecnologias assistivas. A partir dos estudos bibliográficos evidenciou apontamentos que ressaltam a importância da formação continuada, o que motivou o convite aos bibliotecários para participarem da oficina.

Evidenciou que, em geral, a formação inicial dos bibliotecários não contempla a acessibilidade e daí a necessidade de que esta formação fosse oferecida. Por outro lado, a baixa procura na oficina proposta denuncia o pouco interesse destes profissionais com a temática, o que, segundo a autora, pode ser consequência da baixa demanda de pessoas com deficiência circulando nas bibliotecas, o que, por sua vez, pode ocorrer em função da falta de acessibilidade nas bibliotecas. Como produto desta dissertação, elaborou a oficina intitulada “Capacitação em

acessibilidade e inclusão para bibliotecários”. Esta é uma sugestão de formação a ser realizada não apenas pelos bibliotecários, mas por todos os profissionais que atuam nas bibliotecas.

A pesquisa de Carvalho (2017) tem como título “Acessibilidade e Inclusão de Alunos com Deficiência Física e/ou Mobilidade Reduzida: perspectivas de atuação da biblioteca escolar do Colégio Militar De Juiz De Fora”. Seu estudo teve como objetivo investigar “[...] biblioteca escolar do CMJF quanto às suas perspectivas de tornar-se acessível e inclusiva ao aluno com deficiência e/ou mobilidade reduzida” (CARVALHO, 2017, p. 29). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental e de um estudo de caso que, conforme a autora, contou com observação participante, pois ela atua como bibliotecária no espaço em que desenvolveu a pesquisa. O instrumento de coleta de dados foi questionário semiestruturado, desenvolvido por Gentil Junior (2016). A pesquisadora realizou algumas adaptações no questionário com o intuito de atender à realidade da pesquisa.

Para analisar os dados coletados estabeleceu 8 categorias: 1) entorno da biblioteca; 2) entrada da biblioteca; 3) espaços internos da biblioteca; 4) pisos da biblioteca; 5) corredores da biblioteca; 6) balcão de atendimento da biblioteca; 7) mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da biblioteca e 8) estantes da biblioteca. Após o tratamento dos dados coletados, processo que demonstrou quais eram as necessidades de adaptações arquitetônicas da biblioteca, apresentou as demandas à gestão da instituição, que autorizou a reforma do espaço. Segundo a autora, a partir das adequações a biblioteca passou a atender parcialmente as recomendações de acessibilidade arquitetônica da NBR 9050. Para Carvalho (2017), a compreensão e a participação dos gestores foram fundamentais para que tais ações fossem propostas. Neste sentido, aponta a importância do protagonismo do bibliotecário e do estabelecimento de trabalho conjunto com toda a instituição, incluindo também parcerias com outras instituições.

Com a pesquisa “Acessibilidade e Inclusão na Biblioteca do Instituto Federal de Rondônia”, Antunes (2017, p. 16) objetivou “[...] avaliar as condições de acessibilidade e colaborar para a construção de uma proposta de acessibilidade para usuários com deficiência na Biblioteca do Instituto Federal de Rondônia – *Campus Ji-Paraná*”. A pesquisa foi desenvolvida por meio da pesquisa-ação com abordagem qualitativa. Nela, a autora buscou fazer um diagnóstico da acessibilidade da biblioteca, no intuito de contribuir para a intervenção por meio de uma proposta encaminhada à gestão da instituição que apontava as melhorias necessárias. Contou com um grupo colaborativo, composto por 9 servidores que atuam com alunos com deficiência ou que demonstraram interesse em participar da discussão e elaboração da proposta de melhorias. Como instrumentos, realizou análise documental, observação indireta, diário de

campo, formulário de avaliação e entrevista. Para participar da entrevista foram convidados 8 alunos com deficiência física e/ou sensorial e, destes, 4 participaram.

Antunes destaca a necessidade de que as bibliotecas participem, por exemplo, de reuniões pedagógicas e que, para isso acontecer, é fundamental que os profissionais se mostrem interessados. Pela avaliação realizada na biblioteca, foi identificada a falta de acessibilidade em suas várias dimensões, uma vez que, dos 200 critérios observados, a biblioteca atendeu a 54. A deficiência em relação à acessibilidade também foi percebida nas entrevistas com os alunos. Para a autora, a avaliação contribui para que os profissionais que atuam nas bibliotecas tenham conhecimento a respeito das condições do ambiente e busquem melhorá-lo no sentido de garantir o direito de acesso ao conhecimento e exercício da cidadania a todos.

Com a análise de documentos do IFRO, concluiu que a instituição tem a inclusão como um de seus princípios. No entanto, este princípio não é contemplado nas diretrizes da biblioteca, que necessita propor mudanças na aquisição do acervo, de forma a contemplar materiais acessíveis, adquirir tecnologias assistivas, oferecer serviços como adaptação de materiais e outros. Pelas entrevistas com os estudantes, a pesquisadora evidencia que três deles consideram a acessibilidade um direito, mas um deixa transparecer a ideia de favor à pessoa com deficiência, envolta nas medidas que visam promover a acessibilidade.

Stroparo (2018), autora que teve sua dissertação abordada aqui, também contribui com a discussão desta temática por meio da tese “Políticas Públicas de Inclusão e Indicadores de Acessibilidade: uma análise nas bibliotecas universitárias”. Se em sua dissertação a pesquisadora teve como foco as políticas inclusivas e acessibilidade no SIBI da UFPR, em sua tese amplia a discussão para as bibliotecas das universidades federais brasileiras. O objetivo geral do estudo foi “[...] avaliar as políticas públicas de inclusão e os indicadores de acessibilidade nas bibliotecas universitárias federais brasileiras” (STROPARO, 2018, p. 25). Em seus objetivos específicos, buscou saber sobre como a acessibilidade das bibliotecas universitárias federais brasileiras é vista pelos os avaliadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelos coordenadores dos SIBIs destas instituições. Sua pesquisa, de natureza qualitativa, foi desenvolvida numa perspectiva crítica, descritiva, baseou-se na análise documental de legislações, declarações, acordos internacionais, políticas públicas e diretrizes referentes à inclusão, voltados para a biblioteca. Com foco nos indicadores de acessibilidade, tem como fundamento teórico o direito à educação fundado nos preceitos de justiça social e igualdade de oportunidade no acesso e na permanência de todos na educação superior.

Como participantes da pesquisa de campo, foram mapeados 63 SIBIs, cujos

coordenadores receberam questionário via *web*. Destes, 25 responderam ao questionário. Também integraram a pesquisa os professores avaliadores do INEP, que estavam cadastrados no Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação Superior, e, desta forma, compõem as Comissões de Avaliações *in loco*. Por meio de contato com o INEP, a pesquisadora recebeu a informação de que o número de avaliadores correspondia a 3.771. Por meio de ferramenta estatística realizou o cálculo de amostragem, pelo qual reduziu a amostragem a 231 avaliadores, que foram convidados a participar da pesquisa e receberam questionário *online*. Desses, 31 responderam ao questionário.

Em função do baixo número de avaliadores participantes, a pesquisadora realizou entrevista com a Coordenadoria Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior do INEP, para complementar e aprofundar as informações. Stroparo (2018) também realizou visita *in loco* a 3 bibliotecas, escolhidas por apresentarem boas referências em relação aos serviços de acessibilidade, como a oferta de acervo digital acessível. As visitas foram às seguintes bibliotecas: Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, Biblioteca da Universidade de Brasília e Biblioteca Central Zila Mamede, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Para apresentação e discussão dos resultados, estabeleceu 7 categorias: 1) concepção acerca da política de inclusão nas bibliotecas universitárias; 2) acessibilidade física; 3) acessibilidade informacional; 4) acessibilidade nos serviços; 5) acessibilidade atitudinal; 6) avaliação do INEP; 7) política institucional inclusiva. Após análise das questões levantadas sobre as bibliotecas, concluiu que, em grande parte delas, a acessibilidade ainda é precária. Há, porém, destaque para a acessibilidade física, que tem sido a dimensão mais contemplada pelas bibliotecas e pelos avaliadores dos sistemas avaliativos do INEP, o que, segundo a pesquisadora, consiste em uma das fragilidades da avaliação. Em relação às políticas de inclusão, apesar da forma como avançaram em nossa sociedade, poucas são as implementações das políticas nas bibliotecas e, quando acontecem, estão ainda em fase embrionária.

Uma das fragilidades da avaliação do INEP é o foco no acervo físico. Para a pesquisadora, apesar de o INEP capacitar os avaliadores, os quesitos de acessibilidade, os procedimentos e os instrumentos não são bem aplicados, carecendo melhorar o processo de avaliação de forma que a subjetividade do avaliador não prepondere no resultado da avaliação. É imprescindível que os avaliadores reconheçam as várias dimensões da acessibilidade. Conclui que existe uma lacuna entre o discurso e as práticas, limbo em que se encontra também a dimensão da acessibilidade atitudinal, que se configura como base para práticas inclusivas. Para a Stroparo (2018), tanto avaliadores do INEP como bibliotecários carecem de mais formação e

reflexão a respeito da acessibilidade, assim como os processos avaliativos das bibliotecas não devem ser centrados em rankings, mas em dimensões qualitativas.

A dissertação de Pereira (2018), intitulada “Políticas públicas de educação e informação para inclusão e acessibilidade: estudo realizado entre usuários com deficiência na Biblioteca do Instituto Federal da Paraíba - Campus Cabedelo”, teve como objetivo “Investigar a execução das políticas públicas de educação e informação na biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo, visando perceber as perspectivas de inclusão e acessibilidade informacional para pessoas com deficiência” (PEREIRA, 2018, p. 16).

De natureza qualitativa e quantitativa, com elementos descritivos, bibliográficos e documentais, também abrangeu um estudo de caso. Como método utilizou o questionário misto, aplicado a 6 alunos com deficiência matriculados na unidade de ensino e a entrevista, realizada com os servidores das bibliotecas (dos 4 servidores que atuam na biblioteca, entrevistou 2) e com a Direção-Geral do *campus*. Destacamos como fator positivo a participação dos três grupos na pesquisa: alunos, servidores e gestão, o que confere ao estudo uma dimensão mais participativa, pois ouve os diversos atores.

Com o levantamento realizado com os profissionais bibliotecários, o estudo possibilitou identificar que a formação acadêmica em biblioteconomia e/ou ciência da informação dos participantes não ofereceu disciplinas sobre acessibilidade. Das entrevistas realizadas com os usuários, constatou que os alunos com deficiência não costumam frequentar a biblioteca em função das barreiras embutidas nas estruturas, nos serviços, na ausência de materiais acessíveis. A pouca experiência e o reduzido número de servidores, assim como o pouco conhecimento sobre a acessibilidade, também interferem na forma como as pessoas com deficiência interagem com a biblioteca.

Entre as melhorias já em andamento na biblioteca, a autora aponta a implantação de um sistema informatizado, que contribuirá para que a oferta de serviços seja mais eficiente, além de fornecer mais comodidade às pessoas, por meio do acesso a serviços (consulta, renovação e outros) de forma online. Como forma de superar questões relativas às deficiências em relação à acessibilidade, a autora sugere o planejamento, para angariar recursos que sejam direcionados à aquisição de materiais bibliográficos, sinalização, computadores e outros. Para Pereira (2018), a biblioteca precisa interagir com a comunidade escolar, participar, se integrar às atividades educacionais e, assim, apesar das limitações e barreiras a serem superadas, chamar a todos para participarem e usufruírem da biblioteca.

Neves (2019), com a dissertação “A biblioteca Central da UFJF: inclusão e



acessibilidade”, contribui para a discussão a respeito da acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas. Seu estudo teve como objetivo geral “[...] investigar e compreender o funcionamento do atendimento ao usuário na BC no contexto atual para identificar se há necessidade de adequação visando oferecer acesso à informação igualitário” (NEVES, 2019, p. 56). Sua pesquisa configura-se como de natureza predominantemente qualitativa e exploratória. Como método, fez uso da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e da pesquisa de campo, além de levantamento de dados coletados por meio de entrevista estruturada.

Os participantes da pesquisa foram 5 servidores que trabalham na biblioteca e 3 alunos com deficiência matriculados em cursos distintos. A pesquisadora relata dificuldades para ter acesso a informações sobre quantas e quais são as pessoas com deficiência matriculadas na instituição. A pesquisadora enviou *e-mail*, convidando alunos com deficiência para participarem de sua pesquisa. Em função de não ter recebido nenhum retorno, optou pela observação e identificação das pessoas que frequentam a biblioteca, convidando, portanto, a participar da pesquisa os alunos com deficiência que frequentam a biblioteca central. A pesquisadora registra que uma das limitações desta forma de seleção é que nem todas as pessoas que têm deficiência podem ser identificadas por meio da observação e, por isso, na forma de escolha dos participantes, pode não ter contemplado alunos com deficiência.

Neves (2019, p. 76) relata a experiência de buscar identificar as pessoas a serem convidadas a participar da pesquisa por meio da observação para identificar algum tipo de deficiência, afirmando que

Percebeu o quão desconfortável era observar as pessoas buscando identificá-las justamente pela(s) característica(s) que elas não querem ser identificadas. Uma pessoa não quer ser a sua deficiência, e esta era justamente a questão que estava em análise. A abordagem, na maioria dos casos foi feita por funcionários do balcão de atendimento já que eles durante o desempenho de suas funções conseguiam identificar a necessidade de acolhimento do usuário.

Acrescentamos que esta forma de seleção dos participantes também contribui para excluir diretamente os que não frequentam a biblioteca, fator que pode estar associado à falta de acessibilidade. Dos alunos com deficiência que participaram da pesquisa, dois têm deficiência visual e um de locomoção.

Como produto da pesquisa, a partir do aprofundamento teórico e documental, dos dados coletados nas entrevistas em que foram identificados problemas nas dimensões da acessibilidade arquitetônica, comunicacional, instrumental e atitudinal, a pesquisadora propôs

um Plano de Ação Educacional. Para cada problema identificado, foi sugerida uma ação a fim de solucioná-lo. Uma sugestão apontada pelo Plano pode ser um projeto inicial para a reestruturação não apenas da biblioteca investigada, mas das 17 bibliotecas que compõem a instituição. A autora propõe, ainda, a criação de “[...] comissão de acessibilidade, capacitação dos servidores, reformas estruturais e adequação de mobiliário e equipamentos adequação da sinalização” (NEVES, 2019, p. 97).

Dentre os aspectos emergentes da entrevista com os alunos, cabe destacar a evidência de que as pessoas com deficiência buscam autonomia para o uso da biblioteca. A autora destaca que, após as entrevistas com os servidores, foi procurada várias vezes com o objetivo de socializar observações e novas reflexões a respeito da temática, o que evidencia que a participação nas entrevistas provocou e desencadeou nos servidores um olhar mais atento à questão da acessibilidade e da inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas.

Por fim, descrevemos aqui a dissertação de Barbosa (2020), que, com o título “Inclusão Educacional: a acessibilidade dos usuários com deficiência visual e/ou motora da biblioteca do IFCE Campus Fortaleza”, objetivou “Diagnosticar o panorama atual das condições de acessibilidade dos usuários com deficiência visual e/ou motora da Biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – (IFCE) – Campus Fortaleza” (BARBOSA, 2020, p. 20). Entre seus objetivos específicos, está a proposição de implementação de um guia com orientações para as pessoas com deficiência em relação aos serviços da biblioteca.

Sua pesquisa configura-se como qualitativa e quantitativa, contou com o método empírico, indutivo, experimental, em que desenvolveu um estudo de caso. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário composto por 6 questões objetivas, respondido por 10 dos 31 alunos com deficiência visual ou motora, matriculados no primeiro semestre de 2019 no IFCE, *Campus Fortaleza*. As informações relativas ao quantitativo de alunos com deficiência foram fornecidas pelo NAPNE. Além do questionário, a pesquisadora também utilizou o diário de campo, visto que atua como bibliotecária.

De modo geral, concluiu em sua pesquisa que a maioria dos alunos com deficiência está satisfeita em relação à acessibilidade informacional oferecida pela biblioteca. Porém, percebeu que os alunos com deficiência motora frequentam mais a biblioteca, provavelmente em função das condições de acessibilidade do espaço, como o acesso por meio de rampas. Já os alunos com deficiência visual demonstraram não saber sobre os serviços que a biblioteca disponibiliza para pessoas com esta deficiência. Assim, ficou evidente a importância de um guia com orientações para as pessoas com deficiência em relação aos serviços da biblioteca, o

qual foi desenvolvido e, conforme a autora, o produto seria disponibilizado em forma digital no *site* da biblioteca e de forma física na biblioteca e no NAPNE, com previsão para impressão em braille.

Por julgarmos o produto interessante e, inclusive, atender uma das demandas apresentadas por um dos respondentes de um dos questionários, procuramos verificar se o produto desenvolvido atendia às condições de acessibilidade. Percebemos que o produto anexado à produção, à qual tivemos acesso por meio da base de dados consultada, não atende à acessibilidade, pois foi anexado ao texto da dissertação em formato de imagem e sem texto alternativo, o que impede o acesso por meio de leitores de texto. “Se não existirem textos alternativos às imagens, usuários de leitores de telas e de navegadores textuais ficarão sem acesso à informação veiculada nas imagens” (PUPO, 2008, p. 37). Como não localizamos o produto no site da biblioteca em que a autora informou que estaria publicado, não conseguimos saber se o guia foi elaborado de forma que seu texto atenda às condições de acessibilidade.

### 3.3 CONVERGÊNCIAS ENTRE AS PRODUÇÕES ANALISADAS

A partir da leitura e análise das produções citadas neste estado da arte, identificamos algumas convergências entre algumas produções, a começar pelo destaque dos textos à formação e atuação dos bibliotecários no sentido de conhecer e de contemplar a temática da acessibilidade e da inclusão da pessoa com deficiência. No entanto, evidenciamos poucos apontamentos em relação à formação e atuação de toda a equipe. Reconhecemos que a atuação dos bibliotecários é a “chave mestra” para que a acessibilidade e a inclusão sejam asseguradas nas bibliotecas. Contudo, é importante que os vários profissionais que atuam nas bibliotecas participem dos processos de estruturação, adequação da acessibilidade e que também tenham acesso a capacitações, de forma a compreender melhor a temática em discussão.

Em várias produções é registrado o distanciamento entre a norma jurídica, quanto aos direitos de acessibilidade e inclusão e à realidade das condições de acessibilidade nas bibliotecas, o que ocorre, também, em se tratando de políticas das próprias instituições em que as bibliotecas estão instaladas. Como exemplo, podemos destacar planejamentos institucionais, planos de curso e outros documentos que primam pela acessibilidade e inclusão. Contudo, as pesquisas evidenciam que, no âmbito das bibliotecas, as proposições são pouco aplicadas, fazendo com que a acessibilidade programática tenha, muitas vezes, característica de “carta de intenção”.

Neste sentido, percebemos que há nas produções o reconhecimento da importância de

que as ações e os processos desenvolvidos para tornar os ambientes e os serviços acessíveis sejam realizados não por força e exigência da norma jurídica, mas pelo comprometimento das pessoas. A promoção da acessibilidade como fruto da atuação consciente e não apenas da exigência da norma jurídica consiste num avanço necessário para “desengessar” as discussões e as práticas voltadas à acessibilidade e à inclusão das pessoas com deficiência. Isso não significa o escamoteamento do arcabouço jurídico, mas um comprometimento com a cidadania das pessoas que vai além da norma jurídica.

As produções cotejadas neste estudo convergem também no reconhecimento da biblioteca como espaço de apoio às atividades educacionais, local em que pode ser construído um processo cíclico de socialização, construção e ressocialização de conhecimentos. As pesquisas abordam a função social da biblioteca como espaço que pode contribuir para o desenvolvimento humano e social, por meio da promoção do acesso ao conhecimento.

Outro aspecto que se aproxima das discussões estabelecidas pelas pesquisas é a importância de que os bibliotecários conheçam o público que frequenta a biblioteca e suas demandas. Muitas produções apontam que a biblioteca está ilhada, alienada dos processos que ocorrem na instituição e que é importante que ela busque firmar parcerias com outros setores e participar mais ativamente dos processos educacionais, situando-se em relação às demandas da instituição e dos próprios alunos. Percebemos que, nas pesquisas analisadas, O NAPNE é comumente citado como fonte de informação sobre quem são os alunos com deficiência. Contudo, dependendo da forma como as instituições se organizam, há outros setores que contribuem com o acesso a estes dados. Assim, a articulação das bibliotecas com os diversos setores, como o NAPNE, é indispensável para o desenvolvimento da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência.

É crucial, por exemplo, que os profissionais saibam se há pessoas com deficiência vinculadas à instituição, pois isso proporcionará subsídios para repensar a atuação da biblioteca de modo a se reorganizar e se antecipar a possíveis demandas. De posse da informação de que há pessoas com deficiências vinculadas à instituição e observando, por exemplo, que essas pessoas não frequentam a biblioteca, os profissionais podem buscar saber se não há interesse ou se não há condições para o acesso à biblioteca.

Nas convergências relativas ao referencial teórico, destacamos que a NBR 9050 é citada em todas as produções como documento norteador da acessibilidade. Entre as bibliografias, destacam-se Pupo *et al* (2008), citada em 16 das produções pesquisadas; Mazonni (2001), citado por 14 produções e Sasaki (1997), citado em 12 das 17 pesquisas analisadas. Estes últimos autores tratam da acessibilidade numa perspectiva que transcende a forma

simplista pela qual o termo acessibilidade teve origem e que estava ligado a questões arquitetônicas. Sasaki (1997) aborda a acessibilidade na educação no trabalho e no lazer; Mazzoni (2001) e Pupo *et al* (2008) tratam mais especificamente da acessibilidade em bibliotecas.

Das produções, 12 citam a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (IFLA). Entre os documentos da IFLA mais citados estão: Bibliotecas para cegos na era da informação: declaração dos direitos da pessoa usuária dos serviços prestados por profissionais da informação, pela Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (1999), Manifesto da IFLA sobre internet (2002), Diretrizes da IFLA/ UNESCO para a biblioteca escolar (2005), Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública (2013), Código de Ética do bibliotecário (2012) e Diretrizes para serviços de bibliotecas para surdos (2000).

Entre as legislações mais citadas nas pesquisas, estão: a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988; a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; o Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis n.º 10.048/2000 e 10.098/2000; os Decretos Legislativos n.º 186/2008 e 6.949/2009, que tratam da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo; a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei nº 9.394, de dezembro de 1996.

Por meio deste estado da arte, evidenciamos que a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas ainda está em fase embrionária e apresenta muitas limitações, o que sugere a importância desta pauta. Erguer e sustentar a bandeira que reivindica e defende a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas significa cobrar do Estado, das instituições e da sociedade que os direitos das pessoas com deficiência sejam assegurados. Para além, significa reconhecer a função social da biblioteca e, ao mesmo tempo, nos comprometermos com esta luta. Na próxima seção, como forma de ampliar nossa reflexão a respeito dos aspectos que compõem esta pesquisa, abordaremos a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência, com enfoque nos aspectos culturais, na história e na abordagem da deficiência, da inclusão e da acessibilidade permeada pelas políticas públicas.

#### **4 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: HISTÓRIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONCEITOS**

Na seção 2, partimos da conceituação de cultura e da contextualização histórica como forma de compreender como ocorreu a estruturação das bibliotecas. Pelo estudo teórico, concluímos que a acessibilidade é assunto que ganhou espaço nas bibliotecas a partir dos movimentos de inclusão desencadeados, especialmente, a partir de 1990. Por isso, para abordarmos a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência, adotamos como forma de organização um caminho similar ao da seção 2, pois compreendemos que a cultura e a história são as bases do desenvolvimento dos conceitos/símbolos que envolvem a acessibilidade e a inclusão e da forma como as sociedades se relacionam com esta temática. Neste sentido, consideramos, com fundamentação na psicologia histórico-cultural, que a cultura de cada povo e de cada período está vinculada à forma como as pessoas com deficiência são concebidas ao longo da história da humanidade.

Como definido por Vigotski (2011, p. 1), “[...] tudo que é cultura é social. A cultura também é produto da vida em sociedade e da atividade social do homem [...]”. O que nos leva, antes mesmo de adentrar no aspecto histórico da questão da acessibilidade e da inclusão, a pensar que não podemos analisar a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência desconexas entre si e da vida coletiva dos indivíduos. Isso revela que o significado e a simbologia dos termos “acessibilidade” e “inclusão” estão inseridos num determinado contexto social e reverberam tal contexto, fatores que também espelham a forma como a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência têm sido cotejadas pelas bibliotecas. A produção da cultura se dá pela construção simbólica em que o homem confere significado às suas ações e ao mundo (PINO, 2005), o que expressa que a evolução humana ocorre de forma paralela à semiótica.

Na abordagem de Goffman (2008), a respeito do significado do léxico “estigma”, sua evolução e transformação no decorrer da história da humanidade, percebemos a mudança e a reconstrução cultural não apenas do léxico, mas da simbologia envolta no termo. Segundo o autor, na Grécia, o estigma era empregado para marcar a carne dos humanos e identificá-los como ameaça à sociedade. Posteriormente, o termo foi utilizado pelos cristãos como marca na pele que simbolizava graça divina e, ainda, na área médica, para tornar visível a identificação de um portador de distúrbio físico.

Dada a evolução social, cultural e simbólica, atualmente, o termo estigma não se refere mais a marcas na carne e sim à identificação/rotulação do indivíduo, geralmente de acordo com

sua condição social ou com o grupo/categoria a que pertence na sociedade, com sua estética, entre outras situações. No entanto, assim como em outros tempos, o estigma continua sendo associado a algo que inferioriza um ou alguns indivíduos em detrimento de outro ou de outros. Os estigmas constituem-se, portanto, em marcas, visíveis ou não, que carregam e possuem a simbologia imposta pela sociedade. Influenciam na concepção social de deficiência e da pessoa com deficiência, interferindo na construção da identidade dessas pessoas e na relação que estabelecem com a sociedade.

É neste sentido que a pessoa com deficiência foi, ao longo da história, - e ainda o é, na atualidade - excluída, inferiorizada, estigmatizada e invisibilizada, partindo da concepção de um padrão desejável de pessoa. A invisibilização das pessoas pode se dar por meio de postura que nega a existência de pessoas com deficiência e/ou que nega a heterogeneidade, o que se constitui como uma forma de exclusão.

Bianchetti e Freire (2012), ao tratarem dos aspectos históricos da educação das pessoas com deficiência adotam como questão central o tipo de corpo considerado ideal em cada momento histórico. Para abordar o tema, os autores separam a história da humanidade em períodos, sendo eles: mundo primitivo, período escravista, período feudal e produção capitalista, os quais apresentaremos na sequência, com embasamento nestes autores.

No mundo primitivo, como forma de garantir a subsistência, as sociedades eram nômades e sobreviviam daquilo que extraíam - caça, pesca -. “Possuir, portanto, necessidades humanas específicas, distintas daqueles que conseguem extrair sua existência da natureza, significava o abandono à própria sorte” (ROSS, 2012, p. 57). Logo, os indivíduos que por algum motivo não atendiam ao padrão de sobrevivência - capacidade de locomoção, defesa dos animais, coleta de alimentos, busca de abrigo - eram, por meio da seleção natural, eliminados.

No período escravista, na sociedade grega, conforme Bianchetti e Freire (2012), o corpo deveria representar a perfeição, caso contrário, seria eliminado pelos próprios homens. Isso porque um corpo sem defeitos era útil às guerras e aos serviços prestados aos homens livres, que se dedicavam ao trabalho intelectual filosófico e governamental. Esta, porém, não foi uma realidade vivida apenas na sociedade grega e, como as várias formas de violência e exclusão desferida contra as pessoas consideradas inferiores e legitimadas na cultura e no sistema vigente das sociedades, permeou vários períodos históricos. Como exemplo, podemos citar, mesmo fugindo à lógica temporal deste texto, o regime totalitarista da Alemanha nazista, que teve a eugenia como uma constante em seus princípios e em suas práticas, causando o extermínio dos que traziam em seus corpos ou em suas culturas a marca da diferença (PEREIRA; SARAIVA, 2017). A eugenia ainda é uma prática comum em algumas sociedades,

especificamente em situações em que a identificação de deficiência pode ser compreendida como razão para eliminação de um feto (FORTE, 2018).

Retomando a lógica temporal, no período feudal, corpo imperfeito não era mais condenado à morte no momento do nascimento, porém, por não retratar a perfeição divina, era tido como representação simbólica do pecado.

A própria religião, com toda força cultural, ao colocar o homem como ‘imagem e semelhança de Deus’, ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo ‘parecidos com Deus’, os portadores de deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da comunicação humana (MAZZOTTA, 2011, p. 16).

Neste contexto, as pessoas com deficiência sofriam maus tratos e violências diversas, ficando confinadas e em condições, muitas vezes, indignas de vida. Segundo Bianchetti e Freire (2012), numa ação mais extrema, a fogueira da inquisição foi o destino de muitas pessoas com deficiência, pois representava a forma de eliminar o mal expresso nos corpos que simbolizavam o pecado. Contudo, outra postura, menos comum, era tratar a deficiência como possibilidade de fazer o bem e assegurar a salvação perante o julgamento divino. A influência da religião em relação a estas questões não se finda em um determinado ponto histórico, mas perpassa os períodos seguintes, ganhando novas formas de ação e de posicionamento perante os considerados imperfeitos do ponto de vista biológico ou do ponto de vista moral.

A partir do século XV, com a ascensão do liberalismo e a expansão hegemônica do capitalismo, novas concepções culturais e simbólicas foram constituídas e guiaram a forma como as pessoas com deficiência foram vistas, seguindo uma abordagem em que “[...] o teocentrismo vai cedendo espaço ao antropocentrismo” (BIANCHETTI; FREIRE, 2012, p. 35). Os meios de produção, antes artesanais, evoluíram para a manufatura e a sociedade agrária, aos poucos, foi sendo substituída pela industrial. A ciência avançou e, cada vez mais, a natureza passa a ser explorada com o intuito de servir ao homem.

Com o desenvolvimento industrial, o corpo passou a ser visto como a representação de uma máquina que precisa de todas as peças em perfeitas condições. Concepção não distinta a dos períodos anteriores, contudo, assumindo um novo signo que se relaciona ao contexto histórico daquele momento, à máquina. A pessoa com deficiência estaria na contramão da necessidade imposta pelo sistema produtivo e era concebida como um ser com disfunção, que não dispunha de perfeito funcionamento. Nesta nova configuração, em relação ao trabalho, as pessoas com deficiência poderiam ser encaixadas em atividades simples, já que as formas de produção previam funções especializadas, em que cada indivíduo desempenhava uma única



atividade. Contudo, cabe ressaltar que nesta mesma lógica estavam as mulheres, as crianças e outros considerados inferiores, o que, como já abordado nas seções anteriores, demonstra que a exclusão social, historicamente, acompanha diversos grupos.

Ainda em relação ao trabalho, atualmente, na via da acumulação flexível, uma nova configuração de pessoa se impõe: aquela capaz de exercer várias atividades, com maior eficiência e eficácia para gerar o maior lucro possível (KUENZER, 2020). Neste contexto, novas formas de exclusão se impõem a vários grupos sociais, pois, para o capital, a inclusão deve, obrigatoriamente, gerar lucro ou minimizar os prejuízos. Desta forma, evidenciamos que a partir das transformações culturais e sociais o corpo ideal deixou de ser o corpo perfeito, aquele forte para enfrentar guerras e para a servidão, belo para representar a obra divina. O foco passou a ser a pessoa e sua capacidade de gerar lucro. Contudo, a valorização do corpo está agora atrelada a um novo fator: a capacidade de consumo. Ao estabelecer determinados padrões, como o ideal estético, impõe-se a necessidade de consumo. Assim, para participar da sociedade, além de produzir, a pessoa deve consumir, fatores que retroalimentam o capital e asseguram sua estrutura à medida que garantem o lucro. Ou seja, a inclusão ou a exclusão estão relacionadas não apenas à capacidade produtiva, mas também à capacidade de consumo.

Porém, apesar destas transformações, o corpo perfeito ainda é a referência preponderante para estruturação dos espaços, dos serviços e das relações sociais. Esta constatação emerge, por exemplo, da análise de nosso objeto de estudo. A concepção de que as bibliotecas atendem a corpos e seres perfeitos contribui para que em seus espaços haja, por exemplo, escadas, dimensões que impedem a circulação de corpos que não correspondam ao padrão. Sustenta-se um modelo único de atendimento, incluindo nesta lista a forma de comunicação que considera apenas a existência de corpos perfeitos. Muitas das deficiências relacionadas à acessibilidade e que resultam na exclusão estão fundadas na concepção de corpo e pessoa ideal.

Percebemos, por esta breve abordagem, a evolução e a transformação dos signos, dos aspectos culturais e da estrutura social ao longo da história, o que fez com que a compreensão a respeito do homem e da estrutura social também evoluíssem. Nesta mesma esteira está a pessoa com deficiência, que conquistou espaços e, principalmente, visibilidade social. Conquistas que ainda estão distantes de representar um cenário aceitável, mas que demonstram significativos avanços que contemplam desde a nomenclatura utilizada para se referir às pessoas com deficiência até o desenvolvimento de políticas públicas focadas em suas necessidades, como a educação, a inserção no mundo do trabalho e na sociedade.

O sistema educacional é uma invenção da modernidade. Isso porque, nas sociedades

antigas, até o final da Idade Média, não havia um pensamento ou uma proposta de educação aos súditos ou aos plebeus. A partir do século XVI, a pedagogia passou de essencialista para existencialista (BIANCHETTI; FREIRE, 2012), buscando ser mais eficiente no atendimento das demandas de uma sociedade formada por classes e também das especificidades humanas, o que levaria, mais tarde, às primeiras centelhas do que viria a ser a educação das pessoas com deficiência. Mazzotta (2011, p. 16) afirma que “[...] até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas.”

No Brasil, as primeiras ações e organizações a respeito da educação da pessoa com deficiência foram inspiradas em experiências desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos e desenvolvidas por iniciativas oficiais e particulares. Porém, essas ações foram isoladas e, dada a dimensão geográfica do Brasil, atenderam, inicialmente, a poucas pessoas. As políticas públicas só passaram a ser implementadas na década de cinquenta e sessenta do século XX (MAZZOTTA, 2011). No entanto, anteriormente, já havia sido registrado o marco inicial do atendimento à pessoa com deficiência no Brasil. Isso se deu em 1854, com a fundação do Imperial Instituto de Meninos Cegos do Rio de Janeiro, por D. Pedro II, e em 1857, com a fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Contudo, Jannuzzi (2012) chama a atenção para a influência de certos “vultos” na construção destas duas instituições. Para a autora, a construção dos dois institutos não foi oriunda do reconhecimento da necessidade de atendimento às pessoas com deficiência, mas teve como princípio trabalhar em favor das demandas específicas de pessoas ligadas ao imperador.

Mesmo após a construção dos dois institutos, por longo período, a educação dos brasileiros, de forma geral, não foi uma preocupação do Estado, porque num modelo de sociedade agrária não havia exigência de educação escolar à grande massa populacional. Dada tal configuração social, as pessoas com deficiência eram ainda mais invisibilizadas, pois somente as que apresentavam deficiências mais acentuadas eram encaminhadas para instituições como asilos, hospitais psiquiátricos e até prisões (JANNUZZI, 2012). As pessoas que possuíam a marca da diferença eram segregadas em instituições que trabalhavam na perspectiva médica, penal, e tinham como princípio normalizá-las; foi a partir destas concepções que foram organizadas as primeiras ideias envolvendo a educação da pessoa com deficiência. As iniciativas educacionais precursoras estavam fundamentadas numa concepção de deficiência perpassada por noções de violências. O próprio léxico utilizado ao longo da história para se referir à pessoa com deficiência é carregado de violência simbólica (DINIZ,

2012, p. 6).

Conforme (MAZZOTTA, 2011, p. 35), até 1960 a educação especial foi realizada no Brasil, majoritariamente, por iniciativas isoladas, conduzidas pela sociedade civil. Neste período, também prevalecia a atuação das instituições privadas e especializadas. Entre as iniciativas protagonistas na organização de instituições voltadas ao acolhimento, ao atendimento e à educação da pessoa com deficiência, dado o tema desta pesquisa, há a já destacada Fundação para o Livro do Cego, atualmente chamada de Fundação Dorinha Nowill, existente desde o ano de 1946.

Se compreendermos que a educação da pessoa com deficiência necessita de suportes como livros em vários formatos e que, entre os pressupostos de bibliotecas acessíveis e inclusivas, está a oferta de materiais acessíveis, perceber que Fundação Dorinha Nowill atua há mais de setenta anos é reconhecer o trabalho que tem sido desenvolvido neste sentido. Outras instituições, como a Sociedade Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), são pioneiras em relação às iniciativas que envolvem o atendimento e a educação da pessoa com deficiência.

Em se tratando de iniciativas oficiais, Mazzotta (2011, p. 16) esclarece que o Estado, entre as décadas de 50 a 90, atuou, precipuamente, por meio de campanhas, como a Campanha para Educação de Surdos Brasileiros e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais. Com as reformas educacionais dos anos 70, a educação da pessoa com deficiência passou a receber mais atenção. Contudo, ainda estava centrada na normalização e na integração. Se por um lado a educação especial já era pautada nos documentos norteadores, como resoluções de Conselhos Estaduais de Educação, por outro, a estruturação de classes especiais em escolas comuns permanecia centrada numa pedagogia terapêutica, de pressupostos organicistas e assistencialistas, desenvolvendo processos integrativos que buscavam capacitar o indivíduo de forma a normalizá-los. Neste contexto, ações tidas como educacionais não passavam de medidas de reabilitação.

Na modernidade, com o advento da democracia, surgem novas estruturas sociais e relações de produção, acompanhadas da necessidade de que todos sejam escolarizados. Com isso, o Estado passa a assumir novos papéis e responsabilidades. A pessoa com deficiência, antes excluída, neste novo contexto é inserida no sistema educacional, porém em um viés integrativo, fundamentado no modelo médico de normalização dos indivíduos (MAZZOTTA, 2011). Na instauração do sistema democrático e na logicidade da acumulação flexível, a educação passou a representar a possibilidade de o homem transpor suas condições de origem. Fato anteriormente inconcebível, já que cada um deveria permanecer no grupo social em que

nasceu. Logo, o surgimento da discussão a respeito da inclusão e da exclusão é oriundo da criação do direito positivo, em que os indivíduos sociais passam a ter a possibilidade de reivindicar direitos como os que são relativos à pessoa com deficiência e abarcam, por exemplo, a acessibilidade e a inclusão nos processos sociais.

Para melhor compreender estes processos evolutivos e ampliar nosso campo de estudo e análise a respeito da temática desta pesquisa, julgamos necessário realizar algumas reflexões a respeito dos termos “**deficiência**”, “**inclusão**” e “**acessibilidade**”, os quais passaremos a abordar na sequência. O desenvolvimento das bibliotecas, como já relatado neste texto, está intimamente ligado ao desenvolvimento da educação formal. Ademais, nosso objeto de estudo está inserido em espaços educacionais, pois refere-se às bibliotecas do IFC, ambiente em que são atendidos estudantes de diversos níveis de ensino, profissionais e outras pessoas, e que responde, portanto, aos objetivos de uma instituição educativa. Para abordarmos e tencionarmos o conceito de deficiência, de inclusão e de acessibilidade reportamo-nos, por vezes repetidamente, a documentos e legislações que tratam da educação da pessoa com deficiência. As repetições ocorrem em função de que, no decorrer da discussão, para a organização do texto, priorizamos a temática/os termos e não a cronologia, por exemplo, de algumas leis. Assim, as mesmas legislações são abordadas ora para tratar do tema deficiência ora para os outros temas. Neste exercício de abordagem dos já referidos temas e da articulação com legislações e teorias, procuramos pistas sobre a acessibilidade e a inclusão nas bibliotecas.

#### 4.1 DEFICIÊNCIA: CONCEITO E SIGNIFICADO

O conceito de deficiência é explícito na forma como as pessoas com deficiência são concebidas pela sociedade, ora exterminadas ora segregadas, ora integradas ora incluídas. Também está, historicamente, ligado à normatização do padrão corporal em que a “A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida” (DINIZ, 2012, p. 5). A variação de qualquer aspecto que fuja ao padrão, por si só, seria, e/ou ainda é, suficiente para considerar a pessoa como anormal. Skliar (2006, p. 19) problematiza o sentido do termo “normal”, afirmando que a normalização é “[...] uma violenta imposição de uma suposta identidade única [...]” e que não é possível uma definição de normalidade, dada a heterogeneidade que constitui os indivíduos. Para o autor, a obsessão por transformar o outro, de forma a eliminar todas as diferenças e adequá-lo à norma, é, ainda que subjetivamente, um dos focos da educação especial e, também, da educação geral. Neste sentido, os termos “diferença” e “diferente” possuem conotações distintas em que os diferentes são reféns do

diferencialismo, processo que inferioriza as pessoas. A deficiência existe porque há um padrão de normalidade sob o qual a sociedade, seus espaços, serviços e relações são constituídos.

Por meio do discurso são explicitadas noções que as pessoas e a sociedade possuem a respeito da deficiência. Foi a partir da Declaração de Salamanca (1994) que a expressão “pessoas com deficiência” passou a ser usada, representando um grupo que possui alguma deficiência. Contrariando a subjetividade expressa nos termos anteriormente utilizados, a partir desse documento a expressão “pessoa com deficiência” não está focada na limitação, na deficiência em si, e sim no ser humano como um todo. Portanto, contrapõe-se às formas antes utilizadas, que reduziam o indivíduo à invalidez, à incapacidade, aos defeitos, entre outros (SASSAKI, 2014). Contudo, na leitura do texto da Declaração de Salamanca, observamos inúmeras utilizações da expressão “portador de deficiência”, o que sugere um movimento inicial para o uso da expressão “pessoa com deficiência”, mas, também, a manutenção da maneira já utilizada.

A forma “portador de deficiência” sofreu críticas por ser um valor que seria agregado à pessoa, como se fosse um adjetivo ou um detalhe da pessoa com deficiência. Sasaki (2014) explica que “portar”, ainda que como verbo ou como adjetivo, faz menção a algo momentâneo, casual, o que não se aplica a uma condição de deficiência. Após várias alternâncias sobre formas de tratamento, houve o consenso e a adesão da sociedade para o uso do termo “pessoas com deficiência”.

Embora superadas as formas explicitamente mais agressivas, como aleijado, manco, retardado, entre outros, identifica-se que o emprego de termos pejorativos é uma constante em nossa sociedade, ou, como Diniz (2012) afirma, faz parte de um “léxico ativo”. Segundo Skliar (2006, p. 25), a alternância de termos para referir-se à pessoa com deficiência não significa uma real mudança de concepções ou alteridade, mas, ao contrário, esconde por detrás das mudanças lexicais uma “[...] função ilusória de que algo tenha mudado”.

As mudanças relativas ao significado do termo “deficiência”, oriundas da própria construção lexical ou do sentido e objetivos que a sociedade lhe confere, têm sido, como já registrado, uma constante. O significado da deficiência, seja em termos semânticos ou pragmáticos, ao mesmo tempo que influencia na construção de políticas públicas, também é redimensionado pelas próprias políticas. Por isso, recorremos a alguns documentos para ampliarmos a compreensão a respeito do termo “deficiência” e/ou “pessoa com deficiência”. Partimos da seguinte pergunta: o que confere a uma pessoa a condição de pessoa com deficiência?

O Decreto nº 3.298/1999, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853,

de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. As deficiências são caracterizadas em cinco grupos: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla. Segundo o Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, pelo qual é promulgada no Brasil a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, o termo deficiência significa “[...] uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente **econômico e social**” (BRASIL, 2001, grifo nosso).

Esta conceituação foi superada especialmente no que diz respeito à ideia de transitoriedade da deficiência pois, na atualidade, a legislação específica que a deficiência se caracteriza por um impedimento de longo prazo. Outro limite do texto do Decreto nº 3.956/2001 diz respeito ao fato de que, no texto proposto, as questões econômicas teriam a capacidade de superar as barreiras impostas à pessoa com deficiência, inclusive, as barreiras de cunho atitudinal.

A redação do Decreto nº 3.298/1999 foi alterada pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Neste último, as deficiências permanecem caracterizadas em cinco grupos, mas são contempladas algumas atualizações, como a que se refere à deficiência física, em que foi incluído o nanismo. Conforme o Decreto nº 5.296/2004, são as seguintes condições e especificidades que caracterizam a condição de deficiência

a) **deficiência física**: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; b) **deficiência auditiva**: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz; c) **deficiência visual**: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; d) **deficiência mental**: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. comunicação; 2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. trabalho; e) **deficiência múltipla** - associação de duas ou mais deficiências; e II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade,

coordenação motora e percepção (BRASIL, 2004b, grifo nosso).

Esta conceituação, do ponto de vista jurídico, é fundamental para a concessão de todos os direitos assegurados às pessoas com deficiência, como aposentadoria, auxílios financeiros, prioridade no atendimento, passe livre, quando comprovada carência, no transporte interestadual, participação de processos em que há ações afirmativas às pessoas com deficiência, entre outros. Também contribui para compreendermos a quem nos referimos quando utilizamos a expressão “pessoa com deficiência”, ou seja, seguindo a norma jurídica, trata-se de alguém que possui, pelo menos, uma das condições especificadas no Decreto nº 5.296/ 2004.

Compreendemos, no entanto, que o marco legal, como já registrado neste texto, é uma construção humana, na qual há objetivos explícitos e implícitos, lacunas em sua estruturação e em seu campo de ação e, portanto, com a permanentemente necessidade de reavaliação dos textos, a fim de melhor atender ou reelaborar os objetivos aos quais se propõem. São exemplos de atualizações, a publicação da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, pela qual a pessoa com transtorno do espectro autista passa a ser considerada, para efeitos legais, pessoa com deficiência e a recente publicação do Decreto de nº 14.126, de 22 de março de 2021, que classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual, incluindo, assim, mais uma condição que pode caracterizar a pessoa como deficiente.

Retomando a lógica temporal, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, apresenta redação similar à da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nela é registrado que “Consideram-se alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade” (BRASIL, 2008b). Esta Política constitui-se como um documento orientador para que a organização dos sistemas educacionais se estruture de forma a promover processos inclusivos.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova York, em 30 de março de 2007, foi incorporada à CF do Brasil de 1988, como emenda constitucional, por meio do Decreto nº 6.949/2009. Na Convenção, pessoas com deficiência são aquelas que “[...] têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua **participação plena e efetiva na sociedade** em igualdades de condições com as demais pessoas” (BRASIL,

2009, grifo nosso).

Destacamos, nesta definição, o entendimento de que a pessoa poderá, caso exista barreiras, ter comprometida a sua participação em sociedade, o que demonstra uma nova concepção a respeito da pessoa com deficiência, dado que há a preocupação com que ela participe da vida social, o que inclui acesso à educação, ao lazer, ao trabalho e todas as atividades sociais. Na Convenção, a acessibilidade e inclusão nas bibliotecas é cotejada por meio das normas relacionadas à educação e à cultura, postulando o direito da pessoa com deficiência de “Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos [...]” (BRASIL, 2009).

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, em seu art. 2º, define que a pessoa com deficiência é a que “[...] tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade **em igualdade de condições com as demais pessoas**” (BRASIL, 2015, grifo nosso). Ao marcar que, em função de barreiras, pode ser ameaçado o direito de participação social em condição de igualdade com as demais pessoas, esta lei reconhece que as limitações são oriundas da sociedade e não das pessoas como determinava o modelo médico de deficiência, adotando, portanto, uma perspectiva biopsicossocial da deficiência.

Deste modo, tratar das condições de igualdade pode ser a questão central sobre as discussões em torno da acessibilidade das pessoas com deficiência. Mas, ao mesmo tempo, este é um aspecto difícil de ser atendido e até mesmo debatido em função da complexidade que a temática da igualdade abarca e da forma como é concebida na configuração da nossa sociedade. Acreditamos que se fossem garantidas as condições de igualdade não haveria problemas de acessibilidade, de exclusão, certo? Mas o que significa, afinal, condições de igualdade, há um sentido específico se o assunto em pauta for pessoas com deficiência ou há um sentido generalizado para o termo?

No exercício de refletir sobre estes questionamentos, sem a pretensão de esgotá-lo, olhamos para o sistema capitalista, sob o qual somos governados. Dubet (2001) explica que nas sociedades democráticas é assegurado, por meio da normativa, o direito de igualdade a todos. Desta forma, todos são iguais e as desigualdades emergentes desta organização são consideradas justas, fundamentadas na ideia meritocrática estabelecida pelo jogo de competições no qual se sustenta o capital. Lima e Rodrigues (2009) defendem que neste sistema ocorre a naturalização das desigualdades e que as desigualdades reais são escamoteadas em detrimento das desigualdades formais.

O sistema capitalista, por sua vez, é fundado nas desigualdades, advindas da



competitividade, do individualismo, da exacerbação dada ao mérito. São essas desigualdades que asseguram a manutenção das classes sociais, das castas e de todas as formas de inferiorização de alguns grupos em detrimento de outros, fatores indispensáveis à manutenção do próprio sistema. Como pessoas nascidas e educadas numa sociedade democrática capitalista, estamos tão imersos nessa estrutura que concebemos as desigualdades como justas (DUBET, 2014). Por vezes, consideramos que a nossa própria condição desigual é justa, mas, em geral, são ainda mais justas as desigualdades que atingem o outro, assim como acontece com a deficiência, que é vista como condição do outro (SKLIAR, 2006).

Portanto, em nossa sociedade, a multiplicidade de desigualdades sugere que o conceito de igualdade é polissêmico, de forma que o seu significado será sempre resultado da realidade experienciada de quem o pronuncia. Por isso, defendemos que, se de fato queremos que as pessoas, a partir da heterogeneidade que as constituem, e das estruturas materiais as quais têm acesso, tenham garantidas as condições de participação nos processos sociais, que a equidade pode ser mais adequada do que a igualdade. Dubet (2001, p. 13, *sic*) afirma que

Por muito tempo, pensamos que uma oferta igual pudesse produzir igualdade. Hoje percebemos que não só ela não é realmente igual, mas que sua própria igualdade pode também produzir efeitos não igualitários somados aos efeitos que ela deseja reduzir. Deslizamos assim, sem nos darmos conta, para uma filosofia política menos centrada na igualdade que na equidade.

Ao invés de proclamarmos a igualdade como solução para as injustiças, podemos pensar na equidade como forma de assegurar que todos tenham oportunidades garantidas. Equidade significa que cada um, de acordo suas especificidades, tenha alcance a possibilidades e ferramentas que propicie inclusão nos processos e na vida em sociedade. A equidade é uma das formas de proporcionar condições para que as pessoas possam superar as barreiras impostas pela sociedade.

O Manual para garantir inclusão e equidade (UNESCO, 2019, p. 13) define que “Equidade é garantir que existe uma preocupação com justiça/processos justos, de modo que a educação de todos os estudantes seja considerada como de igual importância.” Partir desta premissa implica compreender que o atendimento da acessibilidade em suas várias dimensões é uma das formas de proporcionar equidade e mais justiça também aos interagentes das bibliotecas.

Para Lima e Rodrigues (2009, p. 61) equidade consiste em “[...] tratar de forma desigual os desiguais [...]”, o que segundo os autores pode contribuir na promoção de igualdades justas. Contudo, estes mesmos autores chamam a atenção para o fato de que o termo equidade

recebe distintos significados e que

Ao adotar eqüidade [*sic*] no sentido de igualdade de oportunidade, os neoliberais não estão preocupados com aquilo que é justo, mas com a manutenção do sistema econômico e da “ordem social”, já que com isto esperam potencializar a capacidade de trabalho dos pobres e seu poder de consumo, atendendo duplamente ao mercado (LIMA; RODRIGUES, 2009, p. 67).

Assim, os autores defendem que a equidade deve ser compreendida no sentido aristotélico que, segundo eles, diz respeito à justiça que contribui para corrigir, inclusive, as injustiças legais. Esta perspectiva pressupõe um olhar para a estrutura social, a fim de compreendê-la e reconhecer suas limitações.

A discussão aqui estabelecida, que tenciona conceitos e significados de deficiência, trazendo para o debate a igualdade e a equidade, nos conduz à reflexão sobre as formas pelas quais estas questões são histórica e culturalmente significadas. Diniz (2012) argumenta que a compreensão do real significado de deficiência exige a mudança de foco, até então centrado no indivíduo, para a estruturação social. Nesta acepção, a deficiência é oriunda das estruturas sociais, ou seja, das limitações impostas pela sociedade, incluindo as noções de igualdades nela estabelecidas. Por meio da cultura, das condições materiais, do sistema governamental e outros fatores, a sociedade impõe à segregação, à exclusão, à integração e à inclusão. Embora possa parecer contraditório relacionar inclusão ao modelo social de deficiência, conforme veremos mais adiante, a inclusão, na perspectiva de Lopes e Dal’Igna (2007) é uma forma de controlar as pessoas que são diferentes e ameaçam os padrões sociais. Por isso, ainda que em processos tidos como inclusivos e igualitários, podem ser evidenciadas as barreiras caracterizadas pelo modelo social de deficiência. Conforme Diniz (2012) a deficiência é politicamente construída e existe em detrimento da organização e da estrutura social.

A conceituação da deficiência e a condição da pessoa com deficiência têm sido ressignificadas, acompanhando os movimentos de inclusão que emergiram, principalmente a partir da década de 90. Contudo, verificamos, por exemplo a partir do levantamento do estado da arte, que autores como Carvalho (2013), Stroparo (2014), Silveira (2015), Almeida (2015), Tamashiro (2016) e Antunes (2017) constataram em suas pesquisas que a acessibilidade nas bibliotecas ainda é precária, um dos aspectos que interferem na inclusão da pessoa com deficiência nestes ambientes. Esta realidade sugere o não reconhecimento ou a invisibilização da deficiência. Oportunizar a acessibilidade nos espaços e serviços das bibliotecas, uma das formas pela qual é promovida a inclusão da pessoa com deficiência, exige compreender o que é deficiência e quem são as pessoas com deficiência. Na sequência, abordamos a temática da

inclusão, no exercício de compreensão de sua relação com a deficiência.

#### 4.2 O SENTIDO DA INCLUSÃO SOB DIVERSOS OLHARES

No Brasil, com a reabertura democrática vivida na década de 1980, pessoas antes invisibilizadas começaram a ganhar espaço, entre elas, as pessoas com deficiência. Neste período, também ocorreram reformas educacionais que afetaram positivamente a educação da pessoa com deficiência. Muitas das reformas tiveram como origem os organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial (BM), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). É neste período que tem início a discussão acerca de inclusão, superando o modelo de integração (FERREIRA, 2006a). De acordo com Mantoan (2015), as políticas inclusivas que se iniciaram na década de 90 provocaram modificações profundas no meio escolar, não apenas na questão da convivência e aprendizado mútuos que influenciam nas mudanças sociais e culturais, mas principalmente nas estruturas de ensino, demandando a reformulação das escolas.

A inclusão, do ponto de vista educacional, iniciou com a busca de educação de qualidade para todos, inspirada em movimentos que emergiram, por exemplo, a partir da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990). Porém, na atualidade, ultrapassa o âmbito educacional e engloba todos os setores sociais.

Na perspectiva educacional, relacionada aos processos sociais em geral, na integração, a pessoa com deficiência tem a oportunidade de transitar pelos espaços e estruturas por meio da inserção e não da participação. Na integração cabe às pessoas a responsabilidade pela adaptação às condições já estruturadas. Já a inclusão exige uma quebra de paradigmas, a começar pelo fato de que não se limita à pessoa com deficiência (MANTOAN, 2006). Pela inclusão, as pessoas participam ativamente e efetivamente da vida em sociedade. Contudo, na atualidade, evidenciam-se, muitas vezes, que processos inclusivos, na prática, tornam-se integrativos. Isso porque as pessoas com deficiência passam, por exemplo, a frequentar ambientes antes inacessíveis a elas, mas sua interação se dá apenas na medida em que elas se adaptam ao que está posto, sem que os espaços ou as atividades sejam reorganizados para as suas necessidades e ao mesmo tempo para as necessidades das demais pessoas.

Considerando o modelo social de deficiência, a inclusão significa a re/organização social com vista a reestruturar a sociedade de forma a recriar os processos que causam exclusão (SASSAKI, 2005). Porém, esta não é uma tarefa que será findada em determinado momento.

Ao contrário, trata-se de um processo contínuo, pois, de acordo com as transformações sociais e culturais, novos processos de in/exclusão se estruturam (FABRIS; LOPES, 2013).

Em termos do discurso jurídico, incluindo os proferidos pelos organismos internacionais, encontramos-nos num estágio em que o modelo integrativo foi substituído pelo inclusivo. Contudo, na realidade, a exemplo das incipientes condições de acessibilidade às pessoas com deficiência nas bibliotecas, demonstradas pelo estado da arte, as pessoas com deficiência não estão incluídas. Por meio da realização do estado da arte, percebemos que as bibliotecas têm atuado majoritariamente na perspectiva integrativa, porque os espaços e os serviços continuam a ser estruturados e disponibilizados de acordo com um padrão de normalidade. Esta realidade também é percebida nos processos educacionais, no lazer, no trabalho ou em outras dimensões sociais. Uma hipótese é a de que não compreendemos o real significado da inclusão e, por isso, não conseguimos desenvolver processos inclusivos.

Porém, como apontado por autores como Fabris e Lopes (2013), Lopes e Dal’Igna (2007) e Skliar (2006), a inclusão, fomentada por meio de ideais mercadológicos, atua e atende a objetivos específicos do mercado. Esta pode ser a principal razão pela qual, apesar de identificados como inclusivos, muitos processos são de cunho integrativo. Como veremos mais adiante, a inclusão pensada pelo modelo mercadológico tem o objetivo de colocar a todos no mesmo espaço para que se tornem iguais e, assim, seja mantido o padrão de normalidade.

Para compreender o significado da inclusão, apoiamos-nos em Sasaki (2009, p. 1), que define a inclusão, como

[...] um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

Nesta concepção, a inclusão está relacionada à diversidade humana e social e consiste em oferecer a todos os indivíduos as condições de participação e ação social. No entanto, para Rodrigues (2006) o conceito “inclusão” demonstra sinais de desgaste, de cansaço. Quanto mais intensas são as exclusões sociais, mais a temática da inclusão é abordada. Conforme este autor, para melhor compreender o termo é crucial considerar duas dimensões: inclusão essencial e inclusão eletiva.

A inclusão, na dimensão essencial, está ligada às condições básicas para a vida em sociedade, ao que é preconizado pelos direitos humanos, à justiça social, processo em que todos têm acesso ao que for necessário para participar da vida em sociedade. A segunda diz respeito o

às escolhas que as pessoas fazem. As duas dimensões são complementares, mas a segunda depende da primeira, pois para que as pessoas tenham condições de escolha devem ter atendidas as condições essenciais. “Se a inclusão essencial não estiver resolvida, a opção possível é escolher o mal menor” (RODRIGUES, 2006, p. 12).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), ao especificar a igualdade de direitos, a justiça social, explicita uma noção de inclusão social a todas as pessoas. Para Mantoan (2006), no Brasil, em termos legais, os dispositivos constitucionais, por si só, dão conta de assegurar a inclusão nos processos educacionais e na vida em sociedade. Esta autora defende que, se fosse cumprida a CF brasileira de 1988, não seriam necessárias outras legislações para assegurar a inclusão e a acessibilidade das pessoas com deficiência. Na CF (1988) são assegurados: a cidadania e a dignidade da pessoa humana, o direito de igualdade entre as pessoas, o direito à educação e outros (BRASIL, 1988). Desta forma, se atendidas as definições da CF (1988), a inclusão de todas as pessoas estaria assegurada.

Contudo, apesar de tais marcos constitucionais e passados mais de 40 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1990 a Conferência Mundial sobre Educação para Todos registrou em seu texto inicial que, à época, 100 milhões de crianças não tinham acesso, sequer, aos primeiros anos de escolarização; dois terços dos adultos eram analfabetos, entre eles, as mulheres estavam em maior número. Além disso, o analfabetismo funcional constituía-se como uma característica predominante em muitos países. O documento ainda destaca os altos índices de pessoas sem acesso ao conhecimento impresso e a novas tecnologias: mais de dois terços dos adultos (UNESCO, 1990).

No Brasil, os dados do IBGE, divulgados no ano de 2019, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, demonstram que a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais anos de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos) (IBGE, 2019). Este percentual sugere motivo de comemoração, já que este índice se mostrava mais elevado em pesquisas anteriores, mas, ao mesmo tempo, denuncia que a inclusão, em sua dimensão essencial, é deficitária. Esta realidade contraria a CF (1988) que determina que a educação é um direito subjetivo. Nessa perspectiva, considerar aceitável que 11 milhões de pessoas sejam analfabetas consiste em reconhecer que, efetivamente, o conceito de inclusão está desgastado e, talvez, tenha sido deturpado.

Retornando a abordagem das políticas num viés cronológico, a Declaração de Salamanca (1994) reafirma o compromisso com a Educação para Todos e registra, na seção que

trata das orientações para ações em níveis regionais e internacionais, que

A tendência em política social durante as duas últimas décadas tem sido a de promover integração e participação e de combater a exclusão. **Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana** e ao desfrute e **exercício dos direitos humanos**. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades (ONU, 1994, p. 5)

Elaborada na primeira metade da década de 1990, a Declaração reconhece a inclusão e, por consequência, a participação como condição mínima para alcance de uma vida decente, livre de preconceitos e de privações de direitos. Ao defender a escola inclusiva como melhor forma de alcançar o progresso educacional, a Declaração afirma que as mudanças das instituições dependem dos indivíduos, seus compromissos e princípios. Além disso, destaca que ações que visem à inclusão são necessárias, não somente focadas na pessoa com deficiência e sim contemplando a todos.

Acessibilidade e inclusão são necessárias para assegurar a garantia do direito à educação, entendido como forma de promover o “[...] pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996). A biblioteca, como um dos locais de apoio aos processos educacionais, precisa ser acessível e contribuir com o pleno desenvolvimento dos alunos, interagentes destes espaços.

O Decreto nº 3.298/1999, já abordado neste texto, tem como uma de suas diretrizes “[...] estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência” (BRASIL, 1999). A inclusão social é reiteradamente abordada pelo texto do decreto, a começar pelos seus objetivos. Em seu artigo 53 define que

[...] as bibliotecas, os museus, os locais de reuniões, conferências, aulas e outros ambientes de natureza similar disporão de espaços reservados para pessoa que utilize cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoa portadora de deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com as normas técnicas da ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação (BRASIL, 1999).

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), destaca a necessidade de políticas para o desenvolvimento de ações afirmativas, de forma a promover a inclusão por meio do acesso e da permanência das pessoas com deficiência e outras pessoas vítimas de discriminação (BRASIL, 2018b). O IFC tem atuado nesta perspectiva, promovendo políticas de acesso por meio de ações afirmativas e oferecendo, por exemplo, o Programa de Auxílio

Estudantil, o que contribui para a inclusão social.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008b, p. 9).

Este movimento, ao longo dos anos, gerou o crescimento do número de alunos com deficiência matriculados na rede de ensino regular nas classes comuns, conforme é especificado pelo Censo Escolar 2020

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2020, um aumento de 34,7% em relação a 2016. O maior número delas está no ensino fundamental, que concentra 69,6% das matrículas da educação especial. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2016 e 2020, percebe-se que as de educação profissional concomitante/subsequente de 114,1% (INEP, 2020, p. 34).

O expressivo aumento de percentual nas matrículas da educação profissional, provavelmente, está relacionado à atuação comprometida da Rede Federal de Educação Científica Profissional e Tecnológica RFEPCT, da qual o IFC faz parte, o que evidencia a atuação desta rede em favor de processos inclusivos. Apesar destes dados, Stroparo (2018, p. 21) afirma que a inclusão, do ponto de vista educacional, também tem relação com o acesso à educação de qualidade, pois “[...] a desigualdade de oportunidades de acesso à educação de qualidade ainda persiste, dificultando a efetivação da educação inclusiva e implicando no pleno desenvolvimento das pessoas e de sua cidadania”. Assim, entender o aumento do número de matrículas como sinônimo de inclusão pode ser um equívoco. No mesmo sentido, acreditar que algumas pessoas estejam incluídas porque conseguem adentrar nas bibliotecas consiste numa banalização do sentido da inclusão. A interação em todos os processos é condição mínima para a efetivação da inclusão social.

O PNLL também faz menção à temática da inclusão social. Segundo o documento, o desenvolvimento de uma sociedade leitora está ligado ao desenvolvimento social e da cidadania; o conhecimento e o acesso informacional são formas de promover a inclusão social (BRASIL, 2014b). Por isso, ao estabelecer como objetivo democratizar o acesso ao livro, à

leitura e às bibliotecas, o PNLL se propõe promover a inclusão social.

A participação na sociedade de forma plena é abordada no Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, no qual destacamos entre os seus princípios “A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade” (BRASIL, 2009). Em seu artigo 19, trata da vida independente e inclusão na comunidade. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, por referir-se à Lei Brasileira de **Inclusão da Pessoa com Deficiência**, traz em seu título a questão da inclusão. Esta lei destina-se a “[...] assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

Os documentos e as leis até aqui apresentados afirmam a inclusão como direito e como forma de participação plena na sociedade, porém, Skliar (2006, p. 28) nos desafia a pensar na subjetividade expressa em tais textos. Para ele, “Está claro que o mesmo sistema político, cultural, educativo etc. que produz a exclusão não poderia ter a pretensão de instalar impunemente o argumento de um sistema radicalmente diferente [...]”. porque os princípios em que a escola está estruturada estão ligados ao mercado, e atendem, portanto, a uma subjetividade em que a inclusão não se dá como uma forma de justiça, mas de controle social. Ao invés de uma oposição à exclusão, quando pensada como um mecanismo de controle populacional ou individual, se constitui como uma inclusão excludente.

Lopes e Dal’Igna (2007) também afirmam que a inclusão é uma forma de controlar e normalizar as pessoas. Ou seja, ao colocar todos na escola, por exemplo, e determinar que atinjam o mesmo nível de competências e habilidades, torna-se mais fácil a ordenação social correspondente aos padrões mercadológicos impostos pelo sistema neoliberal.

Por este prisma, podemos ser orientados a compreender questões como as motivações que levaram, em plena ditadura militar, à criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). “O CENESP foi criado pelo Decreto n. 72.425, do presidente Emílio Garrastazu Médici, em 3 de julho de 1973, com a “[...] finalidade de promover, em todo território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais” (MAZZOTA, 2011, p. 58). Seria esta melhoria do atendimento sinônimo de melhoria de controle, de normalização com objetivos eugênicos?

Para Fabris e Lopes (2013), “[...] a inclusão é um imperativo de Estado, ou seja, que deve atingir a todos sem distinção e independentemente dos desejos dos indivíduos [...]”. Contudo, este imperativo segue às normas sociais e os sistemas vigentes como o modelo neoliberal que se impõem em nossa sociedade e determina as formas de in/exclusão. As autoras afirmam que não é possível conceber os termos inclusão e exclusão dissociados, uma vez que,



nesta lógica neoliberal, ao mesmo tempo em que o indivíduo é incluído em determinados processos é excluído de outros, por isso, utilizam o termo in/exclusão.

Nesta perspectiva, a escola, cumprindo a tarefa de institucionalizar a educação, é a ferramenta mais eficiente para o desenvolvimento da governamentalização sob o viés neoliberal que tem como fim o progresso econômico, e que, para isso, busca criar e manter a ordem e a disciplina e controlar as pessoas (FABRIS; LOPES, 2013). Nesta perspectiva, todos os indivíduos estão incluídos como consumidores, a justiça social está, portanto, atrelada à justiça do mercado. “[...] o mercado é a instância que, na emergente ontologia social, define a inclusão, substituindo-se dessa forma as funções do Estado-nação e seu modelo de proteção social [...]” (MAGALHÃES; STOER, 2006, p. 68).

É neste contexto que os processos de in/exclusão acontecem: o mérito individual é determinante do quão a pessoa será in/excluída; a normalidade impõe-se como condição para a inclusão e a normalização como resultado dela. “[...] a noção de normalização permanece e é ressignificada e fortalecida a partir de sua emergência em organismos internacionais” (FABRIS; LOPES, 2013, p. 70) A diversidade gera, continuamente, novos grupos de in/excluídos e neste sentido novas bandeiras são levantadas em defesa dos direitos de inclusão. É neste viés que a inclusão escolar se impõe como desafio, pois, em uma sociedade excludente, não apenas as pessoas com deficiência, mas todos os que não correspondem às expectativas do sistema governamental ou da cultura predominante ficam à margem da sociedade.

Portanto, os processos de in/exclusão, que se dão na educação institucionalizada, nas bibliotecas, são oriundos dos processos de in/exclusão estruturados na sociedade. Já a sociedade é regida pelas regras do mercado. Quanto mais a lei do mercado dita ser necessário colocar a todos no mesmo espaço para configurar um padrão de produtor e consumidor, mais as instituições trabalham no sentido de incluir a todos. Isso nos sugere que, neste viés, o que efetivamente acontece são processos de integração e não de inclusão.

Mas o que isso significa, como podemos agir no sentido de contribuir com processos efetivamente inclusivos? Responder a esta questão exigiria um afastamento da realidade vivida para compreendê-la e, mesmo assim, correríamos o risco de cair em armadilhas, pois estamos imersos na estrutura, no tecido social, e, por isso, muitas vezes não conseguimos reconhecê-las.

Construir sistemas inclusivos que apresentem propostas inclusivas emancipatórias, sem um fim normalizador é um desafio e uma necessidade. Como abordaremos na seção 5, a estruturação e expansão da (RFEPCT) constitui-se em um marco da inclusão, pois ao ser interiorizada a Rede passou a oferecer novas possibilidades de acesso à educação pública

federal de qualidade e socialmente referenciada a diferentes grupos.

O IFC, integrante desta Rede, tem como missão “[...] proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, **a inclusão social**, a inovação e o desenvolvimento regional” (IFC, 2019e, grifo nosso). Entre as várias formas de promover a inclusão está a adoção de sistemas de ações afirmativas a alunos egressos do ensino público e que se encaixem em uma ou mais categorias que se referem à baixa renda, à autodeclaração de preto, pardo ou indígena, à pessoa com deficiência. Há também, em alguns cursos, reserva de vagas para candidatos oriundos da agricultura familiar.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação, nº 1, de 5 de janeiro de 2021, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica apresenta entre os seus princípios a necessidade de que sejam observadas a das demandas das pessoas com deficiência “[...] gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade” (BRASIL, 2021 c).

Dadas as diretrizes e a missão do IFC, as bibliotecas, como integrantes desta rede, têm o desafio de atender às demandas das pessoas com deficiência a fim de promover a inclusão. Assim, têm a missão de oferecer acessibilidade às pessoas com deficiência e também a todas as outras pessoas. A acessibilidade, por si só, não garante a inclusão, mas sem acessibilidade não há inclusão. Portanto, trabalhar no intuito de garantir a acessibilidade é uma forma trabalhar para a inclusão, ainda que numa sociedade excludente. A fim de ampliar o debate, na sequência, abordaremos a temática da acessibilidade

#### 4.3 ACESSIBILIDADE: CONCEITOS E DIMENSÕES

A acessibilidade é um dos aspectos que contribui para a inclusão, é também uma das formas de melhorar a vida das pessoas. Para Pupo *et al.* (2008, p. 17) a “[...] acessibilidade ou possibilidade de alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho e estudo, aos produtos e serviços diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas.” Sem acessibilidade há o fomento da exclusão e, conseqüentemente, há espaço para a deficiência.

Para Sasaki (2013) e Mazzoni *et al.* (2001), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) foi propulsora de novas abordagens que contemplaram a diversidade humana, processo que despertou a atenção das pessoas também para as barreiras arquitetônicas. Foi nos anos de 1960, nos Estados Unidos, que o termo acessibilidade surgiu em referência a questões arquitetônicas. Naquele contexto, eram previstos ambientes livres de barreiras às pessoas com

deficiência física e dificuldade de mobilidade (MAZZONI *et al*, 2001).

Conforme Sasaki (2013), foram as universidades americanas, no ano de 1960, as pioneiras em pensar a acessibilidade em seus diversos espaços, entre eles, as bibliotecas. Os Centros de Vida Independente, surgidos nos EUA, foram as primeiras instituições a conceber a independência da pessoa com deficiência como direito fundamental. Conforme Mazzoni (2000) reconhecer esta trajetória histórica é essencial para compreender o sentido da acessibilidade. O conceito de acessibilidade foi, aos poucos, ampliado para além da dimensão arquitetônica. A partir de 1990, uma nova compreensão relaciona-se ao surgimento do conceito de desenho universal (SASSAKI, 2013). Neste viés, a acessibilidade é pensada para atender a todos, sem discriminação ou diferenciação no acesso, no uso dos espaços e serviços e nas relações sociais.

Para Mazzoni *et al* (2001), a acessibilidade compreende tanto o acesso ao mundo físico como ao digital. Conforme este autor, dados os avanços tecnológicos, a falta de acessibilidade a qualquer espaço e/ou a qualquer serviço está ligada à falta de acesso às novas tecnologias, uma vez que elas se configuram como ferramentas que, na atualidade, respondem prioritariamente às formas pelas quais é garantida a acessibilidade. Deste modo, a possibilidade ou a negação de acesso a tecnologias configura-se como uma das formas de in/exclusão. Conforme Pupo *et al*. (2008, p. 21)

[...] junto com a acessibilidade digital, tecnologias assistivas e uma correta organização e sensibilização dos funcionários, a acessibilidade física – urbana, arquitetônica e de produtos – representa um dos pilares centrais no planejamento de uma biblioteca acessível, e o conceito de Design Universal é determinante para a concepção deste espaço.

O desenho universal, já pontuado neste texto, também é contemplado na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, definido como “[...] concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015). Trata-se de estruturar os ambientes, as ações e relações sociais a partir de suas amplitudes e pluralidades.

Como exemplo, podemos citar as edificações e suas suntuosas escadarias, característica comum de prédios de bibliotecas, especialmente, no passado. As escadas constituem-se em barreiras não apenas para pessoas com deficiência, mas também para pessoas obesas, com crianças no colo ou em carrinho, para idosos e outras. Por isso, há que se pensar em formas de estruturar os ambientes e serviços intuitivos para atender a todos de maneira a permitir a facilidade no acesso e no uso, com baixa exigência de esforço físico (REAL, 2019). Logo, a existência de escada, por exemplo, prescinde de rampa e/ou elevador, ou outra

alternativa de acesso que não cause diferenciação ou constrangimento da pessoa que a utilizar. “Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência” (SASSAKI, 2013, p. 15).

(PLETSCH, 2020) defende o desenho universal aplicado na aprendizagem como uma forma de possibilitar o acesso de todos os estudantes aos processos de aprendizagem. Isso significa pensar o currículo e as práticas pedagógicas de forma a atender tanto às pessoas com deficiência quanto a heterogeneidade das demais. Muito além de ser uma proposta utópica, a aplicabilidade do desenho universal constitui-se em uma forma de eliminar barreiras e promover a acessibilidade e a inclusão de todos os indivíduos, independentemente de suas características ou condições.

Porém, a aplicação do conceito de desenho universal ainda é uma realidade tímida em nossa sociedade. Para além, mesmo que contemplada a ideia do desenho universal, é fundamental a constante reavaliação e melhoria dos espaços e serviços a fim de atender às novas demandas. Torres *et al* (2007, p. 383) traz para esta discussão a necessidade de compreender que a “[...] diversidade existente entre os seres humanos se expressa em distintas formas e é possível considerar-se, recursivamente, que exista uma diversidade dentro da diversidade”. Esta compreensão exige um constante repensar, também, do desenho universal.

Observamos que o conceito de acessibilidade e a forma de assegurá-la tem evoluído significativamente, seguindo os movimentos que buscam tornar a acessibilidade e a inclusão um compromisso da sociedade. Esta evolução também pode ser percebida nas legislações que versam a respeito do assunto. A CF (1988) determina que “A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência” (BRASIL, 1988). Para Stroparo (2014, p. 45) “O conceito de acessibilidade está intrinsecamente ligado ao direito constitucional de ir e vir”. Concordamos com a autora e acrescentamos que nos próprios fundamentos da CF de 1988, quando tratam da cidadania, da dignidade da pessoa humana, de uma sociedade justa e solidária, da não marginalização, da promoção do bem de todos sem preconceito e da prevalência dos direitos humanos, estão contempladas questões de acessibilidade em suas diversas dimensões. O exercício da cidadania, por exemplo, está ligado tanto à acessibilidade arquitetônica quanto à acessibilidade atitudinal e todas as outras dimensões de acessibilidade propostas por Sasaki (2005) e que serão abordadas na sequência.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que tinha como objetivo estabelecer

normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência (termo utilizado pela lei) ou com mobilidade reduzida, apresentava a definição de acessibilidade como

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000b).

A redação da definição de acessibilidade foi alterada a partir da promulgação da Lei nº 13.146, de 2015, a qual abordaremos no decorrer deste texto. Contudo cabe ressaltar que uma das alterações diz respeito ao acesso e à utilização da informação. Embora não articulada à definição de acessibilidade, a Lei nº 10.098/2000 já abordava, em seu Artigo 17, a temática do acesso à informação como aspecto que deve ser garantido por meio da eliminação de barreiras na comunicação. Ao afirmar que o poder público deve promover a eliminação de barreiras e fomentar o acesso à comunicação e, portanto, à informação, esta lei acaba por cotejar as bibliotecas, instituições que contribuem para organizar e socializar informações.

O Decreto nº 5.296/04 define a acessibilidade como

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e **informação**, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004b, grifo nosso)

Percebe-se que nas definições de acessibilidade extraídas das legislações aqui apresentadas, há destaque para a segurança e a autonomia. Outro aspecto a ser destacado é a acessibilidade à informação abordada no Decreto, o de nº 5.296/04. Este mesmo Decreto, em seu artigo 24 define que

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, **bibliotecas**, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004b, grifo nosso).

É na busca pela autonomia de seus integrantes que a acessibilidade das bibliotecas deve ser estruturada. A autonomia é uma condição básica para que as pessoas com deficiência acessem as informações, os espaços e os serviços das bibliotecas, físicos ou digitais,

participando e fazendo suas escolhas, sem depender de favores e/ou de ajuda.

O excerto do Decreto nº 5.296/04, supracitado, também é mencionado na seção que trata dos fundamentos teóricos e pedagógicos do Manual do Programa Escola Acessível. Este programa, criado no ano de 2007, articulado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), foi uma iniciativa que objetivava promover a acessibilidade física, didática, pedagógica e comunicacional das escolas públicas, abrangendo, assim, as bibliotecas dessas escolas (BRASIL, 2011a).

Antunes (2017) registra que no ano de 2005 a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) apresentou o documento *L'accessibilité des bibliothèques aux personnes handicapées – CHECKLIST*. Nele foram apontados parâmetros a fim de nortear as bibliotecas para a promoção da acessibilidade em seus espaços. O documento destaca que, de forma geral, nas bibliotecas, considerando o contexto mundial, as condições de acessibilidade para as pessoas com deficiência ainda não são garantidas. Por isso, propõe uma ferramenta prática, o *checklist*, para orientar a avaliação e implementação da acessibilidade. Por meio dele, reafirma o compromisso da IFLA com a temática da acessibilidade para a pessoa com deficiência. O que queremos enfatizar a partir deste documento é que, há longa data, existem orientações específicas para que as bibliotecas contemplem a acessibilidade e, por isso, é crucial que os bibliotecários e os profissionais que atuam nesta área tenham conhecimento a respeito da questão.

A resolução do CFB, nº 220, de 13 de maio de 2020, é um documento nacional recente que dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. Nele, a acessibilidade é definida como

[...] a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, acesso à informação e comunicação, incluindo seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa em conformidade com as normas emanadas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da legislação vigente (CBF, 2020, p. 2).

Esta resolução esclarece que novas instalações e/ou adaptações de bibliotecas escolares e seu entorno devem ser submetidos às condições de acessibilidade, seguindo as orientações da ABNT e da legislação vigente.

Em relação às formas de implementação e adaptação da acessibilidade nos espaços educacionais, destacamos o PDE, criado no ano de 2007 pelo Ministério da Educação (MEC), que se constituiu por uma série de programas, entre eles o Programa Implantação de Salas de

Recursos Multifuncionais e o Programa Escola Acessível. O PDE buscou articular sistematicamente as ações entre a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios para garantir o direito e a qualidade da educação. Para atingir este objetivo contou com o Plano de Ação Articulada (PAR). A participação no PAR se deu de acordo com a adesão dos entes federados ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094/2007 (FERREIRA, 2010).

Entre as diretrizes apresentadas no Decreto nº 6.094/2007, citamos a que se ocupa de “[...] garantir o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas” (BRASIL, 2007). Uma das dimensões do PAR foi a infraestrutura física e recursos pedagógicos, aspectos fundamentais para a implementação e/ou melhoria das questões de acessibilidade nas instituições de ensino. O PDE, uma política protagonizada pela União para fortalecimento e melhoria sistemática do ensino, foi descontinuada, ação que atinge negativamente, também, as questões de acessibilidade.

Para que as bibliotecas atuem de forma a promover a acessibilidade e a inclusão faz-se indispensável que os gestores possuam conhecimento dos documentos. Um documento a ser lembrado é o Plano Nacional de Educação (PNE 14 – 2024). Em sua meta de nº 12, tem como objetivo elevar a taxa de matrícula no ensino superior e uma de suas estratégias é “[...] institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência” (BRASIL, 2014a).

O conhecimento de textos como este é fundamental, pois instrumentaliza a luta para que sejam cumpridas as determinações legais de forma a ampliar a acessibilidade dos espaços, dos conteúdos e dos serviços das bibliotecas. Ações como estas, a de constituir acervos acessíveis, contribuem para que os alunos e as pessoas em geral tenham autonomia em seus estudos e garantido o seu direito de acesso.

O PNE dedica a meta 4 à universalização, para alunos com deficiência que tenham entre 4 a 17 anos, do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, realizado preferencialmente na rede regular de ensino e com a garantia de ensino em espaço público ou conveniado, ressaltando a atuação da escola pública como espaço de inclusão (BRASIL, 2014a). Como uma das estratégias para atingir esta meta, está a manutenção e ampliação de

[...] programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições

públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva (BRASIL, 2014a).

Se no passado os documentos priorizavam a acessibilidade arquitetônica, no PNE também são destacadas as questões relativas ao transporte, aos materiais didáticos e às tecnologias assistivas. Estas são questões importantes a serem consideradas, pois a batalha que se trava na atualidade tem mais relação com a permanência e com a aprendizagem significativa do que com o acesso. Com os diversos avanços das legislações, das culturas e das estruturas sociais o direito de acesso é significativamente assegurado, por isso o mote em torno da acessibilidade, na atualidade, está mais relacionado à permanência da pessoa com deficiência na escola pública e à participação com autonomia nos processos de aprendizagem.

Autonomia é um dos aspectos destacados, também, na Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, em que a acessibilidade é definida como

[...] possibilidade e condição de **alcance** para utilização, com **segurança e autonomia**, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, grifo nosso).

Os termos “alcance” “segurança” e “autonomia” esclarecem que a acessibilidade está relacionada a formas de garantir a independência das pessoas para agirem e interagirem em todos os espaços. A garantia da acessibilidade em edificações, por exemplo, favorece não apenas as pessoas com deficiência, mas a toda a sociedade. É nesta perspectiva, a de pensar os espaços e serviços de forma que sejam acessíveis a todos, que se fundamenta o conceito de desenho universal e pela qual são mitigadas as barreiras, em suas diversas dimensões, às pessoas com deficiência.

Para melhor compreender quais são as barreiras comumente impostas às pessoas com deficiência, buscamos fundamentação em Sasaki (2005), que categoriza a acessibilidade em seis dimensões: 1. Arquitetônica (relacionada às barreiras físicas); 2. Comunicacional (refere-se à eliminação de barreiras na comunicação entre pessoas, independente das formas como a comunicação se estabelece); 3. Metodológica (diz respeito a reestruturação dos métodos que não contemplem a diversidade e a heterogeneidade); 4. Instrumental (trata dos instrumentos que são usados pelos indivíduos etc.); 5. Programática (é relativa às barreiras embutidas, por exemplo, em políticas públicas e legislações); 6. Atitudinal (remete-se às atitudes dos



indivíduos no convívio social). Na sequência, abordaremos cada uma das dimensões.

### 4.3.1 Acessibilidade arquitetônica

Como documento regulador desta dimensão, o Brasil possui a Norma Brasileira de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos (NBR 9050), cuja última atualização ocorreu no ano de 2020. O item 10.6 desta norma é dedicado às bibliotecas e aos centros de leitura. É importante registrar que, como norma, não há uma obrigatoriedade de aplicação do que seu texto propõe, no entanto, conforme apontado por Stroparo (2014, p. 57), “A NBR 9050 [...] passou a ter força de lei, pois foi incorporada como texto de referência técnica citada no Decreto nº 5.296/2004.” Em nossa pesquisa, esta norma, além de fundamentar a elaboração do instrumento de coleta de dados, constitui-se como um dos documentos que subsidiará parte de nossa análise de dados, ajudando a compreender quais são as condições de acessibilidade das bibliotecas.

Além da NBR 9050, outras normas como a NBR 15599/2008, intitulada *Acessibilidade: comunicação na prestação de serviços*, e NBR 15290/2016, que se refere à acessibilidade em comunicação na televisão, são exemplos de normativas brasileiras voltadas à acessibilidade da pessoa com deficiência. Stroparo (2014) lista em sua dissertação 21 NBRs, relacionadas à acessibilidade, como *Acessibilidade a Veículos Automotores* e outras, contudo, em nossa pesquisa contemplaremos, principalmente, a NBR 9050/2020.

A NBR 9050/2020, em seu texto, especifica que um de seus objetivos é “[...] proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção” (NBR, 2020, p. 1). Na norma há, também, destaque para a autonomia como aspecto central e norteador das proposições e ações em torno da acessibilidade. Em sua definição de acessibilidade apresenta a seguinte redação

Possibilidade e condição de alcance, **percepção e atendimento** para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado, de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (NBR, 2020, p. 2, grifo nosso).

A possibilidade de percepção das condições de acessibilidade é uma premissa para que

possamos implantar ou melhorar a acessibilidade nos espaços e nos processos. Assim, a NBR 9050/2020, oferece parâmetros básicos que nos orientam no processo de promover a acessibilidade. No entanto, conceber esta ou quaisquer outras normas ou leis como solução para os problemas da acessibilidade e da inclusão pode ser um equívoco. Torres *et al* (2007) chama a atenção para o fato de as leis e normas apresentam questões mínimas a serem atendidas, mas numa concepção de inclusão como processo social há que se ir além da norma e assegurar a acessibilidade de acordo com as especificidades das pessoas.

Assim, a acessibilidade não deve ser única e exclusivamente caracterizada por um conjunto de normas e leis que podem, em sua constituição e aplicação, apresentarem deficiências e fragilidades. Segundo Skliar, (2006, p. 26) “[...], quando se trata de mudar porque o texto e a lei assim o dizem, estamos partindo de uma perspectiva equivocada, isto é, estamos entrando na lógica da ficção textualizada e/ou legalista”. Para o autor, o fazer resultante da obediência do texto, burocratiza as próprias relações. Nesta perspectiva, a acessibilidade terá maior abrangência e sentido na vida das pessoas ao ser construída como resultado de proposições conscientes da coletividade e não da imposição das leis ou normas.

#### **4.3.2 Acessibilidade comunicacional**

Em se tratando da acessibilidade comunicacional, em relação às bibliotecas, ela refere-se, por exemplo, aos avisos, às orientações escritas que devem ser disponibilizados também em braille, por comunicação sonora, com letras e textos claros, com contraste de cor adequado, entre outros aspectos. É sugerido, por exemplo, para o atendimento de pessoas surdas, conhecimento da língua de sinais. Em se tratando de conteúdos escritos, como literaturas, Tavares (2013, p. 85) sugere as seguintes formas de acessibilidade comunicacional

Braille; Braille com audiodescrição das imagens; Impressão com fontes ampliadas; Livros impressos sem imagem podem ser distribuídos em CD, com programas que permitam a leitura de tela [...]; Livros impressos com imagem podem ser distribuídos com CD com a audiodescrição gravada; Livros impressos com gravuras em alto relevo; A audiodescrição de um livro engloba: arte, imagens, tabelas ou gráficos.

A acessibilidade comunicacional perpassa pelos serviços e produtos e inclui acesso ao acervo digital e físico. As páginas *web*, os *sites*, as plataformas digitais precisam tanto ser acessíveis quanto disponibilizar conteúdos acessíveis, assim como o acervo físico precisa

contemplar formatos alternativos como apontado por Tavares (2013).

### 4.3.3 Acessibilidade instrumental

Esta dimensão diz respeito às ferramentas e equipamentos que atuam de forma a proporcionar a autonomia das pessoas com deficiência no acesso e na inclusão aos espaços e no uso dos serviços. Está ligada às tecnologias assistivas, que, por sua vez, referem-se aos recursos e serviços que proporcionam a acessibilidade de forma a incluir e a potencializar as habilidades e/ou facilitar o acesso da pessoa com deficiência aos espaços e serviços (BERSCH, 2017), sejam estes físicos ou digitais.

Na esteira do que já foi pontuado anteriormente, em que a ampliação da discussão e de ações acerca da inclusão da pessoa com deficiência emergem anos de 1990, Mazzoni *et al* (2001) registra que foi também neste período que o desenvolvimento da informática impulsionou a criação e o acesso das pessoas com deficiência a novas tecnologias. Conforme o Estatuto da Pessoa com deficiência, tecnologias assistivas são

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015).

A principal função das tecnologias assistivas é a promoção da qualidade de vida com independência e autonomia. As tecnologias contribuem para a superação das barreiras, mas vão muito além da compensação e atuam no fomento das potencialidades.

Uma das iniciativas oficiais do Estado para a promoção das tecnologias assistivas foi realizada por meio do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. O Plano foi instituído pelo Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Os eixos que o compõem são: acesso à educação; atenção à saúde; inclusão social e acessibilidade (BRASIL, 2011b). Foi vinculado ao eixo “acessibilidade” que se deu a criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA), pertencente ao Centro de Tecnologia da Informação. Filgueiras (2017) registra que o Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva, desenvolvido pelo CNRTA, informa sobre mais de dois mil produtos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, para todo tipo de deficiência. Para Silveira (2015, p. 73)

A acessibilidade instrumental pode ser alcançada através da adaptação de utensílios utilizados no trabalho, lazer e estudo para atender às limitações impostas por algumas

deficiências. Objetos como lápis, caneta, computador, máquinas e equipamentos são desenvolvidos para garantir o desenvolvimento das pessoas com deficiência. Nas bibliotecas públicas, equipamentos de ampliação de textos que auxiliam pessoas com baixa visão, scanners, computadores com tecnologias assistivas, impressoras e acervo braile, caneta com ponta porosa e lápis 6B são itens que tornam efetiva a acessibilidade instrumental.

Filgueira (2017) elaborou em sua dissertação uma lista de tecnologias assistivas, pela qual demonstra as opções de tecnologias. Compreendemos que, dada a amplitude de opções de tecnologias, incluindo *softwares*, e a singularidade das pessoas, para promover iniciativas de aquisição de tecnologias assistivas nas bibliotecas, é importante, primeiramente, ouvir as pessoas com deficiência e, a partir das demandas, realizar as aquisições. Segundo Sonza *et al* (2013), além das características individuais é preciso considerar a fase em desenvolvimento em que cada um se encontra. Carvalho (2013, p. 37) destaca que, para promover a acessibilidade levando em conta diversidades de cada biblioteca e de seus integrantes, “[...] é imperativo e estratégico combinar os princípios do Desenho Universal com as Tecnologias Assistivas apropriadas a cada unidade e seus públicos reais e potenciais”.

No entanto, consideramos que, nas bibliotecas, questões básicas podem ser pensadas e providenciadas a fim de antecipar-se às demandas. Neste sentido, é fundamental a disponibilização, por exemplo, de *softwares* leitores e/ou ampliadores de tela, *softwares* de reconhecimento de voz. Na atualidade, há muitas opções gratuitas de *softwares*, fator que contribui para que as bibliotecas ofereçam estas tecnologias. Dadas as pesquisas e a evolução tecnológica, muitas tecnologias assistivas podem se tornar ultrapassadas, porém há aspectos básicos a serem disponibilizados, que podem ser atendidos por tecnologias como lupas eletrônicas e fones de ouvido, tecnologias assistivas que tendem a não se tornar obsoletas.

Para compreender melhor o que são as tecnologias assistivas e as situações em que elas podem ser utilizadas, é interessante considerar as categorias pelas quais elas podem ser organizadas. Bersch (2017) explica que é possível organizá-las de acordo com os objetivos aos quais se destinam. A autora destaca que a classificação criada inicialmente por ela e por José Tonolli em 1998 foi atualizada e, no ano de 2012, utilizada na Portaria Interministerial nº 362. O objetivo da Portaria é versar a respeito da concessão de crédito para aquisição de tecnologia assistiva a pessoas com deficiência (BRASIL, 2012c). Ela também se constitui em uma fonte de consulta a respeito das modalidades e tipos de tecnologias assistivas, pois, em seu texto, são listados e descritos os recursos.

Bersch (2017) classifica as tecnologias assistivas em 12 categorias, a saber: 1. auxílios para a vida diária e vida prática; 2. CAA - comunicação aumentativa e alternativa; 3. recursos

de acessibilidade ao computador; 4. sistemas de controle de ambiente; 5. projetos arquitetônicos para acessibilidade; 6. órteses e próteses; 7. adequação postural; 8. auxílios de mobilidade; 9. auxílios para ampliação da função visual e recursos que traduzem conteúdos visuais em áudio ou informação tátil; 10. auxílios para melhorar a função auditiva e recursos utilizados para traduzir os conteúdos de áudio em imagens, texto e língua de sinais; 11. mobilidade em veículos; 12. esporte e lazer.

Destacamos que o IFC tem realizado um trabalho ímpar relacionado às tecnologias assistivas. Conforme Souza *et al* (2019), o IFC, *campus* Camboriú, foi o primeiro Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-Guia (CFTICG) no Brasil. “Ao utilizar um cão-guia, a PcDV tem potencializada sua capacidade de orientação e mobilidade, o que lhe possibilita a interação e inclusão social, dando-lhe oportunidades, propiciando trocas, promovendo a participação e cidadania” (SOUZA, 2019, p. 370). A autora destaca o ineditismo e o empenho da instituição na realização e na manutenção deste projeto, uma ação prevista pelo Plano Viver sem Limite. Porém, “O grande desafio que se coloca neste momento consiste em consolidar esse programa como política pública de Estado pela Setec e pela SNPDP, o que contribuirá para que haja garantia de seu financiamento” (SOUZA, 2019, p. 371).

O PDI (2019-2023) contempla o CFTICG e ao objetivar tornar-se referência “[...] na formação de treinadores/instrutores e na formação de duplas (pessoas com deficiência visual e cão-guia) [...]” (IFC, 2019e, p. 63) assume compromisso com a oferta de tecnologia assistiva e, portanto, com a acessibilidade.

#### **4.3.4 A acessibilidade metodológica**

Esta dimensão, também conhecida como acessibilidade pedagógica, diz respeito aos métodos utilizados. Em nosso objeto de estudo, está relacionada à forma como os serviços são oferecidos, mas também à maneira pela qual o espaço é organizado. Assim, a acessibilidade metodológica é perpassada por outras dimensões, pois o uso de tecnologias assistivas, as atitudes das pessoas, a dimensão programática e outras influenciam na acessibilidade metodológica (SASSAKI, 2009).

Repensar continuamente os métodos de atendimento e de oferta de serviços é uma necessidade das bibliotecas que buscam assegurar a acessibilidade e a inclusão de seus interagentes. Contudo, como apresentado, esta não é uma dimensão que pode ser avaliada

isoladamente, pois está ligada às demais dimensões.

#### **4.3.5 Acessibilidade programática**

Esta dimensão refere-se às questões expressas nos textos. Para Sasaki (2013, p. 16), a acessibilidade programática está em “[...] barreiras invisíveis existentes nos decretos, leis, regulamentos, normas, políticas públicas e outras peças escritas [...]”. Com um olhar focado nas bibliotecas do IFC, as quais nos propomos estudar, a acessibilidade programática refere-se a documentos específicos, como o PDI institucional, o Planejamento Estratégico da instituição, o Regimento do SIBI, o Regulamento das bibliotecas, a Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) do IFC, a Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense. Os documentos norteadores revelam as concepções das instituições e são fundamentais para a implantação, o desenvolvimento e a manutenção da acessibilidade nos espaços e nos serviços.

#### **4.3.6 Acessibilidade atitudinal**

A origem das barreiras atitudinais está na forma como percebemos as pessoas (LIMA; TAVARES, 2007). As formas estereotipadas com que as pessoas com deficiência foram tratadas ao longo da história da humanidade nutrem o preconceito, fonte de onde nascem as barreiras atitudinais. Embora haja avanços conquistados nas demais dimensões, as atitudes individuais e sociais ainda se configuram como barreira às pessoas com deficiência.

As barreiras atitudinais, por serem permeadas pela subjetividade que envolve as atitudes humanas, constituem-se em aspectos excludentes que podem ser intencionais ou não. Os processos de in/exclusão refletem as bases culturais e sociais que nos constituem e que, muitas vezes, são compostas de intolerância, discriminação, estigmas, estereótipos. Sasaki (2009) defende que a sensibilização dos profissionais é uma das formas de trabalhar para que esta barreira deixe de existir.

Acreditamos que a sensibilização seja um dos aspectos que precisa ser somado à profissionalização. Profissionais necessitam sim de sensibilidade em relação à prática que desenvolvem. Precisam também de conhecimento sobre as implicações de sua atividade profissional. Ao mesmo tempo em que devem ter clareza a respeito do compromisso social em que suas atividades estão assentadas. Para que tenhamos atitudes inclusivas, precisamos compreender quais são as atitudes que podem, ainda que sem intencionalidade, causar a

exclusão.

Um profissional consciente, atualizado e informado tende a ser mais receptivo às diferenças subjacentes às condições humanas. Conforme Pupo e Martins (2014, p. 39), “A acessibilidade é um conceito muito amplo, vai além do estrutural, envolve as relações humanas, permeia a boa educação, a moral e o caráter. É preciso desenvolver empatia, simpatia e bom senso, no sentido de voltar o olhar ao coletivo, ao outro”. Num mundo em que a acessibilidade é negligenciada sob a argumentação de falta de orçamento financeiro, é preciso registrar que a acessibilidade atitudinal não custa nada, trata-se de capacidade de se relacionar com as pessoas.

Como forma de melhor compreendermos como as barreiras atitudinais se manifestam, citamos a taxonomia da acessibilidade atitudinal apresentada por Lima e Tavares (2007): ignorância; medo; rejeição; percepção de menos valia; inferioridade; piedade; adoração de herói; exaltação do modelo; percepção de incapacidade intelectual; efeito de propagação; estereótipos; compensação; negação; substantivação da deficiência; comparação; atitude de segregação; adjetivação; particularização; baixa expectativa; generalização; padronização; assistencialismo e super proteção. Dadas múltiplas maneiras pelas quais podem ser estruturadas as barreiras atitudinais, a reavaliação de nossas atitudes é fundamental para que consigamos compreender como temos contribuído para a propagação de tais barreiras.

Após demarcadas nesta seção questões históricas, alguns conceitos e políticas públicas que abarcam a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência, partimos para uma discussão que nos aproximará ainda mais de nosso objeto de estudo, a estruturação da RFEPCT e, na sequência, das bibliotecas do IFC.

## **5 A FORMAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO FEDERAL SOCIALMENTE REFERENCIADO**

A trajetória que antecedeu a atual RFEPCT teve origem no ano de 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, discutida e problematizada por pesquisas como a de Hoepers (2019). Entre as várias fases e mudanças pelas quais passaram estas escolas, está a transformação em Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets). A RFEPCT foi criada no ano de 2008, com a publicação da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008a), pela qual também foram criados os IFs, entre eles o IFC. Esta rede foi constituída por meio da união de “[...] 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino, 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e oito escolas vinculadas a universidades [...]” (BRASIL, 2020a).

As instituições que compõem a RFEPCT possuem natureza jurídica de autarquia, autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e são organizadas em estrutura *multicampi*. Caracterizam-se como instituições de educação superior, básica e profissional. Conforme dados publicados na página do MEC (BRASIL, 2020b), no ano de 2018 a rede possuía 659 unidades em todo o país, constituídas por

[...] 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2 centros federais de educação tecnológica (Cefet), 23 escolas técnicas vinculadas às universidades federais, e o Colégio Pedro II, e seus respectivos campus. (BRASIL, 2020b).

Os Institutos Federais (IFs), de acordo com os objetivos de sua lei de criação, oferecem cursos de qualificação, ensino médio integrado ao ensino técnico, ensino técnico subsequente, ensino superior, pós-graduações *stricto* e *lato sensu*. Destacamos aqui que o Programa de Mestrado Acadêmico em Educação, no qual esta pesquisa é desenvolvida, é o primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* da área de educação a ser oferecido na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A exemplo do Programa de Mestrado Acadêmico em Educação acima referenciado, a estruturação da RFEPCT e sua interiorização possibilitou que, pela primeira vez, muitos municípios do interior do país recebessem cursos ofertados por instituições de educação federal, logo, públicas e gratuitas, que possuem destaque na qualidade da educação. Conforme Frigotto



(2018, p. 14),

A interiorização é, sem dúvida, um marco que altera o mapa da educação federal pública no Brasil. A oportunidade de milhares de jovens terem acesso aos IFs, nas diferentes modalidades e níveis de ensino, num país que sempre se negou à maioria, aos filhos dos trabalhadores, o direito à educação básica de nível médio, é em si um ganho extraordinário.

A interiorização da RFEPCCT simboliza, além da democratização do acesso, o compromisso assumido pela união na oferta de educação profissional e tecnológica (EPT) pública, rompendo, assim, com a lógica de centralização e monopólio do conhecimento em determinados eixos geográficos e por outras esferas que não a federal. Ainda segundo Frigotto (2018), outro aspecto que merece destaque é a qualidade do quadro de servidores que foi incorporado à RFEPCCT. Os melhores salários oferecidos por esta nova organização atraíram profissionais com alto grau de titulação, o que contribui para que haja mais qualidade na educação oferecida.

Para Andrade (2014), os IFs podem ser caracterizados pelo seu compromisso em reduzir desigualdades regionais. O aumento de vagas articulado à qualidade da educação EPT, que contempla não apenas uma formação técnica, mas propedêutica, com destaque também para apoio da instituição ao crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, são formas de contribuir para o desenvolvimento das localidades em que cada um dos *campi* foi instalado. Segundo esta autora, para compreender o impacto da expansão da RFEPCCT

[...] deve-se ressaltar que no período **de 1909 a 2002**, o Brasil teve **24 presidentes** e construiu no total **140 escolas técnicas federais**. No período de **2003 a 2010**, apenas durante a gestão de **um único presidente** foram **construídas e inauguradas 214** novas unidades federais, o que representa um crescimento na ordem de 150% a maioria destas escolas situadas no interior do País. [...] a expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem o potencial de contribuir para o processo de democratização do ensino e de desenvolvimento local (ANDRADE, 2014, p. 73, grifo nosso).

Portanto, a expansão da educação pública federal, em curto período, passou a incluir grupos antes distantes da educação federal, seja por questões geográficas e/ou sociais. Conforme Pacheco (2011), a partir do ano de 2003, uma série de políticas públicas foram implementadas. Entre elas, apontamos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Programa Universidade para Todos, a Universidade Aberta do Brasil, a ampliação de novos *campi* universitários, bem como de quatro novas universidades, e a já referida criação dos IFs. Para Pacheco (2015, p. 8), “A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um

projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social.” Assim, as políticas aqui citadas espelham o viés inclusivo dado às questões educacionais no país naquele momento.

Para Barroso (2006), pensar numa escola inclusiva exige pensar a educação como pública. Acrescentamos que, além de pública, é indispensável que seja de qualidade social referenciada. Ao identificarmos estes aspectos – pública e de qualidade - na RFEPCT, evidenciamos sua potencialidade para a promoção da inclusão. Pacheco (2011, p. 32) sugere que, ao olhar para a estruturação dos IFs, “[...] vislumbra-se que se constituam em marco nas políticas educacionais no Brasil, pois desvelam um projeto de nação que se pretende social e economicamente mais justa. [...]”, o que consideramos como premissas da educação inclusiva.

Especificamente com a Estruturação RFEPCT, novas possibilidades de inclusão na área educacional foram apresentadas às comunidades que se beneficiaram com cursos em diversas modalidades, rompendo com a lógica dualista pela qual a educação foi estruturada no Brasil, desde os primórdios de seu desenvolvimento. Andrade (2014) corrobora com esta ideia, acrescentando que a política orientadora da RFEPCT está assentada na superação de uma formação assistencialista, a qual norteava a educação profissional em suas origens e que tinha como público os desvalidos da sorte. Neste sentido, Fornari (2017, p. 8) afirma que

A educação e, no caso, os Institutos Federais deve ser e fazer a mediação entre um projeto emancipatório e a sociedade mediata [...] Os Institutos Federais são, portanto, o melhor exemplo, para situar historicamente essa possibilidade, na perspectiva da emancipação humana e da importância da educação nesse processo.

Conforme essa autora, esta nova proposta rompe com a de adestramento para o trabalho e com a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, com o imprevisto e aligeiramento dado à educação. Além disso, conforme Pacheco (2015), a criação dos IFs propôs o rompimento com a educação para o mercado de trabalho e focou na educação para o mundo do trabalho, entendendo o trabalho como estruturante do ser social, de forma a promover, para as diversas camadas sociais, educação emancipadora. Os IFs tornam-se promotores de uma educação voltada ao desenvolvimento omnilateral, à medida que atuam na “[...] construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade [...]” (PACHECO, 2015, p. 16). Nesta acepção, esse autor defende que, como elemento constituinte da cidadania, o conhecimento fornece subsídios para que os educandos compreendam a estrutura social, aspecto fundamental para lutar pelos seus direitos

fundamentais.

Conforme Frigotto (2018, p.9, grifo do autor), os IFs “[...] mesmo dentro de grandes limites pelas opções tomadas pelos governos ‘populares’, *incomodam* aos detentores do capital nacional e mundial associados”. Incomodam porque o projeto social no qual esta instituição se estrutura e atua está voltado à educação que objetiva oportunizar experiências para que as pessoas se tornem pensantes, críticas ao invés de executores de ordens. Como afirma Pacheco (2011, p. 29), “O que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível.” Esta é a ameaça que os IFs oferecem, oportunizar educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada a pessoas que, até o surgimento deste novo projeto, tinham acesso à educação precarizada, voltada à formação de mão de obra acrítica. A formação propedêutica e técnica, articulada à ciência e à cultura, proporcionam bases para o desenvolvimento das pessoas de forma a ameaçar o projeto imposto pelo mercado econômico.

Porém, os IFs, como instituições ainda jovens, encontram muitos desafios no desenvolvimento de sua proposta, que ocorrem, muitas vezes, por ser inovadora e por ainda estar se consolidando. Este projeto pode ser ameaçado por práticas de governos contrários aos objetivos dos IFs. Para Frigotto (2018), uma das dificuldades encontradas pelos IFs está relacionada à construção da identidade. Sobre isso, Hoepers (2017) afirma que a estruturação dos IFs, originada da junção de distintas instituições como os Colégios Agrícolas e as Escolas Agrotécnicas, contribui para a dificuldade de construção identitária. Isso se deve ao fato de que, em sua origem, essas instituições não tinham os mesmos objetivos e, ao serem unidas para dar corpo ao projeto dos IFs, carregam consigo suas diferentes identidades. Pacheco (2015, p. 48) caracteriza esta questão como “[...] o novo visto com os olhos do velho”.

Apesar de todo investimento na remodelação destas instituições, sabemos que as identidades são historicamente construídas e que não são passíveis de alteração a partir de determinados marcos, sejam estes históricos ou pragmáticos, pois “[...] a norma é insuficiente para substituir o caldo cultural da tradição, carregado de significações que os sujeitos institucionais utilizam como ferramentas para a vida institucional (PACHECO, 2015, p. 49).

Este processo de construção identitária perpassa também as bibliotecas dos IFs e contribui na forma como elas atuam. Para Frigotto (2018), um dos aspectos “chave” para a construção da identidade dos IFs está na verticalização de seus cursos, contribuindo também para uma nova institucionalidade. Para Pacheco (2015, p. 13),

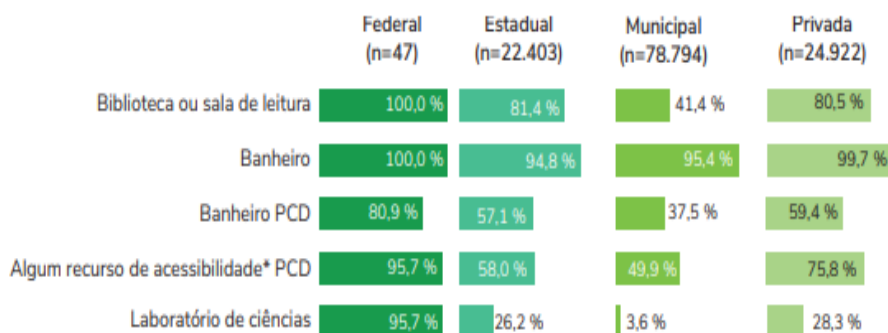
A organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado.

A verticalização dos cursos e o público ao qual os IFs objetivam atender são questões que influenciam na organização e na identidade das bibliotecas que atendem a públicos distintos, dos diversos níveis de ensino oferecidos pelo IFs. Assim, esta contextualização sobre a criação da RFEPCT contribui para que compreendamos a qual projeto social as bibliotecas do IFC estão ligadas. Além disso, revela como a estruturação da rede interfere na estruturação das bibliotecas. Ao afirmarmos que os IFs levaram educação de qualidade socialmente referenciada para muitos municípios do interior brasileiro, afirmamos que levaram, também, bibliotecas. Onde foi instalado um *campus*, foi instalada uma biblioteca.

Becker e Faqueti (2015), ao traçarem um panorama das bibliotecas da RFEPCT, afirmam que no processo de expansão e interiorização foi garantida a continuidade dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos e mantidos os profissionais das instituições que juntas formaram a Rede. Para além, na busca por atingir os objetivos da RFEPCT, foram reestruturados os ambientes e contratados bibliotecários e auxiliares de bibliotecas. Segundo as autoras, a RFEPCT demonstra reconhecer a importância da biblioteca e dos profissionais para o desenvolvimento de uma educação que contemple o acesso informacional como primordial. A Rede valoriza o papel social da biblioteca enquanto espaço democrático do saber que oportuniza não apenas o acesso ao conhecimento, mas, principalmente, contribui na construção crítica do leitor.

Isso pode ser confirmado por meio da figura 1, em que são apresentados os dados do Censo Escolar realizado, no ano de 2019, pelo INEP. Esta figura retrata que a rede federal de educação prioriza a existência de bibliotecas enquanto que a rede municipal, responsável principalmente pela educação infantil e pelo ensino fundamental I, possui o menor número de bibliotecas (INEP, 2019). Nestes dados, pode-se observar também a indefinição do que é biblioteca e do que é sala de leitura, aspecto que pode comprometer os resultados da pesquisa. Ao mesmo tempo, ao considerar sala de leitura sinônimo de biblioteca, torna-se evidente a falta de valorização e de compreensão do que é e de qual a função social da biblioteca. Reduzi-la a uma sala de estudo pode ser, também, uma forma de negar a necessidade de seu contínuo desenvolvimento, da contratação de profissionais, da problematização em torno do seu fazer.

Figura 1 - Recursos relacionados à infraestrutura disponíveis nas escolas de ensino fundamental segundo a dependência administrativa – Brasil – 2019



Fonte: dados retirados do Censo da Educação Básica (INEP, 2019) – Notas estatísticas 2019, adaptado pelas autoras.

Dada a organização acadêmica dos IFs e os níveis educacionais que esta instituição objetiva atender, incluindo a já referida verticalização dos cursos, as bibliotecas dos IFs atendem a um público diversificado. Por isso, Becker e Faqueti (2015) afirmam que são bibliotecas mistas, o que impõem o desafio no planejamento e desenvolvimento dos serviços. As autoras também constataram que muitas bibliotecas da RFEPCCT possuem pouca acessibilidade, o que acreditam decorrer do fato de que os espaços são reduzidos; apontam a necessidade de desenvolvimento de acervos e equipamentos para o atendimento da acessibilidade.

Conforme Frigotto (2018, p. 13), “[...] a expansão interiorizada por pressões políticas locais forçou a criação de *campi* avançados com estrutura de prédios primários e instituições de diferentes origens com uma cultura histórica diversa.” Esta condição pode ser considerada um dos motivos pelos quais, em muitos casos, a acessibilidade arquitetônica carece de adequações. Os IFs são um projeto inovador, criado no e pelo Brasil (PACHECO, 2015). Esta instituição representa um projeto ainda embrionário que necessita de ajustes, a fim de atender a um projeto educacional inclusivo desafiador, dada a estrutura social existente, pois, conforme Fornari (2017, p. 250), “Se a sociedade brasileira não se propõe revolucionária, os Institutos Federais não o serão, como propõem as concepções governamentais que os criaram. É preciso que se constituam condições recíprocas de mudança social, envolvendo as instituições de ensino e a sociedade.”

Neste sentido, não poderíamos deixar de registrar que, desde o ano de 2016, no Brasil, várias áreas sociais têm sofrido ataques, entre elas, a educação. Para Frigotto (2018, p. 15) “[...] a PEC 241, que congelou por vinte anos os investimentos no setor público e a contrarreforma

do ensino médio, por diferentes aspectos, colocam-se contra a expansão e manutenção da política dos IFs e a concepção de ensino médio integrado”. A publicação da Medida Provisória nº 914/2019 que objetivou, por exemplo, estabelecer a lista tríplice para escolha dos reitores dos IFs e extinguir a eleição de diretores dos *campi* (BRASIL, 2019a), se configura como uma das formas de ataque ao projeto dos IFs.

É notável que a proposta social à qual os IFs estão articulados não está em conformidade com a proposta política do governo vigente. A redução de orçamento destinado não apenas aos IFs, mas também às universidades federais, tem comprometido seu funcionamento e o alcance dos objetivos destas instituições. Estas medidas influenciam, também, o bom funcionamento das bibliotecas e da acessibilidade destes espaços. Sabemos que muitas questões relacionadas, por exemplo, à acessibilidade requerem investimentos financeiros e, no cenário desenhado pelo atual governo, estas questões podem ser comprometidas. Isso decorre do fato de que, ao que parece, não há, por parte do atual governo, interesse em melhorar, fortalecer e universalizar a proposta do IFs.

Realizada esta contextualização acerca da estruturação da RFEPCT, na qual estão inseridos os IFs, abordaremos, na sequência, aspectos relacionados à estruturação do IFC e de suas bibliotecas.

## 5.1 O IFC E SUAS BIBLIOTECAS

Como já mencionado, a estruturação do IFC ocorreu no ano de 2008, por meio da promulgação da Lei nº 11.892. Foi a partir da integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, os quais, à época, eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina, que a instituição foi composta (IFC, 2019d). Desde sua criação, a reitoria está instalada na cidade de Blumenau. Os 15 *campi* que compõem o IFC são Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira. Cada *campus* recebe o nome da cidade em que é instalado. Na figura 2, é possível identificar, no mapa de Santa Catarina, a localização em que cada um está instalado.

Por meio da consulta realizada na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), um local em que são reunidas, validadas e publicadas as informações da RFEPCT, verificamos que no ano de 2019, o total de alunos matriculados nos 15 *campi* do IFC era de 17.950, distribuídos em 185 cursos (PNP, 2019b). Portanto, as 17 bibliotecas têm a responsabilidade de atender a esta

variedade de cursos e este quantitativo de alunos, além das demais pessoas que compõem a comunidade escolar/acadêmica. Considerando a necessidade dos setores estarem alinhados à missão institucional e que entre os valores da instituição está a justiça social, que visa “Preservar os valores da sociedade, dedicando tratamento justo às pessoas” (IFC, 2019e, grifo nosso), faz-se necessária a constante avaliação, organização e reorganização das bibliotecas, a fim de proporcionar estruturas e processos inclusivos.

Figura 2 - Distribuição dos *campi* do IFC



Fonte: reproduzida da página institucional do IFC pela autora para fins de pesquisa. Disponível em: <https://ifc.edu.br/sobre-o-ifc/>

Embora, em âmbito geral, as bibliotecas estejam alinhadas à missão e ao projeto educativo do IFC, nos *campi*, cada biblioteca que compõe o SIBI é subordinada à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão. Assim, cada unidade experimenta diferentes culturas e realidades. As decisões dos gestores de cada *campus* impactam, por exemplo, na organização e na disponibilização da infraestrutura física, na constituição da equipe técnica, no repasse de recursos financeiros à biblioteca, entre outras questões. Almeida (2015, p. 10) esclarece que

Do ponto de vista sistêmico, a biblioteca não é um organismo autônomo, mas um subsistema influenciado e que interage com instituições superiores. Neste contexto, seus objetivos e serviços sofrem alterações constantes devido a mudanças informacionais, sociais, políticas e econômicas. Seu planejamento deve estar alinhado com a missão, visão, finalidades e princípios das instituições a que estão subordinadas.

Nesta acepção, as bibliotecas do IFC espelham o projeto educacional e os objetivos da

instituição. Stroparo (2014, p. 64,65) corrobora com esta concepção, afirmando que as bibliotecas estão relacionadas “[...] às instituições nas quais estão subordinadas. São organizações sem autonomia própria, se integram numa relação de troca mútua, não podem ser entendidas sem que se estude a instituição que lhe deu origem [...]”. Desta forma, compreender o objetivo e a missão do IFC nos leva a compreender os alicerces de suas bibliotecas.

Quanto à autonomia, especificamente a financeira, não há diretrizes ou práticas que estabeleçam esta questão para as bibliotecas do IFC. A informação que consta no PDI é que “Os recursos para aquisição são determinados anualmente e cada *campus* tem autonomia para definir os quantitativos a serem investidos” (IFC, 2019). Conforme o Quadro 2, é possível perceber algumas informações acerca da previsão orçamentária destinada à expansão do acervo até 2023.

Quadro 2 - Acervo físico atual e previsão de expansão até 2023 conforme PDI (2019-2023)

Unidade	Acervo atual quantidade em exemplares*	Proposta de investimento médio ano – 2019/2023	Previsão de número de exemplares em 2023
SIBI	0	300 mil/ano	Acervo digital superior a 200.000 títulos
Abelardo Luz	924	10 mil/ano	2000
Araquari	17841	70 mil/ano	22000
Blumenau	6975	1% do orçamento anual do campus	9300
Brusque	1510	3% do orçamento anual do campus	7500
Camboriú	31901	50 mil/ano	37000
Concordia	32938	80 mil/ano	38000
Fraiburgo	4799	20 mil/ano	8000
Ibirama	7813	85 mil/ano	15000
Luzerna	5244	50 mil/ano	8000
Rio do Sul Unidade Sede	15086	2% do orçamento total anual do campus	22586
Rio do Sul Unidade Tecnológica	268		4268
Rio do Sul Unidade Urbana	9895		13395
Santa Rosa	9930	Sem previsão	9930
São Bento do Sul	1766	100 mil/ano	8.000
São Francisco do Sul	4622	60 mil/ano	7700
Sombrio	7381	20% do orçamento para investimento	
Videira	14145	30 mil/ano	18000

Fonte: reproduzido do PDI (IFC, 2019e, p. 144, 145) pela autora, para fins de pesquisa.

Destacamos a especificação de R\$ 300.000,00 anuais para o quinquênio de vigência do referido PDI, destinado especificamente para o SIBI. No ano de 2021, este valor foi



executado na assinatura de plataformas que disponibilizam livros eletrônicos (*e-books*). Foram assinadas três plataformas: Pearson, Cengage e Saraiva/Érica, totalizando o acesso a aproximadamente doze mil exemplares. Estas assinaturas são válidas por períodos determinados, o que exigirá a execução anual do orçamento, a fim de garantir a disponibilização contínua de tais materiais. Conforme o PDI 2019-2023,

Além de um upgrade tecnológico, o investimento em literatura eletrônica trará uma economia substancial ao oferecer, através de uma assinatura, o mesmo material a todas as unidades simultaneamente, além de uma agilidade maior na sua substituição/acréscimo por livros mais atuais. O compartilhamento simultâneo potencializará o investimento, representando um acréscimo de acervo substancial a todas as unidades, além do que permitirá que cada uma invista mais em acervo físico que atenda as especificidades de seus cursos (IFC, 2019e, p. 144).

No Quadro 2 também é possível observar que em 10 bibliotecas é previsto um valor específico a ser aplicado no desenvolvimento do acervo. O menor valor corresponde a R\$ 10.000,00 e o mais alto a R\$ 100.000,00. Em 6 bibliotecas, o critério estabelecido para a previsão orçamentária é um percentual do orçamento do *campus*. Estes percentuais correspondem, respectivamente, a 1%, 2% (para as três bibliotecas do *campus* Rio do Sul), 3% e 20% do orçamento do *campus*. Em uma das bibliotecas não há previsão orçamentária para o período de vigência do PDI, o que nos leva a refletir sobre a afirmação de Brayner (2018, p. 95) “a vulnerabilidade dos equipamentos culturais na partilha do bolo reflete a perda de significado simbólico.”

Por meio dessas informações apresentadas no Quadro 2, percebemos que, apesar de as bibliotecas estarem organizadas num sistema integrado, não há, como já dito, uma diretriz ou um planejamento sob o qual sejam estabelecidas as mesmas regras de financiamento às bibliotecas que compõem o SIBI. De acordo com cada realidade, a exemplo da criação de novos cursos, as unidades possuem diferentes demandas, o que também exige específicas dotações orçamentárias. Isso pode explicar a diferença substancial de valores e de critérios para cada biblioteca. Contudo, a falta de política institucional para o financiamento das bibliotecas pode contribuir para que o desenvolvimento delas seja pautado em questões subjetivas, de acordo com as concepções de cada gestão e não em propostas institucionais.

Essa questão pode interferir, também, nos aspectos relacionados à acessibilidade, porque, de acordo com as concepções da gestão vigente, seja no âmbito da biblioteca, do *campus* ou da reitoria, pode haver destinação orçamentária para a acessibilidade ou não. Por isso, compreender como ocorre o financiamento das bibliotecas do IFC contribui para pautarmos a acessibilidade. No entanto, apesar de apresentar esta discussão, ratificamos nossa

ciência de que nem todas as demandas de acessibilidade carecem de recursos financeiros.

Ainda em relação ao Quadro 2, ao analisarmos o seu título, percebemos que a previsão orçamentária ali descrita está relacionada à ampliação do acervo. Desta forma, fica subentendido que os valores financeiros destinados às bibliotecas têm o objetivo de subsidiar exclusivamente à manutenção e o desenvolvimento do acervo. Assim, outras questões como a aquisição de tecnologias, de mobiliário e melhorias na sinalização podem ficar esquecidas. Contudo, é importante registrar que no próprio PDI está posto que

Os recursos do orçamento também serão empregados na capacitação dos bibliotecários no que for necessário ao aprendizado e difusão do conhecimento inerente à utilização das novas ferramentas e também atualização de pessoal das bibliotecas nas melhores práticas atualmente empregadas em bibliotecas (IFC, 2019e, p. 144).

Nesta acepção, é possível perceber que o próprio PDI sustenta a necessidade de que os recursos sejam destinados, também, a outras demandas das bibliotecas. Para a sua atuação e apoio às atividades de ensino pesquisa e da extensão as bibliotecas necessitam de contínuas melhoras em seus espaços e serviços, o que exige, também, dotação orçamentária. Portanto, são bem-vindos investimentos que contribuam para a superação da ideia e da prática de bibliotecas que se restringem a espaços para empréstimo e devolução de acervos. O investimento em tecnologias e formação dos profissionais pode contribuir para a construção de práticas que impulsionem uma atuação voltada à inclusão das pessoas e à socialização do conhecimento produzido, também, no IFC.

Como exemplo desta socialização, citamos o repositório institucional, uma demanda antiga e que foi atendida no ano 2019, quando o IFC passou a oferecer este serviço dedicado à divulgação de “[...] Produções Intelectuais de Conclusão de Curso (PICC): monografias, relatórios técnicos, relatórios de estágio, dissertações, teses ou outros modelos de produções constantes nos PPC de cada curso defendidas junto aos cursos de graduação e de pós-graduação do IFC” (IFC, 2019g).

Além de socializar o conhecimento produzido, o repositório é uma das formas pelas quais as pessoas contribuem com o desenvolvimento do acervo, exercendo o papel de interagente que colabora com a constante evolução da biblioteca. Os conteúdos publicados no repositório são disponibilizados digitalmente. Esta forma de acesso, desde que conte com páginas acessíveis, pode favorecer o alcance da informação, também, às pessoas com deficiência.

O SIBI defende que o repositório institucional contribui para a socialização da

informação dinâmica e acessível, afirmando que

A ampla disponibilidade de informações sem barreiras físicas ou técnicas de acesso é fundamental para o cumprimento da responsabilidade de transparência e prestação de contas social, divulgando muitas vezes resultados de pesquisas que podem ter sido financiadas com recursos públicos (IFC, 2019g).

Com iniciativas como a assinatura de plataformas que oferecem livros digitais e da implantação do repositório institucional, as bibliotecas do IFC têm trabalhado para ampliar e melhorar seus serviços. Alinham-se, assim, às novas configurações de bibliotecas que atendem não apenas fisicamente, mas também virtualmente, transformando-se em bibliotecas híbridas. Conforme Stroparo (2014, p. 67), a estrutura das bibliotecas “[...] é afetada pelas tecnologias da informação, gerando alterações de produção, disseminação, armazenamento, uso e sistematização da informação”. Realidade que tem sido experienciada pelas bibliotecas do IFC.

A acessibilidade dos *sites* das bibliotecas, embora, como já destacado, não seja objeto de investigação desta pesquisa, mas que pode ser tema de outros estudos futuros, é assunto que merece ser abordado. Segundo Antunes (2017, p. 51),

Para que as informações digitais sejam acessíveis a todos, há que se considerar a arquitetura da informação digital. O conteúdo do *site* da Biblioteca deve possibilitar adaptação por diferentes dispositivos e acesso conforme recomendado pelo consórcio *World Wide Web Consortium* (W3C).

A W3C é uma organização mundial que trabalha para desenvolver padrões para a Web. Vinculado à W3C, há, no Brasil, um grupo criado para discutir e planejar ações que promovam acessibilidade na *web*. O Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico é um documento brasileiro norteador para o desenvolvimento e a adaptação de conteúdos digitais do governo federal, no são estabelecidas estruturas para que *sites* e páginas *web* sejam acessíveis a todos.

No exercício de observar a acessibilidade dos *sites* das bibliotecas que compõem o SIBI, sem a intenção de apresentar um diagnóstico final sobre a questão, realizamos uma breve consulta em cada um dos endereços eletrônicos, porque entendemos que este é um espaço imprescindível para a oferta de serviços *online* como

**Consulta ao catálogo on-line do acervo; [...] Renovação e reservas on-line; [...]** Tutoriais on-line sobre uso da biblioteca, consulta ao acervo, normas ABNT, dentre outros; [...] Acesso às normas técnicas da ABNT disponíveis online, inclusive com acesso remoto; [...] Acesso remoto via portal Rede CAFe para os periódicos disponíveis através do Portal de Periódicos da Capes (IFC, 2019e, p. 138).

Nesta busca por compreender como estão estruturados os *sites* das bibliotecas,

observamos que nem todos apresentam os mesmos recursos e não são organizados a partir dos mesmos padrões. 3 deles não possuem o programa Vlibras, sistema que transforma conteúdos digitais em libras, e não possuem a opção de aumento de fonte. A ausência desses recursos pode ser solucionada com a atualização do *template* do *site* para uma versão mais recente. Dois *sites* estão sem informações da biblioteca, remetendo à página do SIBI. Isso demonstra que esta não é uma via pela qual a biblioteca estabelece comunicação com seus interagentes locais, já que não há informações básicas, como formas de contato com a biblioteca, horário de atendimento, equipe de trabalho e outras.

Concluimos que a via de comunicação estabelecida por meio dos *sites* das bibliotecas que compõem o SIBI segue padrões completamente distintos. Percebemos, por exemplo, que na biblioteca do *campus* de Rio do Sul há significativo empenho para que o *site* seja mais intuitivo e que a localização das informações seja mais rápida. Porém, na maioria dos demais *sites* das bibliotecas, não há, por exemplo, destaque na página inicial para o acesso aos livros digitais, questão que foi destacada no *site* da biblioteca de Rio do Sul, por meio de imagem. O que mais chamou a atenção é que, além da biblioteca de Rio do Sul, somente em outras 4 há, na página inicial, informação sobre acesso aos livros digitais. Nas demais bibliotecas, no momento em que realizamos esta análise, julho de 2021, não foi possível encontrar, de forma rápida e intuitiva, o acesso aos livros digitais. Em alguns casos, a informação está em abas secundárias que requerem tempo e empenho para encontrá-las. Em outros casos, a informação sobre o acesso aos livros digitais não existe, o que parece colocar em xeque não apenas o acesso a estes conteúdos por parte das pessoas com deficiência, mas de todas as pessoas.

Stroparo (2018), analisou as páginas *web* de 51 bibliotecas universitárias federais brasileiras, buscou verificar questões relacionadas às suas estruturas e à garantia de acessibilidade e usabilidade de suas interfaces para que as pessoas com deficiência acessem as informações e conteúdos desejados. A autora concluiu que há fragilidades nos *sites* das bibliotecas que possuem algum elemento de acessibilidade. Esta também é a conclusão a que chegamos a partir desta breve análise dos *sites* das bibliotecas do IFC. A falta de descrição nas imagens e a falta de um padrão de organização das informações são questões que prejudicam a acessibilidade e, portanto, o acesso à informação.

A gama de serviços oferecidos pelas bibliotecas citados no PDI (2019-2023) evidencia uma atuação que vai muito além da concepção de biblioteca responsável apenas pelo empréstimo e pela devolução de obras, pois as bibliotecas atuam desde a orientação ao desenvolvimento de atividades culturais. Para a prestação destes serviços, conforme o Relatório de Gestão 2019, das 17 bibliotecas, apenas duas não atendiam de forma ininterrupta nos turnos

matutino, vespertino e noturno. Duas bibliotecas atendiam também nos sábados letivos. Entre os serviços oferecidos nas bibliotecas, destacam-se o empréstimo local, a devolução, a reserva, a renovação e o empréstimo de livros entre as bibliotecas (IFC, 2019).

No PDI, também está descrito que, entre 2019 e 2023, o SIBI ampliará a oferta dos seguintes serviços e produtos

1. serviços especializados para alunos e docentes de cursos a distância; 2. Ampliar a oferta dos serviços da biblioteca para alunos de cursos de qualificação profissional; 3. **Implementar serviços à pessoa com deficiência**, usuária das bibliotecas; 4. Implementar o Repositório Institucional - este está em fase de projeto e deverá ser implantado ainda no ano de 2019. Nele estarão trabalhos desenvolvidos pelos próprios alunos do IFC, TAAs, professores e documentos institucionais levando à comunidade em geral o conhecimento aqui produzido. 5. Implementar o serviço de assessoria no gerenciamento e editoração de Anais de eventos; 6. Oferecer acervo digital; 7. Desenvolver o projeto de acervo acadêmico digital, bem como definir os elementos necessários a garantir confiabilidade das informações desse acervo e plano de contingência para possíveis eventos que impeçam o acesso normal ao seu acesso; 8. Disponibilizar terminais de autoatendimento em todas as bibliotecas; 9. Instituir convênios com bibliotecas de outras instituições; 10. Realizar treinamentos de usuários (discentes, docentes e TAAs); 11. Realizar treinamento de bibliotecários; 12. Disponibilizar manuais e regulamentos (IFC, 2019e, p. 139, grifo nosso).

Como anteriormente pontuado, a implantação do repositório institucional e a aquisição do acervo digital previstos no PDI (2019-2024) já foram atendidas, o que, de certa forma, contempla algumas questões referentes ao item 3, no qual é expresso o compromisso com a implementação de serviços a pessoas com deficiência. Contudo, no que tange às questões de acessibilidade, a utilização do termo “implementar” nos dá pistas de que estes serviços ainda não estão constituídos, o que esperamos compreender melhor a partir da análise de dados.

A respeito da acessibilidade das pessoas com deficiência nas bibliotecas do IFC, no PDI chama a atenção a seguinte informação

Fisicamente há bibliotecas bem estruturadas, com mobiliário suficiente, bem como quantitativo de acervo para atender aos usuários, mas há a necessidade de se pensar na melhoria da acessibilidade, **mediante a entrada de PCDs - Pessoas com Deficiência**. Atualmente há bibliotecas com acessibilidade parcial, mas que necessitam de investimentos para atender a todos os usuários, atendendo aos quesitos da Lei 10.098 de dezembro de 2000, no seu Art. 11 (IFC, 2019e, p. 145).

O apontamento da necessidade de melhora das questões de acessibilidade nas bibliotecas feito no PDI, demonstra que o IFC e o SIBI estão cientes da relevância e da urgência do atendimento destas questões. O registro desta demanda no PDI documenta a responsabilidade da instituição com as questões de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência. Contudo, a referência aos termos “mediante a entrada de PCDs”, sugere que as

questões de acessibilidades serão cotejadas a partir da matrícula de alunos com deficiência e não de forma a estruturar as bibliotecas para se anteciparem às demandas.

Para melhor compreensão do campo no qual esta pesquisa foi desenvolvida realizaremos, na sequência, uma breve descrição de cada biblioteca, tendo como fonte de consulta os dados disponíveis no Relatório de Gestão 2018 do SIBI (IFC, 2018a). Esta descrição trata-se da adaptação das informações constantes no referido documento. Justificamos que, apesar de terem sido publicados relatórios mais atuais, é no relatório de 2018 que as bibliotecas são apresentadas, contemplando o histórico de estruturação e aspectos descritivos dos espaços e, por isso, a escolha deste documento. Dado que o IFC foi estruturado a partir da integração de estruturas educacionais já existentes, entre as 17 bibliotecas, as 5 localizadas nos *campi* de origem (Araquari, Camboriú, Concórdia, Rio do Sul - unidade sede e Santa Rosa do Sul) são as mais antigas em relação ao tempo de atuação, trazendo consigo a identidade das instituições que as fundaram.

## 5.2 CARACTERIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DO IFC

**1 *Campus Abelardo Luz:*** Está em fase de estruturação. O processamento técnico é realizado pelos bibliotecários do *Campus* Concórdia. Um servidor e uma estagiária auxiliam nos trabalhos presenciais no *campus*. Os materiais são disponibilizados em ambiente adaptado para a biblioteca.

**2 *Campus Araquari:*** teve origem quando a instituição era vinculada à UFSC. Atualmente encontra-se em espaço adaptado, com 295m<sup>2</sup>. Possui ambiente climatizado, mesas de estudos individuais e em grupo, guarda-volumes, computadores com acesso à Internet e rede Wi-Fi.

**3 *Campus Blumenau:*** criada em 2011 em uma sala da Reitoria, posteriormente transferida para o *Campus* Blumenau, em sala compartilhada com servidores. Atualmente, está instalada em sala com aproximadamente 310 m<sup>2</sup>, que contemplam diversos espaços, como salas de estudo em grupo, de coordenação, de processamento técnico, ambiente para computadores com acesso à Internet, ambiente para estudo individual e sistema de segurança RFID.

**4 *Campus Brusque:*** instituída no ano de 2015 em espaço provisório, migrada no ano de 2016, com a transferência do *campus* para prédio do antigo Colégio Honório Miranda. Em

2018, passou a ocupar o atual espaço com a instalação do *campus* em sede definitiva. O ambiente possui dois pisos e dispõe de plataforma elevatória para acessibilidade dos usuários com necessidades especiais.

**5 *Campus Camboriú:*** implantada em 1962, suas instalações iniciais ocupavam uma área de 56m<sup>2</sup>, com atendimento prioritariamente noturno. Atualmente ocupa área construída de 600 m<sup>2</sup>, oferece áreas para estudo em grupo e individual, computadores para uso dos visitantes, rede *wireless* e miniauditório com capacidade para 48 pessoas, equipado com computador, acesso à Internet, *datashow* e tela de projeção interativa.

**6 *Campus Concórdia:*** está instalada em prédio próprio desde dezembro de 2014. Possui 937,25m<sup>2</sup>, divididos em 2 pavimentos, contemplando ambientes como: coleção, auditório, salas de estudos individual ou em grupos, banheiros adaptados para pessoa com deficiência, atendimento e sala de administração. Possui *wireless* e elevador.

**7 *Campus Fraiburgo:*** organizada em setembro de 2012 em uma sala e transferida em 2016 para local com maior espaço físico, estruturado com balcão de atendimento, mesas para estudo, guarda-volumes.

**8 *Campus Ibirama:*** implantada em 2011 em sala adaptada. Passou para novo espaço em outubro 2016, após conclusão de obra iniciada em 2014. Atualmente possui 400m<sup>2</sup>, estruturada com balcão de atendimento, espaço para pesquisa e consulta ao acervo, salas de estudo em grupo e individual, sala para coordenação do setor, depósito e sala para processamento técnico. Possui elevador de acesso, banheiro masculino e feminino, saída de emergência. De acordo com informação do Relatório, todo o espaço da biblioteca é adaptado segundo as normas de acessibilidade.

**9 *Campus Luzerna:*** no ano de 2011, a biblioteca localizava-se em parte da sala do almoxarifado. No ano de 2012, foi iniciada a construção de espaço com 287 m<sup>2</sup>, destinado à biblioteca. A mudança definitiva para o espaço ocorreu no ano de 2014. Atualmente, conta com calculadoras, mesas e cadeiras para estudo, balcão de atendimento, sala para bibliotecário e sistema de segurança eletromagnético.

**10 *Campus Rio do Sul - Unidade Sede:*** montada em 1995, ocupando primeiramente

uma e depois duas salas de aula. Em novembro de 2006, foi transferida para o atual espaço, que possui 400m<sup>2</sup>. Dispõe de balcão de atendimento, local para pesquisa e consulta ao acervo, salas de estudo em grupo, espaço para estudo individual e sala para processamento técnico do acervo.

**11 *Campus Rio do Sul - Unidade Urbana:*** criada em 26 de julho de 2010, em sala de aula e transferida em 2014 para a atual localização. Possui 140m<sup>2</sup>, balcão de atendimento, local para pesquisa e consulta ao acervo e sala para processamento técnico do acervo.

**12 *Campus Rio do Sul - Unidade Tecnológica:*** constituída em 12 de novembro de 2017, com acervo advindo da Biblioteca da Unidade Urbana, possui espaço físico com 222m<sup>2</sup> e conta com balcão de atendimento, local para pesquisa e consulta ao acervo.

**13 *Campus Santa Rosa do Sul:*** fundada em 5 de abril de 1993, foi inaugurada em 1994, sendo o acervo original composto em sua maioria por doações de professores e alunos. O espaço físico da biblioteca é de 160 m<sup>2</sup>, possui mesas e cadeiras para estudo, salas de estudo, computadores destinados a estudo e pesquisa, quatro banheiros, divididos em feminino e masculino e em usuários e servidores.

**14 *Campus São Bento do Sul:*** estruturada em maio de 2016, possui área de 184,05 m<sup>2</sup>, divididos em dois pavimentos. Composta por guarda-volumes, balcão de atendimento, sistema antifurto, espaço para processamento técnico, mesas e cadeiras para leitura, salas de estudo em equipe e individual, computadores para usuários, elevador, rede *wireless*.

**15 *Campus São Francisco do Sul:*** iniciou suas atividades em 2013 em sala adaptada. Com a mudança de endereço do *campus* para sede própria, atende desde 2015 em espaço que conta com mesas de atendimento, local para pesquisa e consulta do acervo. Além disso, há 1 sala de estudo em grupo, espaço para estudo individual, computadores para usuários, sala de processamento e rede *WiFi*.

**16 *Campus Avançado Sombrio:*** constituída em 2010, possui aproximadamente 210 m<sup>2</sup> e conta com acervo de cerca de 6.000 itens, acesso ao Portal de Periódicos da Capes, catálogo do acervo disponível *online* e demais serviços.

**17 *Campus Videira:*** inaugurada em 2009, com 630 m<sup>2</sup>, possui salas de pesquisas, sala



de estudo, sala de processamento técnico, balcão de empréstimos, sistema antifurto, ambiente climatizado, mesas para acessibilidade, literatório, computadores para usuários, sala para livros didáticos, banheiros femininos e masculinos, copa para os servidores e depósito.

Entre as limitações desta descrição está o fato de não serem contemplados, em cada biblioteca, os mesmos itens/critérios. Por exemplo, nem todas as contextualizações mencionaram se é disponibilizado o acesso à internet; em apenas três bibliotecas identificamos o termo “acessibilidade”. Além disso, não há detalhes a respeito das estruturas, o que dificulta uma compreensão mais ampla acerca dos ambientes e dos serviços oferecidos.

Contudo, é possível constatar que, desde o início das suas atividades, os *campi* do IFC procuraram, ainda que em locais improvisados, oferecer bibliotecas com pessoal técnico para o desenvolvimento dos serviços à comunidade acadêmica. Isso simboliza a importância que a instituição dá à biblioteca. Esta inferência está em consonância com o que Becker e Faqueti (2015, p. 27) apontam sobre as bibliotecas da RFEPC. Para as autoras, a rede é “[...] um exemplo no país de sistema educacional que preconiza e realiza a instalação de bibliotecas e a contratação de bibliotecários para gerirem tais espaços.” Esta assertiva nos leva a concluir que, tanto na RFEPC como no IFC, há a cultura de valorização e reconhecimento da importância da atuação da biblioteca no processo educacional.

Por meio das descrições de cada biblioteca do IFC, ainda que resumidas, é possível perceber o contínuo trabalho para adequação dos espaços e melhoria nos serviços oferecidos. Assim, ao evidenciarmos a precariedade das bibliotecas que atendem a educação básica das redes de educação estadual e municipal (MACHADO, 2010) e as compararmos às bibliotecas do IFC, percebemos que estas últimas possuem mais estrutura que compreende desde o acervo à equipe técnica.

Uma de nossas hipóteses é que esta realidade é originada de questões orçamentárias. Apesar de constataremos que no IFC não há um projeto institucional de financiamento das bibliotecas, por meio das informações da PNP, identificamos que o gasto corrente por matrícula de um aluno no IFC, no ano de 2019, foi de R\$ 18.372,06 (PNP, 2019a). Já na estimativa de receita do FUNDEB, o custo de um aluno do Ensino Médio, em tempo integral, no mesmo ano e no estado de Santa Catarina, foi de R\$ 5.648,49 (BRASIL, 2019b). A partir desses dados, acreditamos que, com maior investimento por aluno, a RFEPC consegue oferecer melhores estruturas e serviços, incluindo melhores bibliotecas, o que interfere também nas questões de acessibilidade.

Outra hipótese é que, como as bibliotecas da RFEPC e, portanto, do IFC, são mistas e atendem também o Ensino Superior, elas passam por avaliações constantemente. O decreto

nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, dispõe sobre a regulação, a supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Neste documento, é esclarecido que os instrumentos avaliativos são criados e operacionalizados pelo INEP e aprovados pelo MEC. Em seu art. 82, fica expresso que a avaliação externa *in loco* institucional realizada pelo INEP deverá considerar, no mínimo, as dez dimensões avaliativas obrigatórias definidas pela Lei nº 10.861, de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências (BRASIL, 2017). Entre estas dez dimensões, as bibliotecas são contempladas no que diz respeito à infraestrutura física voltada ao ensino e à pesquisa (BRASIL, 2004a).

Os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência para fins de autorização, reconhecimento, credenciamento e renovação de cursos de ensino superior foram estabelecidos pela Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999, do MEC, posteriormente revogada pela Portaria de nº 3.284/2003 (BRASIL, 2003), que trata do mesmo tema. Entre os requisitos de acessibilidade expressos neste documento, está:

II - no que concerne a alunos portadores de deficiência visual, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso: a) de manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador; b) de adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático (BRASIL, 2003).

Sobre este sistema avaliativo e a acessibilidade das bibliotecas, Stroparo (2014, p. 53) sustenta que é a partir dele que

[...] as IES começam a demonstrar maior atenção na adaptação arquitetônica para o atendimento a estudantes com deficiência. É um marco importante para a instalação e cumprimento da inclusão no ensino superior, uma vez que esse item passa a ser considerado nos processos de autorização e credenciamento dos cursos, devido à necessidade de garantir aos alunos com deficiência condições básicas de acesso à universidade.

Stroparo (2018) afirma que a avaliação realizada pelo Sinaes ainda é muito limitada a questões da infraestrutura e alguns aspectos do acervo. Apesar da existência do documento Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que orienta os avaliadores (BRASIL, 2013), os serviços, as atitudes e os recursos são pouco considerados no sistema avaliativo. Por isso, a autora sugere

que a biblioteca seja avaliada numa categoria própria e não adjacente à da infraestrutura física.

O documento Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *In Loco* do Sinaes apresenta uma contextualização a respeito da acessibilidade da pessoa com deficiência, das legislações e outros aspectos que buscam orientar os avaliadores, pois é indispensável o conhecimento teórico e conceitual para desenvolver o processo de avaliação. O texto também conceitua, além das seis dimensões de acessibilidade propostas por Sasaki (2005), outras duas: a acessibilidade nos transportes e a acessibilidade digital, buscando ampliar o leque de questões que devem ser observadas na avaliação *in loco* (BRASIL, 2013).

Sousa (2016, p. 17) chama atenção para a dimensão da acessibilidade digital, afirmando que se trata do “[...] direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e informação em formatos alternativos por abranger os acervos bibliográficos”.

Portanto, por meio destes dados e informações, sustentamos nossa hipótese de que mais investimento financeiro e a obrigatoriedade de responder a um sistema avaliativo contribuem para que as bibliotecas da RFEPCT e do IFC conquistem destaque na prestação de serviços. Acreditamos que, para atender ao sistema avaliativo, as bibliotecas do IFC, inclusive por contemplarem cursos de mestrado, têm buscado promover melhorias nos acervos impressos e digitais, nos serviços, nos espaços e nos equipamentos. A avaliação da acessibilidade, posta como condição que interfere nos resultados das notas pode interferir, positivamente, para o avanço desta questão. Contudo, ao serem propostas melhorias em detrimento do sistema avaliativo, torna-se explícita uma concepção legalista, que tem como fim a conquista de melhores pontuações e não um compromisso. Para Brito (2014, p. 14)

O que se verifica é que a necessidade de responder a demandas imediatas e a submissão a critérios de avaliação fundamentados na lógica da eficiência e da produtividade, bem como a ânsia por popularização, têm instado as bibliotecas a investir mais fortemente em atividades utilitárias, que a afastam de sua missão principal, descuidando-se do papel de disseminação da cultura, produção e registro de memória e de formação cultural.

Ao considerarmos que a proposta das bibliotecas está alinhada aos objetivos e a missão da IFC, compreendemos que a oferta de acessibilidade é uma das formas para a promoção da inclusão e para o desenvolvimento de um projeto de educação emancipadora e crítica. A atuação das bibliotecas para a construção de uma sociedade mais justa é, também, uma das missões das bibliotecas do IFC. Neste sentido, este objetivo será atendido se o trabalho nelas desenvolvido estiver voltado a contribuir significativa e qualitativamente para o acesso de todas as pessoas à

construção e socialização do conhecimento. Como afirma Pacheco (2011, p. 12), os IFs “São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa.”

Portanto, garantir a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência é uma condição mínima para assegurar a democracia e a justiça social. Para dar voz aos participantes da pesquisa e compreender como o conjunto de bibliotecas do IFC tem se organizado para oferecer condições de acessibilidade e garantir a inclusão da pessoa com deficiência, na sequência, apresentamos a análise de dados.

## 6 ANÁLISE DE DADOS

Esta seção está organizada a partir da estruturação das categorias emergentes do próprio processo de análise, a saber: 1) caracterização dos participantes; 2) acessibilidade e inclusão pelas “vozes” dos participantes da pesquisa; 3) dimensões da acessibilidade; 4) (in)visibilidade e 5) (des)conhecimento. Na categoria “dimensões da acessibilidade” foram estabelecidas 7 subcategorias que tratam do tema. Durante toda a análise, quando citadas diretamente, as respostas dos participantes foram reproduzidas sem quaisquer alterações de ordem gráfica, semântica ou outras, mantendo-se, portanto, a originalidade da forma como foram escritas pelos participantes.

Como já apontado na seção 1.2.3, a qual trata dos instrumentos de coleta de dados, os participantes que responderam ao questionário 1 foram identificados com a letra “R”, seguida de um algarismo arábico, numerados de acordo com a ordem em que as respostas foram recebidas pelo formulário digital, resultando na identificação que inicia em R1 e se finda em R31. As bibliotecas que responderam ao questionário 2 foram identificadas com a letra “B”, seguida de um algarismo arábico, processo que respeitou a ordem em que as respostas foram recebidas pelo formulário digital, resultando na identificação que parte de B1 e chega a B14. A seguir, apresentamos a caracterização destes participantes.

### 6.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A caracterização dos participantes faz-se fundamental para que possamos reconhecer os sujeitos que, por meio de suas “vozes”, nos auxiliam a analisar como o conjunto de bibliotecas do IFC tem se organizado para oferecer condições de acessibilidade e garantir inclusão às pessoas com deficiência. Assim, buscamos saber se entre as pessoas que trabalham na biblioteca há pessoas com deficiência. Todas as respostas apontaram que não há, ocorrendo apenas o uso de óculos em grau baixo, o que, conforme o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se configura como uma condição de deficiência.

Como já informado, dos 62 potenciais participantes, 31 (50%) responderam ao questionário 1. O Quadro 3 apresenta a caracterização destes respondentes, agregando informações a respeito do cargo de ingresso no IFC, da escolaridade, da área de formação relacionada ao maior título, da idade e do sexo. A análise de dados sugeriu a divisão dos respondentes em três grupos: bibliotecários, auxiliares de biblioteca e demais profissionais que atuam na biblioteca. Registramos que esta categorização não tem a intenção de diferenciar os

profissionais, mas de organizar grupos de acordo com as funções e atribuições exercidas.

Pelas informações do Quadro 3, observamos que o grupo com maior número de respondentes do questionário 1 foi o dos bibliotecários, pois, do total de 18 bibliotecários que atuam na rede de bibliotecas, 14 (77,77%) participaram da pesquisa. Destes, 10 (71,43%) são do sexo feminino e 4 (28,57%), do sexo masculino. Em relação à faixa etária destes participantes, apresentaram-se os seguintes dados: entre 31 e 33 anos (3), entre 41 e 45 anos (6), entre 52 e 59 anos (3) e com 64 anos de idade (2).

Quadro 3 - Caracterização dos participantes que responderam ao questionário

Respondente	Cargo de ingresso no IFC/número de participantes	Escolaridade	Área de formação relacionada ao maior título	Idade	Sexo
R11	11 auxiliares de biblioteca	1 Ensino Médio 2 Ensino Superior 6 Pós-graduação lato sensu (especialização) 2 Pós-graduação stricto sensu (mestrado)	Ensino Médio	57	Feminino
R16			Licenciatura em História	60	Feminino
R9			Área ambiental	39	Feminino
R20			Gestão de pessoas	54	Feminino
R6			Gestão pública para Educação Profissional e Tecnológica	26	Masculino
R19			História, Patrimônio e Cultura	36	Masculino
R26			Políticas Públicas	33	Masculino
R2			Mestrado em Ciência da Informação	30	Feminino
R1			Não informou	33	Pref. não informar
R27			Pedagogia	49	Feminino
R24			Gestão de Políticas Públicas	33	Masculino
R29 e R17	14 Bibliotecários	1 Ensino Superior, 4 Pós-graduação lato sensu (especialização), Pós-graduação stricto sensu: 8 mestrados e 1 doutorado	2 Biblioteconomia	64/64	M, M
R3			Esp. em Metodologia do ES	45	Feminino
R31			Direito	31	Feminino
R8			Gestão de bibliotecas escolares	37	Feminino
R7			Administração Univ.	41	Feminino

Respondente			Área de formação relacionada ao maior título	Idade	Sexo
R23 R30 e R15			3 Ciência da Informação	41/45/41	F, F, M
R14			Gestão da informação	45	Feminino
R22			Gestão de Unidade de Informação	32	Masculino
R5			Mestrado em linguística	52	Feminino
R28			Mestrado em Educação	56	Feminino
R12			Engenharia e Gestão do Conhecimento	59	Feminino
R4	1 estagiário	Ensino Médio	Ensino Médio	17	Feminino
R13	1 Administrador	Pós-graduação lato sensu	Administração, Gestão Pública e Políticas Sociais	44	Masculino
R18	1 As. de Aluno	Pós-graduação lato sensu	Finanças e Estatísticas	24	Feminino
R10	1 As. em Admin.	Pós-graduação lato sensu	Administração	31	Feminino
R21	1 lavadeiro	Pós-graduação lato sensu	MBA em Gestão De Recursos Humanos	68	Feminino
R25	1 téc. em as. Ed.	Pós-graduação lato sensu	Educação	46	Feminino

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir do resultado da coleta de dados.

Sobre a titulação dos bibliotecários, as informações do Quadro 3 espelham a seguinte realidade: ensino superior (1), pós-graduação *lato sensu* (4), pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado (8) e em nível de doutorado (1). Isso evidencia que as bibliotecas do IFC têm bibliotecários titulados, com formação superior à postulada pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que define como formação mínima para o exercício da profissão o Bacharelado em Biblioteconomia, e pelo edital de concurso público nº 259/2013, que prevê como requisito o curso superior em Biblioteconomia ou Ciências da Informação.

Possuir titulação acima da exigência mínima para o exercício do cargo é, também, uma característica dos auxiliares de biblioteca que responderam ao questionário 1. A formação mínima exigida para este cargo corresponde ao ensino fundamental, contudo os auxiliares de biblioteca possuem a seguinte titulação: ensino médio (1), ensino superior (2), pós-graduação *lato sensu* (6) e pós-graduação *stricto sensu* (2). A titulação/qualificação dos profissionais pode

ser um dos diferenciais das bibliotecas do IFC, o que, conforme Frigotto (2018), é resultado do projeto de estruturação da RFEPCT que, ao propor a valorização dos profissionais da educação por meio dos planos de carreira e da remuneração financeira, atraiu profissionais mais qualificados. Esta constatação vai ao encontro da afirmação de Becker e Faqueti (2015) de que a RFEPCT valoriza a contratação de profissionais para as bibliotecas. Uma equipe qualificada é fundamental para “[...] proporcionar à comunidade o acesso organizado à informação registrada em seus diversos suportes e mídias que atendam às ações e atividades de ensino, pesquisa e extensão dos Campus” (IFC, 2019h, p. 3).

Os auxiliares de biblioteca formam o segundo grupo com maior número de participantes nesta pesquisa. Dos 20 convidados, 11 (55%) responderam ao questionário. Destes, 6 são do sexo feminino, 4 do sexo masculino e 1 preferiu não informar. A faixa etária deste grupo apresenta-se da seguinte forma: 26 anos (1), entre 30 a 39 anos (6), entre 49 e 57 anos (3) e com 60 anos (1).

Os demais servidores que compõem grupo formado por profissionais de diversos cargos que não bibliotecários ou auxiliares de biblioteca correspondem a 24 convidados, destes, 6 (25%) responderam ao questionário 1. A titulação do grupo apresenta-se da seguinte forma: ensino médio (1) e pós-graduação *lato sensu* (5). A faixa etária destes profissionais é assim identificada: 17 e 24 anos (2), 31 anos (1), entre 44 e 46 anos (2), 68 anos (1). 5 são do sexo feminino e 1 do sexo masculino.

Como forma de apoiar a interpretação da participação deste grupo na pesquisa elaboramos o Quadro 4.

Quadro 4 - Quantitativo e percentuais de respondentes do questionário 1

Função	Administrador	Assistente de alunos	Assistente em administração	Auxiliar de biblioteca	Auxiliar de limpeza	Auxiliar em administração	Bibliotecário	Cozinheiro	Estagiário	Lancheiro	Lavadeiro	Técnico em assuntos educacionais	Total
Convidados a participar	1	1	5	20	3	1	18	2	7	1	2	1	62
Participantes	1	1	1	11	0	0	14	0	1	0	1	1	31
Percentual de participação	100%	100%	20%	55%	0%	0%	77,77%	0%	14,28%	0%	50%	100%	50%

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir da coleta de dados

Considerando as quantidades e percentuais de cada cargo, ocorreu da seguinte forma:



administrador 1 (100%), assistente de alunos 1 (100%), técnico em assuntos educacionais 1 (100%), lavadeiro 1 (50%), assistente em administração 1 (20%) e estagiário 1 (14,28%). Portanto, o menor percentual de participação é evidenciado entre os estagiários. Não participaram da pesquisa os seguintes grupos: auxiliares de limpeza (3), auxiliar em administração (1), cozinheiro (2) e lancheiro (1).

Em relação à formação recebida para realizar as atividades na biblioteca, no grupo dos bibliotecários predominou a menção à formação acadêmica, já entre os auxiliares de biblioteca e os demais profissionais é relatada a formação empírica e/ou apoio de colegas de setor. Sobre as atividades que desenvolvem na biblioteca, entre os bibliotecários, os dados coletados apontaram que há predominância da gestão, da catalogação e do atendimento às pessoas. Foram citadas também as seguintes atividades: processamento técnico do acervo, auxílio à pesquisa, aquisição de materiais, organização de eventos, treinamentos aos interagentes, gestão da equipe da biblioteca, entre outros.

No grupo que compreende os auxiliares de biblioteca, os respondentes destacaram, principalmente, o atendimento ao público, atividade que, conforme o participante R2, contempla *"empréstimo, consulta, reserva de acervo, serviços de malote [...], auxílio a serviços de atendimento especializado, fontes de pesquisa, padronização ABNT, serviços administrativos"*. Também foram citados serviços como o preparo técnico do acervo, a pré-catalogação, os cuidados com o acervo, como a organização das estantes, as atualizações dos cadastros dos interagentes no sistema Pergamum, o recebimento de doações e outros. O participante R19 descreveu que entre suas atribuições estão *"atividades de auxílio no trabalho da bibliotecária e projetos como o clube do livro"*, o que demonstrou o envolvimento em atividades culturais e de incentivo à leitura.

Entre os demais servidores que não são auxiliares de biblioteca ou bibliotecários, também há destaque para o atendimento ao público e atividades técnicas, como catalogação, organização do acervo nas estantes, atividades administrativas relacionadas à rotina da biblioteca. Um respondente informou que, por ser a única pessoa a trabalhar na biblioteca, realiza todas as atividades relativas ao setor, exceto a catalogação que é feita por bibliotecário de outra unidade.

Portanto, por meio das informações coletadas, podemos inferir que, de modo geral, todos os profissionais que atuam nas bibliotecas trabalham com o atendimento às pessoas e isso demonstra a importância de que o debate sobre as questões de acessibilidade e a inclusão contemple a todos. Ademais, a acessibilidade e a inclusão estão relacionadas a várias dimensões e a atuação de cada profissional pode interferir positiva ou negativamente nas questões de

acessibilidade. Para Pupo *et al* (2008, p. 54)

O acesso ao conhecimento é um direito de todos os cidadãos, portanto ao atendermos pessoas, com ou sem deficiência, não estamos prestando um favor, mas cumprindo nosso dever enquanto profissionais da informação. O comprometimento com acessibilidade e inclusão compete a todos os profissionais: bibliotecários, arquivistas, auxiliares, técnicos, serviços gerais, coordenadores, diretores, reitores.

Logo, a tarefa de assegurar a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas não é apenas do bibliotecário, mas de todos que atuam na instituição. Em relação ao tempo de vínculo com o IFC e de trabalho nas bibliotecas, conforme o Quadro 5, no grupo de bibliotecários foram identificados os seguintes dados: (2) entre 1 e 2 anos, (8) entre 6 e 9 anos, (2) entre 11 e 17 anos e (2) entre 26 e 30 anos. O vínculo de trabalho estabelecido mais recentemente com o IFC e na biblioteca é de 1 ano, o bibliotecário que atua há mais tempo possui vínculo com a instituição há 30 anos, o que revela ser um profissional que tem acompanhado e trabalhado na estruturação e no desenvolvimento das bibliotecas antes mesmo de elas fazerem parte do IFC.

Quadro 5 - Tempo de trabalho no IFC e na biblioteca

<b>Cargo</b>	<b>Quantidade de respondentes</b>	<b>Tempo de trabalho no IFC</b>	<b>Tempo de trabalho na biblioteca do IFC</b>
Bibliotecários	2	Entre 1 e 2 anos	Corresponde ao tempo de trabalho no IFC
	8	Entre 6 e 9 anos	Corresponde ao tempo de trabalho no IFC
	2	Entre 11 e 17 anos	Corresponde ao tempo de trabalho no IFC
	2	Entre 26 e 30 anos	Corresponde ao tempo de trabalho no IFC
Auxiliares de biblioteca	9	Entre 6 e 10 ano	Corresponde ao tempo de trabalho no IFC
	1	12 anos	Corresponde ao tempo de trabalho no IFC
	1	20 anos	15 anos na biblioteca
Demais profissionais	2	Entre 11 e 18 meses	Corresponde ao tempo de trabalho no IFC
	3	Entre 6 e 10 anos	Entre 1 e 3 anos
	1	20 anos	15 anos

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir da coleta de dados

No grupo de auxiliares de biblioteca, os tempos de serviço no IFC e na biblioteca foram assim apresentados: (9) entre 6 e 10 anos, (1) há 12 anos e (1) há 20 anos na instituição e há 15 na biblioteca. No grupo dos demais servidores, (2) estão vinculados à instituição e exercem

atividade na biblioteca entre 11 e 18 meses, (3) atuam na instituição entre 6 e 10 anos e na biblioteca entre 1 e 3 anos, (1) está vinculado à instituição há 20 anos e trabalha na biblioteca há 15 anos. Portanto, entre os últimos 4 há diferença de tempo total de vínculo com a instituição e tempo de atuação na biblioteca, porque são cargos técnicos que podem ser lotados em diferentes setores e exercerem diferentes atividades. Ao elaborarmos o instrumento de coleta de dados, julgamos pertinente buscar estes dados, pois acreditávamos que revelariam um percentual elevado de rotatividade de profissionais que atuam na biblioteca. Contudo, esta hipótese não se confirmou, provavelmente porque o maior percentual de participantes desta pesquisa refere-se aos bibliotecários e aos auxiliares de biblioteca, profissionais que ingressaram na instituição para atuar especificamente nas bibliotecas.

Lembramos que, ao enviarmos o questionário 2 para o *e-mail* institucional de cada biblioteca, sugerimos que fosse respondido pelo bibliotecário coordenador ou, na ausência deste, por outro profissional responsável pela biblioteca, fato já justificado anteriormente. Assim, em relação à caracterização dos participantes do questionário 2, os profissionais que responderam foram: 12 bibliotecários, 1 auxiliar de biblioteca e 1 identificou-se como coordenador. Esses participantes já haviam sido convidados a responder o questionário 1 e no questionário 2 contribuíram para o levantamento de dados mais voltados à percepção da gestão da biblioteca e de dados como o atendimento da acessibilidade, segundo critérios da NBR 9050/2020. Realizada esta descrição dos participantes da pesquisa, na sequência, apresentamos as concepções deles acerca da acessibilidade e da inclusão.

## 6.2 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO PELAS “VOZES” DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A discussão a respeito da acessibilidade é o tema central desta pesquisa, pois tomamos a acessibilidade como condição mínima para a inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas do IFC. Neste sentido, para atingirmos um de nossos objetivos, que é identificar as percepções dos profissionais que atuam nas bibliotecas sobre as condições de acessibilidade e de inclusão oferecidas pela rede de bibliotecas do IFC a pessoas com deficiência, faz-se imprescindível compreender e registrar o que significa deficiência e o que é inclusão, segundo a “voz” destes profissionais que trabalham nas bibliotecas.

Ao perguntarmos sobre o que é acessibilidade, entre as 31 respostas, identificamos a prevalência de palavras ou termos equivalentes a “acesso”, “acessível” “quebra de barreiras” e “todos”, empregados no sentido de que a acessibilidade é a forma pela qual é promovida a

quebra de barreiras e garantido a todos o acesso aos espaços e os processos sociais, como pode ser percebido na resposta do R10: “*Acessibilidade é a pessoa poder acessar todos os lugares, informações e meios tecnológicos, sem nenhuma barreira ou dificuldade por ser portador de alguma deficiência.*” Contudo, algumas questões como o uso do termo “portador”, que para Sasaki (2014) tem relação a adjetivação momentânea da pessoa, demonstram a limitação de conhecimentos conceituais para, por exemplo, referir-se à pessoa com deficiência. Também, Carcereri (2014) afirma que se deve evitar o uso do termo “portador de deficiência”, pois, conforme a discussão social e historicamente já realizada a respeito desta questão, este termo transmite a ideia de que em determinado momento a pessoa deixará de portar a deficiência. Assim, conforme esses dois últimos autores, é indicada a utilização do termo “pessoa com deficiência”.

A maioria dos respondentes demonstram ter uma compreensão de acessibilidade alinhada ao conceito apresentado pela Lei nº 13.146/2015, como o participante R16 que respondeu

*É a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público.*

Contudo, apesar de não fazer referência à fonte de consulta, ao conceituar o que é acessibilidade, acreditamos que, dada a similaridade da redação, este participante tenha reproduzido parte do texto da Lei nº 13.146/2015. O fato de que o respondente tenha se reportado à fonte de consulta sugere que, neste processo de participar da pesquisa, houve o desafio de refletir sobre a temática, o que acreditamos contribuir para fomentar o debate em torno do tema.

Alguns participantes articularam o significado de acessibilidade à biblioteca, expressando, assim, a reflexão entre o tema abordado e a prática profissional. Em meio a estas respostas, destacamos

*R3 É oferecer um ambiente no qual a pessoa com deficiência tenha plena capacidade de utilizá-lo, e no caso da biblioteca, que o acervo também possa ser disponibilizado, por meio dos mais diversos suportes e tecnologias existentes;*

*R12 No âmbito da biblioteca, se refere a possibilidade de todas as pessoas acessarem e utilizarem os espaços, equipamentos, materiais e conteúdos disponíveis em uma biblioteca;*

*R28 Todos independente da deficiência têm acesso ao ambiente, aos materiais, às*

*informações e aos serviços prestados pela biblioteca.*

Estes participantes explicitam a clareza de que a acessibilidade na biblioteca se trata de um processo amplo, que envolve várias dimensões. Para Antunes (2017, p. 34), “A acessibilidade, desde o conceito simplista de eliminação de barreiras arquitetônicas ao abrangente a todos os aspectos da vida em sociedade, se estabelece como um meio para a inclusão social das pessoas com deficiência”.

Em apenas 3 respostas foi identificado o uso do termo “autonomia”, direito que tem sido gradativamente referenciado em legislação e documentos, como a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/04, a Lei nº 13.146/2015, a NBR 9050/2020, entre outros discutidos em momento anterior deste texto. Além disso, dois respondentes fizeram uso dos termos “dar acessibilidade” e “dar condições de acesso”, o que pode sugerir que a acessibilidade é uma espécie de presente e não um direito. Antunes (2017) constatou em sua pesquisa que a acessibilidade como favor ainda é uma percepção das próprias pessoas com deficiência, o que acreditamos ser resultado da influência cultural historicamente construída de que a pessoa com deficiência é inferior e que a bondade das pessoas “normais” (BIANCHETTI; FREIRE, 2012) permite que ela circule pelos mesmos espaços e participe de alguns processos.

Assim, a pouca menção à autonomia e, por outro lado, o uso do termo “dar” sugere uma noção de acessibilidade benevolente e não um direito pelo qual a sociedade se reorganiza de forma a possibilitar que as pessoas com deficiência façam suas escolhas (DINIZ, 2012). Em alguns casos, fica evidente a noção de acessibilidade limitada a questões físicas e arquitetônicas, como nas seguintes respostas

*R13 Acesso ao local com facilidade;*

*R27 [...] as condições prediais de estrutura q facilitem o acesso à essas pessoas q podem ter várias dificuldades para se locomoverem num ambiente escolar [...];*

*R9 Ter acesso aos setores;*

*R5 Que todos tenham as mesmas condições para uso de algum espaço.*

Para Stroparo (2018, p. 103), “[...] o direito à acessibilidade vai muito além de um ambiente físico adequado, pois a equidade de acesso à informação como princípio norteador é fundamental para que a biblioteca seja considerada ideal.” Assim, a acessibilidade como direito que garante o acesso à informação vai além da acessibilidade arquitetônica e perpassa pelas várias dimensões da acessibilidade (SASSAKI, 2005) como a programática, e metodológica, a instrumental, a atitudinal e outras.

Outros respondentes manifestaram uma compreensão de acessibilidade restrita à

deficiência física: R1 “*Favorecer acesso a serviços a todos independente das condições físicas da pessoa*”; R17 “*Não ter restrições físicas para atividades normais às demais pessoas*”. Esta redução da acessibilidade a questões físicas nos leva a refletir sobre como o debate da acessibilidade ainda está “preso” às suas origens, quando estava restrito às questões arquitetônicas (SASSAKI, 2013) que impediam que algumas pessoas, em função de suas condições físicas, pudessem adentrar aos espaços.

Ao afirmar que compreende a acessibilidade com “[...] *meios adaptados para que as pessoas com deficiências sejam atendidas*” o R11 demonstra uma noção de acessibilidade desvinculada do conceito de desenho universal (SASSAKI, 2013). A necessidade de adaptação é resultado de projetos que, em sua essência, não contemplaram o desenho universal. Segundo Torres *et al* (2007), a aplicação do conceito do desenho universal não pode ser encarada como uma forma de eliminar todas as barreiras de acessibilidade, pois o próprio desenho universal carece de constante reavaliação, dado que as diferenças evoluem e se apresentam, também, dentro da diversidade. Contudo, se concebida a partir do desenho universal, a acessibilidade tende a atender, além das pessoas com deficiência, as demais pessoas. No entanto, a prevalência de projetos e processos fundamentados em corpos perfeitos (BIANCHETTI; FREIRE, 2012) concebem a elaboração de espaços e serviços a partir do padrão de normalidade e a adaptação passa a ser pautada como a solução para os problemas, como a principal forma pela qual as pessoas têm assegurado o direito de acessibilidade.

Se a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência estivessem alinhadas à evolução das legislações e dos discursos em torno dessas temáticas, as adaptações seriam as exceções e a aplicação do desenho universal seria a regra. Para Pupo *et al* (2008, p. 19), ao propor que as bibliotecas sejam pensadas a partir do desenho universal, é preciso considerar questões econômicas, culturais e outros aspectos e quando

[...] não for possível promover o acesso e o uso de produtos e ambientes de forma direta, deve-se considerar também a oferta de alternativas de acesso por meio de acessórios ou opções padronizadas, a compatibilidade com tecnologias assistivas e, em último caso, a facilidade de modificações sob demanda.

Porém, como expresso na resposta do R11, anteriormente apresentada, a acessibilidade parece passar, obrigatoriamente, pela adaptação dos espaços e dos serviços, o que evidencia que, em nossa sociedade e nas bibliotecas, prevalece a cultura de exclusão das pessoas que necessitam de acessibilidades. Pela resposta do R19, é possível concluir que nem o desenho universal nem as adaptações têm sido contempladas na biblioteca em que atua. Para este

participante acessibilidade

*R19 É possibilitar a inclusão de fato, pois no papel tudo é maravilhoso. Se tivesse um cadeirante, não conseguiria usar a Biblioteca [...], consegue chegar aqui e tudo, mas entre os corredores não entra uma cadeira de roda. Temos acessibilidade até na porta da biblioteca, mas aqui dentro é tudo muito apertado, então a biblioteca não é inclusiva, somente até a sua entrada.*

O participante faz a relação entre a acessibilidade e a inclusão e reconhece que existem documentos que postulam e norteiam estas questões, mas denuncia uma realidade em que a acessibilidade e a inclusão não acontecem. Neste contexto, nem a norma e nem a evolução histórica e cultural conseguiram alterar o cenário em favor das pessoas com deficiência na biblioteca em que este participante atua.

Uma das questões do questionário 1 pautou sobre como as bibliotecas se organizam em relação à prioridade de atendimento para as pessoas com deficiência, as respostas foram as seguintes: 15 (48,38%) responderam que as pessoas com deficiência têm prioridade no atendimento, 5 (16,12%) responderam que não, 6 (19,35%) não souberam responder e 5 (16,15%) apresentaram as seguintes respostas

*R15 Atendemos igualmente todas as pessoas, claro que tentamos dar suporte ao máximo que conseguimos dentre as necessidades que cada pessoa possui;*  
*R13 Dependendo do grau da deficiência, sim;*  
*R5 Há PCD que não tem diferença na aparência, portanto não sei dizer se teriam prioridade. O que elas têm é atenção maior, auxílio maior que outros usuários;*  
*R7 Procuro sempre realizar o atendimento delas em primeiro lugar;*  
*R22 Sim e não, depende da demanda que o interagente está solicitando.*

Conforme a Lei nº 10.048/2000, “As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário [...]” (BRASIL, 2020a). Portanto, as bibliotecas devem, obrigatoriamente, oferecer atendimento prioritário e esta é uma das questões a ser considerada na forma como elas se organizam para incluir e garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência e às demais pessoas citadas na Lei ora abordada. Contudo, cabe esclarecer que, conforme o Decreto nº 5.296/2004, o atendimento prioritário não se limita à preferência na ordem de atendimento, mas inclui também o atendimento diferenciado que consiste, por exemplo, na reserva de vagas em estacionamentos e na reserva de assentos sinalizados em locais ou transportes. Consiste também em assegurar espaços, mobiliários e formas de comunicação acessíveis, na livre circulação e permanência de cão-guia e em atendimentos realizados por profissionais capacitados. Faz-se obrigatória a “[...] divulgação, em lugar visível, do direito de

atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida ” (BRASIL, 2004b).

Assim, esta lei esclarece que o atendimento prioritário transcende o atendimento imediato em que a pessoa com deficiência é atendida antes das demais. Contudo, esta questão parece ser pouco atendida nas bibliotecas, pois há divergências, inclusive, entre as respostas de pessoas que atuam nas mesmas bibliotecas. Enquanto um profissional informa que há atendimento prioritário, outro informa que não e um terceiro não sabe responder. Isso denota que estas questões precisam ser alinhadas para que o atendimento prioritário não seja subjetivo às concepções de quem está atendendo, mas uma postura institucional. Esta falta de consenso entre os profissionais e as situações indesejáveis e injustas a que as pessoas com deficiência são submetidas poderiam ser mitigadas se houvesse, conforme é determinado no Decreto nº 5.296/2004, divulgação do direito de atendimento prioritário das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004b), um aspecto básico a ser atendido na sinalização, no sentido de promover a inclusão.

Para Fidalgo (2018), a inclusão social está ligada ao conceito de cidadania e diz respeito ao direito de acesso ao trabalho e à educação. Sassaki (1997) trata da acessibilidade como direito básico e como forma de promover a inclusão social da pessoa com deficiência por meio da acessibilidade no trabalho, nos esportes, no turismo, no lazer, nas artes, na cultura, na educação. Ao questionarmos o que é inclusão o participante R4 respondeu que

*Inclusão social é o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. Inclusão social é oferecer **oportunidades iguais** de acesso a bens e serviços a todos (grifo nosso).*

Esta resposta demonstra uma compreensão ampla do que é a inclusão, contemplando todas as pessoas e passando os processos sociais. Contudo, identificamos que o texto desta resposta está disponível no *link* [https://pt.wikipedia.org/wiki/Inclus%C3%A3o\\_social](https://pt.wikipedia.org/wiki/Inclus%C3%A3o_social). Isso sugere que, mais uma vez, a pesquisa foi realizada como subsídio para resposta das perguntas propostas, mas, ao mesmo tempo, chama a atenção para o fato de a pesquisa não ter sido realizada em fonte referenciada, o que poderia incorrer em equívocos nas informações recuperadas. Cunha (2010) chama atenção para as possíveis inconsistências de informações extraídas de fontes não referenciadas e afirma que esta é uma das principais funções das bibliotecas, oferecer informações confiáveis e cientificamente fundamentadas e, portanto, é



uma questão a ser observada pelos profissionais que atuam nas bibliotecas.

Ainda, sobre a resposta do participante R4, destacamos o fato de que ele caracteriza a inclusão social como “oportunidades iguais”, porém, para assegurar a equidade, às vezes, é fundamental oportunizar condições distintas às pessoas (LIMA; RODRÍGUES, 2009), pois as mesmas condições podem contribuir para a exclusão de alguns. Sobre isso, Santos (2003, p. 53) afirma que

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Neste sentido, a inclusão compreende processos que oportunizam às pessoas participarem com autonomia da vida em sociedade, seja no trabalho na educação, na política ou em qualquer espaço. Ainda sobre o sentido de inclusão, algumas respostas (4) utilizam termos como “dar acesso” e “dar possibilidade”. As pessoas com deficiência, assim como as demais, têm direitos constitucionais (BRASIL, 1988) e, por isso, não cabe à sociedade dar-lhes algo, mas assegurar seus direitos, afinal, conforme Freire (1996), autonomia é um direito e não um favor.

Outras respostas expressam que a noção de inclusão está alinhada ao sentido da integração (MANTOAN, 2006) ou da tolerância (FIDALGO, 2018): R13 “*Permissão*”; R2 “*Possibilidade de integração de todos*”; R26 “*Inserir*”. R21 “*É aceitar todas as pessoas sem distinção*”. Em relação à inclusão e à tolerância nas e das bibliotecas, Brayner (2018, p. 91) afirma que

[...] as bibliotecas brasileiras toleram. Toleram que os pobres entrem em suas dependências, que doidos usem seu banheiro, e desempregados leiam seus jornais, que gays encontrem, com sorte, algum livro que os afete..., Mas trata-se de uma tolerância equivocada, fria, descompromissada, arrogante. Homofobia, desemprego, analfabetismo, violência contra a mulher são temáticas alheias ao nosso mundo tão neutro.

Esta suposta tolerância e neutralidade das bibliotecas, escondidas por detrás de uma cortina de fumaça, revela, na verdade, uma postura centrada em padrões de normalidade, numa inclusão excludente (LOPES; DAL’IGNA, 2007). Ainda que acessível, pois está de “portas abertas a todos”, muitas vezes, ao não contemplar a heterogeneidade e atuar numa concepção normalizadora e controladora dos saberes e dos corpos, mesmo que “receba a todos” a

biblioteca não promove, efetivamente, a inclusão.

Em outras 4 respostas a utilização do termo “acolher” denota a noção de inclusão relacionada ao

[...] respeito, aceitação, reconhecimento e tolerância para com o outro. E isso é particularmente problemático: a diversidade, o outro, os outros assim pensados, parecem depender da nossa aceitação, do nosso respeito, para serem aquilo que já são [...] Tolerar o outro é deixar claro que ele é moralmente censurável, detestável, e que nós somos generosos ao lhe permitir continuar vivendo - ou sobrevivendo - nessa ‘condição’ de diversidade e alteridade (SKLIAR, 2006, p. 30, grifo do autor).

Nesta concepção, as pessoas passam a ser aceitas nos espaços e processos, mas a inclusão se dá à medida que se adaptam às circunstâncias e que se enquadram aos processos de normalização. Assim, especificamente nas bibliotecas, se asseguradas as condições arquitetônicas básicas, as pessoas têm “autorização” para entrar, mas, a possibilidade de exercer o papel de interagente depende das habilidades e do empenho da própria pessoa e da aceitação das demais pessoas que frequentam, trabalham ou coordenam os espaços.

Para o participante R19 a inclusão

*Inicialmente, é acolher, respeitar, agir com naturalidade, não tratando a pessoa como se fosse um ET, não adianta nada ter a estrutura, tudo bonitinho, sem ter respeito para o ser humano. As teorias são maravilhosas, mas se o servidor não agir como um ser humano de fato, não vai acontecer a inclusão, sem alteridade, sem respeito ao diferente, não ocorre inclusão de fato, fica apenas no discurso.*

Esta afirmação nos leva a estabelecer um paralelo entre o entendimento de que a noção de respeito e de aceitação pode ser problemática (SKLIAR, 2006) e os apontamentos do participante R19. Cabe registrar que a aceitação, o respeito e a alteridade são, sim, fundamentais para a vida em sociedade e que, portanto, são necessários na relação entre todas as pessoas e não exclusivamente quando se trata de pessoas com deficiência. Na mesma linha de análise, assinalamos que outras 4 respostas mencionaram que a inclusão representa a eliminação de preconceitos. Nesse sentido, destacamos que os preconceitos podem ser relacionados à abordagem dos estigmas realizada por Goffman (2008). Este autor defende a tese de que os indivíduos “normais” tendem a ter atitudes benevolentes com os estigmatizados no intuito de minimizar a ação estigmatizante ou, como podemos inferir pelas respostas, no intuito de minimizar a exclusão.

6 respostas restringiram a inclusão a um processo que se refere exclusivamente a pessoas com deficiência como no caso do participante R7, afirmando que se trata de “*Incluir as pessoas com deficiência em todos os ambientes da sociedade.*” Compreender que a inclusão

é um processo que engloba todas as pessoas independente da condição, da raça, do gênero, da condição financeira, entre outras questões é imprescindível para problematizar o seu sentido.

Ao perguntarmos se, a partir da observação da prática profissional, é percebido que a pessoa com deficiência encontra barreiras de acessibilidade e inclusão na biblioteca obtivemos as seguintes respostas: 18 (58,06%) afirmaram que sim, 10 (32,25%) parcialmente, 1 (3,22%), não, 2 (6,47%) não souberam responder. O participante R25 informou que “*Não há como responder, pois não vivi nenhuma experiência.*”

Entre os aspectos da biblioteca que limitam a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência, os participantes elencaram a inacessibilidade às e nas estantes de livros; as condições físicas inadequadas, como as reduzidas dimensões dos espaços das bibliotecas que limitam a circulação entre as mesas de estudo e outros; o mobiliário inadequado às pessoas com deficiência, com destaque para o balcão de atendimento; a falta de tecnologias voltadas ao melhor atendimento das pessoas com deficiência e até mesmo de computadores. Também foram elencados a falta de materiais/acervo em braille e de audiolivros; a falta de sinalização, incluindo piso tátil e mapa da biblioteca; a ausência ou o pouco conhecimento da língua brasileira de sinais; o despreparo dos profissionais para atender pessoas com deficiência; a falta de interesse da gestão.

O participante R17 apontou que um aspecto que dificulta a acessibilidade e cria barreiras é o fato de o elevador estar trancado a chaves. Ele não esclareceu o motivo, mas, certamente, este é um fator negativo, pois, de acordo com as especificidades das edificações, a existência de elevador é uma das condições necessárias para a acessibilidade das pessoas com deficiência, questão elencada, inclusive, em documentos como a NBR 9050/2020 e a Lei nº 10.098/2000. O fato de informar que o elevador fica trancado a chaves nos leva a inferir que para usá-lo é preciso solicitar autorização e, isso, conforme Mazzonni *et al* (2001), transforma o elevador em meio pelo qual é praticada a discriminação o constrangimento oriundos, de uma possível exigência que faz com que a pessoa precise provar sua condição para utilizá-lo.

Algumas respostas indicam uma situação precária da acessibilidade e da inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas

R23: *Cadeirante não conseguiu ir na estante fazer pesquisa, autista com dificuldades para fazer pesquisa e estudar, obeso não conseguiu pegar livro de baixo da estante - pois não havia espaço para se abaixar - . Surdo que não consegue conversar;*

R30: *Recebemos uma cadeirante visitante que precisou de ajuda para entrar no campus, pois não tem uma rampa com piso adequado; para entrar na biblioteca, pois a porta de vidro é pesada e manual; para passar pela antena de segurança pois há uma canaleta com fio que enrosca a roda; para percorrer o saguão pois não tem espaço adequado ao giro da cadeira; para pegar os livros, pois não tem estante*

*baixa; para ser atendida, pois o balcão não tem adequação de altura.*

Contudo, ao responder à pergunta que pedia que fossem apontadas questões que contribuem para a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas, a dedicação, a proatividade e a empatia da equipe para atender da melhor forma as pessoas com deficiência foram os aspectos mais destacados, citados 12 vezes. Carcereri (2014) também constatou em sua pesquisa que, apesar das limitações das bibliotecas para atender às pessoas com deficiência, sobrepõe-se a acessibilidade atitudinal por parte dos profissionais da biblioteca, o que ajuda a minimizar as barreiras existentes nas demais dimensões da acessibilidade. O segundo aspecto mais citado (9 vezes) foi a existência de elevador, seguido do fato de que a biblioteca está estruturada em único pavimento, não exigindo o uso de escadas, rampas, elevador ou outros meios (6 vezes) e as dimensões adequadas da porta de acesso (5 vezes). 4 (12,90%) participantes não souberam responder a esta questão.

Além destes elementos, em menor escala, também foram citados: vaga para cadeirante no estacionamento, entorno da biblioteca pavimentado, sanitários acessíveis, corrimão, iluminação, amplas dimensões do ambiente da biblioteca, espaço adequado entre as mesas e as estantes, balcão de atendimento acessível, computadores com *software* leitor, sinalização, equipamentos especializados, acervo especializado, acessibilidade nos *e-books*, piso tátil, existência de material informativo sobre "*direitos do portador de deficiência*", *audiobook*, conteúdo digital por meio do informativo Biblioteca inDICA. Assim, apesar da utilização do termo "portador de deficiência", já discutido anteriormente, e dos relatos de baixo índice de acessibilidade, há, também, registro de atendimento de alguns critérios da acessibilidade em determinadas bibliotecas. Estas questões serão melhor compreendidas a partir do resultado da análise dos dados, que será estruturada por meio de quadros e gráficos, que abordam as diferentes dimensões das acessibilidades e serão apresentados a seguir. A sistematização das informações contribui para demonstrar como as bibliotecas do IFC têm se organizado para oferecer condições de acessibilidade e garantir inclusão às pessoas com deficiência.

### 6.3 DIMENSÕES DA ACESSIBILIDADE

As categorias que representam as diversas dimensões da acessibilidade, a seguir apresentadas, estão fundamentadas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008b) e em Sasaki (2005). A Política, que tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência e orientar os sistemas de ensino

de forma a garantir a acessibilidade, aponta 5 categorias para a acessibilidade “[...] arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação” (BRASIL, 2008b). Sasaki (2005) define as categorias como: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Portanto, dada a complementaridade destas duas referências, as categorias a seguir abordadas serão acessibilidade: 1) nos transportes, 2) arquitetônica, 3) comunicacional, 4) metodológica, 5) instrumental, 6) programática e 7) atitudinal.

### **6.3.1 Acessibilidade nos transportes**

Assegurar a acessibilidade nos transportes constitui-se em uma das formas de garantir o direito de acesso aos espaços e serviços. Conforme o Decreto nº 5.296/2004

Os sistemas de transporte coletivo são considerados acessíveis quando todos os seus elementos são concebidos, organizados, implantados e adaptados segundo o conceito de desenho universal, garantindo o uso pleno com segurança e autonomia por todas as pessoas (BRASIL, 2004b).

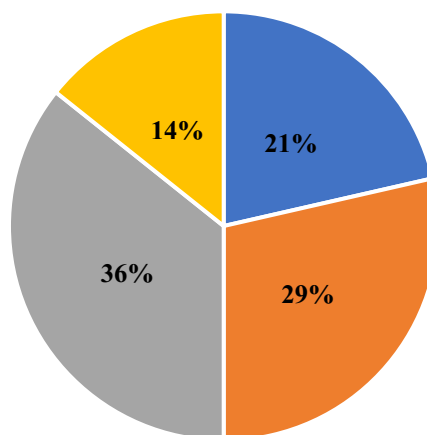
Assim, para que o transporte seja acessível, é necessário, além da possibilidade de acesso/entrada nos meios de transporte, assegurar a acessibilidade comunicacional, que, conforme a NBR 9050/2020, deve ser garantida, inclusive nas informações sobre as linhas disponibilizadas nos próprios pontos de embarque e desembarque (ABNT, 2020). A NBR 9050/2020 também trata da acessibilidade nos pontos de embarque, condição básica para assegurar a acessibilidade nos transportes públicos. Outra questão a ser considerada é a reserva de vagas equivalente a 2% dos assentos oferecidos, garantindo, no mínimo, 1 assento devidamente sinalizado “[...] e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes de acessibilidade” (BRASIL, 2015).

O Decreto nº 5.296/2004 esclarece que a fiscalização e a aplicação de multa aos que não cumprirem as determinações de acessibilidade nos transportes públicos é de responsabilidade da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (BRASIL, 2004b). Contudo, muitas vezes, os responsáveis por fiscalizar e punir em caso de não cumprimento das normas de acessibilidade são, também, responsáveis pela promoção de condições e situações de exclusão que se manifestam, por exemplo, na falta de acessibilidade nos transportes.

Em relação à acessibilidade nos transportes públicos que atendem às bibliotecas do

IFC, o Gráfico 1 revela que, das 14 bibliotecas participantes, 3 (21%) informaram que há transporte público acessível, 4 (29%) que não há, 5 (36%) não souberam responder e 2 (14%) registraram que não há transporte público no município.

Gráfico 1 - Transporte urbano coletivo acessível que atende aos *campi* do IFC



■ Sim ■ Não ■ Não sei responder ■ Não há transporte público no município

Fonte: produzido pelas autoras, a partir da coleta de dados

Alguns dos *campi* do IFC estão instalados em locais afastados do perímetro urbano e/ou em municípios que não possuem transporte urbano e por isso, muitas vezes, o transporte é realizado por empresas privadas que também devem, conforme a Lei nº 13.146/2015, oferecer acessibilidade às pessoas com deficiência. Esta lei postula que “O direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e de eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso” (BRASIL, 2015). Embora exista esta legislação e outras como as aqui citadas, percebemos pelas informações do Gráfico 1 que há predominância da falta de acessibilidade nos transportes públicos. No entanto, dificulta a compreensão da realidade o fato de 36% das bibliotecas participantes não saberem responder à esta questão, pois este percentual refere-se a 5 bibliotecas que podem ser ou não atendidas por transporte público acessível. A falta de informações por parte dos participantes a respeito desta questão revela que esta dimensão da acessibilidade não tem sido observada e discutida no âmbito das bibliotecas.

A acessibilidade nos transportes pode ser um aspecto pouco familiar aos profissionais que atuam nas bibliotecas, pois, geralmente, estão mais centrados nas questões específicas e internas aos espaços em que atuam. Porém, compreender a acessibilidade como um processo

amplo e potencialmente inclusivo requer pensar nas nuances que envolvem os diversos caminhos/motivos que oportunizam ou não às pessoas com deficiência o acesso aos espaços e aos serviços da instituição como um todo e, também, da biblioteca.

A reserva de vagas a pessoas com deficiência nos estacionamentos também se constitui como uma das formas de assegurar a acessibilidade nos transportes. De acordo com a Lei nº 13.146/2015,

Em todas as áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e em vias públicas, devem ser reservadas vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, desde que devidamente identificados (BRASIL, 2015).

Articuladas à reserva de vagas é preciso que outras questões de acessibilidades sejam atendidas, como garantir uma faixa de circulação livre, correspondente a 1,20m, assegurado até o local a ser acessado; as saídas de estacionamentos e garagens devem dispor de sinalização sonora e visual; a rota acessível externa será assegurada mediante a disponibilização de calçadas rebaixadas, de piso regular e estável, de faixas de travessia de pedestres. A rota também deve estar a uma distância de, no máximo 50m do local a ser acessado (ABNT, 2020).

A acessibilidade no estacionamento e na rota de acesso às bibliotecas do IFC é revelada nos dados do Quadro 6. Nele é evidenciado o baixo índice de acessibilidade, pois na média geral dos aspectos abordados o percentual de acessibilidade corresponde a 39,30 %. Esta situação, contribui para a existência de barreiras, porque, conforme os participantes R10 “[...] o acesso à biblioteca é difícil”, e R20 há “[...] calçadas quebradas”.

Quadro 6 - Acessibilidade no estacionamento da biblioteca

<b>Em relação ao estacionamento próximo à biblioteca:</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>	<b>Parcialmente (%)</b>	<b>Não sei responder (%)</b>
Há reserva de vaga para a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida?	50,00	28,60	7,10	14,30
A vaga conta com um espaço adicional de circulação com, no mínimo, 1,20 m de largura?	35,70	35,70	0,00	28,60
O percurso da vaga até a biblioteca é livre de obstáculos?	35,70	21,40	28,60	14,30
O piso é regular e estável?	35,80	50,00	7,10	7,10
<b>Média</b>	<b>39,30</b>	<b>33,92</b>	<b>10,70</b>	<b>16,08</b>

Fonte: produzido pelas autoras, a partir da coleta de dados

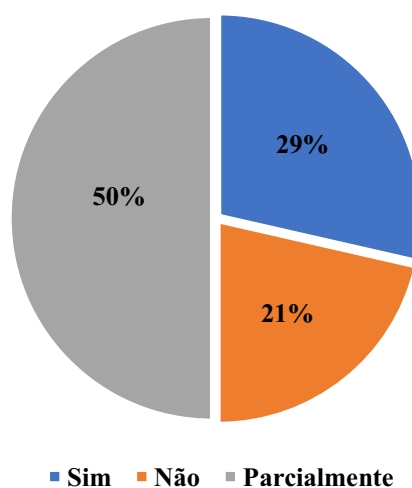
Os resultados deste quadro demonstram a necessidade de intervenção para adaptações, pois as normas de acessibilidade não foram contempladas no momento de organização do

estacionamento e da rota de acesso. As barreiras de acessibilidade nos transportes, no estacionamento e na rota que liga o estacionamento ou a saída do transporte ao destino final, são as primeiras a serem vencidas por muitas pessoas. Esta realidade é oriunda de uma série de fatores, como a falta de consciência e comprometimento dos profissionais, bem como carência de equipes multidisciplinares que projetam os produtos e os espaços e por uma sociedade que normaliza estas condições.

### 6.3.2 Arquitetônica

Como já mencionado, a NBR 9050/2020, constitui-se em documento que normatiza a acessibilidade nas edificações, nos mobiliários, nos espaços e nos equipamentos urbanos. Assim, muitas das questões propostas nos instrumentos de coleta de dados desta pesquisa foram elaboradas com fundamentação nesta norma e serão analisadas à luz dela, especialmente a dimensão arquitetônica, ora abordada. Para Brayner (2018), a NBR 9050 deve ser um livro de cabeceira dos bibliotecários, por isso, consideramos fundamental saber se os participantes desta pesquisa conhecem esta norma e, conforme o Gráfico 2, dos 14 respondentes do questionário 2, 4 (29%) informaram conhecê-la, 7 (50%) conhecem parcialmente e 3 (21%) não a conhecem. Entre os que registraram conhecer parcialmente a B3 esclareceu que conhece apenas a parte da norma que trata especificamente da biblioteca.

Gráfico 2 - Conhecimento dos participantes acerca da NBR 9050/2020



Fonte: elaborado pelas autoras, a partir da coleta de dados

Somados, os participantes que conhecem a norma e os que a conhecem parcialmente



constituem o maior percentual. Isso demonstra que, em sua maioria, eles puderam contar com este conhecimento para responder as questões propostas, o que contribui para o enriquecimento das informações obtidas nesta pesquisa, já que no questionário 2 a maioria das questões estão fundamentadas nesta norma.

Ao buscamos conhecer mais sobre a acessibilidade arquitetônica nas bibliotecas, evidenciamos que Almeida (2015, p. 56) concluiu em seu estudo que muitas bibliotecas ainda estão instaladas em prédios construídos em época que “[...] não se pensava que pessoas com necessidades específicas iam usufruir de tais espaços [...]”. A acessibilidade não era critério considerado nos projetos arquitetônicos e isso continua a influenciar na existência de barreiras, pois muitos espaços ainda não foram adaptados. Para Becker e Faqueti (2015) uma das características comuns das bibliotecas da RFEPCT é estarem instaladas em edificações antigas e em espaços improvisados.

Compreender se as bibliotecas do IFC estão em espaços planejados para serem bibliotecas pode nos auxiliar a entender mais a respeito dos projetos arquitetônicos destes locais. Na caracterização das bibliotecas do IFC, apresentada na seção 5.2 desta dissertação, é possível perceber que a maioria das bibliotecas iniciaram suas atividades em espaços adaptados. Contudo, por meio da coleta de dados, constatamos que 8 bibliotecas (57%) estão em edificações planejadas para abrigarem uma biblioteca e 6 (43%) estão em locais adaptados.

Embora com uma diferença pequena de percentual, predomina, atualmente, no âmbito do IFC, a existência de bibliotecas instaladas em locais planejados, fator que tende a influenciar positivamente nas questões de acessibilidade arquitetônica. O que queremos registrar é que, dados os movimentos que resultaram em conquistas em torno de legislações e do espaço social das pessoas com deficiência, por serem planejadas, estas edificações devem atender aos critérios de acessibilidade arquitetônica. No entanto, sabemos que a realidade pode não ser esta, como evidenciado na resposta da B3

*Local planejado. o prédio foi construído prevendo questões básicas de acessibilidade, prevendo aumento do prédio futuramente. No entanto há problemas, pois houve problemas no projeto (estrutural) e algumas coisas foram adaptadas. Há ainda adaptações a fazer, como uma rampa para saída em caso de incêndio em uma das portas de saída, e colocação de piso tátil (que já foi comprado, mas que não foi instalado, pois estamos com problemas no piso normal - que atualmente está sendo trocado). Anteriormente já estávamos em prédio construído só para a biblioteca, mas era um prédio antigo que não atendia as necessidades básicas e a quantidade de pessoas que usufruíam diariamente da biblioteca.*

Por meio da caracterização das bibliotecas, percebemos que o prédio da B3 foi construído há, aproximadamente, 7 anos. Portanto, trata-se de uma edificação projetada

recentemente e em momento histórico no qual legislações e normas como a NBR 9050 já vigoravam e deveriam ser atendidas na execução do projeto arquitetônico.

Entre as bibliotecas instaladas em espaços adaptados, estão a B1, a B4, a B7 e a B9. A primeira, desde o início de suas atividades, apesar das mudanças de espaço de funcionamento pelas quais passou, sempre esteve em local improvisado e há tempos aguarda a construção de uma edificação que atenda a necessidades como salas de estudo individualizado e demais aspectos necessários a uma biblioteca. Nesta biblioteca, “*O espaço limitado dificulta o estudo, a acessibilidade*” e outros aspectos. A B4, além de ser adaptada, divide o ambiente com laboratório de informática. Já a B7, está em local adaptado, mas um novo espaço para a biblioteca está em construção. A B9 está instalada em local pensado desde a sua construção para que fosse uma biblioteca, mas sua estrutura é a mesma de uma sala de aula e não contempla questões diferenciadas, o que nos levou a inferir que se trata de um local adaptado.

Isso evidencia que a prevalência de percentual de bibliotecas instaladas em locais planejados para serem bibliotecas pode não assegurar a acessibilidade arquitetônica, uma vez que os projetos das edificações muitas vezes não contemplam estas questões. Neste sentido, é preciso que profissionais, como arquitetos, ao exercerem suas atividades respeitem os parâmetros e a normas de acessibilidade e que sejam cobrados por isso. Para Pupo *et al* (2008, p. 22), a exclusão e a deficiência são oriundas e/ou criadas pelo próprio ambiente, além disso, a autora afirma que

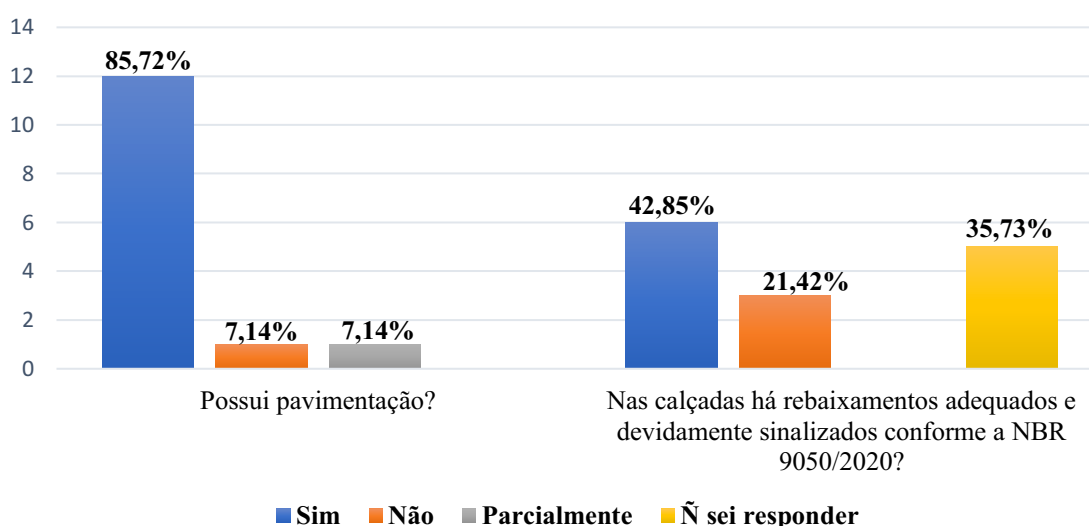
[...] o fenômeno da discriminação não só responde fundamentalmente a aspectos sociais, mas é responsabilidade também dos projetistas de ambientes e de produtos, definindo tais profissionais como desenhistas industriais, engenheiros mecânicos (ambos projetistas de produtos), arquitetos, urbanistas e construtores (projetistas de ambientes).

O Regimento do SIBI define que cabe à coordenação de cada biblioteca “[...] integrar comissões referentes a processos de criação, ampliação e reforma de bibliotecas [...]” (IFC, 2019h, p. 5) e essa pode ser uma das formas de atuação dos profissionais das bibliotecas para assegurar a acessibilidade arquitetônica dos espaços. Neste sentido, documentos como a resolução nº 220/2020 do CFB precisam ser conhecidos e postos em prática. Além disso, estudos como o desenvolvido por Pupo *et al* (2014) podem contribuir no processo que tange à implantação e a adaptação de acessibilidade arquitetônica nas bibliotecas. Afinal, “A construção de parâmetros para bibliotecas acessíveis tem por ponto de base não somente o cumprimento da legislação vigente, ela envolve as questões sociais e de inclusão” (PUPO *et al*,

2014, p. 38).

A acessibilidade arquitetônica da biblioteca abrange uma série de aspectos, entre eles estão as condições de acessibilidade no entorno. O Gráfico 3 demonstra que, das 14 bibliotecas participantes, 12 (85,72%) contam com pavimentação em seu entorno, 1 (7,14%) não e 1 (7,14%) possui parcialmente. Já o rebaixamento nas calçadas, que, segundo a NBR 9050/2020, deve ter inclinação “[...] preferencialmente menor a 5%, admitindo-se até 8,33% [...]” (ANBT, 2020), é contemplado em 6 (42,85%) das bibliotecas participantes, em 3 (21,42%) não há rebaixamento nas calçadas e 5 cinco (35,73%) não souberam responder à questão.

Gráfico 3 - Acessibilidade no entorno da biblioteca



Fonte: produzido pelas autoras, a partir da coleta de dados

A acessibilidade nas bibliotecas também compreende os banheiros, pois assim como em outros espaços, a acessibilidade dos banheiros tem a ver com a dignidade humana postulada, por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 1948) e na CF (BRASIL, 1988). Se programar para não ter que usar o banheiro durante o tempo de permanência no *campus* foi a forma encontrada por um dos participantes da pesquisa realizada por Antunes (2017) para enfrentar a falta de acessibilidade nos banheiros. Esta situação registra a violência imposta pelo poder simbólico (BOURDIEU, 2001), que uma pessoa pode sofrer por fazer uso de cadeiras de rodas e como a sociedade normaliza esta realidade e finge não a ver. Para Dubet (2014, p. 21) a injustiça, da qual uma pessoa é vítima, só é uma injustiça se os outros “[...] estiverem convencidos da realidade desta injustiça.” Uma das formas de impulsionar mudanças relativas à falta de acessibilidade é a manifestação das próprias pessoas com deficiência de forma a cobrar seus direitos. Assim, a biblioteca pode contribuir com a tomada

de consciência das pessoas com deficiência a partir, por exemplo, da ação já relatada neste texto, que consiste na oferta de conteúdos que orientam as pessoas com deficiência a respeito de seus direitos.

Em relação à acessibilidade nos banheiros das bibliotecas, a análise dos dados coletados nos mostra, conforme o Quadro 7, considerando uma média geral das respostas, o maior percentual (42,90%) corresponde à opção “não sei responder” o que pode ser fruto do desconhecimento destas questões por parte dos participantes ou estar relacionada à inobservância resultante da incapacidade de se colocar no lugar da pessoa com deficiência. Entre todos os aspectos abordados a existência de barra de apoio lateral e vertical foi o critério que obteve o maior percentual (57,10%), o que demonstra que a acessibilidade nos banheiros que atendem às bibliotecas é incipiente.

Quadro 7 - Acessibilidade nos banheiros das ou que atendem as bibliotecas

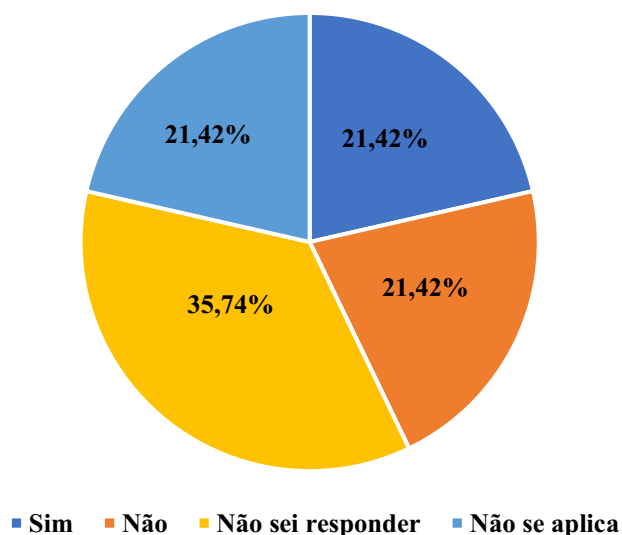
<b>Em relação aos banheiros:</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>	<b>Parcialmente (%)</b>	<b>Não sei responder (%)</b>
Dispõem de entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto?	21,40	50,00	0,00	28,60
O espaço possui área com diâmetro de, no mínimo, 1,50 m possibilitando a circulação com giro de 360° e a área de transferência?	21,40	28,60	0,00	50,00
Os lavatórios possibilitam a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas? (altura frontal livre na superfície inferior e altura entre 0,78 m a 0,80 m na superfície superior)	21,40	14,30	7,10	57,20
Possuem barra de apoio lateral e vertical?	57,10	7,10	0,00	35,80
Possuem bacias e assentos sanitários sem abertura frontal e com uma altura entre 0,43 m e 0,45 m do piso acabado, medidas a partir da borda superior sem o assento?	14,30	21,40	7,10	57,20
Há alcance manual para acionamento da válvula sanitária, da torneira, das barras, puxadores, trincos, manuseio e uso dos acessórios?	35,70	35,70	0,00	28,60
<b>Média</b>	<b>28,55</b>	<b>26,18</b>	<b>2,37</b>	<b>42,90</b>

Fonte: produzido pelas autoras, a partir da coleta de dados

Outros aspectos, como a acessibilidade a bebedouros, também se fazem imprescindíveis para assegurar a autonomia, o bem-estar e a dignidade humana das pessoas. Segundo a NBR 9050/2020, para serem acessíveis, os bebedouros devem ter, no mínimo, duas alturas diferentes de bica, sendo uma de 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado (ABNT, 2020). Além do especificado pela NBR 9050/2020, bebedouros suspensos podem facilitar o acesso de pessoas que fazem uso de cadeiras de rodas. A norma estabelece condições mínimas, mas a evolução das tecnologias merece ser observada, pois novos desenhos podem influenciar positivamente na acessibilidade. Assim como acesso aos

sanitários, o acesso a bebedouros é uma condição básica à dignidade humana (BRASIL, 1988). Portanto, a falta de acessibilidade nos bebedouros configura-se como uma violência, pois nega o direito das pessoas a condições mínimas de subsistência. Neste quesito, os dados coletados demonstram, conforme Gráfico 4, que em 3 (21,42%) bibliotecas este critério é atendido, em 3 (21,42%) não é atendido, em 3 (21,42%) houve a informação de que este critério não se aplica e 5 (35,74%) não souberam responder a esta questão.

Gráfico 4 - Acessibilidade nos bebedouros das ou que atendem às bibliotecas



Fonte: elaborado pelas autoras, a partir da coleta de dados

Os percentuais de acessibilidade referentes a aspectos que envolvem a entrada na biblioteca também são baixos e revelam condições precárias. Conforme o Quadro 8, numa média geral, 28,55% dos itens elencados são atendidos, 26,18% não são, os demais percentuais referem-se às outras opções como “parcialmente” (7,14%), “não se aplica” (33,40%) e “não sei responder” (4,73%). Faz-se importante destacar que, à medida em os questionários passam a abordar aspectos da acessibilidade relacionados ao espaço interno e a outras questões relativas, especificamente, à biblioteca, torna-se perceptível que diminuem os percentuais relativos à opção “não sei responder”, o que demonstra que os profissionais têm prestado mais atenção aos critérios da acessibilidade que se referem a questões internas e específicas das bibliotecas.

Quadro 8 - Acessibilidade no acesso à biblioteca

Em relação ao acesso à biblioteca:	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder	Não se aplica
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Se a entrada possui degrau ou escada, há uma entrada alternativa com rampa ou elevador de acesso às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida?	57,10	7,10	0,00	0,00	35,80
Havendo rampa de acesso, esta possui corrimãos, piso tátil, sinalização sonora, tátil ou por contraste visual?	14,30	28,60	21,40	7,10	28,60
A forma de abertura da porta (por sensor ou manual) oferece condições de acessibilidade/autonomia?	7,10	50,00	21,40	7,10	14,40
As portas, quando abertas, possuem vão livre, maior ou igual a 0,80 m de largura e 2,10 m de altura?	64,30	14,30	0,00	7,10	14,30
Em caso de existência de catracas ou outras formas semelhantes de bloqueio, há dispositivos, passagens, portas ou portões com vão livre, de, no mínimo, 0,80 m de largura?	7,10	21,40	0,00	7,10	64,40
Caso existam capachos, tapetes ou similares, estão fixos ao piso, embutidos ou em desnível que não exceda 5 mm?	21,40	35,70	0,00	0,00	42,90
<b>Média</b>	<b>28,55</b>	<b>26,18</b>	<b>7,14</b>	<b>4,73</b>	<b>33,40</b>

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir da coleta de dados

Entre os dados que se referem à acessibilidade para a entrada na biblioteca, destacamos a falta de acessibilidade na abertura da porta da biblioteca, que deveria oferecer autonomia, mas se revela, conforme o baixo percentual de atendimento deste critério, correspondente a 7,10%, que para abrir a porta e entrar na biblioteca as pessoas podem precisar de ajuda, de favor. Por outro lado, o critério de acessibilidade atendido em maior percentual (64,30%) está relacionado às dimensões das portas que, quando abertas, possuem vão livre, maior ou igual a 0,80 m de largura e 2,10 m de altura. Ou seja, se abertas por uma pessoa que não tenha deficiência que a impeça de tal ato, as dimensões das portas, em sua maioria, atendem aos critérios de acessibilidade.

Nos espaços internos das bibliotecas, entre os vários aspectos elencados, o Quadro 9 revela que a falta de salas de estudo individual ou coletivo, com isolamento acústico é o aspecto mais deficitário, com percentual de 92,90% de ausência de acessibilidade. A falta de estrutura nos espaços físicos a exemplo de ausência de salas de estudos com isolamento acústico, pode impor o silêncio como regra geral e definir a identidade da biblioteca como um lugar em que não há espaço para o debate, para a conversa, apenas para o silêncio (BRAYNER, 2018). O que será que custa mais caro à sociedade, estruturar as bibliotecas ou mantê-las vazias e invisíveis

por que não têm a estrutura necessária?

Quadro 9 - Acessibilidade no espaço interno da biblioteca

Em relação ao espaço interno da biblioteca	Sim (%)	Não (%)	Parcialmente (%)	Não sei responder (%)
O piso da biblioteca é antiderrapante?	35,70	42,90	7,10	14,30
As dimensões internas e disposição do mobiliário permitem a movimentação de todas as pessoas com acessórios de mobilidade (andadores, muletas, cadeiras de rodas)?	50,00	42,90	7,10	0,00
Segundo a NBR 9050/2020, os ambientes devem possuir uma rota acessível que interligue todas as áreas e setores, desde a entrada principal. Isso é contemplado?	21,40	50,00	21,40	7,20
A largura livre nos corredores entre estantes de livros é de, no mínimo, 0,90 m de largura?	71,40	14,30	7,10	7,20
Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, há um espaço que permita a manobra de cadeira de rodas?	35,70	42,90	7,10	14,30
Conforme a NBR 9050/2020, para o alcance manual confortável, a disposição dos livros nas estantes deve atender às dimensões de, no máximo, 1,20m de altura do piso. Isso é contemplado na biblioteca?	21,40	50,00	28,60	0,00
Pelo menos 5% das mesas ou superfícies para estudo, ou leitura são acessíveis, permitindo a aproximação frontal de uma pessoa com cadeira de rodas?	71,40	7,10	14,30	7,20
Pelo menos 5% dos terminais de consulta são acessíveis, permitindo a aproximação frontal de uma pessoa com cadeira de rodas?	50,00	28,60	14,30	7,10
No entorno das mesas acessíveis é garantida uma faixa livre de circulação e manobra?	50,00	35,70	14,30	0,00
Há salas de estudo individual ou coletivo, com isolamento acústico?	0,00	92,90	0,00	7,10
O layout das salas de estudo considera a utilização e mobilidade por pessoa em cadeira de rodas, com mobilidade reduzida, baixa estatura, obesas etc.?	21,40	42,90	7,10	28,60
Há reserva de guarda volumes para a pessoa com deficiência?	35,70	50,00	0,00	14,30
Caso haja reserva de guarda volumes, eles atendem à altura entre 0,40 m e 1,20 m do piso acabado?	35,70	28,60	7,10	28,60
<b>Média</b>	<b>38,45</b>	<b>40,68</b>	<b>10,42</b>	<b>10,45</b>

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir da coleta de dados

Contudo, o destaque positivo para acessibilidade nas bibliotecas do IFC é que em 71,40% dos casos, a largura livre nos corredores entre estantes de livros é de, no mínimo, 0,90 m, contribuindo para a circulação de pessoas com deficiência que façam uso de cadeiras de rodas ou outros meios (ABNT, 2020). Este percentual, 71,40%, também é o resultado da acessibilidade relacionada a mesas ou superfícies para estudo ou leitura.

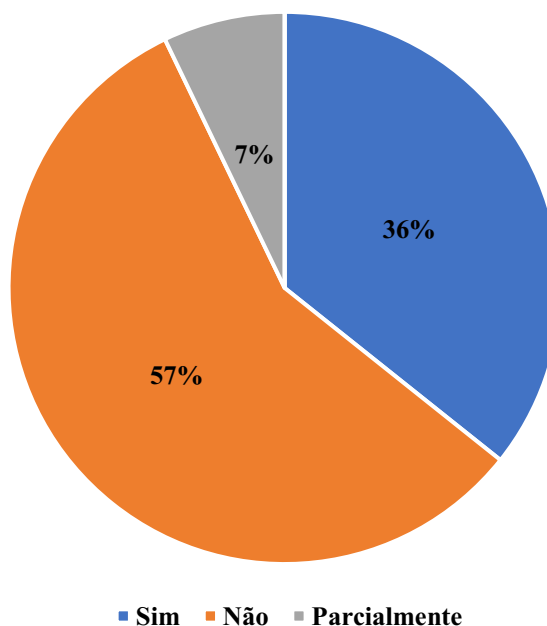
A existência ou a falta de acessibilidade no balcão de atendimento pode influenciar, inclusive, em outras dimensões da acessibilidade, como a atitudinal. Conforme a ABNT (2020, p. 116), “Balcões de atendimento acessíveis devem ser facilmente identificados em rotas acessíveis”. Os limites impostos, por exemplo, por um balcão excessivamente alto, impedem um atendimento de qualidade e acolhedor. Brayner (2018, p. 262), ao tratar da importância de

que a NBR 9050 seja contemplada nas bibliotecas registra que

Os balcões de referência devem ser instalados na entrada e bibliotecários taciturnos devem atuar em outras paragens, já que a norma determina que seu rosto deve estar inteira e uniformemente iluminado, facilitando, desse modo, a leitura labial e gestual. Bibliotecários, por mais importante que sejam, devem permanecer sentados enquanto atendem cadeirantes, garantindo ao usuário vista lateral.

Apesar disso, conforme o Gráfico 5, 57,00% dos balcões das bibliotecas não são acessíveis, o que demonstra a urgência de ações que promovam a adaptação destas questões, já que elas não foram consideradas no momento de aquisição desse mobiliário e organização do espaço da biblioteca.

Gráfico 5 - Acessibilidade nos balcões de atendimento das bibliotecas



Fonte: elaborado pelas autoras, a partir da coleta de dados

Um dos documentos orientadores da gestão do IFC é o Planejamento Estratégico. O atual, com vigência nos anos de 2018 a 2021, tem como um de seus objetivos o desenvolvimento da infraestrutura dos *campi* que, entre outros aspectos, visa propiciar acessibilidade arquitetônica universal e, para tanto, define como uma das metas globais, assegurar percentual de adequação dos *campi* obtendo melhoria de 10% ao ano, durante o período de vigência do Planejamento (IFC, 2018b). Portanto, a melhora das condições de acessibilidade arquitetônica faz parte da agenda do Planejamento Estratégico do IFC desde o



ano de 2018 e, conforme o documento, deve ser anualmente ampliada.

Contudo, a análise dos dados apresentados revela que a dimensão arquitetônica da acessibilidade nas bibliotecas do IFC é deficitária. Portanto, as bibliotecas, juntamente com a instituição, têm o desafio de atuar de forma a promover melhoras nas questões de acessibilidade arquitetônica e assegurar a inclusão das pessoas com deficiência, buscando atuar de acordo com um dos valores da instituição, que é a justiça social, e por meio da qual a instituição propõe-se a dedicar tratamento justo às pessoas (IFC, 2019e).

### 6.3.3 Comunicacional

No processo de formulação do instrumento de coleta de dados, optamos por privilegiar os ambientes e os serviços e não as dimensões da acessibilidade. Por isso, na coleta de dados, conforme pode ser conferido nos questionários (APÊNDICE A e B), a acessibilidade comunicacional permeou outras dimensões. Contudo, julgamos importante compilar as informações a respeito da acessibilidade comunicacional, especialmente porque esta parece ser uma das dimensões mais precárias. Assim, no Quadro 10, em relação aos critérios abordados nos questionários, o percentual de atendimento à acessibilidade comunicacional é de 17,13%, um índice que pode ser considerado insatisfatório, pois manifesta uma realidade excludente, em que as bibliotecas estão organizadas e atuam alinhadas a um padrão de normalidade das pessoas e de corpos perfeitos (BIANCHETTI; FREIRE, 2012).

Quadro 10 - Acessibilidade comunicacional

<b>Acessibilidade Comunicacional</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>	<b>Parcialmente (%)</b>	<b>Não sei responder (%)</b>	<b>Não se Aplica (%)</b>
No estacionamento próximo à biblioteca, havendo vaga, ela está devidamente sinalizada	57,10	28,60	0,00	14,30	0,00
As portas dos banheiros estão sinalizadas em conformidade com a NBR 9050?	14,30	28,60	7,10	50,00	0,00
Havendo elevadores, eles possuem sinalização sonora para indicar andares, sinalização tátil e visual?	21,40	35,70	7,10	7,10	28,70
Há sinalização tátil, sonora ou por contraste visual na(s) porta(s) de acesso à biblioteca?	14,30	64,30	7,10	7,10	7,20
Antes e depois da entrada da biblioteca existe piso tátil, sinalização tátil, sonora ou por contraste visual?	14,30	71,40	14,30	0,00	0,00
Há sinalização tátil, sonora ou por contraste visual na(s) porta(s) internas da biblioteca?	21,40	64,30	14,30	0,00	0,00
As saídas de emergência e as rotas de fuga e do prédio e dos espaços estão sinalizadas com informações visuais, táteis e sonoras?	21,40	50,00	28,60	0,00	0,00
As estantes de livros possuem sinalização tátil, sonora ou por contraste visual?	0,00	92,90	7,10	0,00	0,00

<b>Acessibilidade Comunicacional</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>	<b>Parcialmente (%)</b>	<b>Não sei responder (%)</b>	<b>Não se Aplica (%)</b>
Há painéis informativos acessíveis impressos, táteis, sonoros ou outros que indiquem a área de recepção e atendimento ao usuário?	7,10	78,60	14,30	0,00	0,00
No balcão de atendimento, há sinalização de atendimento preferencial conforme a NBR 9050?	0,00	92,90	0,00	7,10	0,00
<b>Média</b>	<b>17,13</b>	<b>60,73</b>	<b>9,99</b>	<b>8,56</b>	<b>3,59</b>

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir da coleta de dados

Apesar da realidade expressa nos dados, para a B6, as bibliotecas têm se esforçado para atender da melhor forma possível as pessoas com deficiência, buscando inclui-las com o apoio de profissionais como o intérprete de libras que atua no *campus*. B6 *“Tentamos atendê-lo da melhor maneira possível, ajudando-o a encontrar soluções para os problemas que são apontados para nós. Quando fazemos o serviço de orientação ao usuário se alguém que participa é surdo, chamamos a intérprete.”*

Porém, a que se considerar que, conforme Mantoan (2006, p. 196), ao se manter a mesma estrutura e providenciar adaptações momentâneas realiza-se processos de integração, pois a inclusão pressupõe uma “[...] organização que considera as necessidades de todos os alunos [...].” Contudo, neste caso, a parceria com outros setores e com outros profissionais contribui na quebra de barreira comunicacional imposta. A cooperação entre profissionais, setores e até mesmo instituição pode trazer inúmeros benefícios às bibliotecas (PEREIRA, 2018), aos profissionais e aos interagentes, minimizando problemas como a falta de recursos financeiros e de pessoal. Há questões que serão mais difíceis de serem resolvidas se a biblioteca tentar atuar sozinha e, ao contrário, contará com soluções mais criativas, práticas e acessíveis se houver a integração com outros setores.

Neste sentido a acessibilidade comunicacional nas bibliotecas precisa ser pensada e reestruturada em articulação com outros setores e, especialmente, entre o SIBI, visto que é um problema da rede de bibliotecas. Para o participante R22, em relação à acessibilidade comunicacional, há uma demanda latente por formação, pois existem muitas dificuldades de comunicação, entre elas

*Principalmente em relação à LIBRAS, pois sem o acesso ao básico da língua de sinais não é possível dar a instrução inicial de uso da Biblioteca, não sendo capaz nem de instruir o interagente no uso do catálogo digital por exemplo. Sem contar na ausência total de um serviço de referência para esse público, devido a barreira da comunicação. Penso que uma formação complementar sobre uso de tecnologias e recursos para atender a comunidade deficiente visual seria muito interessante*

*também.*

Assim, tanto pelos dados quantitativos como pelo discurso dos participantes emerge a necessidade de que as bibliotecas procurem melhorar a acessibilidade comunicacional com as pessoas com deficiência. Para Torres *et al* (2007, p. 372) “[...] já não se pode separar o acesso à comunicação do acesso à informação. É necessário observar que informação e comunicação são conceitos que estão imbricados, sendo a informação a matéria-prima para o processo de comunicação.” Assim, destacamos que, por ser uma instituição que atua na disseminação do conhecimento e por meio deste processo contribui para a construção do conhecimento, a biblioteca deve atentar-se a estas questões.

### **6.3.4 Metodológica**

Esta dimensão está relacionada aos métodos utilizados para promover o acesso das pessoas com deficiência aos espaços, aos serviços, às informações e a todas as possibilidades que uma biblioteca pode oferecer aos interagentes. Para Antunes (2017, p. 16), as bibliotecas precisam “[...] organizar suas práticas profissionais, seus produtos e serviços de informação pautados na diversidade de usuários [...] considerando as necessidades específicas de cada indivíduo, oferecendo condições igualitárias de acesso à informação, a fim de contribuir para a inclusão [...].”

A acessibilidade metodológica é uma dimensão pedagógica que, numa perspectiva acessível e inclusiva, percorrerá caminhos que passam, fundamentalmente, pela diversidade e pela heterogeneidade. Conforme Carvalho (2017, p. 58), para ser acessível e inclusiva uma biblioteca “[...] não necessita unicamente de recursos multimídia e livros especiais para alunos com deficiência, é possível dar os primeiros passos para promover um ambiente para todos, por meio de atividades interativas com os usuários.” Neste sentido, uma das perguntas questionou se na realização de eventos e atividades culturais, como a Semana da Biblioteca, são desenvolvidas propostas acessíveis às pessoas com deficiência. Das 14 bibliotecas que responderam, 2 (14,28%) informaram que sim, 2 (14,28%) que parcialmente, 7 (50%) que não e outras 3 (21,44%) informaram que

*B8 Não, mas é uma boa proposta, nunca pensei nisso;*

*B4 [...] como não tínhamos nenhuma PCD não houve esta preocupação;*

*B10 Até hoje apenas uma atividade foi apresentada em libras na biblioteca durante*

*a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca de 2019.*

Ao afirmar que na realização de eventos não foram desenvolvidas propostas acessíveis, mas que esta é uma boa ideia, a B8 demonstra que a participação nesta pesquisa e o exercício de responder aos questionários contribuem para a reflexão a respeito da acessibilidade e da inclusão da pessoa com deficiência. Pelos excertos das respostas apresentadas, também é possível perceber que no ano de 2019 houve esta preocupação por parte da B10, o que demonstra a existência de movimentos conscientes relativos à responsabilidade da biblioteca perante estas questões.

Também questionamos se as diferentes necessidades que as pessoas com deficiência podem apresentar são contempladas pelo serviço de referência, informação e orientação de usuários. Entre as respostas, prevaleceu a informação de que não e/ou de que são contempladas parcialmente porque a falta de profissionais, a falta de capacitação e de recursos informacionais torna a biblioteca pouco atuante em relação à acessibilidade e à inclusão das pessoas com deficiência, constatação semelhante a que chegou Pereira (2018) por meio de sua pesquisa. Segundo a B9 *“Infelizmente com a demanda de serviço e x equipe, a biblioteca acaba se tornando muito mais reativa do que proativa em relação a questões de acessibilidade, o que creio ser até mesmo um reflexo da instituição [...]”*

Conforme esta afirmação, a instituição não tem cumprido seu papel em relação às questões de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência e, como parte desta instituição, a biblioteca reverbera tal realidade, porque, de acordo com Stroparo (2014) e Almeida (2015), geralmente, as bibliotecas retratam em sua atuação a estrutura e a cultura institucional a qual estão ligadas. A resposta também demonstra que as demandas existentes na biblioteca superam a capacidade da equipe em função do restrito número de profissionais e, por isso, a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência ficam em segundo plano.

A B1 registrou que *“Não, pois as pessoas com deficiência possuem diferentes necessidades e entre até as mais comuns já é difícil de ser contempladas”*, demonstrando uma estigmatização (GOFFMAN, 2008) que marca, classifica e define as identidades dos indivíduos, pois coloca a todos uma condição de inferioridade e dependência. Para Torres *et al* (2007, p. 371) é importante lembrar que entre as pessoas com deficiência “[...] aquilo que se constitui em uma barreira para uma determinada pessoa, pode não o ser para outra, podendo inclusive constituir-se em um facilitador para uma terceira pessoa.” Neste sentido, é preciso pontuar que diferenças não significam inferioridade. Para Carvalho (2014), o sentido que é empregado à diferença está ligado aos conceitos semióticos que são estruturados e estão

alinhados a determinados contextos, espaços e instituições e que, em cada realidade, produzem marcadores que definem as pessoas. Assim, a compreensão de que todas as pessoas com deficiência exigem atendimento complexo espelha uma noção semiótica de que a deficiência é um limitador do indivíduo e não uma produção social e/ou da biblioteca, neste caso específico.

A B14 respondeu que conhece na unidade apenas uma aluna com nanismo. “*Sempre foi oferecido auxílio, mas nunca aceitou.*” Esta postura da pessoa com deficiência também pode estar relacionada aos estigmas que ela carrega consigo e sobre si e por entender a deficiência como algo negativo e/ou como uma condição de inferioridade tenta negá-la não aceitando atendimento diferenciado.

Entre os métodos utilizados para orientar os interagentes sobre os serviços e os espaços da biblioteca, a B3 demonstra interesse em produzir materiais acessíveis, apresentando o seguinte relato: “*Já tentei por uns 3 anos bolsista de informática para desenvolver projeto que transformasse as orientações da biblioteca para libras, braile, etc... nunca consigo aluno para ser bolsista, ou professor para colaborar, sempre muito difícil...*”. A proposta de um guia com orientações para as pessoas com deficiência sobre os serviços da biblioteca foi desenvolvida por Barbosa (2020), por meio de pesquisa em programa de Pós-graduação *stricto sensu*.

Talvez, a dificuldade anunciada pela B3 esteja fundada na opção por realizar este projeto por meio de parceria estabelecida apenas com os estagiários ou professores. O que queremos dizer é que, como defende Antunes (2017), o estabelecimento de parcerias é fundamental para o aprimoramento das bibliotecas e elas podem ser constituídas interna e externamente. Além do mais, acreditamos que, apesar das especificidades de cada biblioteca, um guia acessível que trate dos serviços das bibliotecas constitui-se em uma demanda que pode ser articulada pelo SIBI, por meio de sua coordenação. Segundo o Regimento do próprio SIBI, entre seus objetivos está o de “[...] viabilizar a participação integrada das bibliotecas do IFC em redes de cooperação e parcerias interinstitucionais de nível nacional e internacional” (IFC, 2019h, p. 1). Neste sentido, é imprescindível o estabelecimento de parcerias internas e externas, incluindo as próprias pessoas com deficiência e os profissionais, professores e técnicos, que atuam nesta área.

Para que as pessoas com deficiência tenham acesso às capacitações e às orientações oferecidas pela biblioteca aos interagentes, uma opção encontrada pela B9 é disponibilizar, de forma *online*, os materiais utilizados para as capacitações, o que permite que o acesso ao conteúdo seja realizado por meio de leitor de tela. Contudo, é preciso registrar que a impossibilidade de participação dos processos de capacitação e orientação no mesmo espaço e tempo em que ela é realizada aos demais constitui-se em forma de exclusão. Para Mantoan

(2006), a inclusão enfrenta problemas conceituais, interpretações tendenciosas das legislações e documentos que distorcem seu sentido e práticas e reduzem a inclusão à inserção/integração.

A B6 reconhece a necessidade de atender às questões de acessibilidade para incluir a pessoa com deficiência afirmando que “*Realmente é preciso adaptar todos os serviços da biblioteca para todos os tipos de deficiências (físicas, visuais, intelectuais, etc).*” Tarefa esta que exigirá, conforme os percentuais quantitativos e os discursos que têm sido apresentados nesta análise de dados, muito empenho e profissionalismo das pessoas que atuam nas bibliotecas e também da gestão das bibliotecas, dos *campi* e do IFC.

### **6.3.5 Instrumental**

Como já descrito na seção 4.3.3, esta dimensão da acessibilidade está ligada a ferramentas e a equipamentos que, quando utilizados, contribuem para que as pessoas com deficiência tenham autonomia e sejam incluídas. Conforme a Lei nº 13.146/2015, “É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida” (BRASIL, 2015).

Recentemente, foi promulgado o Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021, que regulamenta o art. nº 75 da Lei nº 13.146/ 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva. Entre as diretrizes deste Decreto está a “[...] eliminação, redução ou superação de barreiras à inclusão social por meio do acesso e do uso da tecnologia assistiva” (BRASIL, 2021b). No âmbito das bibliotecas, as tecnologias assistivas são formas de promover e democratizar o acesso à informação e ao conhecimento às pessoas com deficiência.

Ao perguntarmos o que é tecnologia assistiva, dos 31 respondentes 6 (19,35%) informaram que não sabiam. Os demais demonstraram compreender o que é tecnologia assistiva, como pode ser percebido na resposta do participante R16

*Tecnologia assistiva é o nome dado ao conjunto de recursos utilizados para ajudar pessoas com deficiência com suas habilidades funcionais, tornando sua vida mais fácil e independente, promovendo melhor qualidade de vida e inclusão social. As tecnologias assistivas agem de forma a ampliar a mobilidade, comunicação e habilidades de aprendizado.*

Contudo, percebemos que um texto com a mesma redação da resposta está disponível em *site* que pode ser acessado por meio do link <https://www.educamundo.com.br/blog/curso->

online-tecnologia-assistiva. Isso nos leva a acreditar que o participante, embora não cite a fonte, precisou pesquisar para responder à pergunta e reproduziu o texto de sua resposta. Outras respostas demonstram a familiaridade dos participantes com significado de tecnologia assistiva:

R4 *Basicamente, a Tecnologia assistiva é uma tecnologia que possibilita que uma pessoa deficiente tenha uma vida independente e com mais inclusão social;*  
 R25 *São os recursos e serviços que buscam promover uma maior inclusão, qualidade de vida e independência das pessoas com deficiência.*

Para outros participantes, este conceito parece ser parcialmente conhecido, como no caso do R5 que respondeu tratar-se de “*Softwares que auxiliam as PCD nas demandas diárias*”. Para (BERSCH, 2017), os *softwares* são uma opção de tecnologia assistiva que promovem acessibilidade às pessoas com deficiência por meio, por exemplo, do acesso a computadores e a celulares, contribuindo de formas distintas de acordo com as especificidades das pessoas. Contudo, tecnologia assistiva não se restringe a *softwares*.

Ao questionarmos quais as tecnologias mais conhecidas pelos participantes, os *softwares* foram os mais citados, 11 vezes. As demais tecnologias elencadas são a seguir apresentadas, de forma que o número entre parênteses corresponde à quantidade de vezes que cada tecnologia foi citada: aparelho auditivo (4), cadeira de rodas (3), impressora em braille (3), bengala (2), *scanner* (2), lupa (2), audiolivros (1), cão-guia (1), elevador (1), teclados em braille (1), telas para baixa visão (1), fone de ouvido (1).

No questionário 2, com o apoio em estudos já desenvolvidos como o de Silveira (2015), elencamos algumas tecnologias e questionamos sobre a existência delas na biblioteca. O Quadro 11 demonstra os resultados obtidos.

Quadro 11 - Tecnologias que integram os serviços das bibliotecas

Entre os serviços, a biblioteca oferece:	Sim (%)	Não (%)	Parcialmente (%)	Não sei responder (%)
Cópias ampliadas	7,10	85,70	7,20	0,00
Impressão em Braille	0,00	100,00	0,00	0,00
Audiodescrição	0,00	92,90	7,10	0,00
Equipamentos para ampliação de textos	7,10	85,70	7,20	0,00
Réguas de leitura	0,00	100,00	0,00	0,00
Scanners para digitalização de documentos para transcrição em formatos acessíveis	7,10	85,70	7,20	0,00
Fones de ouvido	14,30	78,60	7,10	0,00
<b>Média</b>	<b>5,09</b>	<b>89,80</b>	<b>5,11</b>	<b>0,00</b>

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir da coleta de dados

Por meio do Quadro 11 é possível perceber que fones de ouvido, uma tecnologia

simples, barata, muito necessária e utilizada também por pessoas que não possuem deficiência, têm um baixo percentual de disponibilização, (14, 30%). Entre as dimensões abordadas até o momento nesta pesquisa, considerando os itens elencados nos questionários propostos para a coleta de dados, a acessibilidade instrumental é a mais deficitária, com um percentual de 5,09% de atendimento da acessibilidade, para 89,80% de não atendimento.

Outra pergunta buscou saber se as bibliotecas oferecem outras tecnologias assistivas além das citadas no Quadro 11. As respostas foram assim apresentadas: 10 (71,42%) registraram que “não”, a B4 alegou não saber responder porque no *campus* em que atua essas tecnologias nunca foram necessárias, a B7 mencionou a existência de audiolivros, a B3 informou que há oferta de livros com letra ampliada, em braille, áudio livros e jogos específicos para pessoas com deficiência.

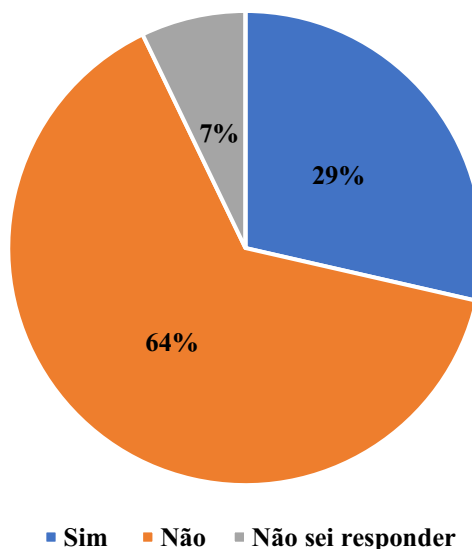
O fato de *softwares* serem os mais apontados entre as tecnologias assistivas está, provavelmente, relacionado ao elevado número de possibilidades gratuitas disponíveis na atualidade que podem auxiliar as pessoas com deficiência e a todos que tiverem interesse e se sentirem beneficiados por meio do seu uso. Ao invés de apresentarmos uma lista de sugestões de *softwares*, pontuamos que é imprescindível verificar quais são as demandas das pessoas, pois muitas vezes as pessoas com deficiência já possuem familiaridade com um sistema específico, o que exige que os espaços e os ambientes sejam constantemente reavaliados para atendê-las da melhor forma.

Uma possibilidade interessante para as bibliotecas, além de conversar com os próprios interagentes, é estabelecer parceria com o NAPNE e com o AEE, a fim de trocar informações sobre as necessidades identificadas por estes setores. A partir daí, pode ser facilitada a definição dos *softwares* básicos a serem disponibilizados nas bibliotecas. Consideramos básicos os *softwares* de leitura de tela, os de ampliação de tela, os de digitação por voz, entre outros. Contudo de acordo com as especificidades das pessoas, outras questões podem ser consideradas essenciais.

Nas bibliotecas do IFC, conforme o Gráfico 6, em 4 (29%) há softwares específicos para auxiliarem a pessoa com deficiência, em 9 (64%) não há e 1 (7%) não soube responder.



Gráfico 6 - Disponibilização de *softwares* específicos para auxiliar as pessoas com deficiência



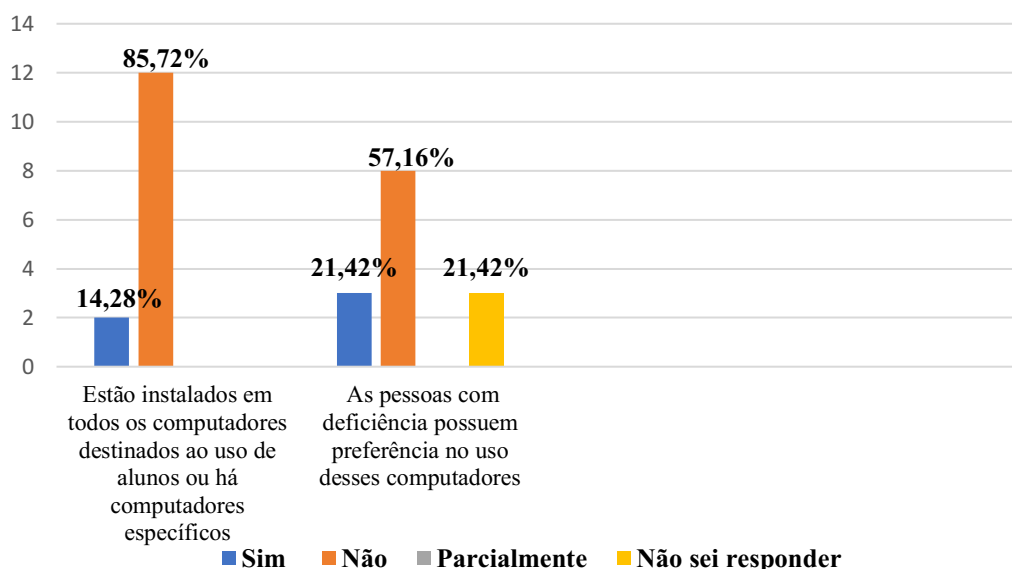
Fonte: elaborado pelas autoras, a partir da coleta de dados

Entre as bibliotecas que possuem *softwares* instalados, a B9 afirma que “*Todos os terminais de buscas estão com software de leitura de tela instalados para pessoas com deficiência visual, bem como possuem o recurso de lupa para pessoas com baixa visão*”; a B10 e a B3 marcaram que o *software* disponível é o DOSVOX. Contudo como também afirmado pela B3

*No sistema pergamum há possibilidade de ouvir, mas precisa ter o aplicativo específico. Se eu não estiver na biblioteca, acredito que as demais colegas não saibam fazer funcionar o mesmo nem com o DOSVOX. Como não temos demanda, vamos empurrando estas OBRIGAÇÕES para o futuro.*

Assim, fica evidenciada a necessidade de articular a disponibilização de recursos à capacitação de todos os servidores. As demandas por formação serão abordadas mais adiante, mas não podemos deixar de sublinhar esta questão, pois a existência de tecnologias pressupõe a capacidade dos profissionais de utilizá-las. Além disso, o Gráfico 7 demonstra que na maioria dos casos os *softwares* específicos não estão instalados em todos os computadores e que as pessoas com deficiência não possuem preferência no uso dos computadores que dispõem de tais recursos.

Gráfico 7 - Forma como os *softwares* específicos para auxiliar as pessoas com deficiência na busca informacional são disponibilizados nas bibliotecas



Fonte: elaborado pelas autoras, a partir da coleta de dados

Emergiu dos dados analisados a dificuldade de melhorar as condições de acessibilidade em função das limitações financeiras, como na manifestação da B6 que registra sentimento de impotência em promover mudanças que dependem de investimentos financeiros. Porém, apesar de várias possibilidades de *softwares* gratuitos e de o IFC ter equipes de profissionais que atuam na área de informática e que gerenciam, portanto, a instalação de *softwares*, a maioria das bibliotecas não possuem estes recursos voltados a auxiliar as pessoas com deficiência. Ou seja, algumas medidas podem ser tomadas em favor da acessibilidade e da inclusão da pessoa com deficiência sem significativos investimentos financeiros, mas demandam de proatividade e conhecimento.

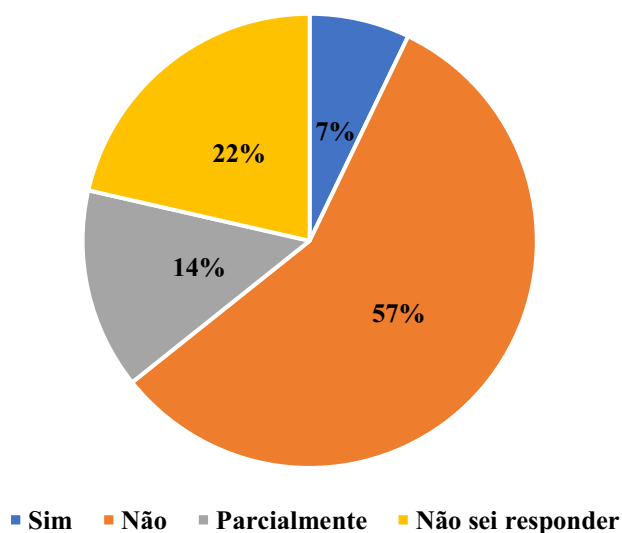
Para Bersch (2017), a tecnologia assistiva tem o objetivo de proporcionar qualidade de vida aliada à independência e à autonomia das pessoas com deficiência. As bibliotecas do IFC demonstram reconhecer a necessidade de aquisição e disponibilização destas tecnologias, pois, por meio da Portaria nº 1972/2019, emitida pelo IFC, foi instituída uma comissão para desenvolver um projeto de aquisição de tecnologias assistivas para o SIBI (IFC, 2019f.), movimento que demonstra que as bibliotecas do IFC têm buscado estruturar alguns processos no sentido de se organizarem para a oferta de acessibilidade e de inclusão da pessoa com deficiência.

### 6.3.6 Programática

Para entendermos como a acessibilidade programática tem sido contemplada nas bibliotecas do IFC, partimos da análise do Regimento do SIBI e do Regulamento Interno das Bibliotecas do IFC, ambos regulamentados pela Resolução nº 60, de 13 de dezembro de 2019. Nesses documentos, não há menção, por exemplo, a prazo de empréstimo diferenciado e garantia de prioridade de atendimento ou outros aspectos relativos à acessibilidade e à inclusão das pessoas com deficiência.

Um dos aspectos inclusivos abordados pelo Regulamento Interno das Bibliotecas diz respeito à possibilidade de que, para cadastro no sistema Pergamum, os interagentes façam uso de nome social (IFC, 2019i), questão que não era contemplada na edição anterior deste documento, o que evidencia os movimentos que ocorrem na instituição no sentido de promover a inclusão. No entanto, conforme o Gráfico 8, ao questionarmos se o regulamento da biblioteca contempla questões relativas à acessibilidade obtivemos as seguintes respostas: 1 (7%) sim, 2 (14%) parcialmente, 3 (21%) não souberam responder e 8 (58%) afirmaram que não. A discordância de respostas sugere o desconhecimento do documento por parte de alguns dos participantes da pesquisa. Cabe destacar que 14 bibliotecas responderam ao questionário 2, e 12 dos que preencheram o questionário são bibliotecários.

Gráfico 8 - A acessibilidade contemplada no Regulamento das bibliotecas



Fonte: elaborado pelas autoras, a partir da coleta de dados

Acreditamos ser necessário, na medida do possível, reavaliar e reformular este documento, buscando contemplar, também, questões que promovam a inclusão de pessoas com

deficiência. Ademais, o próprio Regulamento Interno das Bibliotecas especifica que entre os direitos dos interagentes está o de “IV - sugerir alterações nos serviços que são prestados, ou, a inclusão de novos serviços na biblioteca” (IFC, 2019i, p. 3). Esta Informação é crucial para ser socializada com as pessoas com deficiência, ajudando-as a reivindicar seus direitos e incentivando-as a contribuir, por meio de sugestões, na melhoria dos espaços e dos serviços ofertados pelas bibliotecas.

Para Mazzoni (2000) as bibliotecas estão diretamente ligadas à qualidade dos cursos e, como abordado na seção 5, os cursos do ensino superior são avaliados por meio do Sinaes, e, neste processo, entre outros aspectos, é avaliada a acessibilidade das bibliotecas. Buscamos saber se o processo de avaliação interfere na atuação da gestão institucional e da gestão da biblioteca, em relação à atenção às questões de acessibilidade. As respostas desta questão foram apresentadas da seguinte forma: 5 (35,73%) afirmaram que sim, este processo de avaliação interfere nas proposições em torno da acessibilidade, 4 (28,57%) afirmaram que não, 1 (7,14%) registrou que interfere pouco, 1 (7,14%) respondeu que não possuía conhecimentos para responder e 3 (21,42%) argumentaram que

*B7 Com relação as bibliotecas só conheço a parte da certificação que diz respeito as bibliografias. E ali não informa nenhuma questão de acessibilidade;*

*B1 Pouco, pois os avaliadores focam mais se a biblioteca possui os livros do PPC e o seu quantitativo, além do espaço da biblioteca, se possui espaço de estudo individual e em grupo. Outras necessidades como acessibilidade ficam em segundo plano;*

*B6 As avaliações do MEC pontuam sobre a falta de espaço e ausência de acessibilidade na biblioteca, mas infelizmente muitas questões não dependem de nós e as vezes nem da gestão, mas de verbas para ampliar a biblioteca e estruturá-la com acessibilidade.*

O bibliotecário, que ao responder o questionário representou a B7, desconhece que a acessibilidade é um dos critérios avaliados nas bibliotecas pelo Sinaes. A B1 demonstra que o processo avalia se a biblioteca dispõe dos livros constantes nos projetos pedagógicos de curso (PPCs), mas não é pautado se esses livros são inacessíveis a algumas pessoas, o importante é ter o livro, ainda que, dada a limitação de acesso, estes livros podem não existir para pessoas com deficiência. Esta realidade demonstra a invisibilidade e a exclusão das pessoas com deficiência, pois apesar de os documentos como a Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003 normatizarem o processo de avaliação (BRASIL, 2003) ele não é realizado conforme o proposto pela própria normatização do processo (STROPARO, 2018). O documento Referenciais de

Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *in loco* do Sinaes afirma que

A avaliação *in loco* sem a devida análise dos critérios legais que compreendem a Acessibilidade, como um todo, pode ficar comprometida e limitada ao entendimento que cada avaliador possui sobre o tema, podendo estar à acessibilidade entendida como remoção de barreiras arquitetônicas simplesmente ou estando esse conceito tratado de forma diversificada, como no presente documento (BRASIL, 2013, p. 75).

Isso fica evidenciado entre as respostas que afirmaram que o processo avaliativo não influencia pontuando que os avaliadores não dão importância às questões de acessibilidade, o que pode ser observado na resposta da B10: “*não interferem, pois não lembro de nenhum questionamento feito pelas comissões em relação a acessibilidade na biblioteca*”. Para Stroparo (2018), é preciso que os avaliadores do Sinaes sejam melhor capacitados e que a avaliação da acessibilidade nas bibliotecas seja realizada com seriedade. Mesmo tratando de critérios normatizados e interferindo nas pontuações dos cursos, no processo de avaliação realizado pelo Sinaes, segundo a “voz” dos participantes desta pesquisa, a acessibilidade é relegada a segundo plano, o que demonstra que a força da lei não é maior que a influência da cultura e que a imposição da norma jurídica não suscita mudanças verdadeiras (SKILIAR, 2006).

A Política de Desenvolvimento de Coleções também foi analisada no sentido de compreender se a aquisição de acervo em formato alternativo é contemplada em seu texto. Os dados que demonstram a compreensão dos participantes acerca desta questão revelam que : 6 (42,87%) responderam que sim, 5 (35,71%) que não, 1 (7,14%) não soube responder e 2 (14,28%) (B1 e B4) não se referiram à PDC, mas à atual cultura de desenvolvimento, explicando que as aquisições de acervos têm sido restritas às bibliografias dos PPCs e não de materiais em formato acessível, dando a entender que a aquisição de livros dos PPCs é desvinculada de aquisição de materiais em formatos acessíveis para as pessoas com deficiência.

Em todas as respostas positivas para esta questão, foi mencionada a assinatura das plataformas digitais que oferecem *e-books*. A B10 esclareceu que, na atualidade, a aquisição de *e-books* tornou-se prioridade em função do contexto pandêmico, que impôs o isolamento social, como medida de segurança e saúde, o que revela os movimentos das bibliotecas do IFC para atender às demandas emergentes e se adaptar às novas configurações das bibliotecas na atualidade. Apesar de os *e-books* não se encaixarem na categoria de tecnologia assistiva, pois não são adquiridos especificamente para pessoas com deficiência (BERSCH, 2017), por se tratarem de conteúdo digital, além de contarem com as opções de acessibilidades disponíveis nas próprias plataformas, podem ser acessados com o apoio de tecnologia como leitor de tela e

favorecer o acesso das pessoas com deficiência ao acervo digital. Para Pupo (2010, p. 5)

Livros digitais possibilitam, através de programas próprios, ampliar a fonte em que o livro é editado, atendendo à demanda do usuário com baixa visão, que não consegue ler fontes menores. Embora não permitam à pessoa com deficiência visual ter contato permanente com a grafia das palavras [...].

Muitas pessoas com deficiência enfrentam barreiras como a falta de transporte acessível e o livro digital é uma forma de aproximar a biblioteca de “todos”. Embora neste formato de conteúdo e forma de acesso evidenciam-se processos de in/exclusão (LOPES; DAL’IGNA, 2007) em que, enquanto as bibliotecas passam a oferecer materiais digitalmente, muitas pessoas estão excluídas por não terem condições financeiras e/ou conhecimento para acessarem a internet. Esta situação é vivida na pandemia, em que muitos alunos não conseguiram acessar as aulas por não possuírem aparelhos eletrônicos e/ou internet (IFC, 2020b).

Como forma de auxiliar nestas defasagens, o IFC ofereceu o Projeto Alunos Conectados, que buscou proporcionar condições de acesso à internet para realização das atividades educacionais. Ou seja, as várias faces da in/exclusão exigem o incansável trabalho em busca da inclusão, pois, como afirmam Fabris e Lopes (2013), inclusão e exclusão perpassam os mesmos processos. Neste mesmo sentido, apesar da tendência de que as bibliotecas se tornem cada vez mais digitais, é preciso atentar-se às formas de exclusão que esta nova modalidade pode estruturar (TARGINO, 2010).

No processo de análise de dados emergiu, de forma significativa, a ideia de que a assinatura de plataformas digitais favorece a inclusão da pessoa com deficiência. Disponibilizar a informação e o conhecimento socialmente construído em formato digital tem sido um dos desafios encontrados pelas bibliotecas do IFC e, ao mesmo tempo, um dos objetivos, já que as demandas por esta nova organização das bibliotecas são cada vez mais evidentes e foram intensificadas pelo contexto pandêmico, dada a condição de inacessibilidade ao acervo físico imposta. O que queremos destacar é que, por longa data, pessoas com mobilidade reduzida, com baixa visão ou outras deficiências podem ter sofrido com a ausência da disponibilização deste formato de material, mas as demandas só se tornaram evidentes e foram atendidas quando, na pandemia, afetaram as demais pessoas que ficaram sem acesso à biblioteca. Assim, questionamo-nos se estas seriam pistas da invisibilidade das pessoas com deficiência?

Retornando à percepção dos participantes a respeito da PDC, em meio às respostas que afirmam que a política contempla a aquisição de acervos em formato acessível, houve

preponderância no registro de que as obras em formatos acessíveis que as bibliotecas possuem são recebidas de doação, por exemplo, da Fundação Dorina Nowill. Ou seja, apesar de ser contemplada na PDC, a aquisição não acontece, as verbas financeiras são direcionadas à compra das obras que compõem as bibliografias básicas e complementares especificadas nos PPCs, sem considerar formatos acessíveis nestas aquisições.

Entre os que responderam que a PDC não contempla a aquisição de materiais acessíveis, a B6 afirmou "*Não, o que temos recebemos de doação do governo. E como a política de desenvolvimento de coleções está vinculada aos PPCs, só podemos solicitar a compra de materiais bibliográfico que constem nos PPCs* (grifo nosso)". A resposta da B14 assemelha-se ao afirmar que "*A PDC não cita formatos alternativos para acessibilidade*". Emergem dessas respostas, o desconhecimento e/ou equívoco na interpretação da PDC do IFC, pois ao tratar dessa questão seu texto expressa que "*As Bibliotecas do IFC deverão compor seus acervos com fontes de informação que respaldem os programas de ensino, pesquisa e extensão do campus, bem como com materiais que desenvolvam e contribuam para a formação geral do leitor*" (IFC, 2019j, p. 7).

A aquisição não está restrita especificamente aos PPCs, mas deve ser realizada de forma a contemplar bibliografias que deem suporte a estes planos e que também contemplem, entre outros critérios de seleção, "*Formatos acessíveis às pessoas com deficiência, quando justificável*" (IFC, 2019j, p. 9, grifo nosso). É notório, pela análise do texto, que a PDC do IFC foi desenvolvida de forma que seu foco de aquisição seja as bibliografias dos PPCs, mas não se restringe a estas aquisições. Ademais, acesso às bibliografias básicas e complementares também é um direito da pessoa com deficiência.

Outro aspecto que merece ser pontuado é o uso do termo "*justificável*", pois seu texto parece ignorar todo o processo histórico e cultural pelo qual passaram as pessoas com deficiência e que por meio de lutas e discussões resultaram em avanços e conquistas relativas à acessibilidade e à inclusão (MAZZOTTA, 2011). Ao exigir justificativa para adquirir materiais em formato acessível, a PDC não se alinha à proposta de que as bibliotecas sejam acessíveis e inclusivas, ao contrário, o texto da PDC propõe que o acervo seja mantido e desenvolvido a partir do conceito de normalidade (DINIZ, 2012), exigindo justificativa para as possíveis exceções que fujam à regra.

Ao anunciar que os acervos deverão respaldar os PPCs, a PDC não registra qual o formato da coleção, se impresso em formato convencional ou em braille, se disponibilizado em formato digital em áudio ou outros. Assim, todos os formatos de acervos podem ser adquiridos, afinal, quando as pessoas com deficiência precisam acessar as bibliografias dos PPCs, o que as

bibliotecas fazem? Será que a demanda não existe ou, por saber ou imaginar que a biblioteca não dispõe de tais materiais, professores e alunos buscam resolver o problema de acesso às bibliografias de outra forma? Infelizmente, não temos estas respostas, mas são questões a serem consideradas e investigadas, pois, como afirmam Carvalho (2016, p. 35), “O que faz evoluir não são as respostas e sim os questionamentos”.

Destacamos o fato de que a B8 não soube responder se a aquisição de acervo em formato alternativo é contemplada no texto da PDC, o que, mais uma vez, chama a nossa atenção para o desconhecimento de alguns bibliotecário sobre aspectos essenciais ao desenvolvimento de suas atividades. Para Gentil Junior (2016, p. 97) “[...] é dever do bibliotecário, promover mudanças, mediante políticas de não exclusão e implementação de legislações [...]”. Ainda que o processo de aquisição de acervos não esteja entre suas atribuições, por uma provável distribuição de tarefas, é fundamental que os bibliotecários conheçam a PDC e os demais documentos norteadores das bibliotecas. Para Carvalho (2017, p. 39)

O bibliotecário é o principal responsável por fazer da biblioteca um ambiente inclusivo, depende dele as ações para preparar o ambiente e transformar a biblioteca em um espaço agradável, inclusivo, onde todos possam encontrar as informações, independente de qualquer limitação.

Por isso, conhecer os documentos norteadores da própria instituição e que fazem parte do arcabouço que trata das suas responsabilidades e da função social à qual sua profissão está ligada é uma das funções do bibliotecário. Com as novas demandas sociais, a função de bibliotecário passou de “guarda” para socializador/disseminador da informação. Se em outros tempos tinha a responsabilidade de garantir a segurança, o sigilo das obras, como ocorria nos mosteiros (MARTINS, 2002), hoje tem a missão de orientar a busca pela informação e de promover a autonomia dos interagentes de forma que possam fazer suas próprias escolhas em relação ao que querem acessar. Contudo, quantos bibliotecários têm conhecimento e tempo para fazer este trabalho? Infelizmente, a burocratização das funções acaba por limitar o tempo e a formação básica deste profissional, o que, conforme constatado por Almeida (2015), deixa a desejar em relação a abordagens que envolvam, por exemplo, a temática da acessibilidade.

Contudo, apesar das limitações impostas, os dados apresentados nesta análise demonstram a urgência de ações voltadas a assegurar a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas do IFC. Para Costa (2015, p. 142), “Às vezes os bibliotecários esperam ter o primeiro atendimento para que se possam pensar em realizar alterações nos



ambientes da biblioteca como também se avaliar se possuem competências para atender este público.” Isso acaba adiando as iniciativas e afastando as pessoas com deficiência da biblioteca. Para que a acessibilidade seja contemplada, por exemplo, no desenvolvimento do acervo, seria importante que todas as bibliotecas conhecessem e buscassem materiais como os da Fundação Dorinha Nowill. Trabalhar em parceria com setores como o NAPNE e o AEE e definir materiais básicos que fizessem parte do acervo de cada *campus* do IFC, também pode ser uma iniciativa interessante.

A estruturação de um acervo básico, construído como forma de antecipar-se às demandas pode aproximar as pessoas com deficiência da biblioteca e ser um primeiro passo para, a partir de então, e de acordo com as necessidades, ampliar o acervo acessível. A existência de um acervo básico justifica-se, também, em função dos entraves burocráticos que perpassam os processos de aquisição de materiais e podem prejudicar as pessoas que esperam pelo acesso aos materiais acessíveis, como é relatado pelo participante R5

*No caso da biblioteca onde trabalho, havia um professor quase cego, ele praticamente não frequentava a biblioteca pois não tínhamos nada para oferecer a ele. Corremos atrás de material para ele, livros, softwares, etc... Só conseguindo recentemente algumas melhorias... enquanto isso ele foi transferido do campus. Então tudo que precisamos demora muito tempo para acontecer... o que conseguimos será de valia para outros usuários, mas há muita dificuldade para conseguir o que é importante no momento.*

Por isso, é fundamental planejar junto à gestão e aos setores responsáveis, formas de agilizar a compra de materiais em caráter de urgência, por exemplo, de referências que constam nos PPCs e não são acessíveis às pessoas com deficiência. Tudo isso exige que o bibliotecário e a equipe de profissionais que atua nas bibliotecas concebam a acessibilidade para além dos quesitos legais, mas como um compromisso com a sociedade. Nesta perspectiva, planejar o espaço e os serviços para atender à diversidade é parte da mobilização para assegurar a inclusão social e a cidadania (BRASIL, 2015) no âmbito das bibliotecas.

Em relação aos documentos citados nesta seção, que tratam da acessibilidade programática, a análise indica que a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência são discretamente abordadas nos textos. Embora na missão do IFC seja estabelecido compromisso com a inclusão social e a instituição possua um documento intitulado Política de Inclusão e Diversidade do IFC (IFC, 2019k), que orienta ações de inclusão, nos documentos que norteia a

atuação das bibliotecas do IFC a temática da inclusão não é evidenciada com destaque.

### 6.3.7 Atitudinal

As “vozes” dos participantes da pesquisa revelam que a proatividade e a empatia dos profissionais que trabalham na biblioteca são apontadas como formas pelas quais, muitas vezes, as barreiras de acessibilidade são mitigadas e a inclusão da pessoa com deficiência é promovida. Isso demonstra que as atitudes dos profissionais têm sido uma maneira de compensar questões ainda não resolvidas que impõem barreiras às pessoas com deficiência. Para Carcereri (2014) ao abordarmos as barreiras atitudinais nas bibliotecas precisamos considerar que elas ocorrem, tanto do profissional da biblioteca para o interagente, quanto do interagente para o profissional da biblioteca. Para esta autora, os bibliotecários também carregam estigmas (GOFFMAN, 2008), estruturados na forma como este profissional era visto e se relacionava com as pessoas que frequentavam a biblioteca no passado: um homem sisudo, de poucas palavras e pouco riso (BRAYNER, 2018).

Conhecer a respeito do significado e de como a acessibilidade atitudinal pode contribuir na quebra de barreira é fundamental para que possamos reconhecer e avaliar nossas ações (LIMA; TAVARES, 2007). Neste sentido, perguntamos aos participantes o que são barreiras atitudinais. Dos 31 respondentes, 9 (29,03%) não souberam responder. Entre as demais respostas, os termos que mais se destacaram foram “preconceito” e “atitudes” em que a acessibilidade atitudinal consiste em atitudes livres de preconceitos. Outras respostas demonstram que se trata de julgamentos antecipados, obstáculos, falta de empatia, práticas e costumes discriminatórios, que resultam em sofrimento.

O R19 registra que a acessibilidade atitudinal impacta a vida das pessoas; seu relato evidencia a necessidade de trabalhar esta dimensão no âmbito institucional

*[...] um aluno que usava o trabalho da interprete de libras, ele mudou de escola [...], depois fui na escola dele, por coincidência, na sala dele, ele veio me abraçar, achei muito emocionante essa situação, pois ele se sentiu incluído por eu tratar ele com respeito, o tradutor lá me disse isso. Ao mesmo tempo é triste que as demais pessoas não se dedicaram, especialmente os colegas de turma. Desculpe a sinceridade, mas ele saiu do IFC devido ao preconceito dos colegas de turma.*

Para Sousa (2016), a acessibilidade atitudinal é uma das barreiras mais difíceis de serem trabalhadas porque está fundamentada a valores culturais. Dessa forma, é um equívoco acreditar que as legislações, por exemplo, assegurarão mudanças atitudinais. Uma nova postura

dessa dimensão da acessibilidade exige a sensibilização, a quebra de paradigmas, a construção de novos conhecimentos e a tomada de consciência. Para Pereira (2018, p. 79) “A informação acaba se tornando uma aliada na luta contra o preconceito e a discriminação, podendo mostrar a diversidade humana e ocasionar mudanças de atitudes e ajudar a quebrar modelos arcaicos, em que pessoas com deficiência eram tidas como totais incapazes.”

Por isso, como forma de trabalhar para que experiências como a relatada pelo participante R19 não se repitam, a constante discussão, em âmbito institucional, sobre a temática da acessibilidade atitudinal se faz necessária, pois momentos de reflexão e avaliação das próprias ações são fundamentais. Conforme Sasaki (2009), a sensibilização é uma das formas de quebrar barreiras atitudinais.

Para o R14, as barreiras de acessibilidade físicas podem ser mensuradas e relatadas, mas as atitudinais não, porque não há pessoas com deficiência na biblioteca em que atua. Porém, conforme será verificado pelo Quadro 12, que mais adiante apresentará os dados do Censo Interno do IFC, no período de realização de coleta de dados desta pesquisa em todos os *campi* do IFC havia pessoas com deficiência. O desconhecimento desta informação pode contribuir para que, mesmo sem intenção, sejam criadas barreiras atitudinais. Para Pupo *et al* (2008, p. 14)

As barreiras mais difíceis de serem contornadas são as “barreiras de atitude”. É preciso que nos tornemos pessoas acessíveis e inclusivas, ou seja, fazer uma revisão de nossas atitudes e mudá-las, tendo como foco principal a ideia de que todas as pessoas têm direitos e deveres em uma sociedade democrática e que ninguém deve ser excluído por qualquer razão.

Contudo, se comparada a questões de acessibilidade que demandam de execução financeira, como a adequação de projetos arquitetônicos, a aquisição de tecnologia e de mobiliário acessível, a acessibilidade atitudinal pode ser mais facilmente atendida, pois reuniões e momentos de conversa realizados entre os próprios profissionais que atuam nas bibliotecas são formas de promover atitudes mais inclusivas. Além disso, contar com os profissionais da instituição que possuem experiência e conhecimento na área da acessibilidade e do atendimento da pessoa com deficiência também é uma possibilidade que não exige investimentos financeiros. Para Brayner (2018, p. 264)

Softwares pagos não garantem uma cultura organizacional acessível ou sustentável. O que torna a existência de uma biblioteca plausível é, fundamentalmente, a reflexão contínua por parte dos bibliotecários quanto às suas práticas em relação ao outro. Isso

garante vida longa à biblioteca e mobilidade social para quem a frequenta.

Mas, sem dúvida, a parceria mais efetiva para se promover a quebra de barreiras atitudinais é a estabelecida com as pessoas com deficiência. Para Mantoan (2006, p. 192), “As diferenças são produzidas e não podem ser naturalizadas, como pensamos habitualmente. Essa produção é sustentada por relações de poder e merece ser compreendida, questionada, e não apenas respeitada e tolerada”. Ouvir as pessoas com deficiência nos possibilita reavaliar nossas atitudes, reconhecer nossos comportamentos excludentes (LIMA; TAVARES, 2007), que naturalizam a exclusão e a estigmatização.

#### 6.4 (IN)VISIBILIDADE

No ano de 2010, com o objetivo de melhor atender os estudantes com deficiência e/ou necessidades específicas, foram criados e regulamentados no IFC os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs). Em 2019, por meio da Resolução nº 33/2019, do Consuper, os NAPNEs passaram a ser regulamentados pela Política de Inclusão e Diversidade do IFC. O objetivo geral desta política é “[...] promover a inclusão, o respeito à diversidade e aos direitos humanos no âmbito do IFC, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e éticos” (IFC, 2019k, p. 2).

Além de nortear a atuação dos NAPNEs, a Política de Inclusão e Diversidade do IFC abarca o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e o Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES), assim como outros que vierem a surgir em função das especificidades de cada *campus*. Estes núcleos compõem o Comitê de Diversidade e Inclusão, composto pelos núcleos inclusivos. Por si só, a estruturação desta política demonstra que o IFC vem trabalhando no sentido de atuar para que a heterogeneidade seja contemplada em suas políticas. Em relação às bibliotecas, na Política é definido que entre as atribuições de cada um dos núcleos, está a de indicar bibliografias às bibliotecas, de forma a contribuir para que no desenvolvimento do acervo sejam contempladas as temáticas abordadas por cada núcleo.

Em relação aos NAPNEs, na Política de Inclusão e Diversidade do IFC é especificado que cabe aos NAPNEs “[...] o fomento a estudos das questões relativas à inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas, e desenvolvimento de ações de inclusão e quebra de barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas” (IFC, 2019k, p. 5). Os NAPNEs são constituídos em cada *campi* e na reitoria por meio de portaria. Ainda, conforme informação da Política de Inclusão e Diversidade do IFC, o NAPNE e os demais núcleos inclusivos do IFC

devem ser compostos por “I - Coordenador; II - Vice-Coordenador; III - Secretário; IV - Discentes; V - Membros da comunidade externa com atuação em movimentos sociais; VI - Demais membros que tenham afinidade com as temáticas dos núcleos” (IFC, 2019k, p. 7). A participação de profissionais que atuam nas bibliotecas é uma das formas pelas quais as bibliotecas podem ter mais acesso a informações acerca das especificidades das pessoas com deficiência atendidas pelo NAPNE e, a partir daí, repensar seus serviços e espaços. Por outro lado, esta participação também contribui para tornar a biblioteca cada vez mais conhecida entre as pessoas com deficiência, aproximando-a de novos interagentes.

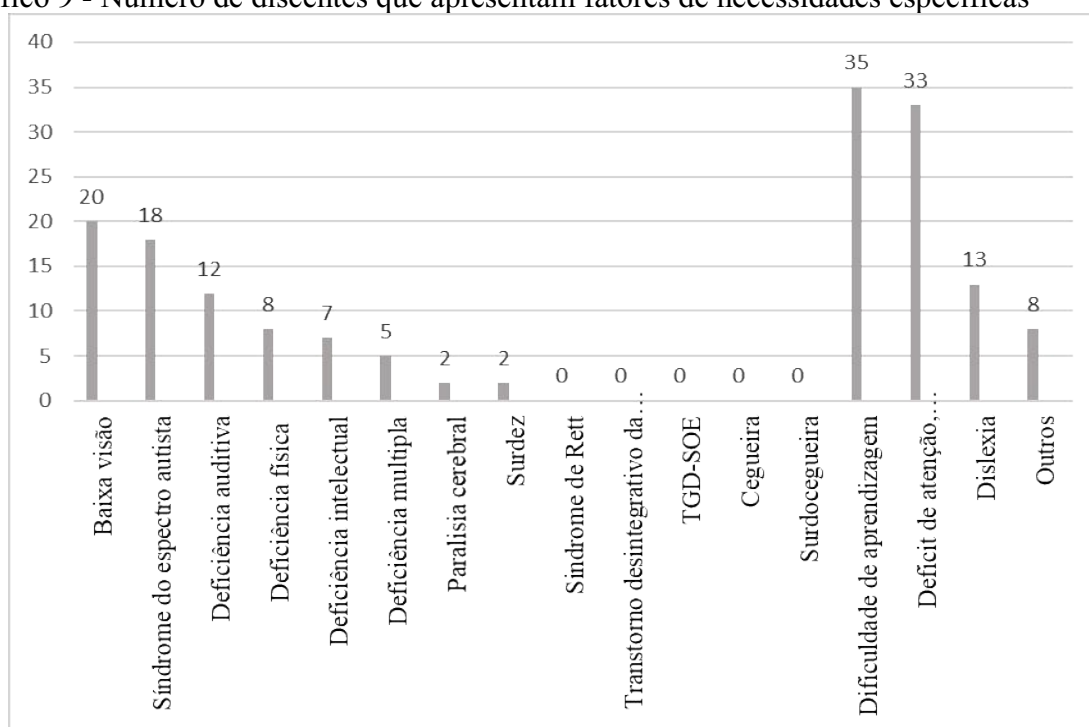
Entre os relatórios publicados no *site* do IFC pelo NAPNE da reitoria, o mais atual é o de 2017. Neste documento, é registrado que

[...] o número de pessoas com necessidades específicas (PNE) no IFC, em 2017, correspondia a 208 indivíduos, representando 1,46% do total da população do IFC, que era de 14.214 pessoas [...]. Observa-se que houve um aumento deste percentual em relação à pesquisa anterior, realizada em 2016, período em que a representatividade era de 1,23%, e em 2015, de 1,39%. Entretanto, os dados são parciais, pois englobavam apenas dez campi em 2015, 14 em 2016 e 12 em 2017 (IFC, 2017a, p. 7).

O relatório apresenta dados que elucidam quais são as principais demandas de atendimento, esclarecendo que “[...] os fatores com maior número de registros são dificuldade de aprendizagem (35) e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (33)” (IFC, 2017a, p.9). Logo, o maior número de atendimentos realizados pelos NAPNEs não estava, à época, relacionado diretamente às pessoas definidas pelo Decreto nº 5.296/2004 e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva como pessoas com deficiência. O que nos parece coerente, pois considerar que toda pessoa com deficiência precisa de atendimento educacional especializado é um equívoco (TORRES *et al*, 2007).

No Gráfico 9, é possível identificar com clareza a que públicos os NAPNEs atendiam no ano de 2017.

Gráfico 9 - Número de discentes que apresentam fatores de necessidades específicas



Fonte: reproduzido pelas autoras, para fins de pesquisa, do Relatório NAPNE/2017 (IFC, 2017a, p. 9).

Ainda, conforme o Relatório 2017 do NAPNE, no quadro de servidores do IFC também há pessoas com deficiência e em relação ao “[...] maior número de registros está a deficiência física (13), seguida pela deficiência auditiva (7), baixa visão (3), surdez (2) e cegueira (2)” (IFC, 2017a, p.9). Contudo, é importante registrar que os dados apresentados dizem respeito a 12 *campi* - os que responderam à pesquisa proposta pelo NAPNE e que culminou no relatório aqui apontado e, portanto, não representam a totalidade dos *campi* do IFC à época.

Apesar da atuação dos NAPNEs, conforme apontado pelo Gráfico 9, não se restringir a pessoas com deficiência, em se tratando do contexto do IFC, eles são os locais nos quais há maior intensificação de debates e ações em torno de questões voltadas ao melhor atendimento educacional das pessoas com deficiência e por isso abordamos este núcleo como local em que as pessoas com deficiência são vistas. A atuação deste núcleo é muito importante e significativa para assegurar tanto o acesso, quanto a permanência das pessoas com deficiência na instituição. No desenvolvimento do Estado da Arte, constatamos que, na maioria das produções analisadas, os NAPNES constituíram-se como fonte de consulta sobre informações acerca de quem são as pessoas com deficiência. Dessa forma, este núcleo demonstra sua relevância no desenvolvimento de processos inclusivos, tornando-se, na instituição, local de referência em que são articuladas informações, discussões e práticas voltadas à quebra de barreiras e à

inclusão das pessoas com deficiência.

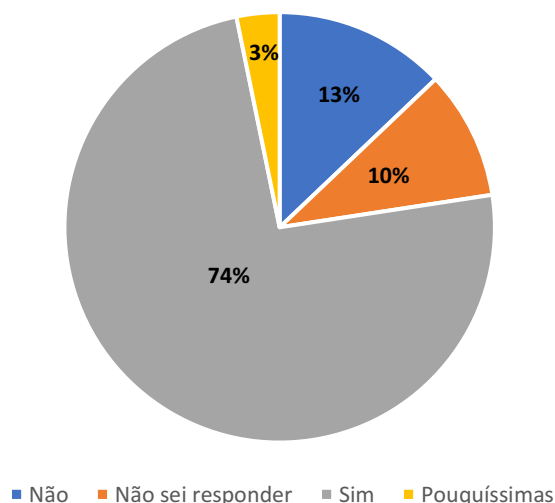
Outra fonte de informação a respeito do número de pessoas com deficiência é o Censo Interno do IFC. Recentemente, no mês de junho de 2021, foi publicado o atual Censo Interno do IFC, contudo, optamos por abordar aqui os dados do Censo publicado em novembro/2020, pois estes eram os disponíveis no período da coleta de dados de nossa pesquisa e, portanto, expressam a realidade daquele momento. Esses dois censos apresentam uma diferença pequena em relação ao total de pessoas com deficiência, no mais recente os dados apontam um acréscimo de duas pessoas com deficiência. A sistematização das informações dos dados do Censo Interno do IFC publicado em novembro de 2020 deu origem ao Quadro 12. Nele é possível constatar que em todos os *campi* há pessoas com deficiência.

Quadro 12 - Censo Interno do IFC (novembro/2020) - Percentual de discentes, técnicos administrativos e docentes com deficiência

<i>Campus</i>	Graduação	Curso técnico	Qualificação Profissional (FIC)	Percentual de alunos	Técnicos administrativos	Docentes	Percentual de servidores	total de pessoas com deficiência
Abelardo Luz	1			0,78%	0	0	0,00%	1
Araquari	12	12		1,37%	1	3	1,92%	28
Blumenau	7	5		1,15%	1	0	0,96%	13
Brusque		5		0,60%	0	2	2,99%	7
Camboriú	3	11	1	0,74%	0	2	0,87%	17
Concórdia	8	5		0,93%	2	1	1,46%	16
Fraiburgo	2	1		0,64%	1	0	1,72%	4
Ibirama	1	4		1,23%	1	1	3,08%	7
Luzerna		1		0,13%	2	0	2,30%	3
Rio do Sul	5	4		0,50%	3	2	2,56%	14
Santa Rosa do Sul	1	6		0,77%	3	2	3,60%	12
São Bento do Sul	1	3		0,65%	0	0	0,00%	4
São Francisco do Sul		10		1,30%	0	0	0,00%	10
Sombrio	1	6		0,91%	0	3	3,61%	10
Videira	5	12		1,09%	0	0	0,00%	17
Reitoria					1	1	1,44%	2
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>85</b>	<b>1</b>		<b>15</b>	<b>17</b>		<b>165</b>

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir do Censo Interno do IFC – novembro/2020 (IFC, 2020a)

Em discordância aos dados do Censo Interno do IFC, o Gráfico 10 elucida uma realidade de invisibilidade das pessoas com deficiência.

Gráfico 10 - Conhecimento de que no *campus* em que atua há pessoas com deficiência

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir da coleta de dados.

Pelas informações do Gráfico 10, 4 participantes (13%) desta pesquisa informaram não haver no *campus* em que atuam pessoas com deficiência e outros 3 (7%) não souberam responder, demonstrando o desconhecimento da realidade por parte de alguns participantes da pesquisa e a situação de invisibilidade das pessoas com deficiência (ANTUNES, 2017); 23 participantes (77%) disseram saber que há pessoas com deficiência no *campus* e 1 participante (3%) informou que há pouquíssimas pessoas com deficiência.

Sobre o número aproximado de pessoas com deficiência que costumam frequentar o *campus*, as respostas mostram discrepância de informações, como no número informado pelos respondentes R6, R28 e R15, que atuam no mesmo *campus*. Segundo eles, o número de pessoas com deficiência que costuma frequentar o *campus* é, respectivamente, 3, 15 e 10 pessoas. Contudo, pelas informações do Censo Interno do IFC, neste *campus*, há 28 pessoas com deficiência. A mesma situação é evidenciada em relação às informações dos participantes R20, R5 e R4, que trabalham na mesma biblioteca e informaram, respectivamente, 3, 10 e 50 como número de pessoas com deficiência que costumam frequentar o *campus*, mas, conforme o Censo, neste *campus*, há 16 pessoas com deficiência. A constatação de divergência entre as informações do Censo e dos participantes e entre os próprios participantes que atuam na mesma unidade educacional denota que os profissionais das bibliotecas possuem informações parciais ou equivocadas a respeito de quem são as pessoas com deficiência que frequentam o *campus* e, ao mesmo tempo, demonstra a invisibilidade das pessoas com deficiência. Para Costa (2015, p. 131),



[...] com a informação prévia da matrícula de pessoas com deficiência repassadas às bibliotecas, estas unidades podem se preparar para quando este usuário chegar, elas passam a ter uma ideia do que fazer para atender esse público. Essa informação sinaliza para as BU que novos desafios vêm pela frente.

As pessoas com deficiência, conforme o Gráfico 9 anteriormente apresentado, não se restringem aos discentes. É preciso considerar, ainda, que a comunidade acadêmica também é constituída por familiares, por funcionários terceirizados e demais que merecem atenção em relação às suas necessidades para o acesso à informação. Antunes (2017) concluiu que há pouca proatividade por parte dos bibliotecários em buscar saber quem são as pessoas com deficiência, o que limita a possibilidade de enxergá-las, conhecer suas demandas e organizar os espaços e serviços de forma a incluí-las. Registra ainda que as instituições precisam se organizar de forma a articular as informações com os diversos setores e com as diversas pessoas para que sejam constantemente repensadas as condições e as demandas de acessibilidade e de inclusão das pessoas com deficiência. Destacamos que no processo de socialização destas informações é fundamental o cuidado para que as pessoas não sejam estigmatizadas (GOFFMAN, 2008) e que não se crie, para a pessoa em questão, uma identidade focada na deficiência (CARVALHO, 2014). Ao contrário, a socialização de informações deve ser realizada de forma que as desigualdades de condições de acesso à informação sejam superadas. Cabe ressaltar, no entanto que a igualdade aqui citada não tem o sentido do igualitarismo, da uniformidade (DUBET, 2014), mas o de assegurar os direitos.

Ao questionarmos se as pessoas com deficiência costumam frequentar a biblioteca as respostas foram as seguintes: 11 (35,48%) “Raramente”, 11 (35,48%) “Sim”, 2 (6,47%) “Não”, 4 (12,90%) “não sei responder”, 2 (6,45%) demonstraram que esta questão não pode ser generalizada pois algumas pessoas com deficiência frequentam assiduamente a biblioteca enquanto outras não. 1 (3,22%), contrariando os dados do Censo Interno do IFC, respondeu que não há pessoas com deficiência que frequentem seu *campus* e por isso elas não vão à biblioteca.

Também questionamos se há alguma rotina institucional que informe a biblioteca sobre a presença de pessoas com deficiência no *campus*, 19 (61,29%) participantes responderam que não há, 8 (25,80%) não souberam informar, 1 (3,22%) relatou saber apenas que há servidores com deficiência porque estes são colegas de trabalho, 1 (3,22%) relatou que

*R19 Raramente atendo um aluno com deficiência, vejo mais o pessoal que faz aula de Libras perto da Biblioteca [...], mas nunca os atendi na biblioteca. Tem um ex-aluno com deficiência mental, aquele frequentava bastante, mas ele saiu do IFC, eu tinha muita dificuldade em atendê-lo, porque ele tinha dificuldades para falar, a gente*

*não entendia o que falava e ele ficava nervoso por causa disso, era um desafio grande, a gente não está preparado para situações que diferem da rotina.*

Esta resposta sinaliza que há pessoas com deficiência, inclusive, em salas de aula próximas à biblioteca, mas que essas pessoas não a frequentam. Será que essas pessoas não têm interesse pela biblioteca ou a biblioteca não tem interesse por essas pessoas? A resposta do participante também indica que ele se sente despreparado para atender pessoas com deficiência, pois as especificidades quebram a normalidade e isso gera desconforto, transtornos (SKLIAR, 2006). 2 (6,47%) participantes responderam que sim, há esta rotina institucional e o participante R27 registrou que “*Nas matrículas a gente já sabe quais alunos são portadores de necessidades especiais e também a professora que presta atendimento especializado junto com o psicólogo, e como eu já trabalhei na APAE eu sempre fico atenta ao atendimento desses alunos.*”

O fato de apenas dois participantes responderem que há rotina institucional para informar aos setores sobre quem são as pessoas com deficiência e quais são as suas demandas, demonstra não ser esta uma prática institucional, mas isolada, realizada em unidades específicas. Pela resposta é possível inferir, ainda, que a experiência profissional instrumentalizou o participante R27 de forma a ficar atento a esta questão. Sua atuação junto à APAE contribuiu para enxergar esses dados, essas pessoas que parecem ser invisíveis aos olhos de muitos. As consequências da falta de informação podem ser percebidas pelo registro do participante R12

*[...] ao fazer uma apresentação das funcionalidades da biblioteca a uma turma de alunos, um aluno surdo não pode acompanhar as explicações orais e ficou visivelmente deslocado no ambiente. Naquele momento a servidora tradutora não pode se fazer presente. Eu também não fui notificada pelo SISAE de que haveria uma pessoa com necessidades especiais nesta turma e que seria importante agir para facilitar a sua inclusão.*

Situações como essas podem resultar em afastamento da pessoa com deficiência da biblioteca, pois ela foi até a biblioteca com os colegas, mas a biblioteca recebeu os colegas e a excluiu do processo. Ainda que não houvesse intérprete disponível naquele momento, se o responsável por conduzir a atividade soubesse que receberia uma pessoa com deficiência poderia ter preparado outra dinâmica. Por outro lado, a B9 relatou buscar informações e atender às demandas afirmando que “*[...] nos episódios onde alunos com deficiência necessitaram de atendimento a biblioteca procurou previamente se informar e adaptar os recursos para suas necessidades bem como buscar por fontes informações e materiais alternativos para atendê-los.*” Contudo, percebemos que a preocupação em saber quem são as pessoas com deficiência

é uma ação isolada e não uma característica das bibliotecas que compõem o SIBI, o que contribui para que muitas pessoas permaneçam na invisibilidade, situação que conforme Dubet (2014, p. 275) “[...] é humilhante”.

Mas esta não é uma realidade específica do IFC, pois Almeida (2015, p. 46) evidenciou em sua pesquisa que “[...] apenas 30% das instituições de ensino da rede federal repassam informações sobre o quantitativo de alunos com necessidades específicas matriculados à biblioteca.” Geralmente, em função da falta de informação e do desconhecimento da realidade as bibliotecas tornam-se menos ativas em relação ao trabalho voltado a atender a pessoa com deficiência. Segundo Antunes (2017) o que agrava ainda mais este cenário é o fato de que, por não terem demanda quantitativa destas pessoas, as adaptações nas bibliotecas não são realizadas e somente a partir da necessidade momentânea passam a ser avaliadas as condições dos espaços, dos serviços e dos profissionais, o que converge com o relato do participante R19

*A entrada é acessível, o detalhe é dentro da biblioteca, acredito que por termos poucos alunos deficientes físicos, ainda não tem surgido demandas, tem uma outra universidade aqui, falei nesses dias com uma pessoa de lá, nossa, lá tem dezenas de deficientes, lá mudou muita coisa, aqui, conforme forem surgindo os alunos, acho que vai melhorar, surge a demanda, tem que resolver a situação. Ia entrar uma aluna que precisaria de libras para usar a biblioteca, mas devido a pandemia nem sei se ela entrou no IFC.*

Nesse processo de análise, inúmeras vezes houve a menção de que no *campus* não há pessoas com deficiência e por isso não há demandas em torno da acessibilidade. No entanto, o Censo Interno do IFC apresenta outra realidade e por isso inferimos que o desconhecimento, temática abordada na sequência, é um dos fatores que contribui para a invisibilidade das pessoas com deficiência.

## 6.5 (DES)CONHECIMENTO

Nesta seção abordaremos aspectos que demonstram, por vezes, o reconhecimento por parte das bibliotecas e dos profissionais que nelas atuam de que é urgente e necessário promover a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas e, neste sentido, articulam ações e buscam formas de abordar a questão. Contudo, também abordaremos o (des)conhecimento de questões necessárias à promoção da acessibilidade por parte dos participantes. Registramos que ao abordarmos o (des)conhecimento não intencionamos culpar ou responsabilizar os participantes desta pesquisa por desconhecerem questões relacionadas à acessibilidade e à inclusão, mas, repensar quais são os motivos que levam a tal

desconhecimento.

Ao discutirmos ações a respeito da promoção da acessibilidade e da inclusão da pessoa com deficiência é imprescindível considerar formas de avaliação das atuais condições de acessibilidade para, então, propor as adequações, se necessárias. Neste sentido, cabe ressaltar que o Censo da Educação Superior (Censup) objetiva coletar, anualmente, informações das instituições de ensino superior. Entre os dados pesquisados, estão os cursos, as vagas, as matrículas, os concluintes e os docentes. Neste censo, há ainda a coleta de informações a respeito da acessibilidade das bibliotecas. No IFC, esta coleta é realizada em cada *campus*, geralmente pelo responsável por preencher a pesquisa institucional, que insere as informações no sistema do MEC. É comum que, no âmbito da biblioteca, este pesquisador conte com o apoio do bibliotecário responsável para preenchimento das informações.

Por sabermos da existência deste censo, acreditávamos, no início desta pesquisa, que a recuperação de seus resultados contribuiria para compreendermos como as bibliotecas do IFC têm se organizado para oferecer diferentes acessibilidades e assegurar a inclusão das pessoas com deficiência. Porém, após insistentes tentativas de recuperar tais informações nos relatórios disponibilizados na página do INEP, como não obtivemos êxito na consulta, contatamos com o setor responsável pela Pesquisa Institucional na Reitoria do IFC. Por meio deste contato, fomos informados de que não há publicação dos dados relativos à acessibilidade das bibliotecas, o que explica o nosso fracasso na recuperação das informações.

Portanto, os dados do Censup não publicizam o resultado das questões referentes à acessibilidade das bibliotecas, há a coleta de informações, mas não há a divulgação. O que se constitui em equívoco, pois a publicação dos dados é o que justifica o desenvolvimento das pesquisas. A não publicação desses dados impede que os gestores e demais interessados tenham acesso às informações para repensar as políticas e as estruturas educacionais. O responsável pela Pesquisa Institucional do IFC informou que foi sugerida ao INEP a publicação desses dados.

Porém, mesmo que no futuro estes dados sejam publicados, há que se observar que no questionário proposto para aplicação do censo, são contempladas apenas algumas das dimensões da acessibilidade, com ênfase para a arquitetônica. Aspectos como a acessibilidade atitudinal não são cotejados. Além disso, pela forma sintetizada como o questionário é proposto, é possível que o resultado da pesquisa não evidencie, de fato, a realidade. Por exemplo, o questionário apresenta uma seção sobre acessibilidade tecnológica, com espaço para informar somente a existência de impressora em Braille, de *software* para pessoas com baixa visão e de teclado virtual. Contudo, a existência desses itens não é suficiente para caracterizar como

satisfatória a acessibilidade tecnológica, pois de acordo com as demandas, outros recursos podem ser necessários.

A não publicização dos resultados da acessibilidade nas bibliotecas pode ser o motivo pelo qual 14, (45,16%) dos participantes informaram que não conhecem este censo, que 3 (9,67%) não souberam responder e que 7 (22,58%) o conhecem parcialmente. Informaram conhecer este censo 7 (22,59%) participantes e destes apenas 1 não é bibliotecário, o que pode ser resultado da responsabilidade de fornecer estas informações atribuídas aos bibliotecários. Buscamos saber se além de conhecer o Censo os participantes sabiam dos seus resultados e a resposta do participante R 14 demonstra a inacessibilidade aos dados coletados: “*No momento não me recordo e não tenho acesso ao documento*”, o que nos leva a acreditar que os participantes que descreveram os resultados do Censo o fizeram por terem acesso aos formulários preenchidos para responder a pesquisa e não aos resultados finais. As evidências apontadas por este Censo foram assim descritas

*R10 No censo escolar aparece que temos acessibilidade;*

*R5 Resultados particularmente interessantes, pois para o censo atendemos quase todos os tipos de PCD, pelas perguntas lá colocadas não fica claro o que realmente falta;*

*R12 Temos grandes limitações arquitetônicas para circulação de pessoas com deficiência. O fluxo de pessoas com deficiência é muito reduzido na biblioteca o que talvez contribua para que providências de melhoria não sejam vistas como prioritárias;*

*R23 Para chegar na biblioteca é meio acessível, pois tem elevador e banheiro para cadeirante no caminho. Dentro da biblioteca, não tem nada acessível;*

*R30 Ele mostra que ainda não temos um ambiente adequado, acessível, com acervo e recursos que permitam a total acessibilidade da informação por uma pessoa com deficiência.*

Por meio destas informações, concluímos que o (des)conhecimento acerca da acessibilidade e da inclusão da pessoa com deficiência está relacionado a uma teia de fatores como o descompromisso de instituições como o INEP em publicizar estas informações e a dos gestores em cobrar o acesso às informações e avaliar seus resultados. A portaria Interministerial nº 323, de 10 de setembro de 2020 determina que “[...] órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta são responsáveis pela garantia de acessibilidade nos imóveis de uso público sob sua administração ou uso, incluídos os cedidos ou alugados” (BRASIL, 2020c) e, portanto, é imprescindível que dados como estes sejam publicizados, analisados e sirvam de referência para o debate, abordando, inclusive, suas limitações.

Buscamos saber também se os participantes da pesquisa conhecem legislações que se referem à acessibilidade e as respostas apontam que 18 (58,06%) conhecem parcialmente, 10

(32,27%) afirmaram não conhecer e 3 (9,67%) afirmaram que conhecem. Buscando especificar quais legislações são conhecidas pelos participantes desta pesquisa, na sequência citamos as leis e destacamos, entre parênteses a quantidade de vezes que foram mencionadas ficando assim sistematizado: Lei nº 10.098/2000 (7), Lei nº 13.146/2015 (5), NBR 9050 (5), Lei nº 10.436/2002 (1), Lei nº 10.048/2000, (1) Lei nº 11.126/2005 (1), Lei nº 12.527/2011 (1), Decreto nº 3.298/1999 (1), Decreto Legislativo Nº 186/2008 (1), Decreto nº 5.296/2004 (1) e Decreto nº 6.949/2009 (1).

Ao perguntarmos se os participantes possuíam conhecimento sobre política ou ação, da biblioteca, do *campus* ou do IFC que contemplem a acessibilidade e/ou a inclusão da pessoa com deficiência, 14 (45,33%) responderam que não, 7 (22,50%) não souberam responder, 7, (22,50%) afirmaram ter conhecimento e 2 (6,45%) registraram que possuem pouca informação a respeito. Além disso, o participante R19 (3,22%) trouxe à tona o pouco espaço de debate que a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência recebem nas bibliotecas

*[...] em época de normalidade, praticamente é só atendimento, a equipe é pequena, acredito que se ocorressem momentos de capacitação e reuniões com maior frequência, a gente estaria por dentro, melhor informado, mas no dia a dia a gente é robozinho, infelizmente, essa é a realidade. É preciso melhorar com certeza.*

O (des)conhecimento é, também, resultado da falta da sua abordagem que poderia ser realizada por meio de discussões entre as equipes, em espaços formativos e por meio do acesso a documentos como a Política de Inclusão e Diversidade do IFC. Ao questionarmos se os participantes já haviam sido consultados pela coordenação do SIBI a respeito das suas percepções em relação à necessidade de criação de serviços acessíveis 8 (25,80%) responderam que sim, desses, todos são bibliotecários. 18 (58,06%) informaram que não foram consultados e 5 (16,14%) não souberam responder, o que comprova a ausência de espaços de discussão a respeito da temática da inclusão e da acessibilidade.

A Política de Inclusão e Diversidade do IFC não foi citada por nenhum dos participantes em nenhuma das respostas apresentadas na coleta de dados desta pesquisa. Dos 7 participantes que afirmaram conhecer políticas e ações realizadas no âmbito do IFC e voltadas à acessibilidade e à inclusão da pessoa com deficiência, nenhum citou esta Política. As ações conhecidas e apontadas foram: o estudo em desenvolvimento por profissionais que atuam nas bibliotecas e outros que demonstraram interesse em participar, designados pela Portaria nº 1972/2019, emitida pelo IFC, para a aquisição de tecnologias assistivas para o SIBI; a organização dos espaços entre as mesas, a prioridade no atendimento, a construção de rampa, a

existência de livros em braille e CD de livros de literatura.

O participante R12 elencou a “[...] *busca de recursos para ampliação física da biblioteca, tendo como uma das finalidades a implantação de melhorias da acessibilidade arquitetônica*”. O respondente R22 informou que “*O Campus [...] possui uma ampla coleção em formação de materiais acessíveis e de literatura especializada na área e o projeto de audiolivros de [...]*”. Cabe destacar que o participante R22 não atua em nenhum dos dois *campi* citados, o que demonstra a troca de informações com os colegas de outras bibliotecas a respeito da temática. Apesar de ser citado pelo participante R22, o Projeto de Audiolivros de um *campus* não é descrito por mais nenhum participante. Procuramos informações a respeito deste projeto no *site* da biblioteca em questão, contudo, não obtivemos êxito porque no *site* são disponibilizadas apenas informações como o horário de funcionamento e o contato da biblioteca.

Também foi citada a criação de uma sigla específica para recursos informacionais acessíveis. Marcamos que esta ação ocorreu no ano de 2019 e dela se originou a coleção Acessibilidade Informacional do SIBI. Por meio dela, podem ser organizados e consultados, via sistema Pergamum, todos os acervos acessíveis disponíveis em cada biblioteca que compõe o SIBI, o que certamente constitui-se como um avanço importante no trabalho articulado entre as bibliotecas para as questões de acessibilidade aos acervos. O participante R22 relata que, em meio ao processo de discussão sobre a estruturação desta coleção, houve a troca de informações que propiciou descobrir instituições que atuam na distribuição de materiais acessíveis gratuitamente, além de projetos como o já citado de audiolivros de um dos *campi*.

Por meio da resposta da B3 é possível perceber que há interesse por parte dos profissionais das bibliotecas em melhorar a acessibilidade e promover a inclusão, mas que são encontradas limitações neste processo

*[...] nenhum servidor sabe libras, ou sabe realmente como lidar com um cego total... já tivemos cadeirantes que atendíamos via telefone e ele vinha retirar o livro em drive thru, ou seja, escolhia no sistema, solicitava, nós buscávamos na estante, emprestavamos e entregávamos no carro, para facilidade do mesmo e a pedido do mesmo. Já tivemos alunos anão, auxiliando na busca de livros nas estantes altas. Já tivemos alunos com baixa visão, orientando a usar a letra ampliada. Temos boa vontade e tentamos auxiliar os casos que temos. Mas recentemente tivemos caso de aluno deficiente mental e a auxiliar que atende no balcão teve muita dificuldade em entender o mesmo, e pediu orientação de como atender, por exemplo, se ela poderia pedir que ele repetisse o que precisava, já que não conseguíamos entender o que falava. O setor de auxílio aos alunos sempre nos pôs a par dos casos mais difíceis e geralmente o professor auxiliar (ou TAE auxiliar) vinha junto com o aluno na biblioteca, e nós atendíamos especialmente aquele usuário... auxiliando na busca e*

*retirada...*

Apesar das limitações, as bibliotecas têm procurado atuar de maneira inclusiva. Uma das ações desenvolvidas neste sentido foi a criação, no ano de 2020, do informativo intitulado Biblioteca inDICA, pensado e executado por equipe de profissionais do SIBI. Com o objetivo de veicular informações científicas e culturais a todos os servidores e discentes, tem se preocupado com a questão da acessibilidade realizando, em cada publicação, a descrição das imagens. A acessibilidade do informativo e protagonismo da equipe que o planejou e o desenvolve demonstram a preocupação e a consciência destes profissionais a respeito da necessidade de tornar os conteúdos acessíveis. A iniciativa constitui-se num marco e desafia a instituição a promover a acessibilidade em seus documentos, em suas comunicações e em seus espaços e processos. Para o R12

*O tema acessibilidade é recorrente no âmbito do SIBI. Existe uma preocupação continua quanto a necessidade de acolhimento de pessoas com deficiência envolvendo áreas como acessibilidade arquitetônica, tecnologias assistivas, uso de recursos em braille, mobilidade, atendimentos especializados para necessidades especiais. Entende-se que os esforços neste sentido não podem ser compreendidos unilateralmente e sim como ações integradas dentro de contexto institucional. O tema deve ser tratado transversalmente de forma multidisciplinar e estar presente cotidianamente.*

Embora já apontado neste texto, cabe ressaltar que a assinatura de plataformas que disponibilizam *e-books* pode favorecer também às pessoas com deficiência, porque as plataformas possuem recursos de acessibilidade como teclas de atalho para navegação, opção para aumentar ou reduzir a fonte e permitem o uso de leitor de tela, entre outras. Outra ação promovida pelo IFC, porém não citada pelos participantes, provavelmente porque ela foi divulgada no período em que a coleta de dados desta pesquisa já estava em andamento, março/2021, foi o desenvolvimento de um Glossário Institucional de Língua Brasileira de Sinais. Elaborado por meio do Núcleo Bilíngue Libras-Língua Portuguesa do IFC (NuBi), o glossário contempla termos técnicos e específicos utilizados no IFC. Esta ação visa padronizar a sinalização de palavras, a fim de favorecer a comunicação às pessoas surdas e também para a atuação dos intérpretes de libras. Ao citarmos tais exemplos, temos ciência de que eles não representam a totalidade das políticas, proposições e ações do IFC e de suas bibliotecas articuladas à acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência, porém, demonstram um movimento que busca promover a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência e superar as realidades existentes

O (des)conhecimento é dado preponderante em relação à política de ações afirmativas



do IFC, dos 29 respondentes da questão que abordou este assunto, 17 participantes (58,62%) afirmaram não a conhecer, 12, (41,38%) manifestaram conhecer parcialmente. Dos que afirmaram conhecer, 5 marcaram que se refere também à pessoa com deficiência, outras respostas elencaram parcialmente os grupos aos quais a política de ações afirmativas busca atender, como nas respostas: R16 “*Ações Afirmativas (cotas) negros*”; R14 “*sim baixa renda pretos pardos e índios na matrícula até onde sei*”; R28 “*Sim, para negros, pardos e indígenas*”; R13 “*Sim. Bolsas e auxílios estudantis*”. Ao desconsiderar que esta política é voltada também à pessoa com deficiência, manifesta-se o (des)conhecimento sobre a forma como as ações afirmativas são adotadas no IFC. As ações afirmativas estão fundamentadas nas Leis nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 e atendem a público específico, conforme já descrito na seção 4.2.

Outra questão proposta estava relacionada à acessibilidade informacional, que é, para Pereira (2018), uma das formas de promover inclusão e a biblioteca, ao mediar e disseminar a informação, contribui para a construção de uma sociedade mais democrática, especialmente em relação ao acesso aos conhecimentos histórica e culturalmente construídos. Por vezes, núcleos ou laboratórios dão suporte às bibliotecas para que as informações sejam tornadas acessíveis a todos. Perguntamos aos participantes se conhecem laboratórios ou núcleos que realizam o trabalho de acessibilidade informacional no IFC ou em outras bibliotecas do país e as respostas apresentaram-se da seguinte forma: 14 (45,16%) responderam que não conhecem, 8 (25,80%) informaram conhecer e 9 (29,04%) não souberam responder. Dos 8 participantes que informaram conhecer esses núcleos, 1 não era bibliotecário, o que sugere que os bibliotecários possuem mais informações a respeito desses serviços.

Os núcleos e laboratórios apontados pelos participantes foram: o NAPNE, elencado por 3 participantes; a Fundação Dorina Nowill; o Laboratório de acessibilidade da UNICAMP. O participante R14 relatou que trabalhou em instituição que tinha setor “[...] específico para atendimento aos deficientes que se iniciou na biblioteca e é coordenado por uma bibliotecária.”

Também foram destacados a APAE, o Núcleo de Integração Social; a Fundação Catarinense de Educação Especial, o Núcleo de Atendimento Pedagógico (NUPE), instituições e núcleos que atuam no atendimento de pessoas com deficiência, mas não, especificamente, na promoção da acessibilidade informacional. O NUPE, por exemplo, trata-se de um núcleo de atendimento pedagógico, que tem a finalidade de trabalhar com questões de ordem didática e pedagógica.

Outra questão que parece ser desconhecida pelos participantes da pesquisa é a

existência de Relatórios Circunstanciados de Acessibilidade e de Plano de Ação para a Acessibilidade, publicados na página do IFC. Buscamos compreender, pela “voz” dos participantes se, no âmbito das bibliotecas, o mais recente Plano de Ação publicado na página do IFC, o de 2018, foi aplicado e 13 bibliotecas responderam a esta questão, delas, 11 (84,61%) não conhecem o relatório e/ou Plano de Ação para a Acessibilidade.

Um respondente informou que tentou pesquisar os relatórios, mas “*os links estão quebrados*”, contudo, após a data em que este participante respondeu ao questionário, conseguimos acessar o documento e os *links* podem ser encontrados nas referências deste texto. Entre os que conhecem o Relatório estão: a B8, que não informou se o Plano de Ação 2018 atendeu questões relativas à acessibilidade da biblioteca e a B13, que relatou

*Sim, em algumas questões, mas faltaram equipamento para estudos com teclados em braile, software para pessoas de baixa visão e etc... com a assinatura dos e-books algumas bases de dados apresentam recursos para estudos dos interagentes que precisam de acessibilidade.*

Pela sua resposta é possível inferir que conhece o Relatório e que algumas questões de acessibilidade da biblioteca foram atendidas por meio do Plano de Ação 2018. Porém, a maioria dos respondentes desta pesquisa não conhecem os Relatórios Circunstanciados e os Planos de Ação a eles vinculados. Se o SIBI define que a coordenação de cada biblioteca deve compor comissão que acompanhe a criação ou reforma de bibliotecas e o Plano de Ações prevê a realização das adequações necessárias a atender as demandas de acessibilidade, é interessante que os coordenadores ou os responsáveis técnicos das bibliotecas tomem conhecimento sobre esses documentos.

A publicação do primeiro Relatório Circunstanciado no IFC ocorreu no ano de 2017, organizado com o objetivo de atender ao Art. nº 120 da Lei nº 13.146, de 2015, que estabeleceu que os órgãos do governo devem elaborar relatórios circunstanciados sobre a acessibilidade de suas edificações, ao mesmo tempo em que buscou identificar as prioridades para adequações e aprimoramentos das condições de acessibilidade na instituição. O relatório circunstanciado de 2017 foi elaborado a partir do Laudo Padrão de Acessibilidade, disponível no Manual de Adaptações de Acessibilidade, publicado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (referenciar). As avaliações, realizadas em cada *campus* e na reitoria do IFC, foram desenvolvidas por comissões constituídas em cada unidade de ensino.

Assim, também no ano de 2017, foi publicado o relatório técnico denominado Prioridade de Acessibilidade, emitido pelo próprio IFC. Nele, houve a conclusão de que a

aquisição de mobiliário adaptado para as salas de aula, seguida da adequação nos encontros e no acesso às edificações, constituíam-se prioridades para a melhoria das condições de acessibilidade nos *campi* do IFC (IFC, 2017b).

No ano de 2019, de acordo com as informações disponíveis no *site* do IFC, foi publicado o segundo Relatório Circunstanciado de Acessibilidade do IFC (IFC, 2019I). A elaboração destes relatórios, bem como de seus respectivos laudos e dos Planos de Ação, demonstra o desenvolvimento de um amplo trabalho por parte dos *campi* e da reitoria do IFC, para identificar as necessidades relacionadas à acessibilidade. Cabe destacar que estes relatórios circunstanciados abordam aspectos referentes à acessibilidade da instituição como um todo e que contemplam, também, as bibliotecas. Contudo, entendemos que os aspectos elencados não são suficientes para demonstrar se a acessibilidade é contemplada em suas várias dimensões (SASSAKI, 2005), já que possuem foco na acessibilidade arquitetônica.

O Plano de Ação tem por objetivo “[...] listar ações necessárias no desenvolvimento progressivo a acessibilidade que serão executadas pelos *Campi* do IFC, de acordo com o cronograma apresentado pelo gestor da unidade.”(IFC, 2019c, p. 2). Por meio da análise deste Plano de Ação elaboramos o Quadro 13, de forma a organizar o que este Plano prevê, especificamente, para as bibliotecas no período de 2019 a 2022.

Quadro 13 - Ações previstas para as bibliotecas do IFC, segundo o Plano de Ação para Acessibilidade 2018

<b>Plano de Ação para Acessibilidade 2018</b>	
<b>Primeiro Semestre 2019</b>	
<i>Campus</i> Brusque	Faixa de sinalização na porta da biblioteca
<i>Campus</i> Camboriú	Biblioteca e Auditório: Aquisição de equipamentos de sinalização visual, sonora e tátil; implantação de piso tátil interno; elaboração dos projetos básicos do novo prédio que abrigará a biblioteca e outras instalações como a enfermaria
<i>Campus</i> São Bento do Sul	Estudo e adequação dos balcões de atendimento do setor administrativo e biblioteca
<b>Segundo semestre 2019</b>	
<i>Campus</i> Ibirama	Adequação de rampa da biblioteca
<i>Campus</i> Luzerna	Adequação de rampa/escada da biblioteca
<i>Campus</i> São Bento do Sul	Adequação dos balcões de atendimento do setor administrativo e biblioteca
<i>Campus</i> Santa Rosa do Sul	Adequação de rampa/escada da biblioteca
<i>Campus</i> Sombrio	Adequar o balcão de atendimento
<b>Primeiro semestre 2020</b>	
<i>Campus</i> Ibirama	Adequação de rampa

<b>Segundo semestre 2020</b>	
<i>Campus</i> Abelardo Luz	Elaborar projeto arquitetônico, elétrico e de rede lógica; acesso à edificação
<i>Campus</i> Fraiburgo	Elaborar projeto para relocação do mobiliário que contemple a norma vigente; acesso a edificação; adequar a sinalização da porta de vidro, presente no acesso principal; elaborar projeto de acessibilidade;
<i>Campus</i> Rio do Sul	Elaborar projeto arquitetônico, elétrico e de rede lógica; acesso à Edificação; elaborar projeto de acessibilidade;
<b>Primeiro Semestre 2022</b>	
<i>Campus</i> Videira	Menciona a biblioteca, mas não especifica o que será realizado
<b>Segundo Semestre 2022</b>	
<i>Campus</i> Araquari	Instalar 5% dos terminais de consulta acessíveis; adequação das prateleiras
<i>Campus</i> Brusque	Adequação das dimensões da escada da biblioteca; inclusão de sanitário PNE para segundo sexo
<i>Campus</i> Concórdia	Instalar 5% dos terminais de consulta acessíveis; adequação das prateleiras; adequar banheiros
<i>Campus</i> São Bento do Sul	Adequação da Biblioteca

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir do Plano de Ação do IFC (IFC, 2019c)

Pela análise do Quadro 13, vários problemas de acessibilidade relatados tanto nas respostas dos participantes, quanto emergentes nos dados quantitativos desta pesquisa deveriam ter sido resolvidos e/ou serão resolvidos até a data final prevista para execução do Plano de Ação, o segundo semestre de 2022. Porém, a maioria dos bibliotecários, 11 (84,61%), desconhecem este Plano e desconhecem, também, mudanças/melhorias implementadas a partir dele, talvez porque o plano não tenha sido executado conforme o previsto, informação que não conseguimos confirmar, pois não localizamos relatórios de execução dos planos.

No início desta seção, anunciamos que ao abordarmos o (des)conhecimento intencionávamos problematizá-lo e, neste exercício, percebemos que o alto percentual de (des)conhecimento sugere um problema institucional. As bibliotecas são células que compõem o IFC, instituição que é, assim como os profissionais que nela atuam, histórica e culturalmente constituída. Assim, o (des)conhecimento pode ser reflexo da cultura da sociedade em geral que, fundamentada em padrões de normalidade, reverbera no IFC e, conseqüentemente, em suas bibliotecas uma cultura de invisibilização das pessoas com deficiência, o que contribui para o (des)conhecimento em torno da acessibilidade e da inclusão da pessoa com deficiência.

Assim, apesar de o IFC contemplar na dimensão programática a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência, é importante que ações institucionais abordem esta temática de forma a, por exemplo, articular os setores e assim atuar para que a biblioteca supere a condição de espaço ilhado que não “conversa” com o restante da instituição (ANTUNES, 2017). Neste sentido, a avaliação da acessibilidade e a elaboração do Plano de Ação realizadas sem a participação do bibliotecário sugerem um equívoco que resulta na exclusão deste

profissional de discussões e processos que envolvem a sua prática profissional. A formação e a informação do bibliotecário e de todos os profissionais que atuam nas bibliotecas é uma responsabilidade também da instituição. Neste sentido, na próxima seção abordaremos a temática da demanda por formação.

### 6.5.1 Demanda por formação

Conforme informações do Relatório de Gestão 2019, a biblioteca do *campus* Videira ofereceu, no ano de 2019, evento de conscientização sobre autismo e curso de leitor e transcritor ministrado (IFC, 2019a), o que demonstra que as bibliotecas têm se articulado e atuado de forma a contribuir para a promoção da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência

A demanda por formação emerge, no processo de análise de dados desta pesquisa, de maneira explícita e/ou implícita nas “vozes” dos participantes e converge com os resultados da pesquisa desenvolvida por Almeida (2015), na qual identificou o consenso sobre a necessidade de formação dos profissionais que atuam nas bibliotecas para melhor atender as pessoas com deficiência. No caso da pergunta que objetivou saber se os participantes se sentem aptos a atender pessoas com deficiência, a demanda por formação ficou explícita nas seguintes respostas

*R31 Não. Precisaria de treinamento específico. Nem na graduação nem no IFSC onde trabalhei por 6 anos e agora no IFC por quase 2 anos, tive esse tipo de orientação para reconhecer as deficiências e para gerenciar e atender essa demanda de servidores e alunos;*

*R7 Nem sempre, pois existem deficiências que exigem do servidor uma formação específica, como por exemplo, Libras. Deveríamos ter um curso de formação sobre inclusão em bibliotecas, arrolando os tipos de deficiência e o modo como lidar com cada uma em específico. Ajudaria bastante;*

*R22 Sim e não, depende a deficiência que a pessoa apresenta. Temos interagentes com limitações físicas e já tivemos deficientes visuais, nestes casos a equipe da biblioteca ou parte dela possuíam possibilidade de atender as demandas. Porém temos uma interagente deficiente auditiva, que por ninguém da equipe ser capaz de se comunicar na língua de sinais acaba por excluí-la do atendimento que seria desejado, sendo que nesse caso não me considero apto a dar um atendimento no padrão que a Biblioteca oferece.*

A resposta do participante R23 demonstra uma concepção implícita de demanda por formação “*Não. Faço o possível dentro das minhas limitações e ignorância neste assunto, dou prioridade, busco ler sobre a deficiência, receber com carinho e acolhimento.*” Este participante sente-se limitado, com conhecimentos incipientes para atender pessoas com deficiência (COSTA, 2015). Assim, 11 (35,48%) participantes responderam que não se sentem

aptos a atender pessoas com deficiência, 11 (35,48%) registraram que depende da deficiência e do grau da deficiência como pode ser confirmado pela resposta dos participantes R6 e R1, respectivamente

*R6 Para alguns tipos de deficiência não me considero apto, por não conhecer LIBRAS, por exemplo. Também, não saberia como proceder o atendimento para pessoas com cegueira;*

*R1 Depende do que a pessoa tem, conseguimos dar conta no 'jeitinho', mas todos sabemos que isso não é o ideal.*

Ainda, 5 (16,60%) afirmaram que sim, 2 (6,00%) não souberam responder, 1 (3,22%) informou que se considera parcialmente apto e o participante R29 (3,22%) destacou que "*se a biblioteca tivesse equipamentos apropriados, sim*". Estas respostas demonstram, também, a noção de que nem todas as pessoas com deficiência precisam de atendimento diferenciado (TORRES *et al*, 2007), como na resposta do participante R5 "*Por ex, cegos e surdos não sou apta. Deficientes físicos sim, Deficiências mentais, não.*" Entre as pessoas que registraram se sentir aptas para atender as pessoas com deficiência destacamos as seguintes respostas: R13 "*Sim. Acho que presto atenção suficiente para atendê-la*"; R 16 "*Sim. Já fui professora e fiz cursos de capacitação para atendimento de pessoas com deficiência*"; R 26 "*sim. Sem nenhuma distinção. Um usuário como outro*".

Uma das demandas mais latentes por formação é o conhecimento de libras, sobre como atender pessoas cegas e como atender pessoa com deficiência intelectual. Especificamente em relação a libras, como já mencionado anteriormente, no IFC há um núcleo específico que atua nesta área, trata-se do Núcleo Bilíngue Libras-Língua Portuguesa (NuBi). Este Núcleo

*Se organiza em uma estrutura multicampi, sendo composto por um grupo de profissionais vinculados finalisticamente ao núcleo. Esse grupo de profissionais possui sete (7) Docentes de Libras e dez (11) Tradutores Intérpretes de Libras, que atuam em seus respectivos campi e nas frentes de trabalho organizadas pelo núcleo (IFC, 2020c).*

Estes profissionais têm exercido um importante trabalho na instituição e, especialmente no período pandêmico, tornaram-se mais conhecidos, pois se desdobraram frente às demandas impostas pelos inúmeros eventos *online*. Além de atenderem às atividades educacionais voltadas ao desenvolvimento de aulas, os intérpretes se fizeram presentes nos eventos realizados virtualmente, buscando garantir, assim, a acessibilidade da pessoa com deficiência.

Apesar de que 11 participantes responderam que não se sentem aptos a atender pessoas

com deficiência 15 (48%) registraram já terem participado de formação inicial e/ou continuada sobre acessibilidade e inclusão, 14 (45,56%) informaram que não realizaram formação nesta área, 1 (3,22%) assinalou não saber responder e o participante R25 (3,22%) indicou que tem se constituído, no *campus* em que atua, a partir dos Núcleos Inclusivos, estudos sobre inclusão.

Entre os que já participaram de formação 7 destacaram que a oferta formativa se deu no IFC, como pode ser percebido pela resposta que segue R5 “*Participei de várias, algumas particulares (fiz cursos de formação por minha conta, libras, acessibilidade, etc) e o próprio IFC ofertou diversas vezes, como formação geral a todos os servidores.*”

Também destacamos a resposta do participante R24, que demonstra ter realizado várias formações no IFC e em outras instituições

*Participei em 2010 do Colóquio Inclusão realizado pelo IFC - Campus Rio do Sul; Em 2013 do encontro de Educação Inclusiva e Acessibilidade no Século XXI, realizado pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Em 2013 do curso de Extensão em Educação Inclusiva, ofertada pelo IFC em parceria com o IFB; Em 2014 de um curso de Educação Inclusiva, realizado pelo IFC - Campus Concórdia. Em 2017 do Colóquio Pessoas com Deficiência, Educação Inclusiva e Acessibilidade - Provocativos para um Mundo Melhor realizado pelo IFC - Campus Rio do Sul e em 2020 a disciplina isolada de Compartilhamento de Conhecimento e Acessibilidade na WEB, em nível de Doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.*

Outros participantes, 6 (19,35%), registraram que as formações das quais participaram não foram oferecidas pelo IFC e abrangem as seguintes temáticas: curso de acessibilidade, especialmente voltada à estrutura física, o acesso ao curso se deu por busca na internet; curso de formação de professores, recebido da rede estadual de ensino realizado na Universidade Federal de Santa Catarina. Também foram citados a realização de complementação de estudos relacionados à educação especial, e duas pós-graduações *lato sensu* que contemplam educação especial e práticas inclusivas; curso de libras no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e na Universidade Federal da Fronteira Sul, esta última mencionada por dois respondentes; curso relacionado ao autismo pelo fato de ter um filho autista e também para melhor atender este público na biblioteca e curso sobre atendimento de pessoas idosas e com deficiência física, também realizado no Senac.

Apesar destes relatos, 27 (87,09%) participantes registraram que sentem necessidade de participar de formação continuada sobre acessibilidade, especialmente em relação à deficiência auditiva, incluindo formação em libras, ao atendimento das pessoas com deficiência visual e autista. Também há interesse em formações que tratem sobre como atender qualquer pessoa com deficiência, que orientem o uso de tecnologias, como *softwares*. Em meio às

respostas que trataram desta questão, destacamos:

*R19 Eu tenho uma base porque fiz licenciatura, mas a questão de libras é muito superficial, eu hoje não conseguiria atender uma pessoa na questão de libras e vejo a necessidade de formação de como atender autistas, teve um estagiário autista, não era aluno do IFC, mas percebi que é um desafio muito grande, muito, muito mesmo. Atender um cadeirante que fala é mais fácil. Se tivesse um aluno cego também seria desafiador demais, nem estamos preparados para isso;*

*R23 Todas! Desde algo introdutório sobre, até assuntos mais específicos, dentro de cada deficiência;*

*R30 Atendimento para pessoa com deficiência nas bibliotecas, Formação de acervo acessível e Planejamento de bibliotecas com acessibilidade;*

*R31 Treinamento para reconhecer as necessidades e poder investir em acessibilidade na Biblioteca e não apenas de maneira obrigatória instalar elevadores, rampas de acesso...É algo que precisa ser pensado pela alta gestão e assim capacitar todos os servidores.*

Nos dados resultantes desta análise, tanto os qualitativos quanto os quantitativos, é explicitado que nas bibliotecas do IFC a organização dos espaços e dos serviços ainda é deficitária em relação à acessibilidade e à inclusão das pessoas com deficiência. Apesar disso, a manifestação positiva dos participantes da pesquisa sobre o interesse em participar de formação que trate de questões de acessibilidade anuncia que esses profissionais reconhecem a importância e a necessidade de mudar esta realidade. Os resultados desta pesquisa revelaram que o desconhecimento perpassa as várias categorias que compõem esta análise de dados. Por isso, “O conhecimento da acessibilidade e sua aplicação às práticas bibliotecárias permitirá aos profissionais a participação efetiva no delicado processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiência” (ANTUNES, 2017, p. 16).

Conhecer as várias dimensões da acessibilidade e reconhecer como elas estão organizadas é um dos primeiros passos que os profissionais podem dar no sentido de democratizar as bibliotecas e seus serviços. Em vários momentos, os dados demonstraram que as pessoas com deficiência são invisíveis às bibliotecas e com esta constatação nos perguntamos: e as bibliotecas? São visíveis às pessoas com deficiência? Buscar aproximar-se cada vez mais de toda a comunidade acadêmica e tornar-se ativa nos processos de ensino, pesquisa e extensão, além de contribuir para a formação do leitor crítico, consciente de sua realidade (FREIRE, 1996), são desafios que exigem conhecimento e proatividade por parte dos profissionais das bibliotecas e da gestão local e institucional.

Conforme Pereira, (2018, p. 79), “A informação acaba se tornando uma aliada na luta contra o preconceito e discriminação [...]”, portanto, ao conhecer mais sobre a acessibilidade, os profissionais das bibliotecas terão mais possibilidades de mudar o atual cenário da acessibilidade nas bibliotecas do IFC, transformando-as, cada vez mais, em espaços de



diversidade, em espaços de inclusão.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num movimento de retomada de alguns conceitos epistemológicos que embasam nossa defesa sobre a necessidade e a importância de que as bibliotecas sejam acessíveis e inclusivas, nos reportamos novamente às frases de Ordine (2016, p. 23), que, ao escrever sobre a utilidade do inútil, afirma que

Não nos damos conta, de fato, de que a literatura e os saberes humanísticos, a cultura e a educação constituem o líquido amniótico ideal no qual podem se desenvolver vigorosamente as ideias de democracia, liberdade, justiça, laicidade, igualdade, direito à crítica, tolerância, solidariedade e bem comum.

As bibliotecas acessíveis e inclusivas são espaços que podem contribuir com estes ideais, porque a educação e o acesso à informação, ao conhecimento constituem-se em possibilidade de superação de processos excludentes. É também por meio da educação e do acesso ao conhecimento que as pessoas podem se tornar conscientes e livres. Portanto, ao defendermos a atuação das bibliotecas como um dos espaços sociais que oferece acesso a saberes, defendemos também a ideia da acessibilidade nas bibliotecas como uma condição mínima para promover processos de inclusão. Porém, ao percebemos por meio desta pesquisa que as pessoas com deficiência encontram barreiras para acessar os espaços e os serviços das bibliotecas do IFC, concluímos que estas pessoas são, muitas vezes, alijadas de direitos básicos como o acesso a alguns conhecimentos construídos pela humanidade, ou seja, não têm assegurado o acesso ao líquido amniótico mencionado por Ordine (2016).

Assim, dados os caminhos percorridos, tecemos agora algumas considerações a respeito do que esta pesquisa revela sobre as condições de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas do IFC. Estas ponderações também têm como fundamento epistemológico a noção de que as instituições e as pessoas são histórica e culturalmente situadas, fatores que podem interferir na forma como as bibliotecas do IFC têm cotejado a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência.

Desta forma, estudos teóricos realizados com o objetivo de discutir aspectos históricos e a função social das bibliotecas, proporcionaram fundamentos que nos permitiram compreender as bibliotecas como instituições históricas e culturais que respondem aos contextos, aos objetivos e às estruturas sociais dos espaços e tempos em que estão localizadas. Assim, concluímos que as bibliotecas, desde as características arquitetônicas e as formas como se relacionam ou não com as pessoas, espelham a postura de uma instituição social e

culturalmente construída e que, geralmente, respondem a projetos elitistas, pois, historicamente, costumam atender objetivos específicos e, por isso, priorizam determinados grupos sociais enquanto ignoram e/ou excluem outros.

O aprofundamento teórico contribui, portanto, para que pudéssemos, no exercício de compreender nosso objeto de estudo, transpor as dimensões locais, desvendando quais são as teias de significado que compõem a instituição ora em pauta. Ao mesmo tempo, nos impeliu a reconhecer que as bibliotecas foram pensadas a partir de determinados padrões de aceitação que, de acordo com o projeto vigente em específicos períodos históricos e em determinadas culturas, restringiam o acesso a pessoas tidas como inferiores a exemplo de escravos, mulheres, negros, judeus e outros, o que confere a esta instituição uma característica excludente.

Na mesma esteira, ao abordarmos aspectos históricos das pessoas com deficiência e conceituarmos deficiência, inclusão e acessibilidade à luz de autores e a partir de marcos legais, percebemos que há relação direta entre a forma como a sociedade concebe a pessoa com deficiência, a própria deficiência, a acessibilidade e os processos de inclusão e como as bibliotecas atuam em relação a essas questões. Dado que são instituições sociais, as bibliotecas refletem os anseios sociais e as posturas institucionais às quais estão ligadas, assim, com os movimentos de inclusão emergentes principalmente a partir de 1990, novas perspectivas e culturas a respeito da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência são desenhadas e, com isso, instituições como a biblioteca são chamadas a este debate e desafiadas a atuarem de forma a cotejar a acessibilidade como condição mínima para os processos de inclusão das pessoas com deficiência.

Pensar a acessibilidade no âmbito das bibliotecas exige compreender que o conceito de deficiência é socialmente construído, fundamentado em padrões de normalidade. Por meio do estado da arte, percebemos que é em padrões de normalidade que a maioria das bibliotecas têm estruturado seus espaços e serviços, atrelados à noção de corpos e seres perfeitos, sem singularidades, pois a perspectiva da acessibilidade e do desenho universal são realidades incipientes. Isso nos leva a inferir que a noção de inclusão ou é ignorada pelas bibliotecas ou é deturpada, o que parece ser reflexo da forma como a sociedade em geral concebe a inclusão.

É preciso compreender que a inclusão vai muito além do ato de permitir ou oportunizar a entrada de pessoas em alguns locais, mas se refere às possibilidades que as pessoas têm de exercer, com autonomia, o papel de interagente com a biblioteca, fazendo, quando necessário, o uso de ferramentas específicas que assegurem a equidade. Faz-se fundamental frisar que compreendemos a inclusão como um processo social amplo, que não se restringe a um grupo específico, mas que este estudo fez um recorte para tratar da inclusão das pessoas com

deficiência, questão que prescinde de acessibilidade.

A respeito da compreensão do conceito de acessibilidade e de inclusão, esta pesquisa conclui que alguns dos participantes demonstram conhecer o sentido da acessibilidade como forma de proporcionar autonomia e compreendem a inclusão como direito inerente às pessoas, enquanto outros possuem conceitos limitados, considerando a acessibilidade como questão restrita à dimensão arquitetônica e, por vezes, o sentido de inclusão é reduzido à possibilidade de entrada nos ambientes.

Abordando especificamente a acessibilidade e a inclusão, é fundamental registrar que as bibliotecas do IFC estão estruturadas em uma instituição que tem como pressuposto a inclusão social, que objetiva oferecer educação pública federal, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. As bibliotecas do IFC respondem, portanto, a estes preceitos e por isso, em sua essência, têm o compromisso com a inclusão. Se para compreender uma biblioteca precisamos olhar sua “certidão de nascimento” (BRAYNER, 2018), ao analisarmos as bibliotecas que compõem o SIBI do IFC, percebemos que algumas tiveram suas atividades iniciadas antes mesmo da criação do IFC, enquanto outras foram recentemente estruturadas, o que confere a cada uma diferentes bases culturais e diferentes condições arquitetônicas, estruturais, de inserção e de atuação institucional.

Porém, apesar de situadas em uma instituição que se propõe inclusiva e ratificando o nosso entendimento de acessibilidade como condição mínima para a inclusão das pessoas com deficiência, com base no objetivo principal desde estudo, que se ocupou de **analisar como o conjunto de bibliotecas do IFC tem se organizado para oferecer condições de acessibilidade e garantir inclusão às pessoas com deficiência**, concluímos que as bibliotecas do IFC apresentam uma organização que enseja melhorias.

Percebemos que ações como a de constituir uma comissão para aquisição de tecnologias assistivas, a de criar a coleção Acessibilidade Informacional do SIBI e de publicizar o informativo intitulado “Biblioteca inDICA”, que contempla texto alternativo, atentando-se, assim, para a acessibilidade, não são oriundas da coletividade, mas referem-se a proposições de profissionais específicos. Assim, a análise de dados revela que alguns dos profissionais que atuam nas bibliotecas têm consciência e estão engajados à temática da acessibilidade e da inclusão da pessoa com deficiência, mas isso não representa a totalidade, pois outros desconhecem questões essenciais e inerentes às suas atividades, como no caso de bibliotecários que não conhecem a PDC e não sabem que o Sinaes avalia a acessibilidade na biblioteca, entre outras questões.

Ao analisarmos os dados em consonância com as disposições da NBR 9050/2020,

constatamos que os indicadores de acessibilidade são pouco atendidos. O Quadro 14 sintetiza alguns dos resultados quantitativos a respeito do atendimento ou não de critérios de acessibilidade e nele percebemos que a oferta de tecnologias assistivas é a questão mais deficitária (5,09%), aspecto que já está na pauta das bibliotecas.

Quadro 14 - Índices de acessibilidade das bibliotecas do IFC

<b>Média de alguns aspectos da acessibilidade</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Parcialmente</b>	<b>Não sei responder</b>	<b>Não se aplica</b>
Em relação ao estacionamento próximo à biblioteca	39,30	33,92	10,70	16,08	0,00
Em relação ao espaço interno da biblioteca	38,45	40,68	10,42	10,45	0,00
acessibilidade nos balcões de atendimento das bibliotecas	36,00	57,00	7,00	0,00	0,00
Em relação aos banheiros	28,55	26,18	2,37	42,90	0,00
Em relação ao acesso à biblioteca	28,55	26,18	7,14	4,73	33,40
Acessibilidade nos bebedouros	21,42	21,42	35,74	21,42	0,00
Acessibilidade Comunicacional	17,13	60,73	9,99	8,56	3,59
Oferta de tecnologias assistivas	5,09	89,80	5,11	0,00	0,00
<b>Média geral</b>	<b>26,81</b>	<b>44,49</b>	<b>11,06</b>	<b>13,02</b>	<b>4,62</b>

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir da coleta de dados

Um dado importante a ser pontuado é que somente 29% das bibliotecas possuem *softwares* específicos para auxiliar as pessoas com deficiência. Esta informação chama a atenção, pois, na análise dos dados também resta evidente que a falta de investimentos financeiros dificulta a melhoria de aspectos relacionados à acessibilidade e à inclusão das pessoas com deficiência. Contudo, na atualidade há várias opções de *softwares* gratuitos que podem favorecer às pessoas com deficiência, a exemplo do DOSVOX, citado por um dos participantes como uma ferramenta disponível na biblioteca, porém não conhecida por todos os profissionais que atuam naquele espaço.

O segundo aspecto com menor índice de atendimento de critérios de acessibilidade (17,13%) é a dimensão comunicacional. Dentre as várias questões a serem melhoradas, destacamos que, atualmente, nenhuma das bibliotecas dispõe de placa informativa sobre o atendimento preferencial. Pelas “vozes” dos participantes, constatamos que, nas mesmas bibliotecas, profissionais adotam posturas distintas em relação à prioridade de atendimento, o que demonstra que aspectos básicos da acessibilidade, assegurados inclusive em legislação específica, são desconsiderados. Isso revela a necessidade de que as bibliotecas e a instituição reavaliem estas questões, de forma a promover o seu atendimento. Em termos de barreira comunicacional estabelecida entre os profissionais e os interagentes, a pouca familiaridade e/ou

o desconhecimento da Libras por parte dos profissionais é o aspecto mais elencado pelos participantes da pesquisa como limitador à acessibilidade e como questão que demanda de formação continuada.

A falta de acessibilidade entre o percurso de embarque e desembarque do transporte e do estacionamento até a biblioteca, nos banheiros e nos bebedouros sugerem que as precárias condições de acessibilidade são inerentes às próprias unidades educacionais e não especificamente um problema das bibliotecas e que, portanto, as bibliotecas refletem as condições institucionais. Em relação à acessibilidade arquitetônica no espaço interno da biblioteca, destacamos o fato de que 92,90% das bibliotecas não possuem salas de estudo individual ou coletivo, com isolamento acústico. Salientamos que esta é uma demanda primária, pois a ausência desta estrutura torna-se uma barreira e um limitador a todos aqueles que precisam de espaços privativos para realizar suas atividades. Isso interfere também em como as bibliotecas se relacionam com os interagentes, pois a falta de espaço com isolamento para estudo faz com que o silêncio seja a “palavra de ordem” e sejam excluídos das bibliotecas as pessoas que não têm o objetivo de desenvolver atividades silenciosas.

Assim, ao relacionarmos esta realidade ao fato de que (57%) das bibliotecas do IFC atualmente estão instaladas em locais planejados para serem bibliotecas e que a construção de algumas destas edificações datam de períodos recentes, inferimos que lacunas de acessibilidade emergem, inclusive, em projetos arquitetônicos recentemente elaborados, aspecto que merece ser analisado institucionalmente, a fim de priorizar a acessibilidade, fundamentada no conceito de desenho universal, desde a elaboração dos projetos arquitetônicos.

Além disso, esta pesquisa revela que, nas bibliotecas, a aquisição de acervo em formato alternativo restringe-se à assinatura de plataformas que disponibilizam *e-books* e que a primeira assinatura foi realizada no ano de 2021. No entanto, é preciso destacar que, apesar de oferecerem recursos às pessoas com deficiência, a assinatura destas plataformas não objetiva exclusivamente oferecer materiais em textos alternativos às pessoas com deficiência, mas alinhar as bibliotecas do IFC às novas tendências e desafios apresentados às bibliotecas, ou seja, a atuação virtual.

Além dos *e-books*, outros formatos alternativos são incorporados ao acervo exclusivamente por meio de doações. Acreditamos que o desenvolvimento de acervo acessível se constitui em um desafio às bibliotecas do IFC, especialmente se considerarmos que alguns dos participantes da pesquisa possuem interpretação equivocada da PDC e afirmam que a PDC não permite a aquisição de acervo em formato alternativo. Além disso, o fato de a PDC de finir a necessidade de justificativa para a aquisição de materiais acessíveis denota que a aquisição e

a disponibilização de acervo acessível são questões que precisam ser problematizadas, a fim de elucidar que a oferta desses materiais é uma responsabilidade da biblioteca e um direito das pessoas com deficiência.

As orientações sobre os serviços das bibliotecas, os serviços de referência e as ações culturais também carecem de acessibilidade, pois os participantes relatam condições adversas, como a falta de tempo e de conhecimento para tornar as ações acessíveis e inclusivas. Acreditamos que uma das práticas viáveis, que pode contribuir para orientar os profissionais, é estabelecer diálogo e conhecer o trabalho de outras bibliotecas que são referência em acessibilidade. A articulação com outros setores da instituição também é um aspecto fundamental a ser adotado pelas bibliotecas, principalmente porque o IFC possui equipes multiprofissionais que podem contribuir para que as bibliotecas repensem e reestruturem seus espaços e seus serviços de forma a contemplar a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência.

É também a partir do trabalho conjunto com outros setores que as bibliotecas podem conhecer quem são as pessoas com deficiência e estabelecer com elas os primeiros diálogos, de forma a conhecê-las e convidá-las a interagir com as bibliotecas, práticas pouco contempladas na atualidade. Repensar questões da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência não pode estar desvinculado do diálogo com as pessoas com deficiência, pois elas podem orientar as bibliotecas no sentido de se tornarem acessíveis e inclusivas.

Aqui abrimos um parêntese para registrar que reconhecemos que um dos limites desta pesquisa consiste no fato de não ter ouvido as pessoas com deficiência, pois a participação delas contribuiria para compreendermos, sob a visão dos que são efetivamente afetados positiva ou negativamente, as condições de acessibilidade das bibliotecas. Contudo, a condição pandêmica e as limitações que ela impôs impeliram-nos a realizar escolhas e uma delas foi a de, nesta pesquisa, “ouvir” os profissionais que atuam nas bibliotecas. Assim, sugerimos que novos estudos se dediquem a ouvir as pessoas com deficiência.

O diálogo com as pessoas com deficiência parece ser uma prática pouco evidenciada nas bibliotecas do IFC, pois os dados revelaram que muitos desconhecem a existência de pessoas com deficiência no *campus* em que atuam. Este desconhecimento denuncia a invisibilidade destes indivíduos. Ainda assim, as “vozes” dos participantes afirmam que é por meio da acessibilidade atitudinal que muitas barreiras de acessibilidade são vencidas, pois a proatividade e a empatia dos profissionais fazem com que barreiras sejam mitigadas.

A necessidade de formação continuada para atender as pessoas com deficiência é registrada pelos próprios participantes. Além disso, os resultados demonstram a importância de

que façam parte de uma agenda de formação continuada destinada aos profissionais que atuam nas bibliotecas, podendo ser estendida a outros interessados, temas como a abordagem de legislações que orientam a acessibilidade, as ações afirmativas adotadas pelo IFC, a Política de Inclusão e Diversidade do IFC, questões, em sua maioria, desconhecidas pelos participantes da pesquisa.

Em relação à dimensão da acessibilidade programática, o IFC possui vários documentos, como o PDI, que prevê a implantação de serviços às pessoas com deficiência nas bibliotecas. O Planejamento Estratégico do IFC propõe metas para proporcionar acessibilidade arquitetônica universal e o Plano de Ação para atender a questões de acessibilidade também tem uma agenda a ser cumprida. Portanto, em termos programáticos institucionais, a acessibilidade é cotejada e a inclusão parece ser assegurada. Porém, os dados revelam que, no âmbito das bibliotecas, a acessibilidade necessita ser efetivamente cotejada, pois as limitações são mais proeminentes que as ações positivas em torno de propostas acessíveis e inclusivas às pessoas com deficiência. Ademais, poderíamos afirmar que, embora a instituição tenha em seus princípios a inclusão, tal preceito não é contemplado nos documentos que norteiam as ações das bibliotecas.

Portanto, os dados revelaram precárias condições de acessibilidade, o significativo desconhecimento por parte dos profissionais que trabalham nas bibliotecas a respeito de questões relacionadas à acessibilidade e à inclusão das pessoas com deficiência e sugerem a invisibilização das pessoas com deficiência nas bibliotecas do IFC. Também evidenciam a falta de alinhamento entre as políticas institucionais e as específicas do SIBI, uma vez que as políticas institucionais contemplam a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência e as das bibliotecas ainda são insuficientes neste aspecto.

Concluimos este estudo registrando que, embora as bibliotecas do IFC tenham trabalhado em proposições que contemplam a acessibilidade das pessoas com deficiência, as condições de acessibilidade são insatisfatórias e requerem melhorias tanto do ponto de vista conceitual como do pragmático. Como sugestão, consideramos primordial o desenvolvimento de um guia com orientações para as pessoas com deficiência sobre os serviços da biblioteca, o qual poderia aproximá-las das próprias bibliotecas. Também é pertinente que a instituição procure desenvolver manuais de acessibilidade, de forma a orientar práticas acessíveis e inclusivas.

Por fim, registramos que as bibliotecas carecem de uma nova organização não apenas para que as pessoas com deficiência possam acessá-las, mas para incluírem a todas as pessoas. A falta de acessibilidade pode estar relacionada à falta de investimentos financeiros, de



conhecimentos a respeito da temática, mas pode representar também a cultura excludente que embasa historicamente as bibliotecas e na qual está fundamentada a nossa sociedade, em que a inclusão pode ser realizada no sentido de normalizar e não de interagir. Neste sentido, o desafio de se tornar acessível e inclusiva é posto não apenas às bibliotecas, mas também ao IFC.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Meriely Ferreira de. **Acessibilidade física em bibliotecas da rede federal de ensino**: políticas públicas para pessoas com necessidades específicas. 2015. 80 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes, 2015. Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2387269](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2387269). Acesso em: 04 set. 2021.

ANTUNES, Cleuza Diogo. **Acessibilidade e inclusão na biblioteca do Instituto Federal de Rondônia**. 2017. 162 f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação Escolar) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017. Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5377606](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5377606). Acesso em: 04 set. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050**: Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BARBIER, Frédéric. **História das bibliotecas**: de Alexandria às bibliotecas virtuais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

BARBOSA, Erika Cristiny Brandão Ferreira. **Inclusão educacional: a acessibilidade dos usuários com deficiência visual e/ou motora da biblioteca do IFCE - Campus Fortaleza**. 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Vitória, 2020. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9671175](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9671175). Acesso em: 04 set. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROSO, João. Incluir, sim, mas, onde? Para uma reconceituação sociocomunitária da escola pública. *In*: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 275-298.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BECKER, Caroline da Rosa Ferreira; FAQUETI, Marouva Fallgatter. **Panorama das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**: um olhar sobre a gestão. Blumenau: IFC, 2015.

BERSCH, Rita. **Introdução ao conceito de tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em: [https://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf). Acesso em: 01 jul. 2021.

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Maria (Orgs.). **Um olhar sobre a diferença**: interação, trabalho e cidadania. 12. ed. Campinas: Papirus, 2012.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. *In*: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16.

BRASIL. **Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Brasília: Presidência da República, 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/14084.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14084.htm). Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 28 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 mar. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19674.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19674.htm). Acesso em: 23 mar. de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em: 22 jun. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000a. Disponível [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm). Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm). Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm). Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília: MEC, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm). Acesso em: 26 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 20 jun. de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm). Acesso em: 29 jun. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm). Acesso em: 23 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP, 2008b. Disponível em: [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf). Acesso em: 28 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 20 jun. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm). Acesso em: 23 jun. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual do Programa Escola Acessível**. Brasília: MEC, 2011a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17428-programa-escola-acessivel-novo>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasília: Presidência da República, 2011b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm). Acesso em: 20 jun. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 24 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Presidência da República, 2012b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em 25 jun. 2021.

BRASIL. **Portaria interministerial nº 362, de 24 de outubro de 2012.** Dispõe sobre o limite de renda mensal dos tomadores de recursos nas operações de crédito para aquisição de bens e serviços de Tecnologia Assistiva destinados às pessoas com deficiência e sobre o rol dos bens e serviços. Brasília: Presidência da República, 2012c. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/portarias-interministeriais/2012/portaria-362>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).** Brasília: MEC, 2013. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/documentos\\_orientadores/2016/documento\\_orientador\\_em\\_acessibilidade\\_avaliacao\\_institucional.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documentos_orientadores/2016/documento_orientador_em_acessibilidade_avaliacao_institucional.pdf). Acesso em: 24 abr. 2021

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação.** Brasília: Presidência da República, 2014a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 18 ago. de 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Caderno do PNLL.** Brasília: Ministério da Cultura, 2014b. Disponível em: [http://antigo.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL\\_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a66](http://antigo.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a66). Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm). Acessado em: 24 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107). Acesso em: 26 abr. de 2021.

BRASIL. Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. **Política Nacional de Leitura e Escrita.** Brasília: Presidência da República, 2018a. Disponível em: [BRASIL. \*\*Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.\*\* Brasília: Ministério do Direitos Humanos, 2018b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>. Acesso em: 11 jul. de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,Art. Acesso em: 23 jun. de 2020.</a></p></div><div data-bbox=)

BRASIL. **Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018.** Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Brasília: Presidência da República, 2018c. Disponível [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9262.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9262.htm). Acesso em: 11 jul. de 2021.

BRASIL. **Medida provisória nº 914, de 24 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II. Brasília: Presidência da República, 2019a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2186-16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm). Acesso em: 16 jul. 2021.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 4, de 27 de dezembro de 2019.** Estabelece os parâmetros operacionais para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, no exercício de 2020. Brasília: Presidência da República, 2019b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-4-de-27-de-dezembro-de-2019-235856724>. Acesso em: 19 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal Rede Federal de Educação Científica Profissional e Tecnológica:** histórico. Brasília: MEC, 2020a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/historico>. Acesso em: 09 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal Rede Federal de Educação Científica Profissional e Tecnológica:** expansão da Rede Federal. Brasília: MEC, 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 09 nov. 2020.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 323, de 10 de setembro de 2020.** Dispõe sobre procedimentos para adaptações de acessibilidade nos imóveis de uso público dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta e para divulgação da situação de acessibilidade das edificações públicas federais. Brasília: Presidência da República, 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-323-de-10-de-setembro-de-2020-276902528>. Acesso em: 06 maio de 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021**. Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual. Brasília: Presidência da República, 2021a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14126.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14126.htm). Acesso em: 22 jun. de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021**. Regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva. Brasília: Presidência da República, 2021b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/decreto/D10645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10645.htm). Acesso em: 22 jun. de 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1 de 05 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2021c; Disponível em: [https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578?fbclid=IwAR1cguC7vHF27D0foope\\_s3a68oiqVPd56KayaTGSkrWd6Ey8lWTkl12CHg](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578?fbclid=IwAR1cguC7vHF27D0foope_s3a68oiqVPd56KayaTGSkrWd6Ey8lWTkl12CHg). Acesso em: 25 jun. 2021

BRAYNER, Cristian. **A Biblioteca de Foucault: reflexões sobre ética, poder e informação**. São Paulo: É Realizações, 2018.

BRITO, Luiz Percival Leme de. A Biblioteca nos tempos e espaços digitais: novos e antigos desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 19, p. 7-17, dez. 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2276>. Acesso em: 19 maio 2021.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CARCERERI, Marilda de Fatima Antoniacomi. **O cuidado bibliotecário na inclusão social de alunos com deficiência física no Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)**. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2014. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1906739](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1906739). Acesso em: 04 set. 2021.

CARVALHO, Carlos Ceza de. **Políticas públicas de acessibilidade nas instituições de ensino: tecnologia assistiva na biblioteca do IFNMG Campus Januária**. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=112793](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=112793). Acesso em: 04 set 2021.

CARVALHO, Edneia Maria de. **Acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida: perspectivas de atuação da biblioteca escolar do Colégio Militar de Juiz de Fora**. 2017. 71 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5021252](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5021252). Acesso em: 04 set. 2021.

CARVALHO, Marcia Saraiva. **Para o olhar de quem não pode enxergar: recomendações para acessibilidade na Biblioteca Centro de Tecnologia e Ciências da Faculdade de Tecnologia - Resende**. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3915928](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3915928). Acesso em: 04 set. 2021.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CASTRO, César. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB). **Resolução CFB n.º 42, de 11 de janeiro de 2002**. Dispõe sobre o Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia. Disponível em: [http://www.eticaempresarial.com.br/imagens\\_arquivos/artigos/File/Eticaenegocios/cod\\_biblioteconomia.pdf](http://www.eticaempresarial.com.br/imagens_arquivos/artigos/File/Eticaenegocios/cod_biblioteconomia.pdf). Acesso em: 20 jul. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB). **Resolução CFB n.º 220/2020, de 13 de maio de 2020**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1349/1/Resolu%c3%a7%a3o%20220%20Par%c3%a2metros%20biblioteca%20escolar%20%281%29.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Catálogo de Teses e Dissertações**. Brasília: CAPES, 2020. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 15 maio 2021.

CORRÊA, Elisa Cristina. Usuário, não! Interagente. Proposta de um novo termo para um novo tempo. **Encontros Bibli** [S.l.], n. 41, p. 23-40, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n41p23>. Acesso em: 8 abr. 2021.

COSTA, Michelle Karina Assunção. **Inclusão e acessibilidade nas bibliotecas universitárias: a formação e atuação do bibliotecário**. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: Acesso em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2712632](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2712632). Acesso em: 04 set. 2021.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

CUNHA, Murilo Bastos. A biblioteca universitária na encruzilhada. **DataGramZero**, [S.l.], v. 11, n. 6, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7266>. Acesso em: 18 maio 2021.



CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.], n. 16, p. 245-262, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200010>.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], n. 17, p. 5-18, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/DYTMchb9qK7FQdSNpcZpBnC/abstract/?lang=pt&stop=previous&format=html#>. Acesso em: 18 jul. 2021.

DUBET, François. **Injustiças: a experiência da desigualdade no trabalho**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

FABRIS, Eli Terezinha Henn; LOPES, Maura Corcini. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS (IFLA). **Manifesto da IFLA sobre internet**. Haia: IFLA, 2002. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/faiife/publications/policy-documents/internet-manifesto-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 27 de abr. 2021.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS (IFLA). **Código de ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação**. Haia: IFLA, 2012. Disponível em: <https://www.ifla.org/ES/node/7237>. Acesso em: 27 de abr. 2021.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Plano de desenvolvimento da educação - PDE. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli; VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em <https://gestrado.net.br/dicionario-de-verbetes/#p>. Acesso em: 29 jun. 2021.

FERREIRA, Júlio Romero. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. *In*: RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006a. p. 85-114.

FERREIRA, Windyz Brazão. Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. *In*: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006b. p. 211-238.

FIDALGO, Sueli Salles. **A linguagem da exclusão e inclusão social na escola**. São Paulo: Unifest, 2018.

FILGUEIRAS, Sandra do Amparo Silva. **Bibliotecas universitárias federais brasileiras no século XXI: capacitação de bibliotecários e os saberes que articulam boas práticas no atendimento aos usuários com deficiência**. 2017. 218 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4959822](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4959822). Acesso em: 04 set. 2021.

FONSECA, Edson Nery da. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979.

FORNARI, Liamara Teresinha. **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: possibilidade para contribuir com a emancipação humana**. 2017. 434 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/183595>. Acesso em: 27 jun. 2021.

FORTE, David. Da interrupção da gravidez ao extermínio: o genocídio internacional da Síndrome de Down. **Gazeta do Povo**, 02 ago. 2018, 14:21. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/da-interruptao-da-gravidez-ao-extermio-o-genocidio-internacional-da-sindrome-de-down-1qx5by8nzx4ioav9mrpxtvorq/>. Acesso em: 15 jul. 2021

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2018.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GENTIL JUNIOR, Jorge Sebastião. **Formulação de indicadores qualitativos de acessibilidade: o caso da biblioteca de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal Fluminense**. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3756258](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3756258). Acesso em: 04 set. 2021.

GOFFMAN, Erving. Estigma e Identidade Social. *In*: GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manutenção da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 11-50.

HOEPERS, Idorlene da Silva. **Traduções da política de ensino superior no contexto da prática em Institutos Superiores de Educação Profissional do Brasil e de Portugal**. 2019. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2019. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4992996](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4992996). Acesso em: 16 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf). Acesso em: 08 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: pessoas de 15 anos ou mais, analfabetas, por sexo e grupo de idade. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?edicao=28203&t=resultados>. Acesso em: 08 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Edital nº 259/2013**. Dispõe sobre o Concurso Público de provas para provimento de cargos da carreira de técnico administrativo em educação do quadro de pessoal permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Blumenau: IFC, 2013. Disponível em: <http://trabalheconosco.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/12/2014/06/Edital-n%C2%BA-259-2013-T%C3%A9cnicos-Administrativos-em-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Relatório 2017**. Blumenau: IFC, 2017a. Disponível em: <http://estudante.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/31/2018/01/Relatório-NAPNE-2017-versão-final.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Relatório Técnico Prioridades para a Acessibilidade**. Blumenau: IFC, 2017b. Disponível em: [http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/Relatorio-Tecnico\\_prioridades-para-acessibilidade-no-IFC.pdf](http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/Relatorio-Tecnico_prioridades-para-acessibilidade-no-IFC.pdf). Acesso em: 26 jan. 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Relatório de Gestão 2018 Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal Catarinense**. Blumenau: IFC, 2018a. Disponível em: <http://biblioteca.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/relatorio-gestao-2018-versao-sem-fotos.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Planejamento Estratégico – 2018, 2021**. Blumenau: IFC, 2018b. Disponível em: [https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2018/11/Vers%C3%A3o-web\\_Planejamento-estrat%C3%A9gico-2018-2021CC-2.pdf](https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2018/11/Vers%C3%A3o-web_Planejamento-estrat%C3%A9gico-2018-2021CC-2.pdf). Acesso em: 09 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Relatório de Gestão 2019 Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal Catarinense**. Blumenau: IFC, 2019a. Disponível em: <https://biblioteca.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/9/2020/02/relatorio-gestao-2019-fev10.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Histórico do SIBI**. Blumenau: IFC, 2019b. Disponível em: <https://biblioteca.ifc.edu.br/historico-do-sibi-ifc/>. Acesso em: 08 fev. 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Plano de Ação IFC**. Blumenau: IFC, 2019c. Disponível em: [https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2018/03/Plano\\_de\\_Ao\\_para\\_Acessibilidade\\_\\_2018-3.pdf](https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2018/03/Plano_de_Ao_para_Acessibilidade__2018-3.pdf). Acesso em: 20 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Sobre o IFC**. Blumenau: IFC, 2019d. Disponível em: <http://ifc.edu.br/sobre-o-ifc/>. Acesso em: 19 jan. 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Blumenau: IFC, 2019e. Disponível em: [http://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/PDI\\_2019-2023\\_VERSO\\_FINAL\\_07.06.2019\\_-\\_ps\\_Consuper.pdf](http://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/PDI_2019-2023_VERSO_FINAL_07.06.2019_-_ps_Consuper.pdf). Acesso em: 02 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). Portaria nº 1972/2019. Blumenau: IFC, 2019f. Disponível em: <https://portarias.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/10/2019/06/Portarias-24-%c3%a0-28-de-junho.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **IFC implanta Repositório Institucional**. Blumenau: IFC, 2019g. Disponível em: <https://biblioteca.ifc.edu.br/2019/08/05/sibi-ifc-implanta-repositorio-institucional/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Regimento Interno do Sistema Integrado e Bibliotecas do Instituto Federal Catarinense**. Blumenau: IFC, 2019h. Disponível em: <https://biblioteca.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/9/2020/01/SIBI-Regimento.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Regulamento Interno das Bibliotecas do Instituto Federal Catarinense**. Blumenau: IFC, 2019i. Disponível em: <https://biblioteca.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/9/2020/01/SIBI-Regulamento.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Política de Desenvolvimento de Coleções**. Blumenau: IFC, 2019j. Disponível em: <https://biblioteca.ifc.edu.br/politica-de-desenvolvimento-de-colecoes/>. Acesso em: 17 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Política de inclusão e diversidade do Instituto Federal Catarinense**. Blumenau: IFC, 2019k. Disponível em: [https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/Resoluo\\_33.2019\\_ANEXO.pdf](https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/Resoluo_33.2019_ANEXO.pdf). Acesso em: 18 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Relatório Circunstanciado de Acessibilidade Instituto Federal Catarinense**. Blumenau: IFC, 2019l. Disponível em: [https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2018/03/Relatorio\\_Circunstanciado\\_IFC-3.pdf](https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2018/03/Relatorio_Circunstanciado_IFC-3.pdf). Acesso em: 20 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Censo Interno do IFC – novembro/2020**. Blumenau: IFC, 2020a. Disponível em: <https://ifc.edu.br/2014/08/11/censo-interno/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Grupo de Trabalho de Ensino Avaliação e Revisão das Estratégias de Atividades de Ensino Remotas**. Blumenau: IFC, 2020b. <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/01/Relat%c3%b3rio-GT-de-Atividades-Remotas.pdf>. Acesso em: 08 set. 2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Núcleo Bilíngue (NuBi)**. Blumenau: IFC, 2020c. Disponível em: <https://ifc.edu.br/nucleos/nubi/>. Acesso em: 03 ago. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar 2019**: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/0/Notas+Estat%C3%ADsticas+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/43bf4c5b-b478-4c5d-ae17-7d55ced4c37d?version=1.0>. Acesso em: 31 dez. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar 2020**: resumo técnico. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf). Acesso em: 21 jul. 2021.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. São Paulo: Autores Associados, 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Desafios da educação pública, gratuita e de qualidade no cenário atual**. Blumenau: IFC, 2020. 1 vídeo (1h36min). Publicado pelo canal IFC Campus Blumenau. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iGjjqsiBZAY&t=4918s>. Acesso em: 23 out. 2020.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. 2. ed. São Paulo: Abril cultural, 1980. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod\\_resource/content/1/L%C3%89VI-STRAUSS%2C%20Claude\\_Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod_resource/content/1/L%C3%89VI-STRAUSS%2C%20Claude_Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf). Acesso em: 24 mai. 2019.

LIMA, Francisco J.; TAVARES, Fabiana S. S. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. In: SOUZA, Olga Solange Herval (Org.). **Itinerários da Inclusão Escolar**: múltiplos olhares, saberes e práticas. Porto Alegre: AGE, 2007. p. 23-32.

LIMA, Silvia; RODRÍGUEZ, Margarita. Políticas educacionais e equidade: revendo conceitos. **Revista Contrapontos**, [S.l.], v. 8, p. 53-70, 2009. Disponível em: <https://unoesc.emnuvens.com.br/roteiro/article/view/23882>. Acesso em: 18 jul. 2021.

LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia. **In/exclusão**: nas tramas da escola. Canoas: Editora da Ulbra, 2007.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 94-111, jul. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42307>. Acesso em: 03 jul. 2020.

MAGALHÃES, Antônio M.; STOER, Stephen R. Inclusão social e a “escola reclamada”. *In*: RODRIGUES, David. **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 65-84.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. *In*: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 183 - 210.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MAROTO, Lucia Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão!**: do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MAZZONI, Alberto Angel *et al.* Propostas para alcançar a acessibilidade para os portadores de deficiência na biblioteca universitária da UFSC. **Revista Acb**, Florianópolis, v. 5, n. 5, p. 120-130, 2000.

MAZZONI, Alberto Angel *et al.* Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n.2, p. 29-34, 2001.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MILANESI, Luiz. **O que é biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NEVES, Roberta Dannemann Vargas. **A Biblioteca Central da UFJF**: inclusão e acessibilidade. 2019. 143 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF\\_7b85c59d2d048d1acd1d331cf99e8ae8](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF_7b85c59d2d048d1acd1d331cf99e8ae8). Acesso em: 04 set. 2021.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração de Salamanca sobre princípio, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Tradução: Ministério da Educação. Espanha: Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PEREIRA, Jaqueline Andrade; SARAIVA, Joseana Maria. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168-185, set. 2017. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14677](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677). Acesso em: 18 dez. 2020.

PEREIRA, Rodrigo Araújo de Sá. **Políticas públicas de educação e informação para inclusão e acessibilidade: estudo realizado entre usuários com deficiência na biblioteca do Instituto Federal da Paraíba – Campus Cabedelo**. 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6308406](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6308406). Acesso em: 04 set. 2021.

PINO, Angel. A criança, ser cultural ou da passagem do biológico ao simbólico. *In*: PINO, Angel. **As marcas do humano**: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev. S. Vigotski. São Paulo: Cortez, 2005. p. 43-68.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA (PNP). **Cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos por instituição e unidade de ensino**. PNP, 2019b. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html>. Acesso em: 18 set. 2019.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA (PNP). **Gasto corrente por matrícula**. PNP, 2019a. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 18 set. 2019.

PLETSCH, Márcia Denise *et al.* **Acessibilidade e desenho universal aplicado à aprendizagem na educação superior**. Nova Iguaçu: OBEE, 2020.

PUPO, Deise Tallarico. Acessibilidade em bibliotecas: outras possibilidades e atuação dos bibliotecários frente aos novos formatos de livros. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: UFRJ, 2010. p. 1-12. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4983>. Acesso em: 23 jun. 2021

PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke.; FÉRRES, Sofia Pérez. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: Unicamp, 2008.

PUPO, Deise Tallarico; MARTINS, Valéria dos Santos Gouveia. Construção de Parâmetros para Implantação de Bibliotecas Acessíveis. **Revista Gestão & Conexões**. Vitória, v. 3, n. 1, p. 23-42, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/ppgadm/article/view/5049>. Acesso em: 05 jun. 2021.

REAL, Daniela Corte. **"A vida", "O balão" e "O pássaro"**: análise de uma política de formação de leitores na perspectiva inclusiva. 2019. 274 f. Tese (Pós-Graduação em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/5411?show=full>. Acesso em: 15 jun. 2021

REIMÃO, Sandra Lucia Amaral de Assis. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**. 2015. 130 f. Tese (Livre Docência em Comunicação e cultura) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/100/tde-21082015-151559/pt-br.php>. Acesso em: 15 jun. 2020.

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

ROSS, Paulo Ricardo. Educação e Trabalho: a conquista da diversidade ante as políticas neoliberais. In: BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Maria (Orgs.). **Um Olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. São Paulo: Papyrus, 2012. p. 53-110.

SALTON, Bruna Poletto *et al.* **Manual de acessibilidade em documentos digitais**. Bento Gonçalves: IFRS, 2017. Disponível em: [https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/EscoLAR/Livro%20-%20Manual%20de%20Acessibilidade%20em%20Documentos%20Digitais%20\(1\).pdf](https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/EscoLAR/Livro%20-%20Manual%20de%20Acessibilidade%20em%20Documentos%20Digitais%20(1).pdf). Acesso em: 02 set. 2021

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Josiel Machado. O Processo evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e de Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237>. Acesso em: 15 out. 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão: Revista de Educação Especial**, Brasília, p. 19-23, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação: Reação**, São Paulo, v. 12, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319). Acesso em: 23 out. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Acessibilidade total na cultura e no lazer. In: NÓBREGA, Andreza (Org.). **Notas proêmias: acessibilidade comunicacional para produções culturais**. Pernambuco: [S.n.], 2013. p. 09-21. Disponível em: [https://edutec.unesp.br/images/stories/rededor2-ee-ei/1ed-ee-ei/Ebook/Notas\\_Proemias/index\\_textos.html](https://edutec.unesp.br/images/stories/rededor2-ee-ei/1ed-ee-ei/Ebook/Notas_Proemias/index_textos.html). Acesso em: 10 set. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?**. São Paulo: Instituto Rodrigo Mendes, 2014. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/como-chamar-pessoas-que-tem-deficiencia/>. Acesso em: 27 out. 2020.



- SILVEIRA, Simoni Júlia da. **Diagnóstico de acessibilidade nas bibliotecas públicas dos municípios da mesorregião oeste de Minas Gerais**. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional) - Instituto de Ensino Superior e Pesquisa, Divinópolis, 2015. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2265740](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2265740). Acesso em: 04 set. 2021.
- SKLIAR, Carlos. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. *In*: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 15-34.
- SONZA, Andréa Poletto *et al.* (Org.). **Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais**. Bento Gonçalves: [S.n.], 2013.
- SOUSA, Clemilda dos Santos. **Mediações no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará na perspectiva da educação inclusiva**. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal Do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3607507](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3607507). Acesso em: 04 set. 2021.
- SOUZA, Magali Dias de; FERREIRA, Luiz Alberto; SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da. Tecnologia assistiva cães-guia no Brasil: uma ação política orientada à inclusão social de pessoas com deficiência visual. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 21, n. 2, p. 362–373, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/13165>. Acesso em: 01 jul. 2021.
- STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.
- STROPARO, Eliane Maria. **Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias: uma análise do Sistema de Bibliotecas (Sibi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)**. 2014. 263 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=211063](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=211063). Acesso em: 04 set. 2021.
- STROPARO, Eliane Maria. **Políticas públicas de inclusão e indicadores de acessibilidade: uma análise nas bibliotecas universitárias**. 2018. 332 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=645492](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=645492). Acesso em: 04 set. 2021.
- TAMASHIRO, Marcele do Nascimento Silva. **Acessibilidade arquitetônica sob o prisma da biblioteca escolar do IFRJ – Campus Rio De Janeiro: a garantia da igualdade na diversidade**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4198560](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4198560). Acesso em: 04 set. 2021.

TARGINO, Maria das Graças. A biblioteca do século XXI: novos paradigmas ou meras expectativas?. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 39-48, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93177>. Acesso em: 19 maio 2021.

TAVARES, Liliana Barros. Tabela com sugestões de acessibilidade comunicacional para as diversas áreas da produção cultural (modelo Funcultura – PE). *In*: NÓBREGA, Andreza (Org.). **Notas proêmias: acessibilidade comunicacional para produções culturais**. Penambuco: [S.n.], 2013. p. 83-88. Disponível em: [https://edutec.unesp.br/images/stories/redefor2-ee-ei/1ed-ee-ei/Ebook/Notas\\_Proemias/index\\_textos.html](https://edutec.unesp.br/images/stories/redefor2-ee-ei/1ed-ee-ei/Ebook/Notas_Proemias/index_textos.html). Acesso em: 10 set. 2020.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; MELLO, Anahi Guedes de. Nem toda pessoa cega lê em Braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais. **Educação e Pesquisa** (USP), São Paulo, v. v33, p. 369-385, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2013.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**: ONU. Nova York: ONU, 1948. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423_por). Acesso em: 20 fev. 2014.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por). Acesso em: 23 jun. 2021.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Manual para garantir inclusão e equidade na educação**. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://pceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/10/2019-Manual-para-garantir-a-inclusao-e-equidade-na-educacao.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Questionário 1: enviado a todos os servidores das bibliotecas do IFC



#### **Análise das condições de acessibilidade e de inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas do Instituto Federal Catarinense (IFC)**

- Recebi, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento para Participação em Atividade de Pesquisa e concordo em participar voluntariamente desta pesquisa
- Não concordo em participar desta pesquisa

1. Idade:

---

2. Sexo

- Feminino
- Masculino
- Não me identifico com nenhuma opção acima
- Prefiro não informar

3. Escolaridade:

- Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)
- Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano)
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Pós-graduação *lato sensu* (especialização)
- Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado)

Pós-graduação *stricto sensu* (doutorado)

4. Área de formação relacionada ao maior título:

---

5. Cargo de ingresso no IFC:

---

6. Há quanto tempo trabalha no IFC?

---

7. Há quanto tempo trabalha na biblioteca?

---

8. Atividades que desenvolve na biblioteca:

---

9. Como foi sua formação para realizar as atividades que desenvolve na biblioteca?

---

10. Você tem conhecimento se no seu campus, considerando servidores, alunos, professores, prestadores de serviços e demais pessoas que costumam frequentar a instituição, há pessoas com deficiência?

(caso a resposta seja “sim” será direcionado para a próxima pergunta. Caso a resposta seja outra a próxima pergunta será ignorada automaticamente)

Sim

Não

Não sei responder

11. Qual o número aproximado de pessoas com deficiência que costumam frequentar o *campus*?

---

12. Há alguma rotina institucional que informe a biblioteca sobre a presença de pessoas com deficiência no seu campus? Por favor, explique.

---

13. As pessoas com deficiência costumam frequentar a biblioteca?

(caso a resposta seja “sim” será direcionado para a próxima pergunta. Caso a resposta seja outra a próxima pergunta será ignorada automaticamente)

- Sim
- Não
- Raramente
- Não sei responder

14. Por favor, informe com que frequência, aproximada, as pessoas com deficiência costumam frequentar a biblioteca do *campus*.

- Diária
- Semanal
- Quinzenal
- Mensal
- Não sei responder

15. Caso frequentem ou venham a frequentar a biblioteca, pessoas com deficiência têm prioridade no atendimento?

- Sim
- Não
- Não sei responder

16. Você se considera apto para atender pessoas com deficiência, Explique?

---

17. Para você, o que é acessibilidade:

---

18. Você já realizou alguma formação inicial ou continuada sobre acessibilidade e/ou inclusão?

(caso a resposta seja “sim” será direcionado para a próxima pergunta. Caso a resposta seja outra a próxima pergunta será ignorada automaticamente)

- Sim
- Não

Não sei responder

19. Por favor, relate de qual formação participou e se foi ofertada pelo IFC ou como teve acesso à formação.

---

20. Você sente a necessidade de formação continuada relacionada com a promoção da acessibilidade e inclusão das bibliotecas do IFC?

(caso a resposta seja “sim” será direcionado para a próxima pergunta. Caso a resposta seja outra a próxima pergunta será ignorada automaticamente)

Sim

Não

Não sei responder

21. Em relação à acessibilidade e à inclusão, quais são as suas principais demandas de formação?

---

22. Você já foi consultado por parte da coordenação da biblioteca ou da coordenação do Sistema Integrado de Bibliotecas sobre sua opinião em relação à necessidade da criação de serviços acessíveis?

(caso a resposta seja “sim” será direcionado para a próxima pergunta. Caso a resposta seja outra a próxima pergunta será ignorada automaticamente)

Sim

Não

Não sei responder

23. Por favor, relate a respeito de seus apontamentos no momento da consulta.

---

24. Você conhece o censo escolar sobre a acessibilidade da biblioteca em que trabalha?

(caso a resposta seja “sim” será direcionado para a próxima pergunta. Caso a resposta seja outra a próxima pergunta será ignorada automaticamente)

Sim

- Parcialmente
- Não
- Não sei responder

25. Por favor, discorra a respeito dos resultados do censo escolar sobre a acessibilidade da biblioteca em que trabalha?

---

26. Você tem conhecimento sobre legislação referente à acessibilidade?

(caso a resposta seja “sim” será direcionado para a próxima pergunta. Caso a resposta seja outra a próxima pergunta será ignorada automaticamente)

- Sim
- Parcialmente
- Não
- Não sei responder

27. Por favor, liste algumas das legislações que você conhece:

---

28. Você conhece a política de ações afirmativas adotada pelo IFC? Por favor, explique.

---

29. Para você, o que são barreiras atitudinais?

---

30. Para você, o que é inclusão?

---

31. Segundo observações da sua prática, você verifica que a pessoa com deficiência encontra barreiras de acessibilidade e inclusão na biblioteca?

- Sim
- Parcialmente
- Não
- Não sei responder

32. Justifique sua resposta anterior e, se possível, relate alguma experiência:

---

33. Descreva, no mínimo, três aspectos da biblioteca, compreendendo físicos e atitudinais, que limitam a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência:

---

34. Descreva, no mínimo, três aspectos da biblioteca, compreendendo físicos e atitudinais, que favorecem a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência:

---

35. Para você, o que é tecnologia assistiva?

---

36. Quais equipamentos de tecnologia assistiva você conhece?

---

37. Você tem conhecimento sobre política ou ação, da biblioteca, do *campus* ou do IFC que contemplem a acessibilidade e/ou a inclusão da pessoa com deficiência?

(caso a resposta seja “sim” será direcionado para a próxima pergunta. Caso a resposta seja outra a próxima pergunta será ignorada automaticamente)

- Sim
- Não
- Não sei responder

38. Por favor, elenque as políticas ou ações da biblioteca, do *campus* ou do IFC que contemplem a acessibilidade e/ou a inclusão da pessoa com deficiência que você conhece:

---

39. Você conhece laboratórios ou núcleos que realizam o trabalho de acessibilidade informacional na sua instituição ou em outras bibliotecas do país?

(caso a resposta seja “sim” será direcionado para a próxima pergunta.)



- Sim
- Não
- Não sei responder

40. Por favor, cite quais são os laboratórios ou núcleos que você conhece.

---

**APÊNDICE B – Questionário 2: encaminhado para o *e-mail* institucional de cada uma das bibliotecas do IFC**



**Condições de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência nas Bibliotecas do Instituto Federal Catarinense (IFC)**

Este questionário é destinado ao responsável pela biblioteca de cada *campus* do IFC. Está estruturado à luz da NBR 9050/2020 e dos modelos de questionários desenvolvidos por (CARVALHO, 2016; GENTIL JUNIOR, 2016 e SILVEIRA, 2015).

Recebi, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento para Participação em Atividade de Pesquisa e concordo em participar voluntariamente desta pesquisa.

- Sim  
 Não

1. Nome da Biblioteca e *campus* a que pertence:

---

2. Função que o respondente exerce na biblioteca:

---

3. Quantas pessoas (entre servidores efetivos, estagiários ou outros) trabalham nas bibliotecas?

---

4. Entre os que trabalham na biblioteca, há pessoas com deficiência? Se sim, quantas?

---

5. Você conhece os Relatórios Circunstanciados de Acessibilidade publicados na página do IFC? Se sim, sabe se, por meio do Plano de Ação para a Acessibilidade 2018, foram atendidas questões relativas à acessibilidade na biblioteca em que você trabalha? Por favor, comente.

---

6. Você conhece a Norma Brasileira de Acessibilidade a Edificações, Mobiliários, Espaços e Equipamentos Urbanos, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 9050)?

- Sim  
 Não  
 Parcialmente  
 Outros

7. A comunidade externa (todos que não são alunos) possui livre acesso à biblioteca? Se sim, há regras para o acesso?

---

8. A biblioteca está em ambiente planejado e construído para ser uma biblioteca ou em local adaptado? Por favor, conte-nos um pouco sobre isso.

---

9. Há transporte urbano coletivo adaptado para pessoas com deficiência física que atenda a biblioteca?

- Sim  
 Não  
 Parcialmente  
 Não sei responder

10. Em relação ao percurso entre o embarque e desembarque do transporte público até a entrada do prédio da biblioteca:

10.1 Possui calçadas?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
10.2 As calçadas são pavimentadas?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
10.3 A calçada possui piso tátil?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
10.4 Caso a calçada não possua piso tátil, possui uma linha guia?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder

10.5 Há sinalização sonora?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
10.6 Segundo a NBR 9050/2020, as calçadas devem ter a largura mínima de 1,20 m e 2,10 m de altura livre. As calçadas atendem a esta norma?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
10.7 Nas calçadas, há pontos com rebaixamento no meio-fio ou rampas com inclinação quando necessário?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder

#### 11. Em relação ao estacionamento próximo à biblioteca:

11.1 Há reserva de vaga para a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
11.2 Havendo vaga, ela está devidamente sinalizada?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
11.3 A vaga conta com um espaço adicional de circulação com, no mínimo, 1,20 m de largura?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
11.4 O percurso da vaga até a biblioteca é livre de obstáculos?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
11.5 O piso é regular e estável?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder

#### 12. O entorno da biblioteca:

12.1 Possui pavimentação?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
12.2 Nas calçadas há rebaixamentos adequados e devidamente sinalizados conforme a NBR 9050/2020?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder

#### 13. Em relação aos banheiros:

13.1 As portas dos banheiros estão sinalizadas em conformidade com a NBR 9050?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
13.2 Dispõem de entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
13.3 O espaço possui área com diâmetro de, no mínimo, 1,50 m possibilitando a circulação com giro de 360° e a área de transferência?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
13.4 Os lavatórios possibilitam a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas? (altura frontal livre na superfície inferior e altura entre 0,78 m a 0,80 m na superfície superior)	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
13.5 Possuem barra de apoio lateral e vertical?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
13.6 Possuem bacias e assentos sanitários sem abertura frontal e com uma altura entre 0,43 m e 0,45 m do piso acabado, medidas a partir da borda superior sem o assento?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
13.7 Há alcance manual para acionamento da válvula sanitária, da torneira, das barras,	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder

puxadores, trincos, manuseio e uso dos acessórios?				
--	--	--	--	--

14. Segundo a NBR 9050/2020, os bebedouros acessíveis devem ter, no mínimo, duas alturas diferentes de bica, sendo uma de 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado. Os bebedouros locais atendem a esta norma?

- Sim  
 Não  
 Parcialmente  
 Não sei responder

15. Em relação ao acesso à biblioteca:

15.1 Se a entrada possui degrau ou escada, há uma entrada alternativa com rampa ou elevador de acesso às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder	Não se aplica
15.2 Havendo rampa de acesso, esta possui corrimãos, piso tátil, sinalização sonora, tátil ou por contraste visual?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder	Não se aplica
15.3 Havendo elevadores, eles possuem sinalização sonora para indicar andares, sinalização tátil e visual?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder	Não se aplica
15.4 Há sinalização tátil, sonora ou por contraste visual na(s) porta(s) de acesso à biblioteca?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder	Não se aplica
15.5 A forma de abertura da porta (por sensor ou manual) oferece condições de acessibilidade/autonomia?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder	Não se aplica
15.6 As portas, quando abertas, possuem vão livre, maior ou igual a 0,80 m de largura e 2,10 m de altura?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder	Não se aplica
15.7 Antes e depois da entrada da biblioteca existe piso tátil, sinalização tátil, sonora ou por contraste visual?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder	Não se aplica
15.8 Em caso de existência de catracas ou outras formas semelhantes de bloqueio, há dispositivos, passagens, portas ou portões com vão livre, de, no mínimo, 0,80 m de largura?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder	Não se aplica
15.9 Caso existam capachos, tapetes ou similares, estão fixos ao piso, embutidos ou em desnível que não exceda 5 mm?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder	Não se aplica

## 16. Em relação ao espaço interno da biblioteca:

16.1 O piso da biblioteca é antiderrapante?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
16.2 As dimensões internas e disposição do mobiliário permitem a movimentação de todas as pessoas com acessórios de mobilidade (andadores, muletas, cadeiras de rodas)?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
16.3 Há sinalização tátil, sonora ou por contraste visual na(s) porta(s) internas da biblioteca?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
16.4 Segundo a NBR 9050/2020, os ambientes devem possuir uma rota acessível que interligue todas as áreas e setores, desde a entrada principal. Isso é contemplado?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
16.5 A largura livre nos corredores entre estantes de livros é de, no mínimo, 0,90 m de largura?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
16.6 Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, há um espaço que permita a manobra de cadeira de rodas?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
16.7 Conforme a NBR 9050/2020, para o alcance manual confortável, a disposição dos livros nas estantes deve atender às dimensões de, no máximo, 1,20m de altura do piso. Isso é contemplado na biblioteca?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
16.8 Pelo menos 5% das mesas ou superfícies para estudo, ou leitura são acessíveis, permitindo a aproximação frontal de uma pessoa com cadeira de rodas?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
16.9 Pelo menos 5% dos terminais de consulta são acessíveis, permitindo a aproximação frontal de uma pessoa com cadeira de rodas?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
16.10 No entorno das mesas acessíveis é garantida uma faixa livre de circulação e manobra?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
16.11 As saídas de emergência e as rotas de fuga e do prédio e dos espaços estão sinalizadas com informações visuais, táteis e sonoras?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
16.12 Há salas de estudo individual ou coletivo, com isolamento acústico?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
16.13 O layout das salas de estudo considera a utilização e mobilidade por pessoa em cadeira de rodas, com mobilidade reduzida, baixa estatura, obesas etc.?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
16.14 Há reserva de guarda volumes para a pessoa com deficiência?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
16.15 Caso haja reserva de guarda volumes, eles atendem à altura entre 0,40 m e 1,20 m do piso acabado?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
16.16 As estantes de livros possuem sinalização tátil, sonora ou por contraste visual?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder

17. Em relação ao mobiliário para atendimento:

17.1 Há painéis informativos acessíveis impressos, táteis, sonoros ou outros que indiquem a área de recepção e atendimento ao usuário?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
17.2 No balcão de atendimento, há sinalização de atendimento preferencial conforme a NBR 9050?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
17.3 O balcão de atendimento possui conformidade para atendimento de pessoa em cadeira de rodas (superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m e altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,30 m)?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder

18. Entre os serviços, a biblioteca oferece:

18.1 Cópias ampliadas	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
18.2 Impressão em braille	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
18.3 Audiodescrição	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
18.4 Equipamentos para ampliação de textos	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
18.5 Réguas de leitura	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
18.7 Scanners para digitalização de documentos para transcrição em formatos acessíveis	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
18.8 Fones de ouvido	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder

19. A biblioteca disponibiliza *softwares* específicos para auxiliar a pessoa com deficiência na busca informacional? Se sim, por favor, liste-os.

---

20. Caso haja a disponibilidade de *softwares* específicos para auxiliar a pessoa com deficiência na busca informacional:

20.1 Eles estão instalados em todos os computadores destinados ao uso de alunos ou há computadores específicos?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder
20.2 As pessoas com deficiência possuem preferência no uso desses computadores?	Sim	Não	Parcialmente	Ñ sei responder

21. A biblioteca oferece outras tecnologias assistivas? Se sim, por favor, descreva-as.

---

22. Acervos em formatos alternativos como braille, audiolivros e livro digital são contemplados na política de desenvolvimento de coleções? Por favor, comente.

---

23. Caso sua resposta anterior tenha sido positiva para a aquisição de acervo em formato alternativo, há algum formato que tenha prioridade na aquisição? Aproximadamente, há quanto tempo ocorrem estas aquisições? Por favor, justifique sua resposta.

---

24. As diferentes necessidades que as pessoas com deficiência podem apresentar são contempladas pelo serviço de referência, informação e orientação de usuários? Por favor, explique.

---

25. As atividades de orientação aos usuários, como a utilização do catálogo e das bases de dados, a localização de documentos nas estantes e a utilização da biblioteca em geral, consideram as demandas das pessoas com deficiência? Por favor, explique.

---

26. Na realização de eventos e atividades culturais, como a Semana da Biblioteca, são desenvolvidas propostas acessíveis às pessoas com deficiência?

---

27. Você considera que os processos de certificação e avaliação dos cursos superiores, realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), interferem na atuação da gestão institucional e da gestão da biblioteca em relação às questões de acessibilidade? Por favor, justifique sua resposta.?

---

28. O regulamento da biblioteca contempla questões relativas à acessibilidade, como prioridade no atendimento.

---

29. Há ou houve, em algum momento, repasse de recursos financeiros institucionais destinados a atender às demandas de acessibilidade da biblioteca?

---



## ANEXOS

**ANEXO A – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEPSH) do IFC**



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE E DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

**Pesquisador:** Idorlene da Silva Hoepers

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 24676619.7.0000.8049

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 3.842.604

**Apresentação do Projeto:**

Diante dos desafios que se apresentam em relação à inclusão de pessoas com deficiência nos espaços educacionais, e destacando a importância das bibliotecas no processo de ensino, este trabalho Investigar quais são as condições de acessibilidade e inclusão oferecidas pelas bibliotecas do IFC à pessoa com deficiência. Os integrantes da pesquisa serão os servidores permanentes (bibliotecários, auxiliares de biblioteca e técnicos administrativos) das 17 bibliotecas que compõem o Sistema Integrado de bibliotecas do IFC (SIBI – IFC). A pesquisa configura-se como qualitativa, descritiva, interpretativa, bibliográfica e documental. A coleta de dados será realizada por meio de dois questionários on-line aplicados por meio da ferramenta Google Forms. Um dos questionários será aplicado somente ao responsável de cada biblioteca e terá como objetivo a identificação das condições de acessibilidade das bibliotecas. O outro questionário será aplicado a todos os participantes da pesquisa, visando identificar suas percepções a respeito da acessibilidade e da inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas. Será realizada entrevista por meio da ferramenta Skype com os bibliotecários. Com a investigação esperamos contribuir com o aprimoramento da inclusão em todas as bibliotecas do IFC, e compreender, a partir da perspectiva dos participantes, as implicações da capacitação para atender à pessoa com deficiência. Para atingirmos o objetivo de diagnosticar as condições de acessibilidade das bibliotecas do IFC, um único questionário será direcionado para cada biblioteca, com a sugestão de que seja respondido pelo responsável do setor. Este questionário abordará aspectos referentes às questões de

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 88.340-055

**UF:** SC

**Município:** CAMBORIU

**Telefone:** (47)2104-0882

**E-mail:** cepsh@ifc.edu.br



INSTITUTO FEDERAL  
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 3.842.604

acessibilidade relacionadas às edificações, ao mobiliário, aos espaços e aos equipamentos. Um segundo questionário será aplicado a todos os servidores efetivos das bibliotecas do IFC. Este será composto por questões que abordarão a percepção dos participantes da pesquisa a respeito da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas do IFC.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Investigar quais são as condições de acessibilidade e inclusão oferecidas pelas bibliotecas do IFC à pessoa com deficiência.

Objetivo Secundário:

Discutir aspectos históricos e a função social das bibliotecas em diálogo com autores e pesquisas que abordam a temática;

Problematizar o conceito de inclusão da pessoa com deficiência no IFC;

Diagnosticar as condições de acessibilidade das bibliotecas do Instituto Federal Catarinense, a partir das disposições da Norma de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos (NBR 9050);

Compreender as implicações da capacitação para atender a pessoa com deficiência, a partir da perspectiva dos servidores que trabalham nas bibliotecas do Instituto Federal Catarinense.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Em uma pesquisa que se propõe a realizar questionário e entrevista, entendemos que podem ser considerados riscos o fato de tais instrumentos provocarem algum tipo de desconforto (de ordem subjetiva), entre os quais podemos mencionar: invasão de privacidade; responder a questões sensíveis; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; divulgação de dados; disposição de tempo para participar de entrevista ou responder ao questionário. Nestes casos, as medidas/providências tomadas serão dar liberdade ao entrevistado ou participante para não responder a perguntas que julgar constrangedoras ou que não queira responder por qualquer outro motivo e ter livre escolha para responder aos questionários em local e horário que julgar mais adequado e de participar da entrevista em local e horário previamente agendado e em conformidade com a disponibilidade do entrevistado.

Os pesquisadores estarão habilitados ao método de coleta dos dados e não violarão a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras), caso sejam oferecidos pelos participantes. É assegurado o acesso aos resultados da pesquisa que será divulgada em formato de dissertação.

Também será garantido o anonimato nas respostas dos questionários, a confidencialidade e

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 88.340-055

**UF:** SC

**Município:** CAMBORIU

**Telefone:** (47)2104-0882

**E-mail:** cepsh@ifc.edu.br



INSTITUTO FEDERAL  
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 3.842.604

privacidade das respostas das entrevistas, assegurando a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico financeiro. Benefícios:

Quanto aos benefícios, entendemos que não haverá benefícios diretos e que esta pesquisa oferecerá subsídios para a compreensão de quais são as condições de acessibilidade e de inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas do IFC, contribuindo com informações que proporcionem reflexões e motivem ações que apoiem a atividade profissional dos participantes da pesquisa desenvolvida nas bibliotecas.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto atende aos aspectos teóricos e metodológicos exigidos em uma pesquisa desta natureza e também as resoluções que embasam o sistema CEP/CONEP (Resolução 510/16).

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O projeto apresenta todos os elementos exigidos pela Resolução 510/16

**Recomendações:**

Recomenda-se manter o CEPESH do IFC informado, sempre que houver mudanças no protocolo, por meio da Emenda de Protocolo, para análise.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

A partir do exposto o protocolo está aprovado, pois está de acordo com as prerrogativas éticas exigidas na Resolução CNS 510/16.

Em conformidade com a normativa em vigor do Sistema CEP/CONEP, os projetos aprovados pelos CEPs, ao serem finalizados, o pesquisador deve apresentar junto a Plataforma Brasil, o Relatório Final do mesmo(o documento deverá ser encaminhado até 30 dias após a última data prevista no cronograma de execução da pesquisa).

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 88.340-055

**UF:** SC

**Município:** CAMBORIU

**Telefone:** (47)2104-0882

**E-mail:** cepsh@ifc.edu.br



Continuação do Parecer: 3.842.604

**Considerações Finais a critério do CEP:**

No caso de dúvidas, os esclarecimentos poderão ser obtidos pelo contato com o CEPESH localizado no Campus Camboriú, cujo horário de atendimento é de segunda a sexta das 13:30 as 16:30, ou entrar em contato pelo email cepsh@ifc.edu.br ou telefone 47 2104-0882.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1461405.pdf	12/12/2019 15:33:12		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEV2.pdf	12/12/2019 15:25:00	Idorlene da Silva Hoepers	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhadov2.pdf	11/12/2019 12:01:03	Idorlene da Silva Hoepers	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo.pdf	29/10/2019 17:06:11	VIVANE PAULA SALINI MIRANDOLA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto_assinada.pdf	29/10/2019 16:44:52	VIVANE PAULA SALINI MIRANDOLA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CAMBORIÚ, 17 de Fevereiro de 2020

---

**Assinado por:**  
**Michele Catherin Arend**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 88.340-055  
**UF:** SC **Município:** CAMBORIÚ  
**Telefone:** (47)2104-0882 **E-mail:** cepsh@ifc.edu.br